

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD

Jaqueline Guimarães Santos

**Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o
Turismo: aplicação de uma abordagem participativa
em Porto de Galinhas, PE**

Recife, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiada a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia;

A classificação desta dissertação se encontra, abaixo, definida por seu autor.

Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo: aplicação de uma abordagem participativa em Porto de Galinhas, PE.

Nome do Autor: Jaqueline Guimarães Santos.

Data da aprovação: 25 de março de 2013.

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1

Grau 2

Grau 3

Recife, 2013.

Jaqueline Guimarães Santos

Jaqueline Guimarães Santos

**Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o
Turismo: aplicação de uma abordagem participativa em
Porto de Galinhas, PE**

Co-orientador: Prof. Dr. Gesinaldo Ataíde Cândido (UFCG)

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Administração, na linha de pesquisa Estratégia, Finanças e Sustentabilidade, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 2013

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S237s Santos, Jaqueline Guimarães
Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo: aplicação de uma abordagem participativa em Porto de Galinhas, PE / Jaqueline Guimarães Santos. - Recife : O Autor, 2013.
219 folhas : il. 30 cm.

Co-orientador: Prof. Dr. Gesinaldo Ataíde Cândido.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração, 2013.
Inclui bibliografia e apêndices.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Desenvolvimento sustentável – indicadores. 3. Turismo. 4. Porto de Galinhas, PE. I. Cândido, Gesinaldo Ataíde (Co-orientador). II. Título.

658 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2013 – 076)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamentos de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD

**Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o
Turismo: aplicação de uma abordagem participativa em
Porto de Galinhas, PE**

Jaqueline Guimarães Santos

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 25 de março de 2013.

Banca Examinadora:

Prof.^a Maria de Lourdes de Azevedo Barbosa, Dr.^a, UFPE (examinadora interna)

Prof. Frederico Yuri Hanai, Dr., USP (examinador externo)

Prof. Sérgio Rodrigues Leal, Ph.D, UFPE (examinador externo)

AGRADECIMENTOS

Chega o capítulo dos agradecimentos, parte desta dissertação que não precisa citar autores, anos, obras (...), e sim atores fundamentais que fizeram parte desta trajetória tão árdua e importante na minha vida.

Nesta longa caminhada, obstáculos intransponíveis apareciam para impedir meu êxito, esta hora, meus sonhos pareciam cair por terra. Minha força se esvaía e o medo se apoderava de todo o meu ser, sabia que através dos meus próprios esforços não iria em frente, somente um ser especial poderia suprir de toda essência capaz de fazer-me vencer. Deus foi esta força suprema que me fez não desistir de tudo, sempre mostrando o caminho para seguir em frente.

Outros atores essenciais, os meus alicerces, foram meus pais. Muito obrigado pai (Paulo) e mãe (Neuma) por estarem sempre presentes me ensinando os princípios e valores da vida. Para mim vocês representam um exemplo de vida, perseverança, amor e fé. Agradeço também a minha irmã (Ailma) e aos demais familiares, por todo o apoio concedido, no qual tenho a felicidade de partilhar as alegrias, tristezas e vitórias da minha vida. Muito obrigado por acreditarem em mim!!

Ao meu namorado, Charles, sempre do meu lado me apoiando e auxiliando em todos os momentos. Seu amor, carinho, paciência e companheirismo foram fundamentais para conclusão de mais uma etapa.

Ao professor Gesinaldo Cândido, orientador e amigo, agradeço pelos ensinamentos, apoio, amizade, respeito e incentivos despendidos ao longo destes anos. Com certeza você foi ator fundamental para meu crescimento pessoal e profissional. Serei sempre grata por todas as vezes que confiou no meu trabalho.

Aos professores, Frederico Hanai, Lourdes Barbosa e Sérgio Leal, pelas contribuições e sugestões dadas ao trabalho, tanto no projeto de qualificação, quanto nas correções da dissertação.

Aos membros do GIPES (Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos em Sustentabilidade) pelo apoio e compartilhamento de informações e discussões, assim como do GEGIT (Grupo de Estudos em Gestão, Inovação e Tecnologia) que, apesar da distância, mantivemos vínculos importantes durante todo este tempo.

Aos colegas propadianos, nomeadamente, Andrezza, Brunno, Elielson, Edvan, Vicente, Virgínia, dentre outros, muito obrigado por compartilhar comigo todos os sofrimentos, olheiras e estresses (...) que um mestrado é capaz de gerar em uma pessoa, assim como os momentos de descontrações. Aos amigos da graduação, embora à distância,

mantemos sempre o contato. Aos meus amigos Luciene, Minelle e a companheira de apartamento, Luciana, agradeço por estarem ao meu lado nos momentos mais difíceis que passei durante todo este tempo, vocês foram pessoas fundamentais e tornaram tudo mais leve.

Agradeço também aos professores do PROPAD/UFPE, representado aqui por Walter Moraes. Todos os mestres foram essenciais para minha formação, foram ensinamentos e desafios que serão lembrados para o resto da minha vida.

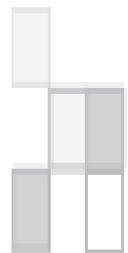
Sou grata à Universidade Federal de Pernambuco e ao Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD por me proporcionarem meios de aprimorar meu conhecimento. Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro que me possibilitou dedicação ao mestrado.

A todo o *trade* turístico de Porto de Galinhas. A participação de todos foi fundamental para concretude deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente participaram desta caminhada, sem dúvidas eu não teria conseguido se não fosse o apoio de cada um de vocês, a todos meu muito obrigada!!!

*"Desistir? Eu já pensei nisso, mas nunca me levei realmente a sério.
É que tem mais chão nos meus olhos do que cansaço nas minhas pernas,
mais esperança nos meus passos do que tristeza nos meus ombros,
mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça".*

(Cora Coralina)



RESUMO

A temática do desenvolvimento sustentável tem despertado o interesse de vários pesquisadores estudarem sobre este tema. Considerado como um desafio, o alcance do desenvolvimento sustentável é tido como uma alternativa plausível para que a sociedade atual satisfaça suas necessidades sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras. Para tanto, faz-se necessário que as atividades desenvolvidas em uma dada localidade possam atender aos princípios da sustentabilidade, isto é, manter o equilíbrio e equidade entre as dimensões social, ambiental e econômica, além do engajamento dos diversos atores sociais para planejamento e execução de ações que possam contribuir para tal alcance. Neste contexto, destaca-se o turismo como uma atividade que impacta positivamente e negativamente a localidade que a desenvolve. Assim, apontam-se os sistemas de indicadores de sustentabilidade do turismo como ferramentas importantes e capazes de disponibilizar informações essenciais que possam contribuir para contextualização e compreensão da atividade de modo a direcionar os esforços para o alcance do turismo sustentável. Nesta perspectiva, o presente estudo tem por objetivo geral analisar o nível de sustentabilidade das atividades turísticas desenvolvidas em Porto de Galinhas – PE, a partir da aplicação de uma abordagem participativa entre os principais atores sociais envolvidos com tais atividades. Para tanto, foi utilizada a metodologia proposta por Hanai (2009), o SISDTur, com a participação do *trade* turístico do destino. A pesquisa se caracteriza como multimétodos e um estudo de caso realizado em Porto de Galinhas. A coleta de dados se deu a partir de aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas, análise documental e observações não participantes. Os principais resultados apontam que as atividades turísticas desenvolvidas em Porto de Galinhas precisam ser reorganizadas, uma vez que a maioria das dimensões analisadas (ambiental, social, cultural, econômica, turística e institucional) apresentou resultados desfavoráveis à sustentabilidade. Percebeu-se que, expressivamente, os indicadores mantiveram-se insustentáveis, sendo incipientes os que foram classificados como sustentáveis, estes pertencentes, principalmente, à dimensão econômica. Assim sendo, o nível de sustentabilidade da atividade turística de Porto de Galinhas foi classificado como insustentável. Algumas medidas foram apontadas para mitigar os problemas encontrados, conforme exposto nas análises de cada dimensão.

Palavras chave: Desenvolvimento Sustentável. Indicadores de Sustentabilidade. Turismo. Atores Sociais. Porto de Galinhas, PE.

ABSTRACT

Sustainable development has called the attention of many researchers to this topic. Considered as a challenge, the achievement of sustainable development is seen as a plausible alternative for the current society as it can satisfy its needs without compromising the survival of future generations. In order to reach that, it is necessary that the activities developed in a given locality comply with the principles of sustainability, that is, maintain the balance and equity between social, environmental and economic dimensions, as well as invite the participation of the many social actors in the planning and execution of actions that can contribute to this achievement. In this context, tourism is highlighted as an activity that has a positive and a negative impact in the locality in which it is developed. So, the indicators of sustainable tourism are pointed out as tools that can provide essential information that may contribute to the contextualization and understanding of the activity in order to direct efforts for achieving sustainable tourism. In this perspective, the present study has as its main aim to analyze the level of the sustainable tourism activities developed in Porto de Galinhas – PE by the application of a participatory approach among the social actors involved in such activities. For this, it was used the methodology proposed by Hanai (2009), SISDTur, on the participation of the tourist trade of the destination. This study is characterized as a multi-methods research and a case study developed in Porto de Galinhas. Data was collected by means of questionnaire application, semi-structured interviews, document analysis and nonparticipant observations. Main results indicate that the tourist activities developed in Porto de Galinhas need to be reorganized, since most of the analyzed dimensions (environmental, social, cultural, economic, tourist and institutional) showed non favorable results to sustainability. The indicators remained significantly unsustainable and those classified as sustainable, mainly belonging to the economic dimension, were considered incipient. Thus, the level of sustainability of the tourist activity in Porto de Galinhas was rated as unsustainable. Some measures have been identified to mitigate the problems encountered as shown in the analysis of each dimension.

Keywords: Sustainable Development. Sustainable Indicators. Tourism. Social Actors. Porto de Galinhas, PE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01(2) Enfoques da relação Homem – Natureza.....	25
Figura 02 (2): Dimensões de Sustentabilidade.....	27
Figura 03 (2): Etapas do Turismo.....	30
Figura 04 (2): <i>Stakeholders</i> vinculados ao turismo.....	43
Figura 05 (2): Arquétipo do SISDTur (2009).....	49
Figura 06 (3): Localização do Município de Ipojuca e Porto de Galinhas.....	57
Figura 07 (3): Fluxograma Metodológico da Pesquisa.....	59
Figura 08 (5): Organograma do Poder Público de Porto de Galinhas.....	85
Figura 09 (5): Instituições atuantes em Porto de Galinhas no tocante as questões Ambientais.....	122
Figura 10 (5): Nível de Sustentabilidade das atividades turísticas desenvolvidas em Porto de Galinhas.....	185
Figura 11 (5): Integração da base de dados secundários com a base de dados primários.....	188

LISTA DE QUADROS

Quadro 01(2): Dimensões da Sustentabilidade.....	28
Quadro 02 (2): Tipologias do Turismo.....	32
Quadro 03 (2): Impactos do Turismo.....	34
Quadro 04 (2): Princípios do Turismo Sustentável.....	35
Quadro 05 (2): Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade de Turismo.....	47
Quadro 06 (2): Descrição das dimensões do SISDTur (2009).....	50
Quadro 07 (2): Dimensões, descritores e indicadores do SISDTur (2009).....	51
Quadro 08 (3): Relação objetivos específicos e instrumentos de coleta de dados.....	60
Quadro 09 (3): <i>Trade</i> do Turismo de Porto de Galinhas, PE.....	63
Quadro 10 (3): Relação dos participantes da pesquisa.....	65
Quadro 11(4): Indicadores das dimensões da sustentabilidade que compõem o SISDTur.....	80
Quadro 12 (4): Classificação e representação dos índices em níveis de sustentabilidade.....	83
Quadro 13 (5): Empresas ligadas a Atividade Turística de Porto de Galinhas.....	89
Quadro 14 (5): Organizações Não Governamentais atuantes em Porto de Galinhas.....	91
Quadro 15 (5): Resultados dos Indicadores da Dimensão Ambiental do SISDTur.....	94
Quadro 16 (5): Resultados dos Indicadores da Dimensão Cultural do SISDTur.....	124
Quadro 17 (5): Resultados dos Indicadores da Dimensão Social do SISDTur.....	132
Quadro 18 (5): Resultados dos Indicadores da Dimensão Econômica do SISDTur.....	140
Quadro 19 (5): Resultados dos Indicadores da Dimensão Turística do SISDTur.....	149
Quadro 20 (5): Resultados dos Indicadores da Dimensão Institucional do SISDTur.....	172
Quadro 21 (5): Sinopse dos Resultados – Aplicação do SISDTur (2009) em Porto de Galinhas	184
Quadro 22 (5): Sinopse das ações propostas a partir dos resultados encontrados.....	187
Quadro 23: Instrumento de coleta de dados.....	216

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01(5): Crachá de identificação de Ambulantes.....	86
Imagem 02 (5): Crachá de identificação dos Barraqueiros.....	86
Imagem 03 (5): Etiqueta de identificação dos <i>Buggys</i>	86
Imagem 04 (5): Etiqueta de identificação dos <i>Buggys</i> associados.....	86
Imagem 05 (5): Panfleto informativo sobre o cadastro dos bugueiros entregue aos turistas...	87
Imagem 06 (5): Placa de limite de montagem das barracas.....	88
Imagem 07 (5): Proibição do comércio de Ambulantes.....	88
Imagem 08 (5): Adesivo de apelo para evitar o desperdício de água.....	98
Imagem 09 (5): Funcionário da Prefeitura limpando o calçadão central de Porto de Galinhas.....	101
Imagens 10 (5): Acúmulo de resíduos sólidos espalhados nas ruas periféricas de Porto de Galinhas.....	102
Imagens 11 (5): Panfletos sobre coleta seletiva, reciclagem de resíduos sólidos.....	104
Imagem 12 (5): Coletor de resíduos sólidos em Porto de Galinhas.....	105
Imagem 13 (5): Faixadas de alguns empreendimentos turísticos.....	107
Imagem 14 (5): Placas de divulgação de lojas.....	107
Imagem 15 (5): Velas das jangadas com propagandas.....	107
Imagem 16 (5): Galo de decoração do Calçadão.....	107
Imagens 17 (5): Ruas em Porto de Galinhas com esgoto.....	112
Imagens 18 (5): Empreendimentos construídos na orla de Porto de Galinhas.....	116
Imagem 19 (5): Stand da Blitz Ambiental na praça do Relógio em Porto de Galinhas.....	119
Imagens 20 (5): Panfletos entregue aos turistas/visitantes com Ecodicas.....	119
Imagens 21 (5): Produtos de artesanatos oferecidos.....	126
Imagem 22 (5): Calçadão central da Vila de Porto de Galinhas no clima do São João.....	128

Imagem 23 (5): Representação de Luiz Gonzaga.....	128
Imagem 24 (5): Festividade cultural realizada em Porto de Galinhas homenageou Luiz Gonzaga.....	129
Imagens 25 (5): Promoções de diárias de hotéis de Porto de Galinhas lançados em <i>website</i> de compra coletiva.....	143
Imagem 26 (5): Banheiro público localizado na praça do Relógio no centro de Porto de Galinhas.....	155
Imagem 27 (5): Placa de sinalização de perigo de banhistas na praia de Porto de Galinhas.....	158
Imagens 28(5): Calçadas do centro de Porto de Galinhas tomadas por barracas de comercialização.....	159
Imagens 29 (5): Construções de empreendimentos ocupando as calçadas de circulação dos pedestres.....	159
Imagem 30 (5): Local com acessibilidade adequada (Igreja Católica).....	160
Imagens 31 (5): Piscinas naturais de Porto de Galinhas.....	161
Imagens 32 (5): Mapeamento das piscinas naturais de Porto de Galinhas.....	164
Imagem 33 (5): Pulseira de identificação.....	167
Imagem 34 (5): Cordões de isolamento nos arrecifes.....	167
Imagem 35 (5): <i>Stand</i> da Prefeitura de Ipojuca para divulgação de Porto de Galinhas em Amostra Internacional.....	181

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

EMPETUR – Empresa de Turismo de Pernambuco

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFPE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

MTur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não Governamental

PNT – Plano Nacional do Turismo

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SISDTur – Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo

SUAPE – Complexo Industrial Portuário de Suape

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

WTO – *World Tourism Organization*

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	16
1.1 Contextualização e Definição do Problema	16
Problema de Pesquisa	20
1.2 Objetivo Geral	21
1.2.1 Objetivos Específicos	21
1.3 Relevância de Justificativa da Pesquisa	21
1.4 Estrutura do Trabalho	23
2 - REVISÃO DA LITERATURA	24
2.1 Desenvolvimento Sustentável	24
2.2 Turismo e Desenvolvimento Local Sustentável	30
2.2.1 Papéis dos Atores Sociais para o alcance do Turismo Sustentável	36
2.2.1.1 Políticas Públicas para o Turismo	36
2.2.1.2 Empresas Vinculadas à Atividade Turística	39
2.2.1.3 Sociedade Civil e sua Importância no Turismo	41
2.3 Indicadores de Sustentabilidade.....	43
2.3.1 Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo	46
2.3.1.1 Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo - SISDTur (2009).....	48
3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
3.1 Delineamento da Pesquisa	55
3.2 Seleção do Caso	56
3.3 Caracterização do <i>Lócus</i> da Pesquisa	56
3.4 Fluxograma metodológico da Pesquisa.....	58
3.5 Coleta de dados.....	60
3.6 População e Amostra.....	62
3.6.1 Sujeitos da Pesquisa	64
3.7 Análise dos Dados	65
4 - PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO DO SISDTUR	68

4.1 Operacionalização do SISDTur	81
4.1.1 Instrumento de Coleta de Dados	81
4.1.2 Representação Gráfica.....	82
5 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	84
5.1 Caracterização do <i>Trade</i> Turístico de Porto de Galinhas.....	84
5.1.1 Poder Público e o Turismo em Porto de Galinhas	84
5.1.2 Instituições ligadas a Atividade Turística de Porto de Galinhas.....	88
5.1.3 Sociedade Civil em Porto de Galinhas	90
5.2 Aplicação do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo - SISDTur em Porto de Galinhas: Uma análise quantitativa e qualitativa de dados	91
5.2.1 Dimensão Ambiental.....	92
5.2.2 Dimensão Cultural	123
5.2.3 Dimensão Social	130
5.2.4 Dimensão Econômica.....	138
5.2.5 Dimensão Turística	147
5.2.6 Dimensão Institucional.....	170
5.3 Nível de Sustentabilidade das Atividades Turísticas desenvolvidas em Porto de Galinhas.....	184
6 - CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	190
6.1 Conclusões.....	190
6.2 Limitações e Recomendações.....	192
REFERÊNCIAS.....	195
APÊNDICE A	211
APÊNDICE B	212
APÊNDICE C	217

1 INTRODUÇÃO

No presente capítulo são dispostos elementos essenciais para o entendimento e justificativas para a realização deste estudo, permeando desde a contextualização e definição do problema, proposição dos objetivos e, por fim, a relevância da pesquisa. Tem por objetivo, portanto, informar o leitor sobre a necessidade do estudo, bem como apresentar sua relevância e contribuições para o destino turístico foco do estudo.

1.1 Contextualização e definição do problema

O atual modelo de desenvolvimento e/ou crescimento da sociedade é orientado por um sistema capitalista, cujo objetivo principal é alcançar o crescimento econômico. Segundo Leff (2009), este modelo desenvolvimentista deteriorou as bases de sustentabilidade, de modo que se criou uma economia que não pode sustentar o progresso econômico, uma economia que não pode conduzir ao destino desejado (BROWN, 2003).

Diante disso, atenta-se para a necessidade de um redirecionamento do modelo de desenvolvimento vigente, em busca de uma sociedade que apenas não cresça, mas se desenvolva sustentavelmente. Brown (2003) definiu a sociedade sustentável como aquela que é capaz de satisfazer suas necessidades sem comprometer as chances de sobrevivência das futuras gerações. Este conceito supracitado é congruente ao conceito de desenvolvimento sustentável apresentado no documento clássico sobre esta temática, o Relatório de *Brundtland* (1987).

A perspectiva do desenvolvimento sustentável está pautada na busca pelo equilíbrio e equidade entre as dimensões da sustentabilidade, quais sejam: ambiental, social e econômica. Buarque (2004) considera o desenvolvimento sustentável como sendo uma construção de um novo estilo de desenvolvimento que busca a conservação ambiental, o crescimento econômico e a equidade social.

É relevante destacar que o conceito de desenvolvimento sustentável é bastante complexo e de numerosas definições, apresentando-se ainda em ampla discussão. De acordo com Franco (2001) sua formulação parte de uma concepção sistêmica, abrangendo questões ambientais, tecnológicas, econômica, cultural e política.

Por envolver tantas dimensões e ter como necessidade uma mudança de paradigmas, o desenvolvimento sustentável é visto como um tanto difícil de ser alcançado. Foladori (2005) argumenta que há certa dificuldade em se atingir o desenvolvimento sustentável, por três aspectos básicos, a saber: tecnologias ineficientes (são necessárias tecnologias mais eficientes e processos limpos com o objetivo de minimizar a degradação ambiental); o consumismo (o comportamento consumista esgota os recursos e gera resíduos) e, por fim, a pobreza, (os pobres são considerados a causa e a consequência da degradação ambiental).

Dessa forma, é inegável que o alcance do desenvolvimento sustentável é um desafio para a humanidade, haja vista que fatores como a pobreza, poluição, tecnologia e diferentes formas de vida estão presentes e exigem mudanças na forma de agir, pensar, produzir e de consumir da sociedade.

Entretanto, entende-se que a sustentabilidade global é o caminho para o alcance da melhor qualidade de vida e garantia que as gerações futuras tenham as mesmas condições de sobrevivência.

Nesse contexto, destacam-se os sistemas de indicadores como uma alternativa para operacionalizar o desenvolvimento sustentável. Segundo Van Bellen (2006), os sistemas de indicadores são utilizados como ferramenta para ajustar os rumos que a sociedade vem tomando em relação à interação com o meio ambiente natural.

Os sistemas de indicadores de sustentabilidade foram criados com o objetivo de, após serem aplicados a determinadas localidades, atividades econômicas, dentre outros, serem capazes de oferecer informações relevantes para potencializar a proposição de estratégias de avaliação das atividades, a fim de facilitar o seu monitoramento. Nesse sentido, o capítulo 40 da Agenda 21 aponta que é preciso desenvolver indicadores que sirvam de base para a tomada de decisões e que contribuam para a sustentabilidade.

Para a elaboração de sistemas de indicadores de sustentabilidade é importante considerar a participação dos atores sociais locais, por estes serem os fiéis conhecedores da realidade local. E, quando utilizar modelos teóricos já existentes, fazer as adaptações do modelo ao contexto que será aplicado. Nesse sentido, Martins e Cândido (2008, p. 34) afirmam que "o desenvolvimento sustentável exige posturas diferenciadas conforme a realidade (ambiente) em que se pretende interagir e intervir", sendo necessário, portanto, incorporar as características deste ambiente.

Considerando o alcance do desenvolvimento sustentável como um desafio para a sociedade atual e os sistemas de indicadores de sustentabilidade como ferramentas que podem contribuir para tal alcance, percebe-se a necessidade de um novo direcionamento das diversas

atividades econômicas desenvolvidas na sociedade (agricultura, turismo, agronegócio, mineração, dentre outras) pautados nos princípios da sustentabilidade.

Dentre as atividades econômicas, o turismo enquadra-se como uma que apresenta estreita relação com o meio ambiente, haja vista que a paisagem natural e a biodiversidade são, muitas vezes, um dos principais fatores impulsionadores do desenvolvimento turístico numa área (BENI, 2007). No entanto, existem outros atrativos que estimulam o desenvolvimento da atividade, podendo o turismo ser de negócios e evento, cultural, rural, religioso, histórico, gastronômico (BARRETO, 2003), dentre outros.

Qualquer que seja a tipologia do turismo, mesmo que não tenha o ambiente natural como atração principal, Andrade e Van Bellen (2006) consideram que os recursos naturais consumidos pela atividade incluem a utilização de água, combustíveis fósseis, recursos minerais e outros elementos, utilizados direta ou indiretamente na prestação de serviços e na fabricação de produtos para atender a atividade turística.

Por isso, o turismo é considerado uma atividade que pode impactar diretamente o meio ambiente. De acordo com os autores Cooper et al, (2007) e Beni (2007), os impactos mais comuns decorrentes do turismo são: poluição da água, do ar, dos mares e dos rios; a erosão do solo e a degradação de florestas; aumento da paisagem construída em detrimento da paisagem natural; excesso de resíduos; incremento no consumo de energia elétrica, dentre outros.

Swarbrooke (2000) salienta que muitos dos impactos gerados pelas atividades turísticas não são perceptíveis no curto prazo, mas sim no médio e longo prazo e podem ser irreversíveis. Dessa forma, Molina (2001, p. 98) considera que “... os aspectos ecológicos no turismo são comparativamente mais importantes que poderia ter na maioria das demais atividades econômicas”.

Por outro lado, o turismo é uma atividade que vem crescendo e contribuindo para o crescimento econômico do país, sobretudo por envolver diferentes atores econômicos em sua cadeia produtiva. De acordo com a Organização Mundial do Turismo, a atividade turística movimentará 1,6 bilhões de pessoas ao redor do mundo até 2020 (OMT, 2009). No Brasil, o setor do turismo está otimista para o crescimento nos próximos anos, haja vista que será sede de dois mega eventos esportivos, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Segundo o Ministro do turismo, “a indústria do Turismo no Brasil está diante do maior desafio e da maior oportunidade de sua história” em termos de crescimento.

Considerando que o turismo é uma atividade que pode impactar uma localidade em termos econômicos, sociais e ambientais, planejar o turismo de forma sustentável é a maneira mais eficaz de evitar a ocorrência de danos irreversíveis aos meios turísticos, de minimizar os

custos sociais, econômicos e ambientais que afetam os moradores das localidades e de otimizar os benefícios do desenvolvimento turístico (RUSCHMANN, 2010).

Butler (2004) considera que o conceito de desenvolvimento sustentável para o turismo é de grande importância ainda que, para o autor, este venha sendo muito mais teorizado do que operacionalizado. Diante disso, entende-se que uma das formas para a viabilização do turismo de uma maneira mais sustentável é a utilização de sistemas de indicadores de sustentabilidade, pois estes são capazes de prover informações importantes que podem estimular a compreensão dos problemas econômicos, sociais e ambientais, assim como facilitar a capacidade da comunidade em criar e conduzir políticas e projetos de desenvolvimento (REED; FRASER; DOUGILL, 2006).

Dentre os sistemas de indicadores de sustentabilidade existentes, estes podem ser congregados em três grandes grupos, quais sejam: Geográficos (criados para a mensuração da sustentabilidade de localidade, por exemplo, comunidades, Municípios, ou até mesmo uma Nação); Empresariais (objetiva avaliar as relações entre meio ambiente e empresas), e, por fim, os Setoriais (designados para setores econômicos, como Turismo, Extração Mineral, Agroecossistemas, dentre outros).

Tomando por base os grupos de indicadores apresentados acima, neste estudo foi dada ênfase em indicadores do tipo setoriais, designados especificamente para atividade turística. Dentre os sistemas de indicadores de sustentabilidade analisados, quais sejam: conjunto de indicadores da Organización Mundial De Turismo (2005), Elavai (2006), Estudos da Competitividade do Turismo Brasileiro e as Propostas de Indicadores de Sustentabilidade do Ministério do Turismo (2007), Hanai (2009), Ruschmann (2010), Falcão (2010), selecionou-se o modelo proposto por Hanai (2009).

Considera-se o Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo – SISDTur proposto por Hanai (2009) como um dos modelos mais completos, visto que contempla as dimensões (econômico, social, ambiental, cultural, institucional e turística) da sustentabilidade, é um modelo elaborado utilizando-se uma abordagem participativa que envolveu a comunidade local do município foco do estudo, bem como leva em consideração visões de outros grupos envolvidos na pesquisa (turismólogos e graduandos de Engenharia Ambiental).

Além dos aspectos supracitados, o modelo apresenta-se de forma bem estruturada, apontando indicadores de sustentabilidade para Empreendimentos turísticos e de Gestão Pública turística Municipal com parâmetros específicos de medição, formas de medição, tipo

de unidade de medida para todos os indicadores propostos em cada uma das dimensões da sustentabilidade.

Como *loco* de pesquisa foi selecionado o destino turístico Porto de Galinhas por este possuir um ecossistema bastante rico e diversificado, no entanto, apresenta alguns problemas em muitas dimensões da sustentabilidade que precisam ser melhor gerenciadas de modo a resultar em uma atividade turística menos degradante (LIMA, 2006).

Ipojuca, município pernambucano do qual Porto de Galinhas faz parte, foi apontado como um dos 65 destinos indutores do turismo do Brasil (RELATÓRIO BRASIL, 2010). Como um dos destinos turísticos de Ipojuca, Porto de Galinhas apresenta contribuições significativas para o desenvolvimento do turismo em Pernambuco, sendo este um dos principais do Estado que recebe visitantes do mundo inteiro. Com isso, e, a partir das preocupações com os problemas e desafios socioeconômicos e ambientais oriundos da atividade turística em Porto de Galinhas, são necessários “procedimentos e instrumentos de análise do turismo e indicadores de sustentabilidade para consolidar o processo de inserção do turismo sustentável” (HANAI, 2009, p. 20).

Pautadas em todas as questões até então discutidas foi estabelecida como premissa deste estudo de que quanto mais participativo for o processo de avaliação da sustentabilidade de uma dada atividade econômica mais consistente e fidedigno serão os resultados obtidos.

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que a partir de uma melhor avaliação da sustentabilidade serão oferecidas melhores condições para as empresas do setor, assim como, instituições públicas e privadas de apoio à atividade econômica possam rever suas formas de atuação e contribuam mais significativamente para a geração do Desenvolvimento Local Sustentável.

Tomando como referência a premissa e pressuposto apresentados acima, pode-se definir o **problema da pesquisa** como sendo: **Qual o nível de sustentabilidade das atividades turísticas desenvolvidas em Porto de Galinhas – PE, a partir da aplicação de uma abordagem participativa entre os principais atores sociais envolvidos com tais atividades?**

1.2 Objetivos da Pesquisa

A partir da pergunta de pesquisa supracitada, foram definidos o objetivo geral e objetivos específicos, os quais serão descritos a seguir.

1.2.1 Objetivo Geral

A partir da contextualização e definição do problema de pesquisa, este estudo tem como objetivo: Analisar o nível de sustentabilidade das atividades turísticas desenvolvidas em Porto de Galinhas – PE, a partir da aplicação de uma abordagem participativa entre os principais atores sociais envolvidos com tais atividades.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Mapear e identificar a rede de atores sociais envolvidos com a atividade turística do destino de Porto de Galinhas;
2. Aprimorar o Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo - SISDTur a partir das peculiaridades do lócus da pesquisa;
3. Estabelecer um conjunto de critérios de análise para os indicadores propostos para cada uma das dimensões que compõem o SISDTur (2009);
4. Propor ações para o desenvolvimento da atividade turística com foco no alinhamento às dimensões da sustentabilidade.

1.3 Relevância e Justificativa da Pesquisa

O crescimento e representatividade econômica que a atividade turística vem tendo, sobretudo nos últimos anos, é inquestionável. Segundo relatório divulgado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2010) o setor é uma fonte preciosa na economia mundial.

Em se tratando do Brasil, considera-se o turismo uma atividade econômica também importante, pois gera bilhões em receita e constitui o quinto item na pauta de exportações, “para muitos autores e gestores públicos e privados, o fenômeno turístico tem sido visto como fundamental no processo de desenvolvimento loco-regional” (FALCÃO, 2010, p. 23).

No que se refere à região Nordeste, segundo Leite e Salazar (2006), o Nordeste brasileiro tem ganhado espaço no turismo nacional e internacional. Em estados como Pernambuco, o setor do turismo responde por 12,62% do PIB.

É notável que a atividade turística tenha se consolidado nos últimos anos, apresentando importantes contribuições às economias locais dos destinos que a desenvolvem. Entretanto, o turismo também pode provocar impactos negativos. No que se refere ao meio ambiente, Pires (2010) destaca que o turismo exerce impactos sobre este, já que consome combustíveis, eletricidade, alimentos e outros recursos da água e da terra, gerando lixo e emitindo poluentes, dentre outros fatores.

Assim sendo, percebe-se a importância de desenvolver estudos envolvendo a temática do desenvolvimento sustentável e o turismo, pois contribuem para a gestão dos destinos turísticos possibilitando o alcance da sua sustentabilidade (FALCÃO, 2010).

É sabido que o turismo é uma atividade que apresenta impactos, tanto positivos quanto negativos as dimensões da sustentabilidade e quando mal gerenciada e não planejada, sobretudo a atividade turística que tem como propulsora a natureza, pode gerar sérios impactos a localidade. Assim, compreende-se a necessidade de utilizar ferramentas que possam mensurar a sustentabilidade da atividade turística.

Deste modo, optou-se por utilizar o Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo - SISDTur proposto por Hanai (2009) por este considerar um amplo conjunto de indicadores em todas as dimensões da sustentabilidade, além de ter sido elaborado utilizando uma abordagem participativa envolvendo a comunidade local e alguns pesquisadores da área.

Nesse contexto, justifica-se a realização do estudo em Porto de Galinhas, haja vista que esse destino, juntamente com Olinda/Recife e o Arquipélago de Fernando de Noronha compõem o grupo de destinos turísticos mais importantes de Pernambuco (SETUR-PE, 2009), e em termos de sustentabilidade apresenta alguns problemas (LIMA, 2006; ARAÚJO; SONIA-SILVA, 2007) tanto relacionados à dimensão ambiental, social e econômica.

Porto de Galinhas atualmente é um destino turístico que recebe turistas do mundo inteiro, em alta estação a localidade apresenta um crescimento populacional significativo, segundo dados da Prefeitura de Ipojuca (2011).

Dessa forma, considerando que foi aplicado um sistema de indicadores que contempla todas as dimensões da sustentabilidade, esta pesquisa torna-se importante no sentido de apontar possíveis alternativas e/ou soluções que possam contribuir para uma reorganização da atividade turística desenvolvida no destino de Porto de Galinhas objetivando o desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

1.4 Estrutura do trabalho

Para uma melhor compreensão do encadeamento da presente pesquisa, esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. A parte introdutória do trabalho envolve a apresentação global da temática, com a contextualização e definição do problema de pesquisa, a apresentação dos objetivos, bem como a justificativa e relevância da pesquisa. Num segundo capítulo, são apresentadas as argumentações teóricas utilizadas para embasar a pesquisa, de modo que envolvem um encadeamento claro de constructos necessários ao entendimento do que foi proposto.

Inicialmente é apresentada uma contextualização sobre o Desenvolvimento Sustentável, considerado como perspectiva maior de pesquisa. Sequencialmente, apresentam-se as discussões teóricas sobre Turismo Sustentável e o Desenvolvimento Local, perpassando pelo papel dos atores sociais para o alcance do Turismo Sustentável, e, por fim, a utilização de Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade para a atividade turística.

Após a apresentação dos aspectos introdutórios e argumentações teóricas, no capítulo seguinte são apresentados os procedimentos metodológicos, aos quais guiaram a pesquisadora no sentido de buscar o atendimento dos objetivos propostos. Neste capítulo são contempladas as seguintes seções: delineamento da pesquisa, seleção do caso, caracterização do *locus* de pesquisa, fluxograma metodológico da pesquisa, coleta de dados, população e amostra, sujeitos da pesquisa e análise dos dados. O capítulo quatro trata da proposta das adaptações que foram feitas no sistema de indicadores de sustentabilidade do turismo - SISDTur (2009) para atingir os objetivos propostos.

Já o capítulo cinco trata da apresentação e análise dos resultados, sendo este dividido em duas seções. A primeira refere-se à caracterização do *trade* turístico de Porto de Galinhas e a segunda apresenta o nível de sustentabilidade do destino turístico a partir da compreensão de todas as dimensões (ambiental, social, cultural, econômica, institucional e turística) que são contempladas pelo SISDTur (2009).

Por fim, o sexto capítulo versa sobre as conclusões da pesquisa e apresenta as limitações e as recomendações para futuros estudos, seguida das referências, apêndices e anexos. Finalizado este primeiro capítulo introdutório, segue o próximo capítulo apresentando o aporte teórico utilizado para o embasamento da presente pesquisa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo são apresentados autores clássicos e contemporâneos que escrevem seus trabalhos sobre os temas foco do estudo, em especial, o Desenvolvimento Sustentável, Turismo e Desenvolvimento Local Sustentável, o papel dos Atores Sociais para o Turismo Sustentável, Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade e, por fim, Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo, com o objetivo de obter um embasamento teórico, além de disponibilizar para o leitor informações relevantes para um adequado entendimento do que é discutido ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Nesse sentido, o arcabouço teórico é resultante da exposição das diversas visões, ideias e posicionamentos dos autores na área, na medida em que permite visualizar as compatibilidades e confrontos existentes entre as mesmas, fornecendo os devidos fundamentos para a pesquisa e, sobretudo, suporte para realização da mesma.

2.1 Desenvolvimento Sustentável

Durante muitos anos a humanidade acreditava que a capacidade de renovação dos recursos naturais resistiria às práticas de exploração, sendo essas práticas inevitáveis à existência humana, haja vista que o homem precisa da ocupação e da exploração do espaço natural para se desenvolver e, à medida que sente que tal espaço não satisfaz suas necessidades mínimas, tende a manipulá-lo irracionalmente (MOLINA, 2001). Isso acontece porque o homem contemporâneo não se considera parte da natureza, mas acredita que os recursos naturais estão disponíveis para saciar suas demandas (BECK, 2010), caracterizando assim, uma visão antropocêntrica.

A relação homem – natureza é definida por Egri e Pinfield (2007) a partir de três abordagens, quais sejam: Paradigma Social Dominante, Ambientalismo Renovado, Ambientalismo Radical, conforme se verifica na Figura 01.

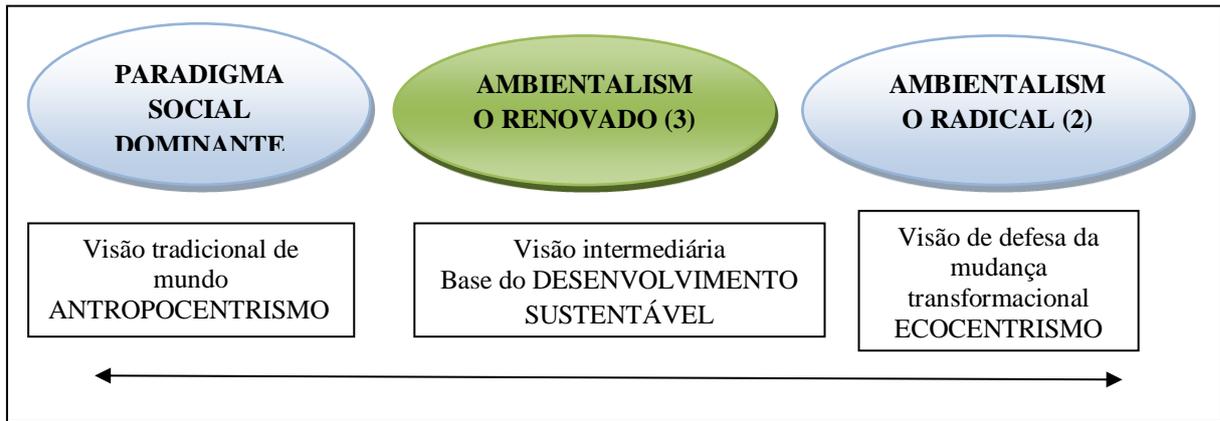


Figura 01 (2) - Enfoques da relação Homem – Natureza
 Fonte: Adaptado de Egri e Pinfield (2007, p. 366)

De acordo com Egri e Pinfield (2007) a relação entre o homem e a natureza encontra-se em algum ponto do *continuum*, partindo desde uma visão tradicional da sociedade industrializada, na qual todos os problemas são solucionados com inovações tecnológicas, perpassando por uma visão intermediária que entende ser possível integrar a sociedade industrializada a uma postura ecológica e social adequada e, por fim uma visão que defende uma mudança mais transformacional da sociedade e de seus valores. As três abordagens mencionadas são explicadas na sequência.

O Paradigma Social Dominante destaca dois aspectos marcantes: (i) vê a natureza como um recurso, ou seja, como um meio para se atingir um fim; e (ii) lança as bases do antropocentrismo, em que o homem passa a ser visto como o centro do mundo e “ênfatisa relações utilitárias e de dominação dos homens para com a natureza”. Já o Ambientalismo Radical sustenta que o papel da ciência poderia ser o de “desenvolver tecnologias que reduzam a interferência humana com o mundo não humano”. E, por fim, o Ambientalismo Renovado atua em uma posição intermediária, propondo um equilíbrio entre progresso e natureza. É a proposta de quebra do paradigma econômico vigente e é a base do desenvolvimento sustentável (EGRI; PINFIELD, 2007, p. 367 e 389).

Entender que o homem é “dono” dos recursos naturais e tem o “poder” de explorá-los de qualquer forma, vem sendo questionado frente às consequências que o próprio homem vem sofrendo. O progresso desordenado tem provocado desequilíbrios na natureza e, infelizmente, “os seres humanos estão testemunhando e experienciando os efeitos deletérios da degradação ambiental” (EGRI; PINFIELD, 2007, p. 389). É fato que “estamos diante de um momento

crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro” (CARTA DA TERRA, 2004).

Diante desta constatação, surge a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento caracterizado pelo ambientalismo renovado, que busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, ainda, manter relações sociais adequadas.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi definido no Relatório de *Brundtland*, no qual o mesmo é entendido como “um processo de mudança em que a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão todos em harmonia” para que as necessidades humanas possam ser satisfeitas atualmente e no futuro (WCDE, 1987, p. 46). Para tanto, percebe-se a necessidade de harmonização entre as suas dimensões fundamentais: a econômica, a social e a ambiental (SACHS, 2007).

A importância e disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável recentemente vêm ganhando cada vez mais força em todo o mundo. No entanto, esta temática já vem sendo discutida há algum tempo, desde 1970 com a I Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), até atualmente com a “institucionalização” do termo desenvolvimento sustentável (AMAZONAS; NOBRE, 2002), marcado pelo envolvimento ainda maior por parte dos vários setores da sociedade (empresas, ONGs, governamental, sociedade civil, dentre outros).

O amplo debate acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, perpassando por volta de 40 anos, desencadeou um processo intenso de utilização da expressão que na maioria das vezes, é utilizado sem entender, de fato, o que essa expressão significa (VEIGA, 2005).

Corroborando, Falcão (2010) entende o desenvolvimento sustentável como uma concepção que se tornou uma “idéia-força” significativa nos últimos tempos, e que apresenta muitos desafios a serem vencidos, quer seja dos poderes públicos, da própria sociedade e/ou das empresas privadas, a fim de alcançá-lo.

Nessa perspectiva, Leff (2006) afirma que a resolução dos problemas ambientais, assim como a possibilidade de incorporação das condições ecológicas e bases de sustentabilidade aos processos econômicos que levaria a um estilo alternativo de desenvolvimento, implica a ativação e objetivação de um conjunto de processos sociais, considerando uma perspectiva sistêmica.

Por todos esses aspectos citados acima é que o conceito de desenvolvimento sustentável recebe críticas em relação à sua viabilidade. Candiotto e Corrêa (2004) relatam

que o termo se refere a um modelo de desenvolvimento “desejável” e hipotético, que não apresenta alternativas viáveis para sua operacionalização. Lima (2006) corrobora quando defende que, diante de um contexto capitalista, tal conceito pode se tornar utópico, dadas às expressivas desigualdades sociais e pobreza existente no planeta ocasionados pelo modo de produção hegemônico atual.

Por outro lado, Buarque (2004) relata que os antecedentes históricos indicam que o conceito de desenvolvimento sustentável não é apenas mais um modismo, mas uma construção teórica para organizar um novo modo de sociedade diante dos desafios atuais e futuros, e consistente com o novo paradigma de desenvolvimento.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar que o desenvolvimento sustentável não nega o crescimento, mas se refere à necessidade de mudar e/ou reorganizar a maneira como ocorre esse crescimento, levando em consideração, portanto, os princípios de sustentabilidade que são o equilíbrio, a equidade e complementaridade entre as dimensões da sustentabilidade, conforme se verifica na Figura 02 a seguir.

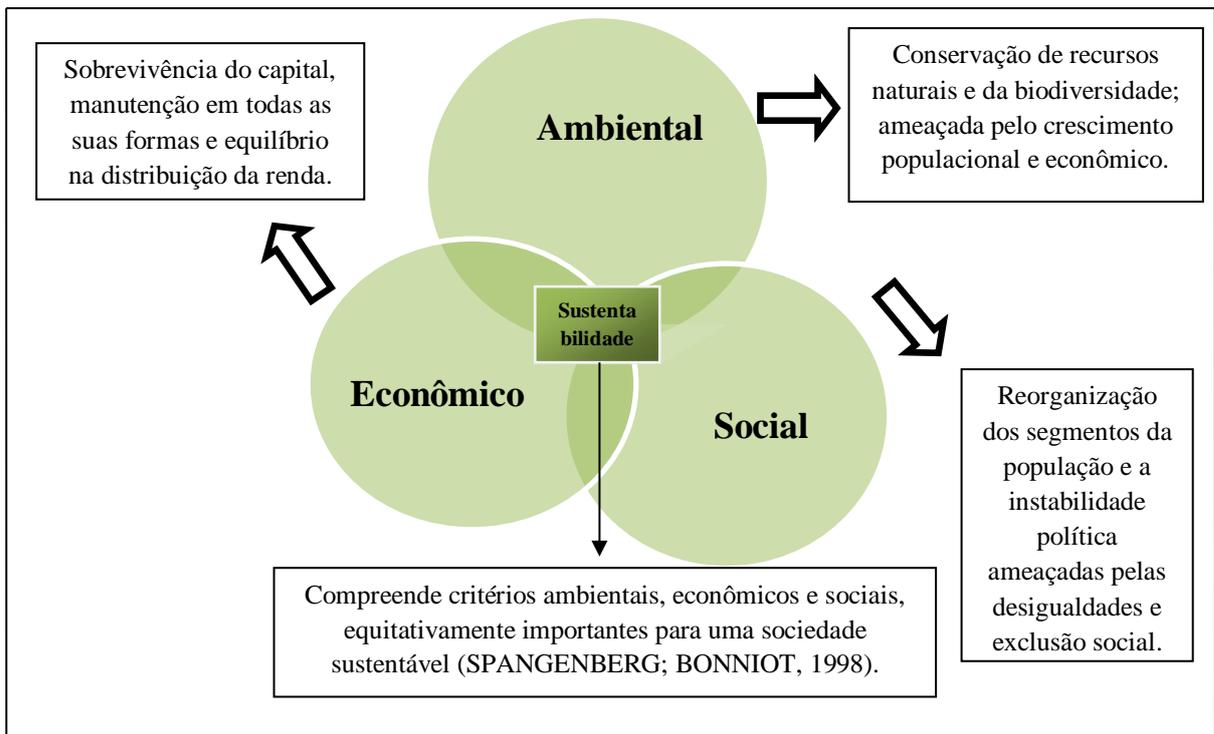


Figura 02 (2): Dimensões de Sustentabilidade
Fonte: Adaptado Nichioka (2008, p. 41)

Como se pode observar, com o novo direcionamento do desenvolvimento, verifica-se que o mesmo não pode ser considerado como resultado exclusivo de crescimento econômico,

Nichioka (2008) concorda quando afirma que o conceito de sustentabilidade deve estar atrelado ao equilíbrio entre as ações e resultados econômicos, ambientais e sociais.

Segundo Cândido (2004), esta mudança de enfoque está centrada na premissa de que, sem atingir certo nível de desenvolvimento social, as sociedades terão grandes dificuldades para se expandir economicamente, ou seja, o capital econômico não consegue se acumular e reproduzir sustentavelmente onde não exista um conjunto de outras dimensões, baseadas em aspectos sociais, políticas institucionais e ambientais.

Nesse sentido, Sachs (2007) argumenta que o termo sustentabilidade, além da dimensão ambiental, aborda diversas outras dimensões, conforme se verifica no Quadro 01 a seguir.

Dimensão	Descrição
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolvimento econômico inter-setorial equilibrado; ✓ Segurança alimentar; ✓ Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; ✓ Inserção soberana na economia internacional.
Ecológica	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Preservação do potencial da natureza na sua produção de recursos renováveis; ✓ Limitação do uso dos recursos não-renováveis.
Social	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; ✓ Distribuição justa de renda; ✓ Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; ✓ Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mudanças no interior da continuidade cultural (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); ✓ Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); ✓ Autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Respeito à capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
Política	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; ✓ Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; ✓ Um nível razoável de coesão social.

Quadro 01 (2): Dimensões da Sustentabilidade
Fonte: Adaptado de Sachs (2007, p. 46)

É importante entender que o alcance do desenvolvimento sustentável está atrelado à harmonização de algumas dimensões, conforme apontadas no Quadro 01. Como o assunto é amplamente discutido, há uma falta de consenso sobre o conceito de sustentabilidade (VAN BELLEN, 2002), na qual alguns autores discorrem sobre ecodesenvolvimento (SACHS, 2007; VEIGA, 2010), sustentabilidade econômica, sustentabilidade ambiental, sustentabilidade social, entre outros, considerando que haja uma sustentabilidade parcial (SACHS, 2002). Outros questionamentos levantados referem-se quanto ao uso dos termos

desenvolvimento sustentável e sustentabilidade (BARONI, 1992; MEBRATU, 1998; RUSCHEINSKY, 2003). “Muitas vezes sustentabilidade ecológica, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade são usados com os mesmos sentidos, ainda que tenham significados distintos” (BARONI, 1992, p. 17), embora a autora não tenha definido com precisão essas diferenças.

Todos esses questionamentos surgem pelo fato de haver, ainda, muitas polêmicas e questões sobre o tema, além da necessidade de se observar o fenômeno a partir de uma visão holística, visto que, a questão ambiental induz transformações teóricas para o desenvolvimento do conhecimento em diversas disciplinas científicas, exigindo uma integração de conhecimentos e uma totalização do saber, de forma sistêmica (LEFF, 2009), sendo, portanto, essencial ter uma visão interdisciplinar levando em consideração as necessidades e complexidades do sistema.

Hardi e Zdan (2000) afirmam que a maior dificuldade para avaliar a sustentabilidade é o desafio de explorar e analisar um sistema holístico. Para estes autores, uma visão holística não requer apenas uma visão dos sistemas econômico, social e ecológico, mas também a interação entre estes sistemas. Corroborando, Buarque (2004) entende que o referencial de análise para o desenvolvimento sustentável deve ser sistêmico porque requer uma observação do comportamento da totalidade que envolve interações complexas entre os sistemas sociais, econômicos e ambientais.

Diante disso, percebe-se o quanto o tema “Desenvolvimento Sustentável” apresenta controvérsias, complexidade e amplas definições. Um ponto comum que se pode observar nos conceitos e abordagens referentes ao tema é a necessidade de uma vida justa para a humanidade e que não ultrapasse os limites da natureza (VASCONCELOS, 2011). Embora o tema apresente muitos entendimentos, faz-se necessário definir o que se entende por tal conceito e a corrente que pretende seguir no trabalho.

Assim, este estudo será norteado a partir dos pressupostos definidos pelo “Ambientalismo Renovado” que afirma ser possível integrar a sociedade industrializada a uma postura ecológica e social adequada (PEDROZO; SEVERO, 2007). Seguindo esta corrente, entende-se que a sustentabilidade implica no uso dos recursos renováveis de forma qualitativamente adequada e em quantidades com a sua capacidade de renovação, em soluções economicamente viáveis de suprimentos das necessidades, além de relações sociais que permitam qualidade adequada de vida para todos (DAROS, 2008). Tomando como base tal conceito, percebe-se a necessidade de um planejamento das atividades desenvolvidas em uma

localidade levando em consideração os limites dos recursos naturais e de sua capacidade de renovação.

De acordo com Hardy, Beeton e Pearson (2002), no debate sobre a proteção do ambiente há setores que são tradicionalmente apontados como os principais responsáveis pelos problemas ambientais, tais como a indústria do aço, as refinarias de petróleo, os transportes, a agricultura intensiva, e, mais recentemente, perante a evolução e dinâmica do turismo, a atividade também foi considerada como impactante ao meio ambiente.

Para Beni (2007, p. 153) o turismo é um sistema, e como tal, é composto também pela oferta turística, que corresponde a “(...) um conjunto de recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria-prima da atividade turística porque, na realidade, são esses recursos que provocam a afluência de turistas (...)”.

Logo, a incorporação dos princípios de sustentabilidade as atividades turísticas pode favorecer o planejamento, organização e gestão do turismo (HANAI, 2009) de modo a contribuir para o alcance do desenvolvimento local sustentável, como serão analisados no item abaixo.

2.2 Turismo e Desenvolvimento Local Sustentável

O turismo é uma atividade praticada há bastante tempo e vem apresentando um crescimento expressivo, seu conceito surgiu na Inglaterra no século XVII (BARRETO, 1998). É importante considerar que ao longo do tempo, a atividade apresentou algumas mudanças marcantes, no qual Molina (2003) classifica em três etapas: o pré-turismo, o turismo industrial e o pós-turismo. Essas etapas serão descritas na Figura 03 a seguir.

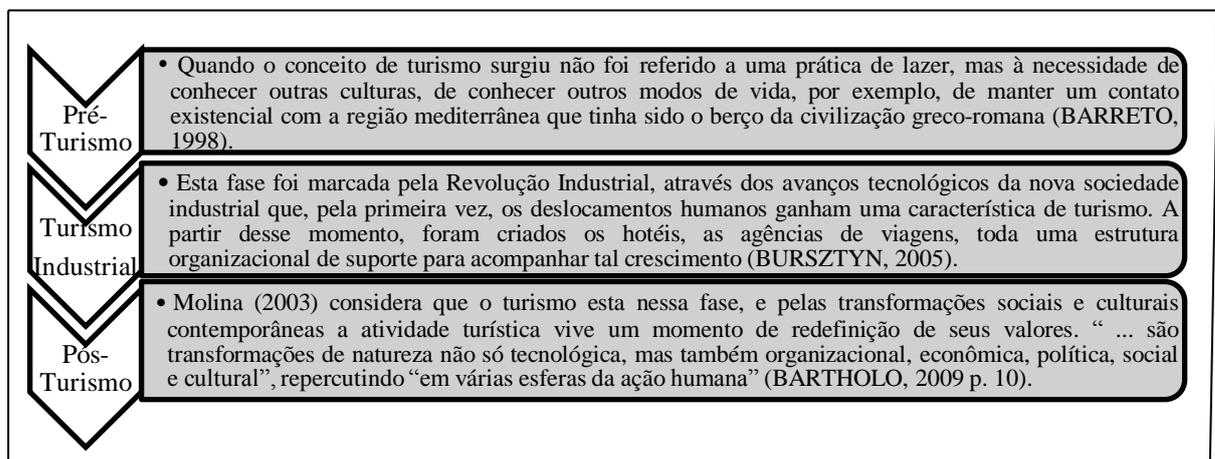


Figura 03 (2): Etapas do Turismo
Fonte: Baseado em Molina (2003, p. 46-48)

Entendendo a trajetória que o turismo perpassou, com todas as mudanças ocorridas durante o tempo, Franklin e Crang (2001) afirmam que este é um dos principais motivos que dificultam a conceituação desse fenômeno.

Para alguns autores o turismo é visto como indústria (POON, 1993; KOTLER, et al., 1994), outros consideram como um fenômeno (BENI, 2007; FALCÃO, 2010), existem ainda autores que avaliam como atividade do terceiro setor (KON, 2000; BOULLÓN, 2002; LEMOS, 2004).

Entende-se, neste estudo, o turismo como um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que por motivo de recreação, descanso, cultura, saúde, dentre outras razões, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa ou remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (BARRETO, 2002). Refletindo a partir de tal definição, consegue-se perceber a amplitude, a complexidade e multidisciplinaridade do fenômeno turismo.

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo é caracterizado por um conjunto de atividades em que se empenham pessoas temporariamente afastadas do seu ambiente habitual, por um período não superior a um ano, e para uma ampla gama de atividades como lazer, negócios, razões religiosas, saúde e pessoais, excluindo a obtenção de remuneração no local visitado ou de residência em longo prazo (OMT, 2008).

É preciso compreender que o turismo apresenta tipologias diferentes, já na década de 1970, Cohen, estabeleceu uma série de tipologias turísticas (COHEN, 1979) para diferenciar, a partir das características particulares, determinados tipos de turismo. Fullana e Ayuso apontam as tipologias de turismo como pode ser observado no Quadro 02 a seguir.

TIPOLOGIAS DO TURISMO	
Ecoturismo	O foco é visitar espaços naturais protegidos (parques naturais, parques nacionais, reservas, etc.) volta-se para apreciação do estado natural, com a vida selvagem e sua população nativa intactos.
Turismo rural	Turismo cujo objetivo prioritário é visitar zonas rurais
Turismo de aventura	Compreendem-se os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo
Turismo cultural	Visitar os recursos históricos, arquitetônicos, artísticos e étnicos de uma localidade.
Turismo religioso	Tem como motivação fundamental a fé. Configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionadas as diversas religiões existentes.
Turismo histórico	Os principais atrativos turísticos são os patrimônios históricos da localidade.
Turismo de negócios e/ou eventos	Compreende-se o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial ou promocional.
Turismo de lazer	Ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se.

Quadro 02 (2): Tipologias do turismo
Fonte: Baseado em Fullana e Ayuso (2002, p. 40)

Para qualquer tipo de turismo apresentado no Quadro 2, a atividade turística requer algum, senão mais de um, recursos e atrativos naturais, equipamentos, serviços, imagens, valores simbólicos e infraestrutura de um determinado lugar, possuindo assim o potencial de atrair turistas (DROULERS; MILANI, 2002).

Assim, é importante levar em consideração as relações interdependentes entre as diferentes dimensões do turismo, e não entender a atividade como meramente de cunho econômico, ou seja, o mesmo não pode ser analisado apenas como uma indústria. É preciso entender que este é um fenômeno complexo, uma vez que estabelece relações entre um grupo de visitantes e um grupo de residentes, e promove impactos negativos e positivos a primeira vista e subjetivos e inter-relacionais quando observado mais profundamente (FALCÃO, 2010).

Considerando os três elementos básicos ligados ao turismo, a saber: movimento (fluxo de pessoas de um lugar para outro), permanência em um determinado lugar (alojamento, hospitalidade), e entretenimento (consumo de alimentos, bebidas, etc.) (SMITH, 2004), entendem-se as razões pelas quais o turismo é visto como uma importante atividade fonte de geração de renda para a localidade que a desenvolve, visto que têm o potencial de movimentar direta e indiretamente vários setores da economia local (ALMEIDA, 2004).

Tomazonni (2009) cita que o turismo proporciona retornos e benefícios por meio da atividade comercial dos hotéis, das operadoras, das agências, do transporte e da alimentação, guias turísticos, entre outros, sendo possível contribuir para o desenvolvimento local. O autor

ainda afirma que o turismo é um dos setores que incorpora em sua cadeia produtos e/ou serviços de todos os demais setores, por exemplo: equipamentos e infraestrutura, como veículos para transporte; material de construção para hotéis e restaurantes; vestuário para os diferentes climas; alimentos e bebidas, dentre outros setores.

Conforme dados do Ministério do Turismo - MTur (2011), a partir dos números obtidos até setembro de 2011, o ministério recalculou as projeções e estima o melhor resultado desde 2003, ano de criação do MTur. O setor está otimista também para o crescimento da atividade nos próximos anos, de acordo com Barretto Filho, Presidente do Conselho Nacional de Turismo, a realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA, em 2014, e dos Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016, constituem oportunidades para o Turismo nacional e para a imagem do Brasil no exterior. Estes eventos impõem desafios importantes a serem enfrentados para que os investimentos públicos e privados consolidem um legado para toda a população.

É evidente que o turismo é uma atividade que cresce em todo o mundo e contribui significativamente, sobretudo em termos econômicos, para uma dada localidade. No entanto, é importante destacar que podem também proporcionar consequências negativas.

Holanda e Vieira (2003) chegam a afirmar que a relação direta entre o turismo e o desenvolvimento local é uma “falácia” e que as práticas turísticas estão mais orientadas para o desenvolvimento econômico do que para o desenvolvimento local. De acordo com os mesmos autores, o desenvolvimento local não é tratado como objetivo maior pelos diferentes atores da atividade turística. Os empresários estão mais preocupados em tirar proveito próprio e pressionam o Estado para dar o apoio necessário por meio de infraestrutura, fomento e incentivos à atividade, os governantes estão interessados na visibilidade de suas ações e a população não tem clara consciência do poder de participação que ela poderia exercer através de canais institucionais (HOLANDA; VIEIRA, op. cit.).

Por outro lado, outros autores, como Hastenreiter Filho (2005) e Barros e Araújo (2006), afirmam que é possível estabelecer um processo integrado entre o turismo e o desenvolvimento local sustentado a partir da participação dos diferentes atores (governo, mercado e sociedade) na construção de políticas locais conjuntas.

Mamberti e Braga (2006) afirmam que a atividade turística pode proporcionar impactos positivos e negativos para a localidade. Vários autores, como citados anteriormente, defendem o turismo como indutor do desenvolvimento local, mas outros veem a atividade como causadoras de impactos negativos. Nesse sentido, Droulers e Milani (2002) apontam os

impactos positivos e negativos para várias dimensões, como pode ser observado no Quadro 03.

Área	Impactos Positivos	Impactos Negativos
Economia	Receitas, emprego, nível de vida da população local, atração de investimentos	Inflação local, especulação imobiliária, concentração dos investimentos e perdas dos investimentos alternativos.
Turismo e Comércio	Reconhecimento da região, novas infra-estruturas, maior acessibilidade	Preços mais elevados, desenvolvimento descontrolados do comércio local
Sociedade e Cultura	Maior empenho dos residentes na promoção dos eventos locais, reforço dos valores e tradições locais	Comercialização sazonal de atividades privadas, alteração dos costumes em função do turismo, custos sociais (prostituição, abuso de drogas e álcool)
Psicologia	Orgulho quanto aos costumes locais, reconhecimento da riqueza da troca com o outro	Atitudes defensivas em face de outras culturas, hostilidades por dificuldade de comunicação
Política e Administração	Desenvolvimento local integrado	Mau planejamento, segregação sócio ambiental
Meio Ambiente	Novas infra-estruturas, conservação de algumas áreas, estratégias de gestão sustentável	Degradação ambiental, poluição, alteração de hábitos alimentares, produção excessiva e sazonal de resíduos sólidos

Quadro 03 (2): Impactos do Turismo
Fonte: Droulers e Milani (2002, p. 8)

A direção e a intensidade do impacto (positivo, negativo ou ambos) no turismo, dependem da forma como os atores sociais se organizam e interagem para atingir objetivos comuns de melhoria de qualidade de vida, aumento da competitividade e poder de atração turística, assim como a preservação e proteção do ambiente natural e cultural (CUNHA; CUNHA, 2005). Nessa perspectiva, o turismo sustentável:

“É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas passam a ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2005, p. 24).

Em outras palavras, o turismo visto sob o ponto de vista da sustentabilidade deve ser planejado e executado levando em consideração os aspectos sociais, culturais, ecológicos,

biológicos e não somente buscando o retorno econômico. Para tanto, a World Tourism Organization – WTO (2005) recomenda alguns princípios norteadores para o planejamento do turismo sustentável, conforme se observa no Quadro 04 abaixo.

PRINCÍPIOS DO TURISMO SUSTENTÁVEL	
Dimensões da sustentabilidade	Princípios
Ambiental	Conservação ambiental e a otimização do uso dos recursos ambientais, que se constituem em elementos fundamentais do desenvolvimento turístico, mantendo os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica contínuas no tempo e no espaço.
Social Cultural	Respeito à autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, com o compromisso de conservação de seu patrimônio construído e seu estilo de vida e valores tradicionais, e fortalecimento da compreensão intercultural e tolerância.
Econômico	Garantia de operações econômicas viáveis (eficiência e crescimento de longo prazo), com a geração de benefícios socioeconômicos distribuídos para todos os atores envolvidos (elevação da qualidade de vida e equidade social), incluindo oportunidades de emprego estável e obtenção de investimentos e serviços sociais, de maneira que contribuam à redução da pobreza.

Quadro 04 (2): Princípios do Turismo Sustentável
Fonte: Baseado em WTO (2005) apud Hanai (2009)

Tais princípios são aplicáveis as diferentes formas de turismo (religioso, cultural, gastronômico, de negócios, dentre outros) em todos os tipos de destinos, incluindo o turismo de massa e seus diversos segmentos.

Dessa forma, entende-se que o alcance do turismo sustentável é tido como um desafio, mas ao mesmo tempo fundamental, uma vez que é uma atividade que demanda uma transformação dos ecossistemas e um grande consumo de recursos naturais (MOLINA, 2001), em se tratando, sobretudo, do turismo que tem como principal atrativo a natureza.

Dessa forma, delinear o turismo a luz da sustentabilidade é o mais sensato a se buscar, porém é certo que há muitos desafios a serem superados. Assim, considera-se importante o engajamento dos diversos atores sociais, que segundo Lemos (2004) são: governo da localidade receptora, comunidade receptora, trabalhadores do setor, agências de viagens, governos das localidades emissoras, e turistas. Todos estes atores devem apresentar como objetivo alcançar uma atividade turística menos degradante ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, socialmente responsável e economicamente viável, conforme é indicado na seção a seguir.

2.2.1 Papéis dos Atores Sociais para o alcance do Turismo Sustentável

O alcance do turismo sustentável está atrelado ao envolvimento da comunidade local e das empresas da iniciativa privada junto com os órgãos públicos responsáveis por seu planejamento (SOUZA; FERREIRA, 2011). Hall (2001, p. 29) afirma que quando o turismo se desenvolve com base em planejamento é mais fácil “... minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retorno econômico nos destinos e, dessa forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo no longo prazo”.

Neste estudo são considerados como atores sociais importantes as três esferas, quais sejam: o poder público, as empresas e a comunidade local. Cada um destes apresenta objetivos e papéis diferentes, mas devem convergir e articularem-se com a finalidade do alcance do turismo sustentável. A seguir são detalhados os papéis de cada um destes atores sociais.

2.2.1.1 Políticas Públicas para o Turismo

Dentre os atores sociais, o governo apresenta forças expressivas na efetivação do turismo sustentável, uma vez que cabe a este regular e fomentar a atividade turística de modo a resultar em um desenvolvimento econômico, ambiental e social equilibrado (CRUZ, 2001).

Entretanto, no Brasil ainda há uma tendência de se considerar o planejamento público como uma mera questão de se fazer planos, delegar responsabilidades e definir orçamentos (SOUZA; FERREIRA, 2011). As iniciativas governamentais em prol das atividades turísticas no Brasil e do desenvolvimento de políticas públicas para o setor remontam aos anos 1930. Entretanto, não se trata das políticas de um planejamento global para o país, mas do desenvolvimento de ações para o comércio e as relações internacionais, nas quais o turismo está inserido (BURSZTYN, 2005).

Segundo Cruz (2001), somente a partir dos anos de 1990 foi adotada uma política de turismo para o Brasil. Esta política possuía dentre suas estratégias, a descentralização da gestão turística, através do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

Somente em 2003, segundo Gomes e Santos (2007), criou-se um Ministério exclusivo para o Turismo. Elaborou-se o Plano Nacional de Turismo (PNT), que se organizou em

macro-programas, sendo cada programa desmembrado em atividades relacionadas a questões específicas do desenvolvimento do turismo brasileiro.

O Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 é um instrumento de planejamento e gestão que coloca o turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no País. Em 2011 foi divulgado o PNT 2011/2014 estabelecendo os objetivos a serem alcançados nos próximos anos, tratando, sobretudo, da preparação do turismo brasileiro para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Além destes aspectos, o plano propõe diretrizes para incentivar o brasileiro a viajar pelo país, incrementar a geração de divisas internacionais, aumentar a competitividade do turismo brasileiro e fortalecer a gestão compartilhada da atividade turística em todo o país (PNT, 2012).

De acordo com o documento referencial do turismo no Brasil 2011/2014, os próximos anos são de muitas expectativas para o setor, o Governo Federal assegura melhorar a infraestrutura do turismo nacional, definindo e preparando os destinos turísticos, distribuídos por todo o território nacional, dentro dos padrões mundiais de qualidade.

Dentre as regiões do Brasil, o nordeste foi escolhido para receber “(...) grandes financiamentos e investimentos em macroprojetos de infraestrutura do Governo Federal, e posterior investimentos de empresas do setor turístico” (LIMA, 2006, p. 46), por possuir um potencial para a atividade turística e, geralmente, por falta de investimentos, não consegue desenvolver o turismo de forma sustentável.

Um dos destinos turístico do Nordeste, Porto de Galinhas, em Pernambuco (foco do estudo), é destaque no Estado, por isso recebeu apoio do PRODETUR/NE que contempla projetos que promovam o Desenvolvimento turístico local com repercussão econômica e os benefícios sociais e ambientais previstos.

Com a Copa do Mundo e as Olimpíadas a serem realizados no Brasil nos próximos anos, o Ministério do Turismo entende que é importante investir em ações duradouras cujos reflexos sejam sentidos por longos anos após a Copa. Para tanto, foi estabelecido um mapa de investimentos em cada uma das 12 cidades sedes da copa (Manaus, Cuiabá, Brasília, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) apontando responsabilidades e prioridades para essas cidades. São investimentos, em grande parte de recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) em aeroportos, infraestrutura, rede hoteleira e qualificação profissional, entre outros (AÇÕES COPA, 2012).

É inegável que os eventos esportivos irão contribuir para o crescimento da atividade turística de forma acentuada. Entretanto, a partir dos documentos e relatórios disponibilizados

pelo Ministério do Turismo (MTur), entre outros, não é possível visualizar preocupações quanto ao planejamento da atividade pautado em princípios de sustentabilidade, o que apresenta são ações pontuais e genéricas voltados para o meio ambiente e as questões sociais. Isso é um dado muito preocupante, afinal “o que se tem feito para o alcance de um desenvolvimento sustentável?” (RELATÓRIO SEBRAE, 2010, p. 50).

Para que o turismo sustentável se desenvolva em um local, a participação do poder público é fundamental, por meio principalmente das políticas e planos de turismo. De acordo com Cruz (2001) a política deve anteceder o plano sendo ela um conjunto de diretrizes e ações deliberadas pelo poder público, com o objetivo de ordenar o desenvolvimento da atividade turística em um determinado território. No Brasil nem sempre a política precede o plano, muitos projetos, programas e políticas falham na sua implementação, não atingem os objetivos fixados ou causam impactos negativos inesperados (OLIVEIRA, 2006).

Espera-se que o poder público promova a integração entre o planejamento, legislação e gestão ambiental para democratizar o processo de tomada de decisões e legitimar uma nova ordem de natureza social e ambiental (FERNANDES, 2004), visto que, mesmo em países mais desenvolvidos, em geral o turismo é planejado de forma muito pontual, sendo necessário, portanto, um planejamento integral que leve em consideração o maior número de dimensões possíveis (ambiental, social, econômica, política, entre outras), além da participação dos atores sociais.

Para o desenvolvimento do turismo sustentável, tão importante quanto à indução à articulação dos agentes em uma região turística, são os investimentos do Estado em saneamento, transportes, infraestrutura, programa de educação ambiental para comunidade local e os turistas, segurança, educação nas regiões turísticas (GOMES; SANTOS, 2007), visto que a infraestrutura básica é um dos fatores importantes para a afluência dos turistas. No Brasil, segundo Cabrera (2002), a falta de infraestrutura adequada é um dos fatores que impedem que o turismo se desenvolva.

Também, faz parte das funções de gestão pública do turismo a elaboração e implementação de planos de marketing do turismo para a destinação, de programas de educação e treinamento para o turismo, incentivar a vitalidade do setor turístico, bem como o monitoramento do alcance dos objetivos do planejamento da atividade na localidade e sua readequação e a reação às situações de crise que possam acontecer (OMT, 2009).

É importante ressaltar que o papel do poder público e a abrangência da política de turismo que implementará, segundo Rejowski e Solha (2002), varia de acordo com as

necessidades e os objetivos de cada local, sua intervenção e política deve se caracterizar pelo dinamismo, estando atenta a mudanças e influências do ambiente em que atua.

A partir do que foi exposto, percebe-se que o Governo, por meio de suas políticas públicas, apresenta um papel importante para o desenvolvimento de uma atividade turística que seja sustentável. Além do Governo, as empresas ligadas a atividade do turismo também assumem importância, uma vez que “os benefícios associados à atividade turística, dentro de uma economia bem planejada, são consequência da cooperação e integração entre o ator público e o ator privado (...)” (LIMA, 2006, pág. 8), além da participação da comunidade local.

2.2.1.2 EMPRESAS VINCULADAS A ATIVIDADE TURÍSTICA

A atividade turística apresenta uma rede de empresas interligadas de diferentes segmentos, por isso Monfort (2000) considera que o setor turístico é excessivamente amplo e heterogêneo, para ser tratado como um todo em função dos produtos diferentes que seja capaz de articular um destino turístico.

A estrutura do turismo é composta pelos meios de hospedagem, restaurantes, entretenimento, agências de guias de turismo, as agências de viagem e pelos agentes de apoio, dentre outros (GOMES, 2008), cujos objetivos dessas empresas é aumentar o fluxo de pessoas que se deslocam para determinada área receptora, o seu grau de participação nas várias atividades de recreação, da oferta de unidades de alojamento, das taxas de ocupação dessas unidades, dentre outros, com a finalidade de obter lucro (SOUZA, 2011).

Diversas críticas têm sido feitas às empresas turísticas, no que se refere às questões ambientais. Swarbrooke (2000) afirma que, em termos gerais, as empresas turísticas: (1) estão excessivamente interessadas nos lucros em curto prazo, não na sustentabilidade em longo prazo; (2) estão mais preocupadas em explorar o meio ambiente e as populações locais que em conservá-las; (3) estão cada vez mais controladas por grandes corporações transnacionais; (4) não estão fazendo o suficiente para aumentar a percepção dos turistas em prol da sustentabilidade e (5) somente se interessam pelo turismo sustentável, quando há perspectiva de obter boa publicidade e de reduzir custos.

É inegável que as organizações precisam obter lucros em seus negócios, mas este não precisa ser essencialmente seu único objetivo, é necessário estabelecer também outras prioridades e ser um agente atuante na sociedade em outras dimensões que não só a

econômica, desenvolvendo um sentido de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) coerente com a estratégia da empresa.

De acordo com o Instituto Ethos que é uma organização sem fins lucrativos, cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, a RSE é:

A forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2008).

Atualmente a responsabilidade social é uma ação importante para o posicionamento social das empresas, instituições e profissionais no mercado. Ao participar destas ações, a organização, além de adotar um comportamento e contribuir para o desenvolvimento econômico, atua na dimensão social e ambiental do desenvolvimento sustentável (MORATELLI; WÖHLKE, 2003).

Comportamentos éticos na prestação de serviços turísticos tendem a ser importantes ferramentas na gestão das organizações, gerando uma imagem positiva da mesma junto ao mercado consumidor, visto que, cada vez mais os indivíduos se mostram interessados num turismo social e ambientalmente responsável (VIRGINIO; FERNANDES, 2011).

Nesse sentido, Molina (2001) afirma que os turistas atualmente estão interessados na qualidade ambiental dos lugares que visitam, o que condiciona sua decisão de visitá-los ou não. O autor apresenta uma pesquisa feita com turistas alemães, estes enumeraram as seguintes prioridades na hora de escolher um destino para curtir as férias: tivesse praias limpas, baixo nível de ruído, baixo nível de densidade na ocupação do espaço, higiene, entre outros fatores.

Planejar e executar a atividade turística considerando os princípios da sustentabilidade se caracteriza como uma oportunidade para os diversos atores envolvidos, visto que as empresas apresentam um compromisso com os seus diversos *stakeholders* (acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, comunidade, Governo, entre outros).

É cada vez mais crescente a pressão desses *stakeholders* para que as empresas adequem suas atividades para responder a aos anseios da sociedade (NASCIMENTO, 2005). Em se tratando da atividade turística, foi basicamente em resposta a duas pressões essenciais: a demanda do consumidor por um turismo mais socioambientalmente responsável; e, a

ameaça de regulamentação governamental (SWARBROOKE, HORNER, 2002; COOPER, et al., 2007) que impulsionaram as empresas a adotarem uma postura eticamente responsável.

Virginio e Fernandes (2011) apontam algumas ações importantes a serem adotadas pelas empresas que fazem responsabilidade social, quais sejam: proteção ao meio ambiente, a segurança e saúde dos colaboradores, o respeito aos direitos humanos e aos direitos básicos, assim como, as relações com os empregados, clientes, fornecedores e as comunidades nas quais a empresa opera.

Como forma de contribuir para a incorporação dos princípios éticos que regem as relações entre empresa – sociedade – meio ambiente, a Organização Mundial do Turismo em 1999 elaborou o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem por finalidade promover um turismo responsável e sustentável, acessível a todas as pessoas que queiram utilizar o seu tempo livre em lazer ou viagens, e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos; a participação das empresas e sua conduta ética possam contribuir com esse processo de planejar que respalda premissas sustentáveis (OMT, 2005).

Para Araújo e Sonia-Silva (2007), as diretrizes do Código buscam definir padrões éticos de comportamento no campo profissional dos serviços turísticos, de forma a estabelecer referências claras e precisas para a atuação dos agentes do setor.

Assim, é recomendável que as empresas do setor turístico assumam seu papel social, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida das pessoas com o advento de ações sociais e ambientais e que foquem o desenvolvimento sustentável como sendo mediador nas relações humanas e empresariais de forma ética, além de exercer seu papel enquanto pertencente à sociedade.

Além do Governo e das empresas ligadas a atividade turística, Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002 p. 362) afirmam que “para o turismo ecologicamente sustentável se torne uma realidade, serão necessárias iniciativas por parte de todos os envolvidos no cenário turístico”, inclusive da sociedade civil da localidade.

2.2.1.3 Sociedade Civil e sua importância no Turismo Sustentável

Além das empresas e o Governo, a sociedade civil também é importante e refere-se à arena de ações coletivas voluntárias em torno de interesses, propósitos e valores. Sociedades civis são frequentemente organizadas como instituições de caridade, organizações não-

governamentais, grupos comunitários, organizações femininas, organizações religiosas, associações profissionais, sindicatos, entre outros (NOGUEIRA, 2003).

A comunidade local deve ser a maior gestora do turismo, pois se trata da maior interessada em seus benefícios e é a que mais sofre com os seus impactos. Como premissa, tem o conhecimento da realidade da localidade e de suas reais necessidades, portanto, devem estar presentes em órgãos deliberativos do turismo, além de ser também representada na gestão pelas Organizações Não-Governamentais, de modo que haja uma participação da comunidade local com a colaboração ativa no processo de desenvolvimento turístico (HANAI, 2009).

As empresas dos destinos turísticos também devem valorizar a comunidade local, dando-lhes oportunidades de trabalho em seus negócios. A busca e a eficácia da sustentabilidade local devem enfatizar as propostas que permitam a inclusão dos atores da comunidade (MARTÍNEZ; HIRABAYASHI, 2003; RANAURO, 2004). Para que isso se efetive, o poder público, visando o desenvolvimento do turismo, necessita desenvolver ações de educação para o turismo, que qualifiquem e sensibilizem a comunidade, pois, segundo Hanai (2009), a inexistência da consciência turística da comunidade local e de sua compreensão básica sobre o fenômeno turístico numa localidade podem ocasionar:

- ✓ Desinteresse da comunidade no processo participativo de desenvolvimento turístico local;
- ✓ Visão depreciativa do turismo e atitude de resistência e receio ao seu desenvolvimento, comprometendo a imagem do destino turístico;
- ✓ Frustrações locais e perda da credibilidade no desenvolvimento turístico;
- ✓ Falta de preparação para atuação direta ou indireta no turismo, refletindo na qualidade dos serviços e da receptividade dos turistas;
- ✓ Desconsideração dos verdadeiros interesses comunitários da sociedade local.

Magalhães (2002, p. 90), defende que “o planejamento do turismo de forma consistente e adequada só é possível a partir do envolvimento da comunidade em todas as etapas do processo de tomada de decisão”. Este incentivo à efetiva participação da comunidade local no processo de desenvolvimento turístico busca propiciar o seu envolvimento de maneira consciente na definição das ações desejáveis nas estratégias de planejamento e nos propósitos de desenvolvimento local da atividade turística (HANAI; ESPÍNDOLA, 2011).

Assim, considera-se que todos os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento e promoção do turismo (Figura 04) têm responsabilidades diferentes, mas interdependentes entre si, na busca por uma atividade turística sustentável.

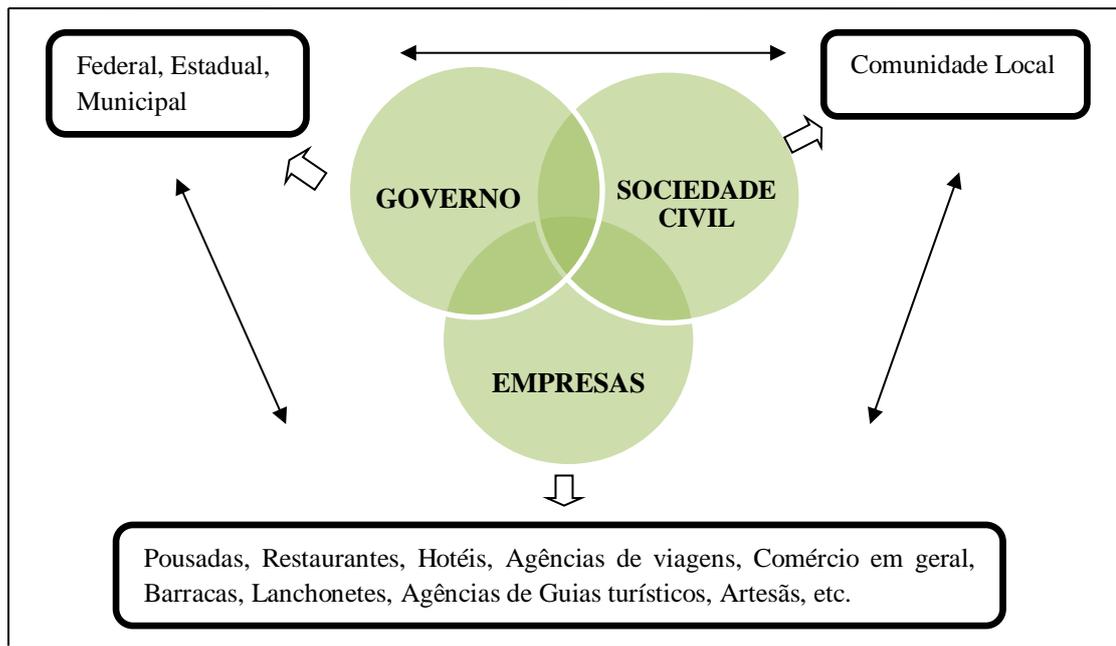


Figura 04 (2): *Stakeholders* vinculados ao turismo
 Fonte: Adaptado Carvalho (2007, p. 157)

A partir da Figura 04 e considerando todas as discussões anteriores, passa-se então a perceber que o “(...) desenvolvimento no turismo deve partir de uma visão mais ampla das convencionais, permitindo uma apreciação simultânea dos papéis assumidos por todos os atores” (BRANDÃO, 2010, p. 29) relacionados com as empresas, com os governos, com autoridades locais, e com membros da comunidade, enquanto colaboradores do desenvolvimento do turismo.

Tomando como base todas as discussões até então apresentadas, é inegável o desafio a ser enfrentado para o alcance do turismo sustentável, porém, acredita-se que a utilização de sistemas de indicadores de sustentabilidade seja uma forma de operacionalização de tal conceito. Veiga (2010, p. 40) concorda quando afirma que, o alcance da sustentabilidade exige “uma trinca de indicadores, pois ela só poderá ser bem avaliada se houver medidas simultâneas da dimensão ambiental, do desempenho econômico, e da qualidade de vida (ou bem-estar)”.

Desse modo, os sistemas de indicadores de sustentabilidade apresentam-se como ferramentas importantes com foco no desenvolvimento sustentável, como serão analisados no item a seguir.

2.3 Indicadores de Sustentabilidade

O termo “indicador”, para a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2002, p. 204), é como: “... valor calculado a partir de parâmetros, dando indicações ou descrevendo o estado de um fenômeno do meio ambiente ou de uma zona geográfica...”.

Para Van Bellen (2006), os indicadores devem ser entendidos como variáveis, ou seja, a representação operacional de um atributo (qualidade, característica, propriedade) de um sistema, cujo objetivo principal consiste em agregar e quantificar informações ressaltando sua significância, visando melhorar o processo de comunicação e entendimento dos fenômenos complexos.

Em se tratando de indicadores de sustentabilidade, estes “são componentes que fornecem informações indispensáveis para a compreensão do mundo, para tomada de decisões e para planificação de ações” (MEADOWS, 1998, p. 1).

Nesse sentido, os indicadores de sustentabilidade apresentam como funções: destacar a diversidade, colocar em discussão o conceito de desenvolvimento sustentável e promover um processo democrático de planejamento e de monitoramento (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009). Santos (2009) complementa afirmando que é necessário desenvolver indicadores que possam prover parâmetros para a sociedade que permitam avaliar o progresso e/ou comparar realidades, resultando no auxílio e na definição de políticas públicas que priorizem a solução de problemas nas diversas dimensões da sustentabilidade.

A importância dos indicadores de sustentabilidade reside no fato de que pelo seu uso é possível o monitoramento das mudanças de forma constante e consistente. Estes contribuem para deixar os objetivos mais claros e precisos e pode ser muito valioso para promover responsabilidade, aumentar a consciência e dar suporte às ações (ZUCARATO; SANSOLO, 2006).

Mesmo antes da criação de indicadores de sustentabilidade propriamente ditos, já havia outros indicadores, embora mais específicos, como o Produto Interno Bruto (PIB) relacionado principalmente a aspectos econômicos, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), preocupando prioritariamente com fatores sociais e o Pressão Estado Resposta (PSR) com os ambientais, com o objetivo de apresentar informações para subsidiar nas tomadas de decisões.

Em função dos compromissos internacionais voltados à sustentabilidade, diversos outros indicadores foram desenvolvidos visando fornecer subsídios para a tomada de decisão de governos, empresas e a sociedade em geral (BARTHOLO, 2009). Segundo Van Bellen

(2006), as ferramentas mais utilizadas são: Ecological Footprint Method, Barometer of Sustainability e o Dashboard of Sustainability.

Os autores (MEADOWS, 1998; BOSSEL, 1999) relatam as limitações dos indicadores de sustentabilidade. A maioria dos indicadores relacionados à sustentabilidade não possui um sistema teórico conceitual que reflita a viabilidade e a operação do sistema total, eles normalmente refletem a experiência e os interesses de pesquisa dos especialistas (BOSSEL, op. cit.). Além disso, outra limitação é o processo de seleção dos indicadores, visto que a escolha inadequada conduz a um sistema com falhas que podem comprometer os resultados da pesquisa.

A partir disso, algumas iniciativas foram implementadas em resposta a esses desafios, a exemplo da criação dos princípios de Bellagio, em 1996, criados por um grupo de especialistas e pesquisadores de todo o mundo. Brunvoll et al (2002) apontam os princípios, quais sejam: guia de visão de metas; perspectivas holísticas; elementos essenciais; escopo adequado; foco prático; abertura e transparência; comunicação efetiva; ampla participação; avaliação constante e capacidade institucional.

Segundo Van Bellen (2006), os princípios servem como orientação para avaliar e melhorar a escolha, utilização, interpretação e comunicação de indicadores. Estes “(...) são em número de dez e abrangem todas as etapas do processo de desenvolvimento de indicadores para mensuração da sustentabilidade”, desde o passo inicial (princípio 1), passando para a definição do conteúdo da avaliação (princípios 2 a 5) e do processo de avaliação (princípios 6 a 8), além da necessidade de melhoria contínua do sistema (princípios 9 e 10) (DELAÍ; TAKAHASHI, 2009, p. 5).

A partir da compreensão dos princípios de Bellagio, entende-se que os sistemas de indicadores de sustentabilidade tendem a resultar em dados mais consistentes e desenvolver seu papel que é de:

“(...) identificar as características relevantes de um sistema e clarificar as complexas relações entre as diferentes variáveis envolvidas num fenômeno específico, tornando-o visível ou perceptível para comunicar as suas informações contidas, constituindo-se em instrumentos úteis de análise objetiva sobre o fenômeno considerado” (HANAI, 2009, p. 177).

É importante ressaltar que a participação dos atores sociais locais na construção e/ou adaptação dos indicadores já existentes é importante, por considerar que estes são os maiores conhecedores da realidade local. Gallopín (2003) aponta para a necessidade de adaptar os indicadores de sustentabilidade às escolhas, aspirações e projetos específicos de cada

comunidade, dando-lhe a possibilidade de influenciar na definição do que entende por sustentabilidade, considerando as diferentes histórias, necessidades e realidades de cada território e sua diversidade cultural, social, econômica, e ecológica. Van Bellen (2002) afirma que a participação na escolha dos indicadores propicia a legitimidade, eficiência e transparência dos mesmos.

Diante disso, percebe-se que os indicadores são ferramentas que podem avaliar a sustentabilidade de um dado contexto (Município, empresas, atividades setoriais, dentre outros) e dada à possibilidade de participação dos atores sociais locais, é possível obter uma “fotografia” da real situação para subsidiar nas tomadas de decisões rumo ao desenvolvimento sustentável.

Como apresentado anteriormente, o uso de indicadores de sustentabilidade é uma ferramenta eficaz para qualquer que seja o contexto. No caso da atividade turística, a Organização Mundial do Turismo - OMT (2005) destaca como componente central no processo de planejamento e gerenciamento turístico, a definição e o uso de indicadores de sustentabilidade, uma vez que torna possível monitorar as mudanças ao longo dos tempos de maneira constante e consistente e orientar as alterações de políticas públicas com a finalidade de desenvolver a atividade turística sob o olhar da sustentabilidade.

2.3.1 Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo

O uso de indicadores é parte de uma abordagem holística do planejamento e gestão de destinos turísticos, por isso “as instituições internacionais vinculadas à atividade de turismo têm direcionado esforços para o desenvolvimento de novas metodologias para avaliar, de forma sistêmica e integrada, as relações entre os fatores econômicos, socioculturais, ambientais e político-institucionais” (CUNHA; CUNHA, 2005, p. 10).

Desde algum tempo, vários estudos (ver Quadro 5) têm sido realizados no sentido de construir Sistemas de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, quer seja por parte de organizações ligadas ao turismo, universidades ou entidades governamentais e empresariais.

ANO	INSTITUIÇÃO/AUTOR	DESCRIÇÃO
1995-1996	Organização Mundial do Turismo (OMT).	Publicou um primeiro guia prático sobre Indicadores de Sustentabilidade do Turismo, embora já desenvolvesse trabalhos nesta matéria desde 1992.
1998	Cadeia Hoteleira de Âmbito Mundial (ACCOR)	Realizou-se um trabalho concreto e prático no sentido de dotar os hotéis de indicadores ambientais que permitissem descrever a sua situação e compará-la com a dos outros.
2001	Agência Americana para a Proteção do Ambiente (EPA)	Estabeleceu um método de construção de indicadores que medissem o impacto econômico e ambiental de vários subsectores do turismo (alojamento, restaurantes, transportes e outras atividades ligadas ao turismo como desportos náuticos, golfe, congressos, parques temáticos, etc).
2002	Ministério do Ambiente da Espanha	Reuniu especialistas para discutir assuntos relacionados com impacto, responsabilidade do setor do turismo, grau de reversibilidade e extensão do impacto, tendo produzido indicadores ambientais relacionados com turismo, ao nível nacional e para zonas específicas com peso significativo no setor do turismo.
2004	World Tourism Organization – WTO	Volta a publicar um guia sobre indicadores de sustentabilidade do Turismo, intitulado: “ <i>Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: a Guidebook</i> ”, que contou com a colaboração de cerca de 60 autores de 20 países, criando uma rede de especialistas na matéria, a nível mundial.
2005	Organização Mundial do Turismo - OMT	Recomenda 12 indicadores principais para avaliar a sustentabilidade do turismo, quais sejam: Satisfação local com o turismo; Efeitos do turismo nas comunidades; Satisfação sustentável do turista; Sazonalidade do turismo; Benefícios econômicos do turismo; Gerenciamento da energia; Disponibilidade e consumo de água, etc.
2006	Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia (ELAVAI et al., 2006)	Este estudo foi resultado de um projeto conjunto entre os Institutos de Estatística dos Açores, Madeira e Canárias, cujo objetivo foi desenvolver um Sistema de Indicadores Estatísticos do Turismo, através do qual se possa medir e acompanhar a evolução da sustentabilidade do turismo em cada uma das regiões. Foram selecionados 36 indicadores distribuídos nas dimensões: econômica, atividade turística, sociedade e cultura, meio ambiente e institucional.
2007	Estudos da Competitividade e as Propostas de Indicadores do Ministério do Turismo.	Este estudo tem por objetivo propor um conjunto de indicadores de sustentabilidade para os diversos tipos de turismo que podem ser utilizadas em diferentes regiões. Tem como fragilidade a ausência de critérios de seleção e de análises como também não define parâmetros para as análises.
2009	HANAI (2009)	O estudo elaborou, a partir de uma abordagem participativa, um conjunto de indicadores para o turismo distribuído nas seguintes dimensões: ambiental, social, cultural, turística institucional e econômica. Cada um desses indicadores apresenta os métodos de análise e ponderação.
2010	FALCÃO (2010)	Este estudo tem por objetivo ampliar e discutir o TALC adequando tal modelo teórico às dimensões da sustentabilidade verificando a aplicação dessa adequação no Arquipélago de Fernando de Noronha. A sustentabilidade foi analisada a partir de seis dimensões: social, econômica, cultural, ecológica, espacial e política.
2010	RUSCHMANN (2010)	Apresenta 98 indicadores de sustentabilidade, considerando-se os componentes ambiental, social e econômico, aplicados a diversas unidades de conservação no Brasil.

Quadro 05 (2): Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade de Turismo

Fonte: Baseado nos autores

A partir desses sistemas de indicadores, quando da sua aplicação, é possível gerar um conjunto de informações sobre a situação real do desenvolvimento turístico, o qual deverá subsidiar o processo de tomada de decisão dos diversos atores envolvidos na atividade. É importante destacar que nem todos os sistemas de indicadores são aplicáveis a toda localidade, é necessário fazer adaptações a partir das características pertinentes ao *locus* da pesquisa.

Para a escolha do sistema de indicadores a ser aplicado é importante que este seja compacto (o menor possível, mas não tão escasso quanto o necessário) e compreensível, cobrindo todos os aspectos relevantes (BOSSSEL, 1999). Além disso, quando o pesquisador optar por elaborar os indicadores ou mesmo fazer aplicação de um modelo já existente, é necessário adaptar à realidade que será estudada, uma vez que os indicadores precisam refletir o espaço e o tempo específicos no contexto de uma localidade para que as ferramentas de gestão do turismo sustentável sejam realmente efetivas (TWINING-WARD; BUTLER, 2002).

Analisando os sistemas de indicadores do turismo apresentados no Quadro 5, em sua maioria, estes modelos não compreendem a todas as dimensões da sustentabilidade, são incompletos por não apresentarem parâmetros e critérios de análises, dentre outros aspectos. De modo geral, os sistemas de indicadores não conseguem abranger a complexidade que o desenvolvimento sustentável apresenta, de maneira que compreendem o fenômeno de forma pontual e incompleto. Além disso, os modelos não levam em consideração a participação dos atores sociais locais, sendo selecionados indicadores pelos pesquisadores e aplicados a localidade sem ao menos a escolha e ponderação dos atores locais.

A partir do que foi apresentado e considerando as diretrizes dos Princípios de Bellagio e Bossel (1999), este estudo selecionou o Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo – SISDTur proposto por Hanai (2009), por este apresentar todas as dimensões da sustentabilidade, com seus devidos indicadores com parâmetros específicos e as formas de medição, além disso, os indicadores foram escolhidos a partir de uma abordagem participativa. Estes aspectos são importantes e o que diferencia dos demais sistemas de indicadores apresentados.

2.3.1.1 Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo - SISDTur

Para analisar a sustentabilidade do destino turístico Porto de Galinhas foi utilizado o Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDTur) proposto por Hanai (2009), este modelo é organizado em indicadores para Estabelecimentos Turísticos e Gestão Turística Municipal, conforme verifica-se na Figura 05.

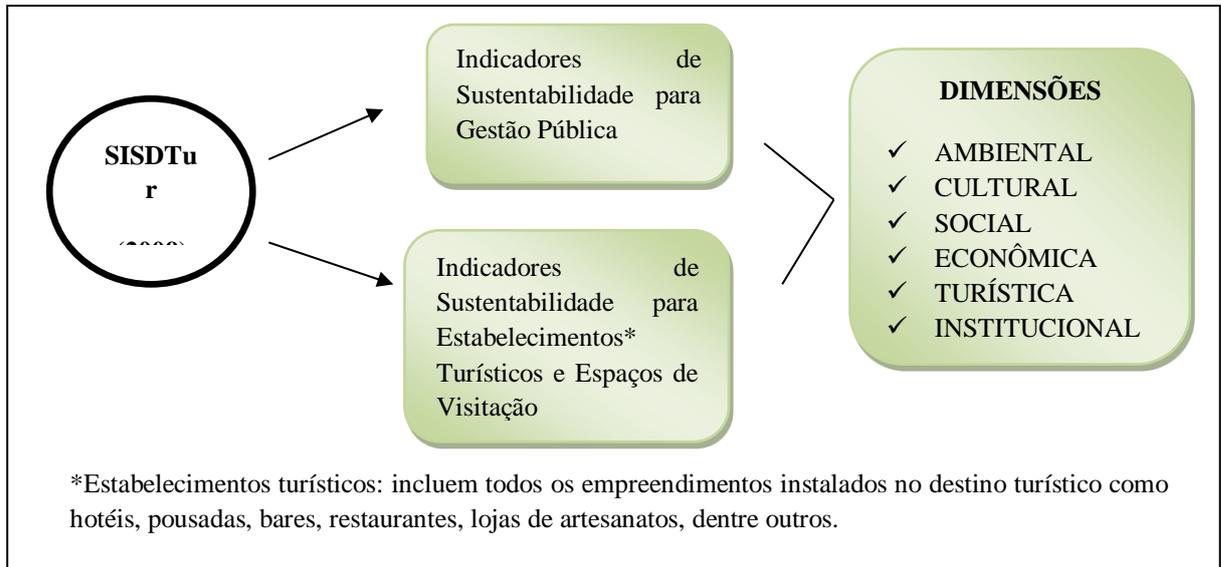


Figura 05 (2): Arquétipo do SISDTur
Fonte: Elaboração Própria

A partir da esquematização da metodologia SISDTur (2009), segue a explicação de cada uma das suas dimensões e de seus indicadores como forma de facilitar o entendimento e análise da sustentabilidade do turismo em Porto de Galinhas.

✓ **Compreensão das dimensões e indicadores que compõem o SISDTur**

O modelo apresenta as seis dimensões da sustentabilidade, quais sejam: Ambiental, Cultural, Social, Econômica, Turística e Institucional, as quais serão descritas no Quadro 06 a seguir.

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO
AMBIENTAL	Há uma crescente preocupação em se avaliar os impactos do turismo sobre o meio ambiente, uma vez que, geralmente, a atividade turística utiliza o meio ambiente como principal “matéria-prima” para seu negócio. Essas preocupações estão centradas especialmente no processo de degradação que pode afetar os recursos naturais que são utilizados no desenvolvimento destas atividades e a irreversibilidade deste processo. Dessa forma, esta dimensão tem por objetivo fazer um diagnóstico sobre a relação turismo – meio ambiente e o que vem sendo feito para o alcance do turismo sustentável.
CULTURAL	A atividade turística é uma atividade que não passa à margem da vida cotidiana dos residentes dos locais visitados. A partir disso decorre a necessidade de avaliar em que medida a afluência turística exerce maior ou menor pressão sobre os destinos turísticos e de que forma os residentes desses mesmos destinos encaram o desenvolvimento da atividade turística nas suas próprias regiões.
SOCIAL	A magnitude dos impactos sociais dependerá das características dos turistas e das diferenças socioculturais existentes. Hall (2001) afirma que, dependendo do tipo de turista que visita a região, o impacto social será mais ou menos intenso. Além disso, esta dimensão também visa analisar de como o turismo tem contribuído, ou não, para a inserção socioeconômica dos residentes, bem como se estes estão satisfeitos com o turismo e o que o governo tem feito para contribuir nesse sentido.
ECONÔMICA	Esta dimensão visa caracterizar os impactos econômicos do turismo, desde sua estrutura econômica e as interdependências entre os diferentes setores na economia local. Os estudos econômicos ajudam a mensurar o tamanho e a estrutura do setor de turismo em determinada região, e sua ligação com os demais setores econômicos (EMBRATUR, 2007).
TURÍSTICA	Esta dimensão tem por objetivo analisar o que tem sido desenvolvido para agradar o turista, considerando que este é o principal cliente do turismo, além disso, identificar as ações do turista que podem comprometer a atividade, bem como a sustentabilidade da mesma.
INSTITUCIONAL	Tem por objetivo avaliar o esforço realizado pelos agentes públicos no planejamento estratégico do turismo. Referem-se ao número de planos, programas e normas sobre turismo e sustentabilidade. O papel do poder público na organização e planejamento da atividade turística representa elemento fundamental para o desenvolvimento do setor. A sua gestão deve ter como objetivo a integração econômica, social e ambiental por meio da elaboração das políticas públicas.

Quadro 06 (2): Descrição das dimensões do SISDTur
Fonte: Elaboração Própria (2012)

Segundo Vasconcelos (2011), esta etapa de compreensão das variáveis do modelo é de fundamental importância para a condução do método, dado que o entendimento acerca de tais variáveis por parte do pesquisador, assim como de suas definições e justificativas, permitirá a condução de forma mais eficaz das entrevistas junto aos atores sociais.

O SISDTur é composto por vários indicadores e sua análise permite a obtenção de um diagnóstico da sustentabilidade do turismo a partir de um conjunto de seis dimensões. Ressalta-se que outros indicadores foram incorporados ao modelo a partir da caracterização da atividade turística realizada em Porto de Galinhas. Como o SISDTur foi criado a partir da tipologia do turismo rural e o presente estudo trata de turismo praieiro, a pesquisadora

compreendeu a necessidade de inclusão de outros indicadores dentro das dimensões já existentes, conforme serão explicados no próximo capítulo.

Para cada dimensão apresentada acima são elencados descritores e seus respectivos indicadores, conforme se observa no Quadro 07 a seguir.

SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DO TURISMO – SISDTur		
DIMENSÕES	DESCRITORES	INDICADORES
AMBIENTAL	Consumo e qualidade da água	Quantidade de água consumida por turista num período.
		Programa de redução do consumo, desperdício e reuso de água.
		Quantidade de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água.
		Monitoramento da qualidade da água.
	Geração e manejo dos resíduos sólidos	Resíduos sólidos gerados por turistas num período.
		Programa de redução da quantidade de resíduos sólidos.
		Coleta seletiva de resíduos sólidos e processo de reciclagem.
		Resíduos sólidos reciclados.
		Resíduos sólidos com destinação adequada (aterros sanitários).
		Programas de manejo de resíduos perigosos no Município.
	Consumo de energia	Energia consumida por turistas num período.
		Programa de redução do consumo de energia.
	Tratamento de esgoto	Processos de tratamento de esgotos.
		Quantidade de esgotos tratados.
	Áreas naturais preservadas	Áreas preservadas recuperadas ou em processo de recuperação.
	Melhoria da qualidade do ar	Programa ou instalações para melhoria da qualidade do ar.
	Iniciativas de educação ambiental e cultural	Programas orientados de interpretação e educação ambiental e/ou cultural.
Implementação da Agenda 21 ou de um Plano de Desenvolvimento Sustentável	Iniciativas de implementação da Agenda 21 local e Plano de desenvolvimento sustentável.	
Certificação ambiental e/ou turística	Processo de certificação ambiental e/ou turística.	
Capacidade administrativa de gestão ambiental	Organismos, instituições e entidades atuantes nos processos decisórios sobre questões ambientais.	
	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas em meio ambiente.	
CULTURAL	Produtos típicos culturais locais	Produtos típicos locais ofertados (artesanato, produtos alimentícios, souvenirs).
	Preservação de patrimônios culturais	Bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos existentes.
	Valorização da cultura tradicional local	Eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas realizadas.
		Organismos, instituições, entidades de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional local.
		Iniciativas de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional.
Inserção de residentes locais (origem local) no setor	Residentes locais empregados no estabelecimento turístico no município.	

SOCIAL	turístico	Proprietários e empresários turísticos de origem local.
		Iniciativas de capacitação e treinamento profissional aos funcionários residentes locais num período.
		Funcionários residentes locais com capacitação em turismo.
	Nível de empregabilidade em turismo	Empregos fixos e temporários de turismo.
	Satisfação dos residentes locais	Proporção entre turistas e residentes em alta e baixa temporada.
		Nível de satisfação/aceitação dos residentes em relação ao turismo.
Programas de projetos sociais envolvendo residentes locais e articulados com o desenvolvimento turístico.		
ECONÔMICA	Rentabilidade	Renda gerada pelo turismo.
	Longevidade do estabelecimento turístico	Longevidade do estabelecimento turístico.
	Disponibilidade de funcionamento de estabelecimento turístico	Funcionamento nos finais de semana e feriados dos estabelecimentos turísticos.
	Novos estabelecimentos turísticos	Novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos num período.
	Gastos do turista	Gasto médio diário de turistas.
	Investimento em turismo	Investimentos anuais em turismo.
	Sazonalidade turística	Iniciativas de minimização da sazonalidade turística.
TURÍSTICA	Capacidade total de alojamento	Oferta de meios de hospedagem.
	Capacidade de restauração	Oferta de estabelecimentos de alimentação.
	Capacidade dos meios de transportes	Oferta de serviços de transportes.
	Recursos turísticos existentes e potenciais	Recursos turísticos existentes.
	Capacidade de ofertas de serviços turísticos receptivos	Oferta de agências e serviços de turismo receptivo.
	Investimentos em turismo	Linhas de crédito disponíveis específicas de turismo para investimentos.
	Sazonalidade turística	Programas estratégicos que lidem com a sazonalidade turística.
	Acessibilidade	Facilidades para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção e/ou outras necessidades especiais.
	Registro e controle de visitação	Sistemas de registro e controle da visitação.
	Visitas orientadas com programas de interpretação ambiental e cultural	Programas de visitação orientada de interpretação ambiental e/ou cultural.
	Quantidade de turistas	Quantidade de turistas numa temporada específica.
	Intensidade de uso / capacidade de carga	Quantidade de turistas/ visitantes num local atrativo durante um período.
		Proporção entre número de guias e número de turistas durante a visitação aos atrativo e tamanho dos grupos de turistas.
	Segurança	Incidentes e acidentes envolvendo turistas/ visitantes num período.
	Satisfação e assiduidade (repetição do turista)	Grau de satisfação e assiduidade (quantidade de repetição) do turista.
	Perfil e avaliação dos turistas	Conhecimento do Perfil e avaliação turística dos visitantes.
Instalações e facilidades turísticas	Instalações turísticas com estruturas de minimização dos impactos do turismo.	

	Zoneamento paisagístico e normas de edificações turísticas	Regulamentações e normas para a ocupação e uso do solo em áreas turísticas.
INSTITUCIONAL	Capacitação e apoio técnico em turismo	Capacitação e apoio técnico específico em turismo.
	Envolvimento de administradores e empreendedores com o setor turístico	Participação dos empreendedores e/ou gestores administrativos no setor turístico local.
	Promoção e comercialização de produtos turísticos	Estratégias de promoção e comercialização dos produtos turísticos.
	Participação Social no processo de desenvolvimento turístico	Participação social no processo de desenvolvimento turístico.
	Comunicação social de decisões e resultados do setor turístico	Mecanismos de comunicação dos resultados de decisões sobre o desenvolvimento turístico e dos relatórios de avaliação turística obtidos pela aplicação do SISDTur.
	Planejamento do Turismo no município	Plano Municipal de Turismo.
	Conscientização do turismo sustentável	Programas de educação e conscientização sobre turismo sustentável.
	Articulação e integração do planejamento turístico a outros setores municipais	Integração do planejamento territorial e dos planos de gestão ambiental com o desenvolvimento turístico.
	Planejamento do turismo regional	Integração entre a planificação do desenvolvimento turístico com o processo de planejamento regional de turismo.
	Organização social do desenvolvimento turístico	Organismos sociais, associações e entidades de classe de turismo (guias, hotéis, restaurantes, agências) atuantes nos processos decisórios de desenvolvimento turístico.
	Capacidade de gestão turística municipal	Estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo.
	Capacidade de monitoramento do turismo sustentável	Equipe de aplicação do SISDTur.

Quadro 07 (2): Dimensões, descritores e indicadores do SISDTur
Fonte: HANAI (2009)

Segundo Hanai (2009), a aplicação do SISDTur possibilitará:

- ✓ Monitoramento contínuo do processo de desenvolvimento do turismo local;
- ✓ Maior compromisso e responsabilidade dos atores sociais pela atividade;
- ✓ Maior expectativa de aplicação das ações direcionadas ao desenvolvimento do turismo sustentável;
- ✓ Incorporar sistemas de monitoramento e gestão ambiental em atividades cotidianas, conduzidas pela própria comunidade.

Diante de todas estas considerações, percebe-se que o turismo, caracterizado como uma atividade que pode impactar direta ou indiretamente o meio ambiente, deve ser planejada atentando aos princípios da sustentabilidade. Dessa forma, é necessário utilizar um sistema de

indicadores de sustentabilidade consistente que avalie a atividade turística e propicie informações que contribuam para o monitoramento contínuo da atividade sob o olhar da sustentabilidade.

O próximo capítulo aborda os procedimentos metodológicos utilizados para a concretização dos objetivos propostos no sentido de demonstrar como foram desenvolvidas as conclusões da pesquisa.

3 Procedimentos Metodológicos

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa, quais sejam: delineamento da pesquisa, a seleção do caso, desenho metodológico da pesquisa, as técnicas de coleta de dados, processo de análise e discussão dos resultados da referida pesquisa.

3.1 Delineamento da Pesquisa

Este estudo é caracterizado por uma abordagem multimétodos, por acreditar que essa abordagem, a partir da triangulação de dados quantitativos e qualitativos, terá resultados mais consistentes. Considerando que este é um estudo sobre sistema de indicadores de sustentabilidade, o uso combinado de indicadores objetivos (quantitativos) e subjetivos (qualitativos) pode mitigar as respectivas deficiências de ambos indicadores e fornecer informações melhores e mais precisas para tomadores de decisão criar um sistema forte de monitoramento que pode melhorar o processo de desenvolvimento. Uma avaliação utilizando-se ambos indicadores objetivos e subjetivos ajudará a criar fortes e robustos sistemas de monitoramento (CHOI; SIRAKAYA, 2006).

Nesse tipo de abordagem, os dados qualitativos e quantitativos são analisados de forma complementar. Desse modo, não se busca necessariamente confirmar os resultados qualitativos com os dados quantitativos (ou vice-versa), embora geralmente sejam identificadas as situações de acordo e desacordo entre as duas fontes (MATOS, 2006).

Como estratégia de pesquisa, foi utilizado o estudo de caso, uma vez que se caracteriza pela seleção de “objeto de pesquisa restrito, com o objetivo de aprofundar-lhe os aspectos característicos” (SANTOS, 2006, p.27). Creswell (2010) considera esta estratégia de investigação abrangente, visto que pode ser entendida como uma maneira particular de coletar e analisar os dados, um processo analítico que tem como objetivo fornecer informações articuladas, sistemáticas e em profundidade sobre o caso estudado.

A pesquisa ainda pode ser classificada quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, trata-se de um estudo descritivo. As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial estabelecer relações entre as variáveis a fim de descrever as características de um determinado fenômeno ou população (GIL, 2002).

Quanto aos meios, justifica-se como uma pesquisa de levantamento de dados, sendo este tanto teórico e obtido por meio de pesquisa bibliográfica, como empírico, por meio de uma pesquisa de campo (VERGARA, 2007). Na visão de Gil (2002), o levantamento consiste em basicamente “procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados” (GIL, 2002, p. 50). Nesse estudo, os dados foram pesquisados em revistas, jornais e documentos publicados sobre o destino turístico Porto de Galinhas, além da visita em *locus* para a realização de entrevistas e aplicações de questionários junto aos atores sociais locais.

3.2 Seleção do Caso

Dentre os destinos turísticos do Estado de Pernambuco, optou por realizar o estudo em Porto de Galinhas por este ser considerado, segundo o Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco (2008), um dos indutores do turismo nível I, que recebe uma quantidade significativa de turistas ano a ano, contribuindo para o crescimento local.

Além disso, quando analisados estudos realizados no destino turístico (LIMA, 2006; ARAÚJO; SONIA-SILVA, 2007; BASTOS, 2009; LESSA, 2009; MARQUES, 2012) percebeu-se a necessidade de uma reorganização da atividade no sentido de obter maior atuação por parte dos diversos atores sociais, quer seja governo, empresas e a própria sociedade civil. Observou-se que há algumas ações que trazem à tona questões sobre sustentabilidade e turismo, mas de forma incipiente e pontual.

Assim sendo, considerou-se que Porto de Galinhas como *locus* de estudo adequado para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que o destino turístico apresenta características que favorecem ao desenvolvimento local, mas que não estão organizadas de tal forma que resultem em um turismo sustentável. Por isso, espera-se que esta pesquisa contribua para o desenvolvimento da atividade com foco no alinhamento da atividade turística às dimensões da sustentabilidade.

3.3 Caracterização do *Locus* de Pesquisa

Porto de Galinhas pertence ao Município de Ipojuca. O Município possui dois distritos (Camela e Nossa Senhora do Ó) e destaca-se por possuir o maior número de praias da Região

Metropolitana do Recife, quais sejam: Camboia, Merepe, Muro Alto, Cupê, Porto de Galinhas, Maracaípe, Serrambi e Toquinho (Figura 6) (LIMA, 2006).

Ipojuca está localizada a uma distância de 50,2 km do Recife e possui uma área de 512,6 km² (representando 0,52% do território pernambucano). Limita-se ao norte com o município de Cabo de Santo Agostinho; ao sul, Sirinhaém; a oeste, Escada; e a leste, Oceano Atlântico (DADOS DA PREFEITURA DE IPOJUCA, 2012).



Figura 06 (3): Localização do Município de Ipojuca e Porto de Galinhas
Fonte: Adaptado Lima (2006, p. 65)

Dentre as praias do litoral sul de Pernambuco, Porto de Galinhas destaca-se por suas belezas naturais como piscinas de águas claras e mornas formadas entre corais, estuários, mangues, areia branca e coqueirais. Juntamente com Recife/Olinda e

Fernando de Noronha, é um dos destinos turísticos de maior destaque de Pernambuco e que contribui significativamente para a economia do Estado (PORTAL OFICIAL DE PORTO DE GALINHAS, 2012).

A região é muito frequentada por turistas do mundo inteiro, que admiram a beleza natural da localidade. Eleita por várias vezes pela revista Viagem e Turismo como a melhor opção de praia do Brasil, em 2012 também foi escolhida a “praia do ano” pela Revista Brasil *Travel News*. Segundo dados disponibilizados no site da Prefeitura de Ipojuca, Porto de Galinhas possui uma população fixa de 6 mil habitantes e uma população flutuante de 9 mil pessoas, o que mostra o grande potencial da área para a geração de emprego e renda para toda a região; recebe aproximadamente 65 mil turistas por mês no período de alta estação (novembro–março e julho) e cerca de 10 mil turistas no período de baixa estação, dos quais 89% são brasileiros e 11% estrangeiros (PREFEITURA DE IPOJUCA, 2011).

Nos últimos dez anos, Porto de Galinhas foi alvo de expansão do turismo, com a consolidação da praia como destino turístico nacional, com a chegada e inauguração de vários estabelecimentos voltados para o lazer. Em função dos impactos tanto de ordem ambiental como também social, em função de seu rápido crescimento, Porto de Galinhas têm sido alvo de diversos projetos e investimentos públicos (implantação de redes de abastecimento e saneamento, implantação de equipamentos de apoio ao turismo, postos de segurança), na intenção de minimizar os efeitos negativos do turismo de massas e ampliar as possibilidades de alcançar um turismo sustentável (LIMA, 2006).

3.4 Fluxograma Metodológico da Pesquisa

Como uma forma de facilitar o entendimento dos procedimentos metodológicos que foram utilizados na pesquisa, segue a Figura 07 com a sistematização que foi seguida para o alcance dos objetivos propostos.

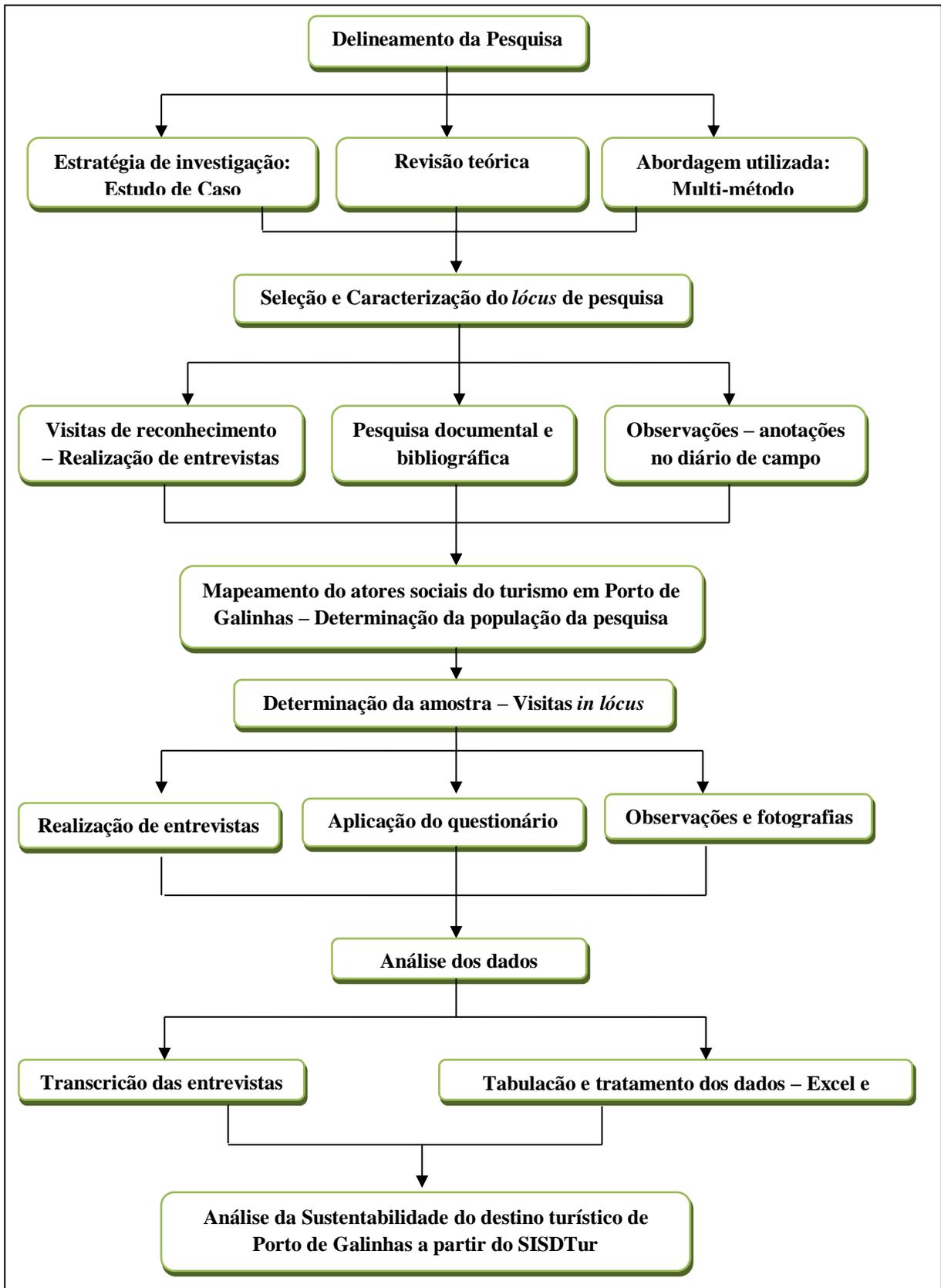


Figura 07 (3): Fluxograma metodológico da pesquisa
 Fonte: Elaboração própria (2012)

3.5 Coleta de dados

Para a coleta de dados da pesquisa, foram adotados alguns instrumentos, quais sejam: entrevistas, questionários, observação direta e análise de documentos e bibliográficos. A utilização de vários instrumentos de coleta de dados reduziu a chance de interpretação incorreta, ao utilizarem-se múltiplas percepções para clarear significados, observando-se a repetição de uma observação ou interpretação (STAKE, 2000). No quadro abaixo se apresenta a relação entre os objetivos específicos e os instrumentos de coleta de dados que foram empregados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS
Mapear e identificar a rede de atores sociais envolvidos com a atividade turística do destino de Porto de Galinhas.	Pesquisa bibliográfica
	Análise documental
	Entrevista semiestruturada
Adaptar o Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo - SISDTur (2009) a partir das peculiaridades do contexto da pesquisa.	Pesquisa bibliográfica e documental
	Entrevistas
Estabelecer um conjunto de critérios de análise para os indicadores propostos nas dimensões que compõem o SISDTur (2009).	Pesquisa bibliográfica
Propor ações que possam ser adotadas pelo <i>trade</i> turístico de Porto de Galinhas.	Questionário
	Entrevista semiestruturada
	Observação direta não participante

Quadro 08 (3): Relação entre objetivos específicos e instrumentos de coleta de dados
Fonte: Elaborado pela autora (2012)

Assim, foram utilizados quatro métodos de coleta de dados nesta pesquisa, são eles: entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários e observação direta, estes caracterizados como dados primários e a pesquisa documental e bibliográfica que são como fontes de informações secundárias, estas caracterizadas como sendo rápidas e econômicas (MALHOTRA, 2006). A combinação de dados primários e secundários para o levantamento dos dados pode trazer grandes contribuições para o estudo (STEWARTS; KAMINS, 1993).

Mendonça e Viana (2007) consideram que entrevista, observação e a pesquisa documental são três técnicas básicas na pesquisa qualitativa, cujo objetivo da entrevista é ver

o tópico de pesquisa da perspectiva do entrevistado e entender os motivos pelos quais o mesmo veio a ter esta perspectiva em particular (KING, 1994).

Segundo Flick (2009) as entrevistas podem ser focalizadas, semipadronizadas – semiestruturadas, (GASKELL, 2008; TRIVIÑOS, 2010), com especialistas, etnográfica e projetiva (BONI; QUARESMA, 2005). Para esse estudo foi utilizada a entrevista semiestruturada, sendo esta “(...) a mais provável que os pontos de vistas dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento relativamente aberto do que em uma entrevista padronizada” (FLICK, 2009, p. 145).

As entrevistas (APÊNDICE A) foram realizadas com alguns atores sociais pertencentes ao destino turístico de Porto de Galinhas (ver Quadro 10) com o objetivo de fazer o mapeamento inicial dos atores sociais. Sempre que autorizado pelos entrevistados, foram feitos registros em áudio das entrevistas, que foram utilizados para transcrever a fala dos entrevistados para uso na análise dos dados.

Após a identificação dos atores sociais pertencentes ao destino turístico, foram aplicados os questionários (APÊNDICE B) para levantamento de dados relativos sustentabilidade da atividade. Para tanto, foi utilizado o Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo (SISDTur) proposto por Hanai (2009) com algumas adaptações e inclusão de alguns indicadores, as quais serão detalhadas posteriormente (capítulo 4). As adaptações foram feitas para adequar o modelo para aplicação em destinos turísticos do tipo praieiro, conforme classificação da World Tourism Organization - WTO (2005), haja vista que o modelo foi criado para aplicação em turismo rural.

Outra técnica utilizada para a coleta de dados neste estudo foi a observação direta. Esta técnica permite identificar os atos em seu contexto natural, no momento em que ocorrem, validando (ou não) os dados obtidos por outros instrumentos de coleta, tais como questionários, entrevistas e por meio de pesquisa documental. O planejamento da observação deve considerar os dados que podem ser relevantes para se registrar e a forma de registro, codificação e tratamento dos dados (OLIVEIRA, 2007).

As observações permitiram a pesquisadora perceber fatos e evidências que conduziram a compreensão do contexto junto aos objetivos da pesquisa. Merriam (1998) sugere que através da utilização desta técnica é possível registrar percepções, vivências, impressões pessoais e reflexões a respeito dos acontecimentos presenciados no campo durante o período de coleta dos dados.

As observações durante as visitas *in loco* focaram aspectos referentes ao planejamento da atividade turística, a infraestrutura e a interação entre os atores sociais locais. É importante

o registro dessas observações, para isso a pesquisadora optou pela utilização de um diário de campo para registro dos aspectos pertinentes e importantes para a pesquisa. Também foram feitas fotografias que serviram como base de dados. O uso de fotografias para registrar as observações traz as vantagens de permitir a análise de outros pesquisadores, transgredindo limites de tempo e espaço, além de não estarem sujeitas à memória do pesquisador, como é possível ocorrer com anotações escritas (FLICK, 2009).

O último método utilizado foi à análise de documentos que abrange uma gama de materiais escritos, visuais e físicos que sejam considerados relevantes para o estudo. Documentos pessoais, públicos e objetos materiais são tipos de documentos disponíveis para análise do pesquisador (MERRIAM, 1998).

Na pesquisa qualitativa, os documentos analisados podem incluir desde materiais escritos, como jornais, revistas, diários, memorandos, relatórios, até materiais iconográficos, como fotografias e vídeos, corroborando e ampliando evidências de outras fontes de dados (GODOY, 2006). De acordo com Flick (2009) analisar documentos é, muitas vezes, um modo de utilizar métodos não intrusivos e dados produzidos com a finalidade prática no campo em estudo. Por isso, os documentos permitem que vá além das perspectivas dos membros no campo.

Nesse estudo foram analisados os documentos do tipo relatórios, *website* próprio do destino turístico, *website* institucional da prefeitura de Ipojuca, folders, dentre outros documentos importantes sobre o destino que serviram como dados para a pesquisa.

3.6 População e Amostra

Para a definição da população do estudo deve-se considerar o escopo da investigação: amostra ou censo. A amostra pode ser caracterizada como um subgrupo da população e é indicada para populações com grande quantidade de indivíduos (AAKER; KUMAR; DAY, 2001).

Nesta pesquisa, o universo foi composto por todos os atores sociais que formam o *trade* turístico (poder público, iniciativas privadas e sociedade civil) de Porto de Galinhas. Como esse universo é bastante amplo e não se sabe ao certo a população, o mapeamento desses atores sociais foi feito tomando por base dados primários obtidos a partir de entrevista (APÊNDICE A) realizada junto ao coordenador geral da vice prefeitura de Porto de Galinhas, assim como dados secundários, estes obtidos principalmente na vice prefeitura, nas

associações existentes, no *website* institucional do destino turístico, dentre outras fontes que foram importantes para mapear os atores que fazem parte, direta ou indiretamente, da atividade turística desenvolvida em Porto de Galinhas, PE. Neste momento foram identificadas as associações existentes e seus respectivos presidentes, atores sociais locais de destaque no destino, assim como representantes do poder público e privado em Porto de Galinhas.

A população foi composta por três grupos: poder público, empresas e sociedade civil. Cada grupo foi dividido em subgrupos como pode ser verificado no Quadro 09.

TRADE TURÍSTICO DE PORTO DE GALINHAS/PE	
GRUPOS	SUBGRUPOS
SOCIEDADE CIVIL	Comunidade local
	Associações de moradores
EMPRESAS	Meios de hospedagens (hotéis, pousadas)
	Associação de jangadeiros
	Restaurantes
	Barracas
	Comércio em geral
	Agências de bugueiros
	Ambulantes
PODER PÚBLICO	Secretaria de Turismo de Pernambuco e Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR)
	Prefeitura do Município de Ipojuca
	Secretaria de turismo de Ipojuca
	Vice-prefeitura de Porto de Galinhas (Escritório Litoral)
	Coordenadoria distrital
	Coordenadoria do meio ambiente
	Centro de informações turísticas

Quadro 09 (3): *Trade* do turismo de Porto de Galinhas/PE
Fonte: Elaboração própria (2012)

A partir dos dados obtidos, tem-se um mapeamento dos atores sociais que, direta ou indiretamente, estão ligadas a atividade turística de Porto de Galinhas. Este levantamento inicial foi importante para entender como a atividade turística é estruturada podendo explicar muitos dos achados que foram discutidos nos resultados da pesquisa.

3.6.1 Sujeitos da pesquisa

Conhecendo os atores sociais, a partir do mapeamento ilustrado no Quadro 8, definiu-se a amostra da pesquisa como sendo do tipo não probabilístico. A seleção dos sujeitos da pesquisa se deu pela representatividade e envolvimento do ator social para o destino turístico. Para tanto, se fez uso da técnica denominada “bola de neve” (*snowball*), que permite a captura dos sujeitos participantes da amostra delineada, onde, a identificação dos entrevistados se dá por indicação dos entrevistados anteriores, os quais pertencem à mesma rede social (GODOI; MATOS, 2006).

Para Albuquerque (2009) a *snowball*, (bola de neve) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede. A autora salienta que por meio dessa técnica é possível coletar informações em dois níveis: o primeiro, referindo-se às informações sobre os indivíduos participantes da amostra; e o segundo, envolvendo informações que tratam das relações entre esses participantes, possibilitando integrar perfis diferentes de sujeitos, econômica e socialmente, bem como das atividades por eles praticadas.

Depois de identificados os primeiros atores a participarem da pesquisa, a partir do mapeamento feito junto ao coordenador geral do Escritório Litoral, iniciaram-se as aplicações dos questionários (APÊNDICE B) e entrevistas (APÊNDICE C), *a priori*, com os presidentes das associações, por considerar importante que o primeiro contato com os demais associados fosse feito por indicação de alguém de referência, resultando em maior confiança para realização da coleta dos dados. Após estes serem entrevistados, foi solicitada pela pesquisadora potenciais entrevistados que poderiam contribuir com o estudo, ou seja, participantes iniciais indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, (BALDIN; MUNHOZ, 2011), gerando uma bola de neve.

A amostra foi concluída tomando como base o princípio da saturação. Este ponto é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa. Neste momento, tem-se um *corpus* saturado (BAUER; AARTS, 2008). Nesta pesquisa a amostra totalizou a participação de 30 atores pertencentes ao *trade* turístico de Porto de Galinhas, os quais são apresentados no quadro abaixo.

TRADE TURÍSTICO	INSTITUIÇÃO/ENTIDADE	PSEUDÔNIMOS
EMPRESAS	Associação dos artesãos e vendedores ambulantes de artigos diversos (AVADIR)	A1, A6 e A9
	Catamarã	A2
	Associação de Proprietários e Condutores de Buggy - APCI	A3, A4, A5
	Associação de Barraqueiros de Porto de Galinhas – ABPG	A7
	Associação dos Hotéis de Porto de Galinhas – AHPG	A8
	Associação dos Jangadeiros de Porto de Galinhas – AJPG	A10
	Associação de Pousadas	A11, A12
SOCIEDADE CIVIL	Ecoassociados	B13
	Associação dos Moradores de Porto de Galinhas	B14
	Associação dos Agentes de Reciclagem - RECICLE	B15
	Proprietário de bar e morador local	B16
	Moradores locais	B17, B18
	Taxista e morador local	B19
	Pescador e Nativo	B20
	Rodas da Liberdade	B21
Projeto Hippocampus	B22	
PODER PÚBLICO	Secretária de Meio Ambiente	C23
	Secretaria Segurança Cidadã	C24
	Secretaria de turismo	C25
	Secretaria de Saúde	C26
	Blitz Ambiental	C27
	Coordenadoria Distrital/Sub-prefeitura	C28
	Escritório Litoral	C29
Centro de informações turísticas	C30	

Quadro 10 (3): Relação dos participantes da pesquisa
Fonte: Elaboração própria (2012)

O período de coleta de dados iniciou-se no mês de março de 2012 e encerrou no mês de junho, após a pesquisadora ter passado um período *in loco* para realização das entrevistas, aplicação dos questionários e observações não participantes.

3.7 Análise dos dados

Uma vez obtidos os dados, o passo seguinte é a análise e interpretação destes, a qual Lakatos e Marconi (2010) consideram como o núcleo central de uma pesquisa. É por meio da análise de dados que se obtém significado do material coletado por diferentes meios, num processo de ida e vinda entre dados e conceitos abstratos, pelos métodos indutivo e dedutivo,

entre descrição e interpretação, tendo como produto os achados da pesquisa (MERRIAM, 1998).

A análise dos dados requer um processo de descrição e interpretação dos achados da investigação, oriundos de descrição, temas ou categorias. Essas são definidas por Oliveira (2007, p.101) como “agrupamentos de informações similares em função de características comuns”, classificadas pela pesquisadora.

No presente trabalho, a interpretação e análise dos dados obtidos por meios das entrevistas semiestruturadas, observações e análise de documentos foram realizadas a partir da análise qualitativa do conteúdo. Bardin (2009) define esta técnica como:

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2009 p. 44).

A análise de conteúdo é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando a origem desse material. Para a realização da análise de conteúdo devem-se seguir as fases propostas por Bardin (2009), quais sejam: a) pré-análise ou organização do material coletado nas entrevistas; b) análise do material propriamente dita; e c) tratamento dos resultados. Richardson et al. (2008) entende que a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que busca objetividade, sistematização e inferência.

Para tabulação e tratamento dos dados resultantes da aplicação dos questionários referentes ao Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo – SISTur (2009), foi utilizado o *software* estatístico *Statistical Package for the Social Science* (SPSS) 15.0 utilizando a análise de estatística descritiva e o *Microsoft Excel 2010* para construção de gráficos, tabelas, dentre outros recursos.

O método estatístico descritivo “compreende a organização, o resumo e a descrição dos dados [...] para que, posteriormente, possam ser utilizados nas discussões de caráter descritivo ou analítico no relatório de pesquisa” (LIMA, 2004, p. 73).

Dentre as operações da estatística descritiva foram utilizados neste trabalho a média, o desvio padrão, o coeficiente de variação e a moda. Na análise estatística, estas medidas são um tanto diferentes, mas complementares. A média é o valor que aponta para onde mais se concentram os dados de uma distribuição, o desvio padrão é a medida mais comum da dispersão estatística, a moda é o valor que ocorre com maior frequência num conjunto de dados e o coeficiente de variação é uma medida relativa de dispersão, utilizada para

comparar, em termos relativos, o grau de concentração em torno da média. Quanto menor o coeficiente de variação, mais homogêneos são os dados. De acordo com Medri (2011) o coeficiente pode ser classificado utilizando os seguintes critérios:

- ✓ Baixa dispersão: $CV \leq 0,25$
- ✓ Média dispersão: $0,30 < CV < 0,50$
- ✓ Alta dispersão: $CV \geq 0,50$

De acordo com o grau de concordância ou discordância categorizado pela escala de Likert atribuída por todos os atores sociais que participaram da pesquisa, os mesmos foram ponderados através do cálculo da média, do coeficiente de variação e da moda utilizando o SPSS. Depois de tabulados os dados no *software* estatístico foi possível classificar se cada indicador é sustentável ou insustentável levando em consideração a seguinte lógica:

- ✓ Os indicadores serão avaliados **positivamente** quando tiverem maior média e menor coeficiente de variação;
- ✓ Em contrapartida, serão avaliados **negativamente** quando o indicador apresentar menor média e maior coeficiente de variação.

Observa-se que a moda não serviu para esta classificação, esta foi utilizada apenas para indicar o número que obteve maior frequência no conjunto de dados obtidos, esta sendo uma forma de confirmar os resultados obtidos a partir da tabulação dos dados no SPSS.

Como dito anteriormente, o SISDTur precisou sofrer algumas adaptações para melhor operacionalização da metodologia, assim como foi necessário a incorporação de alguns indicadores, a partir da contextualização da atividade turística desenvolvida em Porto de Galinhas. Tais alterações são explicadas no item a seguir.

4 PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO DO SISDTUR

Este capítulo apresenta as adaptações realizadas na metodologia de Hanai (2009) para aplicação desta ao *loco* de pesquisa. Tomando como base o sistema de indicadores de sustentabilidade, o SISDTur, foi feita uma análise dos indicadores que compõem cada dimensão do modelo, possibilitando a compreensão de cada indicador para aplicação no destino turístico de Porto de Galinhas.

Os indicadores foram agrupados por dimensão visto que a maioria dos indicadores é comum tanto para a Gestão Pública como para os Estabelecimentos Turísticos e Espaços de Visitação. Entretanto, apesar de ser em quantidade menor, existem alguns indicadores que pertencem apenas a um dos grupos (gestão pública ou os estabelecimentos), estes são destacados nos quadros por cores, sendo azuis aqueles indicadores que são designados para a gestão pública e os indicadores destacados com a cor verde são para os estabelecimentos turísticos.

Já os indicadores na cor laranja foram os indicadores propostos pela pesquisadora, quando da adaptação da metodologia para aplicação em Porto de Galinhas. As proposições tomaram por base a contextualização da atividade turística no destino, obtida através das visitas ao *locus* de pesquisa e dos dados secundários analisados. Considera-se, portanto, como contribuições a metodologia e um diferencial do presente estudo.

Como parâmetros de análise foram utilizados os critérios elaborados por Lacerda (2011). É importante ressaltar que o autor não utilizou todos os indicadores do SISDTur em seu trabalho, ou seja, para aqueles indicadores que não haviam sido utilizados, foram elaborados critérios de análises para os mesmos. Destaca-se ainda que esses critérios sofreram algumas adaptações, assim como outros critérios foram elaborados para os indicadores que foram propostos pela pesquisadora. A seguir são apresentados os indicadores para cada dimensão.

DIMENSÃO AMBIENTAL						
Descritores	Objetivo do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros específicos e medição	Forma de medição	Tipo de unidade de medida	Crítérios de análise
Consumo e qualidade da água	Identificar a evolução do consumo, da qualidade da água e das iniciativas da diminuição do consumo.	Quantidade de água consumida por turista num período.	Volume mensal de água consumida.	Constatação e verificação local	Quantitativa (m ³ por mês)	O período de alta estação relacionado ao período de baixa estação, se a distribuição de água for alterada, indicador insustentável.
		Programa de redução do consumo, desperdício e reuso de água.	Existência de programa de redução de consumo, desperdício e reuso de água.	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não insustentável.
		Políticas, planos ou programas específicos de redução do consumo de água	Existência de políticas, planos ou programas específicos de redução do consumo de água no Município	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não, insustentável
		Quantidade de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água.	Volume mensal estimado de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água.	Consulta aos moradores locais para constatação e verificação	Quantitativa (m ³ por mês)	Quanto maior for o volume de água economizada, mais sustentável é o indicador.
		Monitoramento da qualidade da água.	Existência do monitoramento da qualidade da água	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não, insustentável
Geração e manejo dos resíduos sólidos	Identificar a evolução da geração de resíduos sólidos e das iniciativas de redução da produção de resíduos.	Resíduos sólidos gerados por turistas num período.	Volume ou peso mensal de resíduos sólidos gerados por turistas.	Consulta a órgão público de limpeza urbana; Medição do volume de resíduo produzido	Quantitativa (volume por mês)	Volume produzido no período de alta estação relacionado ao período de baixa estação, se o consumo ultrapassar consideravelmente indicador será tido como insustentável
		Quantidade de coletores de lixo capazes de armazenar o lixo gerado num período.	Número de coletores de lixo.	Constatação, verificação e contagem do número de coletores de lixo.	Booleana (Sim ou Não) Quantitativo (número de coletores de lixo).	Quanto maior o número de coletores de lixo capazes de armazenar momentaneamente o lixo gerado, melhor será avaliado o indicador.
		Resíduos sólidos	% de resíduos sólidos com	Cálculo estimado	Quantitativa (% do total)	Quanto maior o volume de

		com destinação adequada (aterros sanitários)	destino a aterros sanitários em relação ao total			resíduos sólidos que tenham como destino final o aterro sanitário melhor será avaliado indicador
		Programa de redução da quantidade de resíduos sólidos.	Existência de programa de redução da quantidade de resíduos sólidos.	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável.
		Coleta seletiva de resíduos sólidos e processo de reciclagem.	Existência de coleta seletiva de resíduos sólidos e processos de reciclagem.	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável
		Quantidade de coletores de lixo seletivo capazes de armazenar o lixo gerado num período.	Número de coletores de lixo seletivo.	Constatação, verificação e contagem do número de coletores de lixo seletivo.	Booleana (Sim ou Não) Quantitativo (número de coletores de lixo seletivo).	Quanto maior o número de coletores de lixo seletivo capazes de armazenar momentaneamente o lixo gerado, melhor será avaliado o indicador.
		Resíduos sólidos reciclados.	Volume ou peso mensal de resíduos sólidos reciclados.	Medição do volume dos resíduos reciclados	Quantitativa (volume ou peso por mês).	Quanto maior for o volume ou peso de resíduo reciclado em relação ao total, melhor será o indicador
		Programas de manejo de resíduos perigosos no Município	Existência de programas de manejo de resíduos perigosos	Constatação e verificação	Booleana (Sim ou Não)	A constatação sim indicador sustentável e não, insustentável
Poluição	Identificar a existência de poluição visual, sonora e da água do mar.	Quantidade de elementos ligados à comunicação visual.	Volume de elementos ligados à comunicação visual, como por exemplo, cartazes, anúncios, propagandas, banners, dentre outros.	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Quanto menor o número de elementos ligados à comunicação visual (percepção do entrevistado), melhor será avaliado este indicador.
		Volume de sons que supera os níveis considerados normais para os seres humanos.	Existência de ruídos que supere os níveis considerados como normais segundo a percepção do entrevistado.	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Quanto menor os ruídos (percepção do entrevistado), este indicador será avaliado como sustentável.
		Quantidade de resíduos sólidos no mar.	Existência e volume de resíduos sólidos nas águas do mar.	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável
	Identificar evolução do	Energia consumida por turistas num	Energia consumida num período	Constatação e verificação local	Quantitativo	Se a distribuição da energia e

Consumo de energia	consumo de energia e das iniciativas da diminuição do consumo.	período.				preços forem alterados durante o período de alta estação indicador insustentável
		Programa de redução do consumo de energia	Existência do programa de redução de consumo de energia;	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável
	Identificar os empreendimentos turísticos que utilizam energia de fontes renováveis	Utilização de fontes de energia renováveis	Existência de empreendimentos turísticos que utilizem fontes de energias renováveis	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável
Tratamento de esgoto	Identificação da evolução do processo de tratamento de esgotos.	Processos de tratamento de esgotos.	Existência do tratamento de esgotos; ou existência do sistema de coleta de esgotos para estação de tratamento.	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável
		Quantidade de esgotos tratados	% de esgotos com tratamento em relação ao total	Calculo estimado (% de esgoto tratado)	Quantitativa (% do total)	Quanto maior a quantidade de esgotos tratados melhor será avaliado o indicador
Melhoria da qualidade do ar	Identificar as iniciativas de melhoria da qualidade do ar.	Programa ou instalações para melhoria da qualidade do ar.	Existência de programa ou instalações para melhoria da qualidade do ar.	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável
Áreas naturais preservadas	Identificar a existência e a manutenção de áreas naturais protegidas.	Áreas preservadas recuperadas ou em processo de recuperação.	Áreas naturais preservadas.	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável
	Identificar a existência de construções civis próximas a praia.	Existência de construções civis próximas à praia.	Existência de construções civis próximas a praia. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) redefiniu as áreas de preservação permanentes em território brasileiro e proibiu construções a menos de 300 metros do mar.	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Este indicador será avaliado como sustentável, caso não haja construção civil a menos de 300 metros do mar, segundo norma definida pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
Certificação ambiental e/ou	Identificar estabelecimentos que possuem	Certificação ambiental e/ou turística.	Existência de certificação ambiental e/ou turística no estabelecimento turístico.	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável

turística	certificação ambiental e/ou turística.					
Iniciativas de educação ambiental e cultural	Identificar iniciativas de promoção da educação ambiental e ou cultural.	Programas orientados para a educação ambiental e/ou cultural.	Existência de programas orientados para educação ambiental e/ou cultural.	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável
Implementação da Agenda 21 ou do Plano de Desenvolvimento Sustentável	Identificar iniciativas de implementação da Agenda 21 local	Iniciativas de implementação da Agenda 21 local e Plano de desenvolvimento sustentável	Existência de iniciativas de implementação da Agenda 21 e plano de desenvolvimento sustentável	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Constatação da existência de uma agenda 21 do Município o indicador será avaliado como sustentável e não, indicador insustentável
Capacidade administrativa de gestão ambiental	Identificar a existência de estruturas organizacionais específicas de gestão ambiental e de instituições atuantes nos processos decisórios sobre questões ambientais na Gestão pública	Organismos, instituições e entidades atuantes nos processos decisórios sobre questões ambientais	Número de entidades e instituições no Município;	Constatação, verificação e contagem do número de instituições atuantes	Booleana (Sim ou Não) Quantitativo (número de instituições e número de participantes)	A constatação sim indicador sustentável e não, insustentável
		Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas em meio ambiente	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas em meio ambiente (órgão responsável ou equipe gestora da gestão ambiental Municipal)	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável
DIMENSÃO CULTURAL						
Descritores	Objetivo do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros específicos e medição	Forma de medição	Tipo de unidade de medida	Crítérios de análises
Produtos típicos culturais locais	Identificar a valorização dos produtos típicos locais.	Produtos típicos locais ofertados (artesanato, produtos alimentícios, souvenirs).	Existência de produtos típicos locais ofertados tais como artesanatos, produto alimentícios, souvenirs.	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Se constatado produtos típicos locais ofertados este indicador será sustentável
Preservação de patrimônios	Identificar a preservação dos patrimônios	Bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e	Existência de bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos em bom estado de	Constatação e verificação de bens patrimoniais, arquitetônicos,	Booleana (Sim ou Não)	Se verificado que haja bens patrimoniais protegidos no destino turístico, este

culturais	culturais locais.	históricos existentes.	conservação.	arqueológicos e históricos, protegidos no destino turístico.		indicador será avaliado como sustentável
Valorização da cultura tradicional local	Identificar o empenho e as iniciativas de valorização, resgate e promoção das manifestações de cultura típica local.	Eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas realizadas.	Existência de eventos populares tradicionais e festividades de manifestações culturais típicas realizados no ano.	Constatação da existência de eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas realizados por ano no destino turístico	Booleana (Sim ou Não)	Quanto maior o número de eventos culturais realizados no destino melhor será avaliado este indicador
		Organismos, instituições, entidades de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional local	Existência de organismos, instituições que busquem manter a cultura tradicional local	Constatação de organismos, instituições, entidades e iniciativas de resgate a cultura local	Booleana (Sim ou Não)	Se constatado que existe instituições designadas para a promoção e manutenção da cultura local, melhor será o indicador
		Iniciativas de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional	Existência de programas de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional local	Constatação de programas desenvolvidos no ano	Booleana (Sim ou Não)	Quanto maior o número de programas de promoção e manutenção da cultura local, melhor será avaliado o indicador
DIMENSÃO SOCIAL						
Descritores	Objetivo do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros específicos e medição	Forma de medição	Tipo de unidade de medida	Critérios de análises
Inserção de residentes locais (origem local) no setor turístico	Identificar o grau de inserção de residentes locais no setor turístico e as iniciativas de capacitação turística.	Residentes locais empregados nos estabelecimentos do destino turístico	Constatação de residentes locais empregados no estabelecimento turístico no município	Constatação de postos de trabalho com residentes locais empregados	Constatação local	Quanto maior o número de residentes locais empregados nos estabelecimentos do destino turístico melhor será avaliado o indicador.
		Proprietários e empresários turísticos de origem local	Verificação dos estabelecimentos turísticos com proprietários e empresários locais	Constatação de estabelecimentos turísticos com proprietários locais	Constatação local	Quanto maior for o número de estabelecimentos turísticos com proprietários locais, melhor será avaliado o indicador
		Residentes locais com capacitação em turismo.	Constatação se há residentes locais com capacitação turística	Consulta ao órgão gestor de turismo e aos atores locais	Booleana (Sim ou Não)	Quanto maior o número de residentes locais com capacitação em relação ao total de trabalhadores na área de turismo, indicador

		Iniciativas de capacitação e treinamento profissional aos funcionários residentes locais num período.	Averiguação dos cursos oferecidos	Constatação dos cursos oferecidos	Quantitativa (número de cursos)	sustentável. Quanto maior o número de cursos oferecidos e que incluam os residentes locais, indicador será avaliado como sustentável
Nível de empregabilidade em turismo	Identificar a evolução de empregos no setor turístico.	Empregos fixos e temporários de turismo.	Número de empregos fixos; Número de trabalhos temporários do setor turístico.	Consulta aos atores sociais sobre o número de postos de empregos fixos e temporários nos estabelecimentos turísticos	Constatação local	Quantidade de empregos fixos for maior que os empregos temporários, indicador sustentável
Satisfação dos residentes locais	Identificar o grau de satisfação dos residentes locais com o turismo e os programas sociais envolvendo residentes locais articulados com o turismo	Proporção entre turistas e residentes em alta e baixa temporada não atrapalha o dia-a-dia do residente local	Proporção entre o número de turistas e o número de residentes locais	Consulta aos atores sociais	Constatação local	Quantidade de turistas não deve atrapalhar o dia-a-dia do residente local, tanto em alta como baixa estação, assim o indicador será considerado sustentável
		Nível de satisfação/aceitação dos residentes em relação ao turismo	Verificação de satisfação dos residentes locais quanto à atividade turística desenvolvida no destino	Obtenção da informação por meio de entrevistas e aplicação de questionário aos residentes locais	Quantitativa e qualitativa	Quanto maior o número de residentes satisfeitos com a atividade, melhor será avaliado o indicador
		Programas de projetos sociais envolvendo residentes locais e articulados com o desenvolvimento turístico	Existência de planos, programas e projetos sociais envolvendo residentes locais e articulados com o desenvolvimento turístico	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável
DIMENSÃO ECONÔMICA						
Descritores	Objetivo do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros específicos e medição	Forma de medição	Tipo de unidade de medida	Critérios de análises
Rentabilidade	Indicar a evolução dos níveis de rentabilidade do turismo.	Renda gerada pelo turismo.	Montante da renda produzida pelo turismo	Constatação de que a renda principal do destino advém da atividade turística	Verificação e constatação local	Quanto maior for a contribuição econômica advindos dos negócios turísticos, mais sustentável é o indicador.

Longevidade do estabelecimento turístico	Identificar o tempo de permanência e atuação do estabelecimento turístico.	Longevidade do estabelecimento turístico.	Idade do estabelecimento turístico.	Identificação do período de atividade do negócio turístico	Constatação local	Quanto maior for à quantidade de anos dos estabelecimentos turísticos, mais sustentável é o indicador.
Sazonalidade turística	Identificar iniciativas que lidem com a sazonalidade turística.	Iniciativas de minimização da sazonalidade turística.	Existência de iniciativas que lidem com a sazonalidade turística.	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim, indicador sustentável e não, insustentável
Disponibilidade de funcionamento de estabelecimento turístico	Identificar a disponibilidade de funcionamento do estabelecimento turístico para atendimento à demanda de turistas.	Funcionamento nos finais de semana e feriados dos estabelecimentos turísticos	Estabelecimentos turísticos em funcionamento no destino turístico	Constatação de que dos estabelecimentos turísticos em funcionamento	Constatação local	Quanto maior for o número de estabelecimentos turístico em funcionamento para o atendimento da demanda, melhor será avaliado o indicador
Novos estabelecimentos turísticos	Identificar a evolução dos estabelecimentos e empreendimento turísticos	Novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos num período	Número de novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos abertos no ano	Constatação e verificação local	Quantitativa (número)	Quanto maior o número de novos estabelecimentos turísticos, melhor será avaliado o indicador
Gastos do turista	Identificar o gasto pelos turistas nos estabelecimentos do destino turístico.	Gasto médio diário de turistas.	Verificação juntos aos empresários quanto aos gastos médios diários totais dos turistas nos estabelecimentos turísticos	Consulta aos empreendimentos turísticos e órgãos de turismo.	Verificação e constatação local	Quanto maior for o gasto dos turistas nos estabelecimentos turísticos locais melhor será o indicador
DIMENSÃO TURÍSTICA						
Descritores	Objetivo do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros específicos e medição	Forma de medição	Tipo de unidade de medida	Crítérios de análises
Capacidade total de alojamento, de restauração, dos meios de transporte e	Identificar a capacidade total de hospedagem, alimentação, meios de transportes	Oferta de meios de hospedagem.	Número total de leitos e acomodações no meio de hospedagem atende a demanda turística.	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim, indicador sustentável e não, insustentável.

ofertas de serviços turísticos receptivos existentes no destino turístico.	turístico e agências de turismo receptivo no destino turístico.	Oferta de estabelecimentos de alimentação	Número total de restaurantes e meios de alimentação	Constatação e verificação local	Quantitativa (número de restaurantes)	Quanto maior o número de estabelecimentos que oferte alimentação, atendendo a demanda, melhor será o indicador
		Oferta de serviços de transportes	Número total de empresas e serviços de transportes	Verificação dos serviços de transporte disponíveis no destino por tipologia	Quantitativa (número de transportes por tipologias)	Quanto maior o número de serviços de transporte disponíveis e que consiga atender a demanda, melhor será avaliado o indicador
		Oferta de agências e serviços de turismo receptivo	Número de agências e serviços de turismo receptivo	Constatação das agências de turismo receptivo instalados no destino turístico	Quantitativa (número)	Quanto maior o número de agências de turismo receptivos locais, melhor será o indicador
Serviços específicos para os turistas	Identificar a existência de serviços que são específicos para os turistas que visitam o destino.	Serviços específicos para os turistas, como banheiro público e centro de informações turísticas, suficientes para atender aos turistas mesmo em alta estação.	Verificação do número de banheiros públicos e centros de informações turísticas.	Constatação e verificação local.	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável. Se sim, verificar se são suficientes para atender a demanda na alta estação.
Segurança	Identificar a evolução de incidentes e acidentes envolvendo turistas/ visitantes e comunidade local.	Incidentes e acidentes envolvendo turistas/ visitantes e moradores locais num período.	N. de incidentes (roubo, violência) e acidentes envolvendo visitantes e moradores locais por ano.	Verificação junto aos atores sociais	Constatação local	Quanto menor for o número de incidentes e acidentes envolvendo turistas e/ou moradores locais mais sustentável é o indicador.
		Existência de salva-vidas e bombeiros na praia suficientes para evitar acidentes mesmo em período de alta estação.	Existência de salva vidas e bombeiros	Constatação, verificação de salva vidas e bombeiros.	Booleana (Sim ou Não) Quantitativo (número de salva vidas e bombeiros).	Constatação sim indicador sustentável e não
Acessibilidade	Identificar a existência de facilidade para a inclusão de pessoas com	Facilidades para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção e/ou	Existência de facilidade para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção e/ou outras necessidades especiais	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim, indicador sustentável e não, insustentável.

	necessidades especiais.	outras necessidades especiais.				
Recursos turísticos existentes e potenciais	Identificar o grau de diversificação dos recursos turísticos existentes e dos atrativos e atividades potencialmente turísticas	Recursos turísticos existentes	Número total de atrativos e atividades turísticas ofertadas como produto turístico	Constatação dos atrativos e atividades turísticas existentes	Quantitativa (número de atrativos e atividades turísticas desenvolvidas no destino)	Quanto maior o número de atrativos turísticos por tipologias melhor será o indicador
Satisfação e assiduidade (repetição do turista)	Identificar o índice de satisfação e assiduidade (repetição) do turista.	Grau de satisfação e assiduidade (quantidade de repetição) do turista nos estabelecimentos turísticos.	Grau de satisfação do turista;	Consulta aos atores sociais	Qualitativa, (satisfação do turista).	Quanto maior o número de turistas satisfeitos, melhor será avaliado o indicador
Intensidade de uso / capacidade de carga	Identificar a capacidade e intensidade de uso dos espaços de visitação.	Quantidade de turistas/ visitantes num local atrativo durante um período.	N. máximo observado de turistas e visitantes nos locais atrativos.	Medição do número de atrativos turísticos que respeita a capacidade de carga de seu espaço.	Quantitativa (número de atrativos turísticos);	Quanto maior o número de espaços de visitação que respeitem sua capacidade de carga, melhor será avaliado este indicador
		Proporção entre número de guias e número de turistas durante a visitação aos atrativo e tamanho dos grupos de turistas.	N. de guias e monitores por número de turistas conduzidos.	Equilíbrio do número de turistas e de guias	Qualitativa (equilíbrio do dos turistas e guias)	Quanto mais equilibrado for o número de turistas ao número de guias turísticos, mais sustentável será o indicador
Quantidade de turistas	Identificar a evolução do número de turistas em temporadas específicas (finais de semana, feriados, férias)	Quantidade de turistas numa temporada específica	Número de turistas recepcionados num período de temporada turística;	Verificação junto aos atores sociais	Quantitativo (número de turistas)	Quanto maior for à evolução de turistas que visitam o destino, não ultrapassando o limite de carga da localidade, maior será avaliado o indicador
Visitas orientadas com programas de interpretação ambiental e cultural e	Identificar programas de orientações ambientais e/ou culturais	Programas de visitação orientados quanto às questões ambiental e/ou cultural	Número de estabelecimentos turísticos com programas orientados de interpretação ambiental e/ou cultural	Verificação de estabelecimentos turísticos com programas de orientada de interpretação ambiental e/ou cultural	Constatação local	Quanto maior o número de estabelecimentos com programas de orientação ambiental/cultural, melhor será avaliado o indicador

Registro e controle de visitação aos centros históricos, parques, museus, etc	Identificar o sistema de registro e controle de visitação.	Sistemas de registro e controle da visitação aos centros históricos, parques, museus, etc, locais estes que valorizem a cultura local.	Existência de sistema de registro e controle da visitação.	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim, indicador sustentável e não, insustentável
Zoneamento paisagístico e normas de edificações turísticas	Identificar a existência de normas e regulamentações sobre a ocupação do solo e de construções edificações turísticas	Regulamentações e normas para a ocupação e uso do solo em áreas turísticas	Existência de regulamentos e controle para ocupação e uso do solo em áreas turísticas e de instrumentos regulatórios para construção e reforma de edificações e espaços turísticos com critérios de adaptações e harmonia paisagísticas com elementos e características locais	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável
DIMENSÃO INSTITUCIONAL						
Descritores	Objetivo do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros específicos e medição	Forma de medição	Tipo de unidade de medida	Crítérios de análise
Envolvimento de administradores e empreendedores com o setor turístico	Identificar a participação e o envolvimento dos empreendedores e administradores no setor turístico local.	Participação dos empreendedores e/ou gestores administrativos no setor turístico local.	Participação dos empreendedores e/ou gestores administrativos do estabelecimento turístico em associação, entidades de classe e em eventos decisórios sobre o desenvolvimento turístico no município.	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não).	Constatação sim, indicador sustentável e não, insustentável
Participação Social no processo de desenvolvimento turístico	Identificar a participação Social em decisões sobre o desenvolvimento do turismo	Participação social no processo de desenvolvimento turístico	Verificação se há reuniões, fóruns, assembleias realizadas no ano com a participação social no processo de desenvolvimento turístico.	Constatação dos eventos realizados (reuniões, fóruns de discussão, assembleias de decisão)	Constatação e verificação local	Quanto maior a participação dos atores sociais locais no processo de desenvolvimento do turismo, melhor será avaliado o indicador
Organização social do desenvolvimento turístico	Identificar as instituições e entidades representativas das classes do setor de turismo	Organismos sociais, associações e entidades de classe de turismo (guias, hotéis, restaurantes, agências) atuantes nos processos decisórios de	Nº de entidades e associações representativas das classes de turismo atuantes nos processos decisórios de desenvolvimento turístico; Nº de participantes por entidade/classe/ associação	Constatação, Verificação e Contagem do número de associações e entidades atuantes e do número de participantes	Booleana (Sim ou Não) Quantitativa (número por tipo de classe ou associação e número de participantes)	Quanto maior o número de entidades e associações de turismo atuante nos processos decisórios de desenvolvimento turístico, melhor será avaliado o

		desenvolvimento turístico				indicador
Comunicação social de decisões e resultados do setor turístico	Identificar os mecanismos e periodicidade de divulgação dos resultados e decisões sobre o desenvolvimento turístico	Mecanismos de comunicação dos resultados de decisões sobre o desenvolvimento turístico	Existência de meios de comunicação e disponibilização dos resultados e decisões; Periodicidade de divulgação dos resultados de decisões sobre o desenvolvimento turístico	Constatação e Verificação local; Frequência de divulgação	Booleana (Sim ou Não) e quantitativo (número de divulgações num período)	Quanto maior o número de eventos, reuniões, etc, que possibilitem uma maior comunicação para a disponibilidade de resultados e decisões sobre o desenvolvimento do turismo local, melhor será avaliado o indicador
Capacidade de Gestão turística e Planejamento do Turismo no destino turístico	Identificar a existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo no município	Estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo (órgão responsável ou equipe gestora do ordenamento e planejamento do desenvolvimento do turismo, Conselho de Turismo, Secretaria ou departamento de turismo)	Constatação e Verificação local;	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável.
	Identificar o processo de planejamento municipal do desenvolvimento do turismo	Plano Municipal de Turismo	Existência de um planejamento municipal do desenvolvimento do turismo (Plano de Turismo Municipal)	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável
Articulação e integração do planejamento turístico Municipal e Planejamento do turismo regional	Identificar a integração do planejamento territorial e dos planos de gestão ambiental com o desenvolvimento turístico	Integração do planejamento territorial e dos planos de gestão ambiental com o desenvolvimento turístico	Existência de integração do planejamento territorial e dos planos de gestão ambiental com o desenvolvimento turístico;	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável
	Identificar a integração da planificação do turismo municipal com o processo de planejamento turístico no Estado de Pernambuco	Integração entre a planificação do desenvolvimento turístico com o processo de planejamento de turismo no Estado de Pernambuco	Existência de integração entre a planificação do desenvolvimento turístico com o processo de planejamento de turismo no Estado de Pernambuco	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável
	Identificar as	Programas de	Existência de programas de	Constatação e Verificação	Booleana (Sim ou Não)	Quanto maior o número de

Conscientização do turismo sustentável	iniciativas de educação e conscientização sobre turismo sustentável aplicadas à comunidade local	educação e conscientização sobre turismo sustentável	educação e conscientização sobre turismo sustentável envolvendo a comunidade local; Frequência de aplicação dos programas	local; Frequência de ocorrência (anual)		programas de educação e conscientização sobre o turismo sustentável, melhor será avaliado o indicador
Promoção e comercialização de produtos turísticos	Identificar as estratégias de promoção e comercialização dos produtos turísticos.	Estratégias de promoção e comercialização dos produtos turísticos.	Existência de estratégias de promoção e comercialização dos produtos turísticos, tanto de modo individual, como de forma coletiva, envolvido o todo destino turístico.	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não).	Constatação sim, indicador sustentável e não, insustentável
Investimentos em turismo	Identificar a quantidade de investimentos feitos em turismo.	Investimentos anuais em turismo.	Valor anual investido em turismo for equilibrado aos valores investidos em outros setores.	Consulta aos atores sociais	Constatação local	Quanto mais equilibrados forem os valores investidos em turismo em relação aos outros setores, mais sustentável será o indicador.
	Identificar as possíveis fontes de créditos em investimentos em turismo	Linhas de crédito disponíveis específicas de turismo para investimentos	Existência de linhas de créditos disponíveis específicas de turismo para investimentos	Constatação e verificação local	Booleana (Sim ou Não)	Constatação sim indicador sustentável e não, indicador insustentável

Quadro 11 (4): Indicadores das dimensões da sustentabilidade que compõem o SISDTur

Fonte: Adaptado Hanai (2009) e Lacerda (2001)

LEGENDA:

Indicadores Pretos: são comuns tanto para a gestão pública como para os estabelecimentos turísticos

Indicadores Azuis: pertencem exclusivamente a Gestão Pública.

Indicadores Verdes: são designados para os Estabelecimentos Turísticos e espaços de Visitação.

Indicadores laranjas: são indicadores elaborados pela pesquisadora.

Analisando o conjunto de indicadores apresentado, vislumbra-se que a maioria destes é comum, mas apresentam alguns indicadores que são específicos para gestão pública (destacados em azul) e outros para os estabelecimentos turísticos (destacados em verde).

Como já mencionado anteriormente, no decorrer da investigação percebeu-se a necessidade de inclusão de outros indicadores, dentro das dimensões já existentes (indicadores destacados na cor laranja). Isto teve por finalidade atender ao objetivo da pesquisa de modo a compreender como a atividade turística em Porto de Galinhas é desenvolvida. É importante destacar ainda que algumas alterações foram feitas no SISDTur no que se refere ao posicionamento dos indicadores, objetivando o melhor direcionamento e compreensão dos achados no momento das análises e discussões dos resultados.

Após o conhecimento dos indicadores que foram contemplados na pesquisa, é importante conhecer como este modelo foi operacionalizado para o alcance dos objetivos propostos.

4.1 Operacionalização do SISDTur

A metodologia proposta por Hanai (2009), além da incorporação dos indicadores, precisou ser operacionalizada para o alcance dos objetivos pretendidos na pesquisa. Ressalta-se que as adaptações tomaram por base o estudo desenvolvido por Lacerda (2011), mas com a incorporação de alguns aspectos não considerados pelo autor em seu estudo.

4.1.1 Instrumento de Coleta de Dados

Segundo Malhotra (2006) elaborar o instrumento de coleta de dados é um aspecto de grande importância para a obtenção das informações desejadas em uma pesquisa. De acordo com o mesmo autor há três objetivos que guiam o questionário: traduzir as informações desejadas em um conjunto de perguntas possíveis de serem respondidas, motivar os respondentes a preenchê-lo e minimizar o erro de resposta.

Depois de consolidados os indicadores com seus critérios de análise e levando em consideração os objetivos do questionário, foi necessário fazer adaptações dos indicadores que compõem o SISDTur transformando-os em afirmativas. Esta foi uma forma encontrada pela pesquisadora para tornar os indicadores de fácil compreensão para que os participantes

da pesquisa pudessem atribuir níveis que podiam oscilar de um extremo de discordância total a concordância total. Para tanto, foi realizada uma adaptação da escala de Likert, a saber.

- ✓ Nível - 1 Discordo totalmente
- ✓ Nível - 2 Discordo parcialmente
- ✓ Nível - 3 Neutro
- ✓ Nível - 4 Concordo parcialmente
- ✓ Nível - 5 Concordo totalmente

Logo, foi aplicado um questionário de questões fechadas (Apêndice B) apresentando cinco alternativas (escala de Likert) para que os atores sociais atribuíssem o nível que consideraram coerente a partir da afirmativa apresentada.

Para a análise final do indicador, considerando que participaram da pesquisa diferentes atores sociais que compõem o *trade* turístico (poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil), os valores (média, coeficiente de variação e moda) foram organizados para cada indicador o conjunto de respostas de cada grupo. Sendo assim, fez-se necessário ter critério de análise final do indicador que seguiu a seguinte lógica:

- a) Se o indicador apresentou insustentável pelos três grupos pesquisados este foi considerado insustentável;
- b) Se o indicador apresentou insustentável por um grupo e sustentável pelos outros dois este foi considerado como potencialmente sustentável;
- c) Se o indicador apresentou insustentável por dois grupos o indicador foi considerado parcialmente insustentável.
- d) Se o indicador apresentou sustentável pelos três grupos o indicador foi considerado sustentável.

4.1.2 Representação gráfica

Como forma de representar o nível de sustentabilidade, considerando os níveis que foram atribuídos pelos atores sociais (1. discordo totalmente, 2. discordo parcialmente, 3. Neutro, 4. concordo parcialmente, 5. concordo totalmente), foi feita uma adaptação da classificação e representação dos índices em níveis de sustentabilidade de Martins e Cândido (2008) para a atividade turística de Porto de Galinhas, conforme podem ser visualizados no Quadro 12.

FAIXAS - INDICADORES SUSTENTÁVEIS EM RELAÇÃO AO TOTAL	COLORAÇÃO	NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE DO DESTINO TURÍSTICO
1 – 15		INSUSTENTÁVEL
16 – 30		PARCIALMENTE INSUSTENTÁVEL
31 – 45		SUSTENTABILIDADE INTERMEDIÁRIA
46 – 60		POTENCIALMENTE SUSTENTÁVEL
61 - 76		SUSTENTÁVEL

Quadro 12 (4): Classificação e representação dos índices em níveis de sustentabilidade.
 Fonte: Adaptado Martins e Cândido (2008)

Através das etapas anteriormente descritas foi possível analisar a sustentabilidade do destino turístico de Porto de Galinhas em uma perspectiva ampla e integrada, com a participação efetiva dos atores sociais da referida localidade. A partir disso, acredita-se que os resultados encontrados nesta pesquisa irão subsidiar as tomadas de decisões para o desenvolvimento efetivo do turismo que contribua para o desenvolvimento local sustentável.

5 Apresentação e Análise dos Resultados

Nesta seção é apresentada a análise dos dados do caso selecionado para esta pesquisa. Os dados foram organizados e são ilustrados de acordo com os procedimentos delineados na metodologia.

Inicialmente será apresentada a rede de atores sociais que formam o destino turístico com o intuito de mapear o *trade* turístico. Em seguida, a análise versará sobre cada dimensão compreendendo os resultados de cada indicador que compreendem as dimensões do SISDTur, apresentando, por fim, o nível de sustentabilidade da atividade turística desenvolvida em Porto de Galinhas.

5.1 Caracterização do *Trade* turístico de Porto de Galinhas

Para o levantamento e caracterização dos atores sociais do destino turístico de Porto de Galinhas foi feito um levantamento bibliográfico e uma pesquisa de campo, inicialmente junto a órgão da prefeitura, o Escritório Litoral, e posteriormente junto aos presidentes das associações existentes. Neste momento foram identificados todos os atores que formam o *trade* turístico (poder público, empresas e sociedade civil) do destino.

A partir dos dados coletados percebeu-se que são muitos atores sociais envolvidos, direta e indiretamente, na atividade turística de Porto de Galinhas, cada um com importância e papéis diferentes a serem cumpridos. Destaca-se a importância destes atores se articularem com o objetivo de alcançar o turismo sustentável. A seguir será caracterizado cada um desses atores sociais.

5.1.1 Poder Público e o Turismo em Porto de Galinhas

O poder público é representado por órgãos estaduais e municipais, com entidades de competência local, os quais serão apresentados no organograma a seguir.

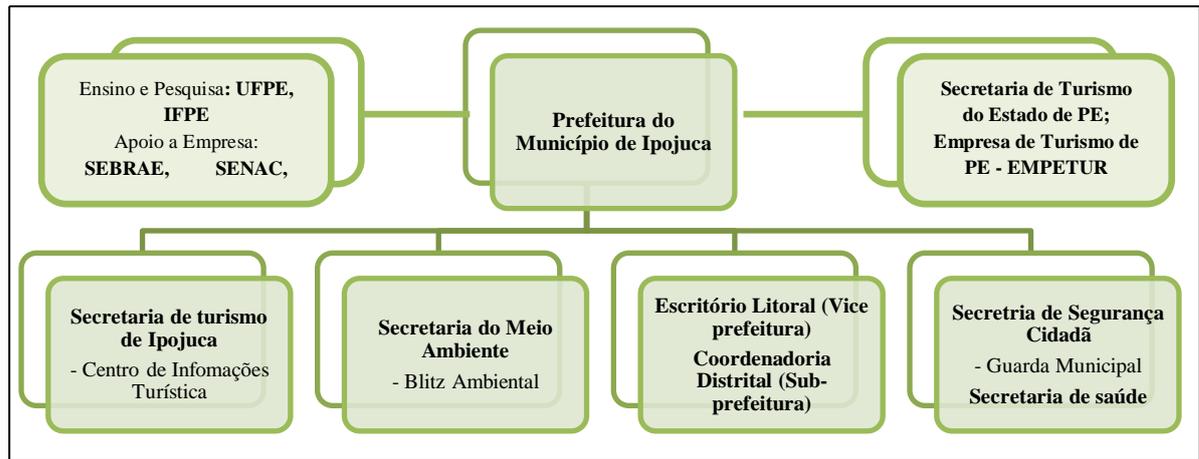


Figura 08 (5): Organograma do Poder Público em Porto de Galinhas
Fonte: Coleta de dados, 2012

Como observado no organograma (Figura 08) o poder público em Porto de Galinhas é representado pelo Estado de Pernambuco, a partir da Secretaria de turismo e EMPETUR, e pela prefeitura de Ipojuca, por meio das várias secretarias existentes, cada uma desenvolvendo as atividades de sua competência. Existem também órgãos municipais locais (Escritório Litoral/Vice prefeitura e Coordenadoria Distrital) com objetivo de solucionar os problemas do próprio destino. Estas últimas entidades recebem tanto os turistas como a comunidade local no atendimento dos seus anseios, reclamações, críticas e sugestões. É importante destacar que todos os representantes municipais citados participaram da presente pesquisa.

Instituições como a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) são importantes para o destino turístico de Porto de Galinhas no sentido de desenvolver pesquisas científicas, a exemplo do presente estudo, com o objetivo de propor soluções/sugestões a partir dos seus achados. Outra instituição também importante é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), campus de Ipojuca, para a capacitação de mão de obra local, mas infelizmente não apresenta nenhum curso que seja direcionado ao turismo, os cursos oferecidos (Automação industrial, Segurança do trabalho, Química, Petroquímica e Construção naval) são direcionados para capacitar estudantes para desenvolverem atividades no Complexo Industrial Portuário (Suape).

Além das instituições de pesquisa e ensino, têm-se as de apoio às micro e pequenas empresas, o SEBRAE juntamente com SENAI e SENAC, contribuem para a capacitação dos gestores, funcionários e comunidade local com o objetivo de obter mão de obra qualificada para aumentar a qualidade do produto turístico oferecido.

Como entidade de competência local, a vice prefeitura de Porto de Galinhas realizou em 2011 um trabalho de reorganização da atividade turística do destino com a exigência de legalização de todas as associações e o cadastramento dos associados, distribuição de crachás de identificação para ambulantes (Imagem 01), barraqueiros (Imagem 02), bugueiros, etc, e protocolos de identificação dos buggys cadastrados (Imagem 03) e associados (Imagem 04), como podem ser observados a seguir.



Imagem 01 (5): Crachá de identificação de ambulantes
Fonte: Coleta de dados, 2012



Imagem 02 (5): Crachá dos barraqueiros
Fonte: Coleta de dados, 2012



Imagem 03 (5): Etiqueta de identificação de buggy
Fonte: Coleta de dados, 2012

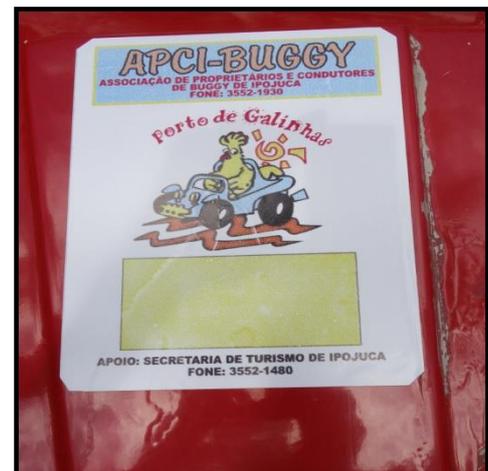


Imagem 04 (5): Etiqueta de identificação de buggy
Fonte: Coleta de dados, 2012

Além de realizar o cadastro e etiquetagem dos buggys, o escritório litoral disponibilizou panfletos informativos (Imagem 05) com o objetivo de informar que os bugueiros cadastrados tiveram cursos de capacitação, atendimento ao público e preservação

do meio ambiente, ou seja, o turista que optar por contratar o serviço de buggy cadastrado fará um passeio mais seguro e confiável.



Imagem 05 (5): Panfleto informativo sobre o cadastro dos bugueiros entregue aos turistas
Fonte: Coleta de dados, 2012

Além dos aspectos citados, a vice prefeitura também fez o mapeamento da orla designando os locais de vendas para os ambulantes, diferenciando-os por cores para cada grupo de vendedores circularem, e estabeleceu o ponto máximo que os barraqueiros podem montar suas barracas/mesas para a comercialização dos seus produtos (Imagem 06), instituiu também a não circulação de ambulantes no calçadão (Imagem 07), ambas ações foram tomadas para que os turistas possam circular livremente. No caso dos ambulantes, casos estes desobedeçam, a guarda municipal tem poder de apreender os produtos comercializados.



Imagem 06 (5): Placa de limite para a montagem de barracas

Fonte: Coleta de dados, 2012



Imagem 07 (5): Proibição do comércio

Fonte: Coleta de dados, 2012

Foram também ações do poder público controlar a visita de caravanas de turistas em períodos de alta estação, só permitindo a entrada de dois ônibus por dia para evitar a “super lotação” de Porto de Galinhas. Além disso, foi feito um trabalho junto aos barraqueiros para o controle de preços, cada barraca apresenta sua tabela e esta é registrada no cadastramento, ou seja, todos os clientes devem pagar o mesmo valor, sendo este turista ou não. Caso o cliente venha reclamar sobre preços abusivos e diferenciados, a barraca é notificada e é sujeita a suspensão de 15 dias da atividade. Todas estas ações descritas, dentre outras, tiverem por objetivo organizar a atividade turística de Porto de Galinhas, ações estas desenvolvidas pelo poder público que contaram com o apoio tanto da sociedade civil como das empresas ali instaladas.

5.1.2 Instituições ligadas à Atividade Turística de Porto de Galinhas

O destino turístico apresenta uma rede de instituições/empresas (Quadro 13) interligadas e de diferentes segmentos. A estrutura do turismo no destino é composta por hotéis, resorts, pousadas, restaurantes, bares, ambulantes, barracas, bugueiros, jangadeiros, agências de viagens, taxistas, dentre outros.

O Escritório Litoral organizou as associações com o cadastramento dos associados, distribuição de crachás, ofereceu treinamento e cursos de capacitação, dentre outras iniciativas. A seguir apresenta-se uma sinopse das empresas que participaram da pesquisa.

INSTITUIÇÕES LIGADAS A ATIVIDADE TURÍSTICA DE PORTO DE GALINHAS				
	NÚMERO DE ASSOCIADOS	TEMPO DE EXISTÊNCIA (Anos)	RAMO DE ATIVIDADE	ENTREVISTADOS
Associação dos artesãos e vendedores ambulantes de artigos diversos (AVADIR)	410	01	Venda de produtos diversos como raspas, casquinha de siri, salada de frutas, espetinho de frango e de carne, entre outros.	A1, A6 e A9
Catamarã	-----	-----	Passeios turísticos	A2
Associação de Proprietários e Condutores de Buggy - APCI	266	12	Passeios de Buggys	A3, A4, A5
Associação de Barraqueiros de Porto de Galinhas – ABPG	80	11	Barracas a beira mar	A7
Associação dos Hotéis de Porto de Galinhas – AHPG	12	20	Hotelaria	A8
Associação dos Jangadeiros de Porto de Galinhas – AJPG	85	12	Passeios de jangadas	A10
Associação de Pousadas	78	05	Meios de hospedagem	A11, A12

Quadro 13 (5): Instituições ligadas a atividade turística de Porto de Galinhas
Fonte: Coleta de dados, 2012

Como observado no Quadro 13, o turismo é amplo e heterogêneo. O objetivo dessas empresas é atender, da melhor maneira possível, os turistas que visitam Porto de Galinhas. Todas as associações tiveram representantes que participaram da pesquisa, inicialmente com o presidente e, quando necessário, indicava outro membro que pudesse contribuir com o estudo.

Dentre as associações pesquisadas a de maior tempo de atuação é a dos hoteleiros, esta tem representação significativa e autonomia no destino turístico. As demais associações, apesar de alguns anos de formadas, exceto a de ambulantes, apresentam influências pontuais e incipientes. É importante destacar que as associações apresentam coordenação, todas com sede localizadas no próprio destino, realização de reuniões periódicas, no caso dos bugueiros

e jangadeiros escala de trabalho bem definido, blusas uniformizadas, dentre outros. Outro ator social importante é a sociedade civil, a qual será caracterizada a seguir.

5.1.3 Sociedade Civil em Porto de Galinhas

Segundo dados disponibilizados pelo Escritório Litoral, Porto de Galinhas apresenta aproximadamente 8.000 residentes fixos. Esse número pode ter aumentado devido à proximidade do destino turístico com o Complexo Industrial Portuário, cerca de 35 km. Além do aumento populacional desordenado, o perfil desses novos habitantes foi apontado pela maioria dos entrevistados como fator impulsionador para o aumento de vários problemas, principalmente de ordem social como o aumento da prostituição, drogas, violência, dentre outros.

As preocupações observadas, a partir das entrevistas realizadas junto aos atores sociais, giravam em torno da forma como o poder público trata a atividade turística de Porto de Galinhas, como a não valorização da cultura local, ausência de projetos que engajem os moradores locais com a atividade e plano municipal de turismo sustentável, dentre outras inquietações que serão detalhadas posteriormente.

Inseridos nesse contexto encontram-se associações sociais importantes que buscam contribuir para o alcance de uma atividade turística socialmente responsável e ecologicamente correta. Fazem parte das entidades sociais atuantes em Porto de Galinhas as Organizações Não Governamentais (ONGs) socioambientais: Ecoassociados, Hippocampus, Associação dos Agentes de Reciclagem - RECICLE, Rodas da Liberdade e Associação dos Moradores de Porto. A seguir é apresentada uma sinopse dessas entidades.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE PORTO DE GALINHAS				
	NÚMERO DE ASSOCIADOS	TEMPO DE EXISTÊNCIA (Anos)	TRABALHO DESENVOLVIDO	ENTREVISTADOS
Ecoassociados	30	09	Preservação de tartaruga marinha, baubá e arrecifes.	B13
Associação dos Moradores de Porto	35	04	Projetos sociais juntos aos moradores de Porto de Galinhas	B14
Associação dos Agentes de Reciclagem - RECICLE	30	08	Associação de catadores de materiais recicláveis	B15
Rodas da Liberdade	20	17	Projeto social envolvendo cadeirantes e deficientes	B21
Projeto Hippocampus	—	—	Projeto de preservação do Cavalão Marinho em parceria com a Petrobrás.	B22

Quadro 14 (5): Organizações não Governamentais atuantes em Porto de Galinhas
Fonte: Coleta de dados, 2012

Todas essas ONGs desenvolvem atividades importantes em Porto de Galinhas e envolvem moradores do próprio destino com o objetivo engajá-los em projetos tanto de ordem ambiental como social. É lamentável que estas entidades não recebam apoio do poder público local para o desenvolvimento das suas atividades, exceto a RECICLE, que recebe o valor equivalente para o pagamento do local da associação.

A partir do que foi apresentado acima, pôde-se ter o mapeamento dos atores sociais que estão ligados, direta ou indiretamente, à atividade turística de Porto de Galinhas. Destaca-se que alguns aspectos discutidos anteriormente serão detalhados a seguir na análise de cada um dos indicadores que compõe o SISDTur.

5.2 Aplicação do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo – SISDTur em Porto de Galinhas: uma análise quantitativa e qualitativa dos dados

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos a partir da aplicação do SISDTur em Porto de Galinhas, obtendo o nível de sustentabilidade da atividade turística desenvolvida

no destino. Como o modelo utilizado neste estudo compreende as dimensões ambiental, social, cultural, econômica, turística e institucional, e houve a participação dos diversos atores sociais que formam o *trade* turístico, isto propiciou uma visão mais completa de como o turismo é desenvolvido no destino turístico foco do estudo.

A seguir são apresentados os resultados encontrados para cada um dos indicadores. Estes resultados foram organizados a partir de cada descritor, haja vista que os descritores agrupam indicadores que tratam de um mesmo assunto. Analisando todos estes resultados, foi possível obter o nível de sustentabilidade por dimensão e, ao agrupar todos estes, tem-se o nível de sustentabilidade da atividade turística desenvolvida em Porto de Galinhas.

5.2.1 Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental é formada por 29 indicadores distribuídos em 11 descritores os quais seus resultados são apresentados no Quadro 15.

DIMENSÃO AMBIENTAL											
DESCRIPTOR	INDICADOR	Iniciativa Privada			Sociedade Civil			Poder Público			Resultado Final*
		Média	CV ¹	Moda	Média	CV ¹	Moda	Média	CV ¹	Moda	
Consumo e Qualidade da água	A quantidade de água consumida por turistas num período não afeta o consumo local.	2,33	0,59	2	2,2	0,52	2	2,25	0,61	1	Insustentável
	Existe algum programa de redução do consumo, desperdício e reuso de água na Empresa/Município.	1,58	0,63	1	1,1	0,49	1	1,79	0,56	1	Insustentável
	Existem políticas, planos ou programas específicos no Município para a redução do consumo de água.	1,5	0,53	1	1,2	0,53	1	1,5	0,50	1	Insustentável
	A Quantidade de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água é considerável.	1,58	0,63	1	1,2	0,52	1	1,25	0,57	1	Insustentável
	Há algum monitoramento para verificar a qualidade da água.	1,32	0,65	1	1,2	0,53	1	2	0,46	3	Insustentável
Geração e manejo dos resíduos sólidos	Os resíduos sólidos gerados por turistas num período não afeta a qualidade de vida dos residentes.	2,82	0,37	2	1,9	0,39	2	3,75	0,35	2	Parcialmente Insustentável
	Existe uma quantidade de coletores de lixo suficiente para armazenar o lixo gerado num período.	1,42	0,47	1	1,4	0,60	1	2,75	0,43	3	Insustentável
	A destinação final dos resíduos sólidos são aterros sanitários.	1,17	0,49	1	1	0	1	1,38	0,77	1	Insustentável
	Existe algum programa de redução da quantidade de resíduos sólidos na Empresa/Município.	1,92	0,47	2	1,4	0,50	1	1,5	0,50	1	Insustentável
	Há alguma tipo de iniciativa que incentive a coleta seletiva de resíduos sólidos e/ou a reciclagem.	1,92	0,61	1	1,9	0,46	1	2,13	0,39	2	Insustentável
	Os resíduos sólidos reciclados é considerável no Município a ponto de contribuir para a diminuição dos resíduos.	1,83	0,65	1	1,5	0,47	1	2,25	0,51	2	Insustentável
	A quantidade de coletores de lixo seletivo é capaz de armazenar o lixo gerado num período.	1	0	1	1	0	1	1	0	1	Insustentável
Há programas de manejo de resíduos perigosos no Município.	2,83	0,52	2	3,7	0,26	3	3,75	0,24	4	Potencialmente Sustentável	
Poluição	A quantidade de elementos ligados à comunicação visual não chega a afetar, ou seja, considera que não haja poluição visual em Porto de Galinhas.	2,25	0,50	2	2,3	0,62	1	1,87	0,45	1	Insustentável

¹ Coeficiente de Variação.

*Critérios de análise final do indicador: Se o indicador apresentou insustentável pelos três grupos pesquisados este foi considerado insustentável; Se o indicador apresentou insustentável por um grupo e sustentável pelos outros dois este foi considerado como potencialmente sustentável; Se o indicador apresentou insustentável por dois grupos o indicador foi considerado parcialmente insustentável. Se o indicador apresentou sustentável pelos três grupos o indicador foi considerado sustentável.

	O volume de sons não supera os níveis considerados normais para os seres humanos, ou seja, você considera que não haja poluição sonora em Porto em qualquer que seja a época.	2,83	0,52	3	2,9	0,50	3	4,13	0,25	4	Parcialmente Insustentável
	A quantidade de resíduos sólidos no mar é baixa e não chega a poluir a praia.	1,75	0,43	2	2,9	0,54	3	3,88	0,27	5	Parcialmente Insustentável
Consumo de Energia	A energia consumida por turistas num período não afeta a distribuição da energia do Município.	3	0,45	3	2,9	0,54	3	3,88	0,27	5	Parcialmente Insustentável
	Há programas de redução do consumo de energia.	1,17	0,49	1	1,2	0,35	1	1,5	0,71	1	Insustentável
	Há empreendimentos turísticos que utilizem energia renovável	3,83	0,30	4	1,9	0,46	2	2,82	0,37	3	Parcialmente Insustentável
Tratamento de Esgoto	No Município há processos de tratamento de esgotos.	1	0	1	1	0	1	1,13	0,31	1	Insustentável
	A quantidade de esgotos tratados é relevante se considerar o tamanho do Município.	1	0	1	1	0	1	1,13	0,31	1	Insustentável
Melhoria da qualidade do ar	Há programas ou instalações para melhoria da qualidade do ar.	1	0	1	1	0	1	1	0	1	Insustentável
Áreas naturais preservadas	Há áreas preservadas ou em processo de recuperação no Município.	2,42	0,57	1	1,6	0,43	1	2,25	0,52	2	Insustentável
	Não há construções civis próximos à praia de modo que não impede a visão da beleza natural de Porto de Galinhas	1,91	0,35	2	2,5	0,63	2	2,75	0,37	3	Insustentável
Certificação ambiental e/ou turística	As empresas ligadas a atividades turísticas têm certificação ambiental e/ou turística.	2	0,60	1	1	0	1	1,38	0,54	1	Insustentável
Iniciativas de educação ambiental	O Município incentiva a execução de programas que sejam orientados para a educação ambiental e/ou cultural.	1,33	0,42	1	1,3	0,37	1	3	0,36	4	Insustentável
Implementação da Agenda 21 ou de um Plano de Desenvolvimento Sustentável	O Município apresenta uma Agenda 21 local e Plano de desenvolvimento sustentável e põe em prática tais ações.	1,75	0,43	1	1,6	0,52	1	2,5	0,60	1	Insustentável
Capacidade administrativa de gestão ambiental	Há organismos, instituições e entidades atuantes nos processos decisórios sobre questões ambientais no Município.	2,08	0,48	1	2,3	0,54	2	2,63	0,34	2	Insustentável
	Existe estruturas organizacionais e administrativas específicas em meio ambiente no Município.	2	0,43	2	3,9	0,21	2	3,75	0,24	3	Parcialmente Insustentável

Quadro 15 (5): Resultados dos indicadores da dimensão ambiental do SISDTur
Fonte: Coleta de dados, 2012

Analisando o Quadro 15, verifica-se que a maioria dos indicadores que compõem a dimensão ambiental são tidos como “insustentáveis”, ou seja, contribuem negativamente para a sustentabilidade ambiental do turismo em Porto de Galinhas.

A partir das visitas *in loco* foi possível perceber que não há uma preocupação efetiva quanto às questões ambientais no destino turístico. Isso pode ser observado nos seguintes trechos de entrevistas realizadas junto aos atores sociais.

“Sobre meio ambiente aqui não tem muita coisa não, não se tem um projeto estruturado sobre isso, pra você ver como é as coisas, o lixo aqui é coletado e colocado tudo junto lá no lixão, o esgoto é a céu aberto em muitas ruas... Não vou dizer que não tem nada, vez por outra fazem eventos como o dia da água, mas nenhum programa concreto sobre meio ambiente” (Entrevistado A1 – Iniciativa privada).

“Eu acho que Porto de Galinhas está esquecida em todos os aspectos, vou nem falar só no ambiental, em todos, inclusive para receber os turistas, falta uma infraestrutura básica. Há 11 anos quando cheguei aqui disseram: a vai mudar, ta mudando... e até hoje não mudou, continua a mesma coisa” (Entrevistado B22 – Sociedade Civil).

A partir dos relatos acima se observa que as ações e/ou programas desenvolvidos no tocante a questão ambiental no destino turístico são pontuais e de curto prazo. Estes e outros aspectos são apresentados em cada uma dos descritores da dimensão ambiental, quais sejam: Consumo e qualidade da água; Geração e manejo dos resíduos sólidos; Poluição; Consumo de energia; Tratamento de esgoto; Melhoria da qualidade do ar; Áreas naturais preservadas; Certificação ambiental e/ou turística; Iniciativas de educação ambiental e cultural; Implementação da Agenda 21 ou de um Plano de Desenvolvimento Sustentável e, por fim Capacidade administrativa de gestão ambiental, cada um destes apresentando seus respectivos indicadores, os quais seus resultados são descritos a seguir.

5.2.1.1 Consumo e Qualidade da Água

A quantidade de água necessária para o desenvolvimento das atividades humanas, tanto no processo de produção de vários tipos de produtos quanto no abastecimento para o consumo de água propriamente dito, vem aumentando significativamente ano após ano no Brasil (LEONETI; PRADO; OLIVEIRA, 2011). Segundo dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS o consumo médio de água no

País é de 159,0 litros por habitante ao dia, já no Nordeste é de 117,3 litros, um incremento de 2,5% em relação a 2009.

Em contraponto, a quantidade de água potável ou de água que possa ser utilizada para satisfazer as diversas finalidades não aumentou, por isso é fundamental a redução do seu consumo, sempre que possível reutilizá-la e evitar o desperdício.

Considerando tais necessidades, este descritor tem por objetivo identificar quais ações estão sendo realizadas em Porto de Galinhas para reduzir e/ou reutilizar a água de modo a manter a disponibilidade de água, tanto para satisfazer as necessidades da comunidade local, quanto para os turistas que visitam o destino, assim como verificar a sua qualidade. Os indicadores que compõem este descritor são: Quantidade de água consumida por turistas num período, Programa de redução do consumo, desperdício e reuso de água, Políticas ou programas específicos no Município para a redução do consumo de água, Quantidade de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água e, por fim, Monitoramento para verificar a qualidade da água.

O primeiro indicador (**quantidade de água consumida por turistas num período**) busca avaliar se a distribuição de água é alterada considerando o período de alta e baixa estação. Pelos resultados obtidos, observa-se que a água consumida por turistas no período de alta estação afeta a distribuição local, visto que chega a faltar água durante alguns dias, sobretudo no período de veraneio, como é relatado nestes trechos dos depoimentos dos entrevistados:

“Em períodos de alta estação, assim no mês de dezembro – janeiro, falta água quase sempre. Para os moradores que tem condições, o jeito é comprar água mineral ou recorrer a um vizinho que tem poço. Mas esse problema não é apenas na alta estação não viu, quando chove muito também tem esse problema, por causa das adutoras que fica perto dos rios...” (Entrevistado B20 – Sociedade civil).

“No período de alta estação é muita gente aqui, quase sempre falta água (...) Quem tem condições cuida logo em fazer um poço artesanal, porque se não fica sem água por dias... Aqui na pousada já tivemos muitos problemas com falta de água” (Entrevistado A11 – Iniciativa privada).

É notável que sejam frequentes os problemas com abastecimento de água em período de alta estação, visto o considerável número de turistas/visitantes que chegam a vila Porto de Galinhas. A solução encontrada pelos empresários e alguns moradores locais é a perfuração de poços artesanais como forma de manterem-se sempre abastecidos de água.

Tomando como base os resultados obtidos por meio dos questionários, este indicador obteve uma média de 2.26, ou seja, os entrevistados concordam parcialmente que o consumo de água por turistas afeta o consumo local, corroborando com os depoimentos dos entrevistados B20 e A11.

Em 2011 a ausência de água nas torneiras em Porto de Galinhas foi manchete do jornal local (Falta d'água em Porto de Galinhas afasta turistas - NE/TV). Na reportagem os moradores locais afirmam que é comum essa falta d'água, resultando em prejuízos para o comércio local.

Uma maneira de minimizar tal situação é o desenvolvimento e execução de **programas** junto aos moradores locais, turistas e/ou visitantes com o objetivo de alcançar a **redução do consumo, do desperdício e reuso da água.**

Hespanhol (2008) acredita que a prática de conservação e reuso da água vem se disseminando por todo o Brasil, o qual consiste basicamente na gestão da utilização das fontes alternativas de água e na redução dos volumes de água captados por meio da otimização do uso. Entretanto esta prática não é percebida em Porto de Galinhas, haja vista que, segundo os entrevistados, não se tem um programa efetivamente realizado junto aos atores sociais e/ou turistas com o objetivo de minimização do consumo de água, nem tão pouco existe uma **política e/ou plano específicos** para esta finalidade, por isso estes indicadores foram tidos como insustentáveis.

Algumas empresas citaram as ações realizadas em seus próprios estabelecimentos para a redução do consumo de água, como é relatado nos depoimentos abaixo.

“Não se tem um programa efetivo sobre água aqui em Porto de Galinhas, a prefeitura de vez em quando é que faz uns eventos lá na praça do relógio, mas nada que envolva todo mundo. Aqui na pousada eu ponho uns adesivos (Imagem 08) nos chalés e suítes próximos as torneiras e chuveiros para que os turistas tome consciência e não desperdice água...” (Entrevistado A11 – Iniciativa privada).

“Alguns hotéis, como o Vivá, fazem redução do consumo de água reutilizando a água usada nas piscinas para jardinagem, para lavar calçadas, áreas de lazer (...) Todos devem buscar reduzir o consumo de água mesmo e estas ações são importantes para esta redução” (Entrevistado A8 – Iniciativa privada).



Imagem 08 (5): Adesivo de apelo para evitar o desperdício de água
 Fonte: Coleta de dados, 2012

Mierzwa e Hespanhol (2005) definem o reúso de água como sendo o uso de efluentes tratados ou não para fins benéficos, tais como irrigação, uso industrial e fins urbanos não potáveis. Assim as ações citadas pelo entrevistado A8 se configuram como ações importantes de reutilização da água, no entanto insignificantes. Esta deve ser uma atividade cada vez mais praticada pelos atores sociais da Vila Porto de Galinhas, uma vez que a água é um bem natural indispensável à vida, e hoje se encontra em escassez (MATSUMURA; MIERZWA, 2008).

Alguns dos entrevistados representantes do poder público (C23, C28, C29), mencionaram algumas ações pontuais realizadas nas escolas e alguns eventos realizados no próprio destino turístico, como por exemplo, o dia da água, semana do meio ambiente e, eventualmente, entrega de panfletos aos turistas, etc, sendo estas ações uma forma de incentivá-los a minimização do consumo de água. Infelizmente estas são praticas realizadas eventualmente e de curto prazo. Este indicador merece atenção uma vez que, como é comum a falta de água no destino turístico no período de alta estação, a execução de programas efetivamente realizados junto aos atores sociais locais e turistas podiam refletir em minimização do consumo de água e, por conseguinte, a diminuição do período sem água.

Como não há um programa concreto realizado, nem por iniciativa do poder público nem pelas empresas, conseqüentemente não se tem uma **quantidade de água economizada** considerável, do mesmo modo também não é do conhecimento dos entrevistados que haja um **monitoramento para verificar a qualidade da água**, por isso estes indicadores foram também classificados como insustentáveis, com médias, respectivamente, de 1,34 e 1,51.

Muitos dos estabelecimentos e residências de Porto de Galinhas são abastecidos pela rede de água encanada disponibilizada pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) e nenhum dos entrevistados conhece algum tipo de monitoramento utilizado para verificar a qualidade da água. Alguns dos entrevistados que utilizam água dos poços artesianos também não fizeram nenhum teste para verificar a qualidade desta água, mas estes são satisfeitos com a utilização dessa fonte de água por considerar que nunca faltará, conforme é visualizado nos depoimentos abaixo.

“A água utilizada aqui é de poço, como é uma fonte de água garantida, nunca falta, achei melhor mandar fazer (...). A água sai um pouco barrenta no começo, mas depois fica cristalina, melhor do que a água da compesa” (Entrevistado B17 – Sociedade civil).

“Na minha casa uso água do poço, água muito boa, pura... Vem de baixo da terra por isso nunca vai faltar” (Entrevistado A1 – Iniciativa privada).

Em 2011 foi realizado em Porto de Galinhas o XIV Congresso Mundial da Água onde vários participantes discutiram sobre os novos instrumentos para o gerenciamento dos recursos hídricos. Segundo os pesquisadores da área esse gerenciamento só é possível a partir de novas prioridades principalmente na tecnologia, na infraestrutura e nas políticas públicas.

Evento tão importante como este, realizado no próprio destino turístico, com discussões enriquecedoras entre pesquisadores do mundo inteiro e patrocinado por diversas instituições supra locais (Empetur, Secretaria do Turismo, Universidade Federal de Pernambuco, Governo do Estado de Pernambuco, etc) e, inacreditavelmente, nenhum dos entrevistados fez menção do mesmo no momento das entrevistas. Certamente a maioria deles nem tiveram conhecimento de tal evento. Isto pode sinalizar que não há uma articulação entre os diversos atores sociais do próprio destino turístico e nem com as instituições supra locais. Eventos como este fazem necessários à participação de representantes das diversas classes sociais com o objetivo de gerar discussões concretas e disseminar as informações e decisões tomadas.

Verifica-se que a disponibilidade da água em Porto de Galinhas torna-se, sobretudo, em período de alta estação, um problema para os residentes locais e turistas, com alguns momentos (horas e/ou dias) sem água no destino turístico. Algumas ações pontuais e de curto prazo foram tomadas para contornar tal situação, porém incipientes, dada a proporção de fatores envolvidos. Outro problema observado no destino é a geração de resíduos sólidos e sua destinação final, os quais são analisados a seguir.

5.2.1.2 Geração e Manejo dos Resíduos Sólidos

A geração de resíduos sólidos, quando descontrolada e mal gerenciada, é uma variável que pode provocar problemas para uma dada localidade, por isso o manejo adequado destes resíduos tem gerado muitas discussões envolvendo o poder público, instituições privadas, sociedade civil e organizações não governamentais.

Para o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos foi sancionada a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (lei 12.305/2010) considerando as dimensões políticas, econômicas, ambientais, culturais e sociais, com a ampla participação da sociedade, tendo como premissa o desenvolvimento sustentável.

Tomando por base as diretrizes do PNRS (2010), em 2011 a Secretaria de Turismo de Pernambuco e a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) entregaram os Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) de cinco destinos turísticos: Igarassu, Itamaracá, Itapissuma, Ipojuca (Porto de Galinhas) e Fernando de Noronha. Estes planos foram elaborados dentro do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETur) e foram desenvolvidos em várias etapas de implantação. Dentro dos resultados esperados, os planos incluem melhores serviços de limpeza urbana, minimização na geração de resíduos, coleta seletiva, educação ambiental e distribuição adequada dos resíduos sólidos.

Embora Porto de Galinhas seja um dos destinos turísticos contemplado com o PGIRS, apenas ações pontuais foram tomadas no sentido de melhor gerenciar os resíduos sólidos, mas nada comparado ao que o plano se propôs a fazer.

Com o objetivo de analisar como a geração e o manejo dos resíduos sólidos são tratados em Porto de Galinhas, este descritor apresenta os seguintes indicadores: Resíduos sólidos gerados por turistas num período, Programa de redução da quantidade de resíduos sólidos, Coleta seletiva de resíduos sólidos e processo de reciclagem, Resíduos sólidos reciclados, destinação final dos resíduos sólidos, Manejo de resíduos perigosos, Coletores de lixo e Coletores de lixo seletivo.

Segundo dados disponibilizados pela Associação dos Agentes de Reciclagem (RECICLE) em Porto de Galinhas são gerados em média 100 toneladas de resíduos sólidos por dia, podendo aumentar com intensidade no período de alta estação. Considerando a quantidade de residentes locais, é significativa a quantidade de lixo gerada no destino turístico. De acordo com Mucelin e Bellini (2008) nenhuma outra etapa do desenvolvimento humano,

como a atual, gerou-se tanto lixo (resíduo) e, racionalmente prejudicou-se tanto a saúde das populações humanas e o próprio meio ambiente.

Apesar do aumento de resíduos gerados por turistas, num período determinado, a maioria dos entrevistados são neutros (nem concordam/nem discordam) quanto aos **resíduos gerados por turistas** chegarem a afetar o seu dia-a-dia, com uma média de 2,83, sendo este classificado como parcialmente insustentável. Este resultado é explicado devido à eficácia da coleta de lixo pela prefeitura, como mencionado pela maioria dos entrevistados. A coleta de lixo é feita três vezes ao dia, com horários determinados, assim como há sempre alguns funcionários (Imagem 09) da prefeitura limpando as calçadas e ruas centrais do destino turístico.



Imagem 09 (5): Funcionário da Prefeitura limpando o calçadão central de Porto de Galinhas
Fonte: Coleta de dados, 2012

É importante destacar que nos locais centrais² do destino, o lojista que colocar lixo nas calçadas em horário não determinado será chamado atenção pela guarda municipal. Esta ação evita que o lixo se espalhe tornando o ambiente sujo e mal visto pelos turistas. Alguns depoimentos abaixo corroboram com os resultados encontrados.

“A coleta melhorou muito de um tempo pra cá, hoje tem horários estabelecidos pro carro do lixo passar, sempre passa na hora certa... Mas isso não é em todo lugar de Porto de Galinhas, é mais aqui na parte central, se você andar pelas ruas mais distante do centro vai ver lixo nas esquinas...”
(B14 – Sociedade civil)

²Os locais centrais do destino turístico referem-se às ruas, praças, shopping, calçadão, etc, que se concentram no centro de Porto de Galinhas, locais mais visitados do destino.

“Hoje o carro do lixo passa três vezes por dia, tem hora marcada, isso é bom porque não acumula tanto (...) temos que colocar minutos antes do carro passar se não somos chamados atenção” (B16 – Iniciativa privada).

“Melhoramos muito a coleta de lixo em Porto de Galinhas, o carro passa três vezes por dia para evitar o acúmulo de lixo, todos sabem a hora que o carro vai passar (...). Nós temos que ter esse cuidado, já pensou um turista chegar e ver o calçadão com lixo? Os lixeiros que não cabe mais lixo! Isso seria muito feio para um cartão postal que é Porto de Galinhas” (C29 – Poder público).

Embora considerado pela maioria dos entrevistados que haja constantemente funcionários da prefeitura limpando as ruas e calçadas e que o lixo é coletado três vezes por dia, esta não é uma prática observada em todos os locais de Porto de Galinhas. Circulando nas ruas mais periféricas do destino turístico, a pesquisadora observou alguns acúmulos de lixo nas calçadas, como observado nas Imagens10 abaixo.



Imagens 10 (5): Acúmulo de resíduos sólidos espalhados nas ruas periféricas de Porto de Galinhas
Fonte: Coleta de dados, 2012

Além da coleta de lixo não ser executada da mesma forma em todo o destino turístico, Porto de Galinhas apresenta uma **quantidade** insuficiente **de coletores de lixos**, segundo os entrevistados, por isso este indicador se mostrou insustentável. De acordo com a maioria dos entrevistados a quantidade é insuficiente para armazenar o lixo gerado num período, mesmo que momentaneamente, além de alguns dos coletores estarem em mal estado de conservação. Segundo as entrevistas A4 e B21, os coletores não são bem distribuídos e concentram-se principalmente em alguns locais pontuais.

Para os resíduos sólidos gerados na praia, é feita a coleta diretamente nas barracas no final do dia, os resíduos são colocados em sacolas, eventualmente, disponibilizadas pela prefeitura, quando não os próprios barraqueiros fazem a compra destas sacolas. Segundo o entrevistado A7 o lixo gerado pelo turista sempre é armazenado no local “correto”, visto que existem sacolas nas mesas para evitar que este seja jogado na areia da praia.

Embora os entrevistados tenham se mantido neutros na análise do indicador **resíduos gerados por turistas** e tenham considerado como eficaz a coleta de lixo, os resíduos gerados pelos turistas impactam diretamente o dia-a-dia da comunidade local devido o aumento significativo e seu **destino final não ser para um aterro sanitário**, mas para um lixão a céu aberto, por isso este indicador é insustentável. O mesmo obteve uma média de 1,18, este resultado significa que a maioria dos entrevistados tem o conhecimento que destino final de todos os resíduos sólidos gerados não segue para um aterro sanitário. Alguns têm o conhecimento da real destinação que é um lixão a céu aberto, sendo este o local que algumas famílias tiram o seu sustento e trabalham em condições precárias, segundo dados das entrevistas A2 e B18. A entrevista B15 descreve o percurso que os resíduos fazem, do ponto de origem até o ponto final.

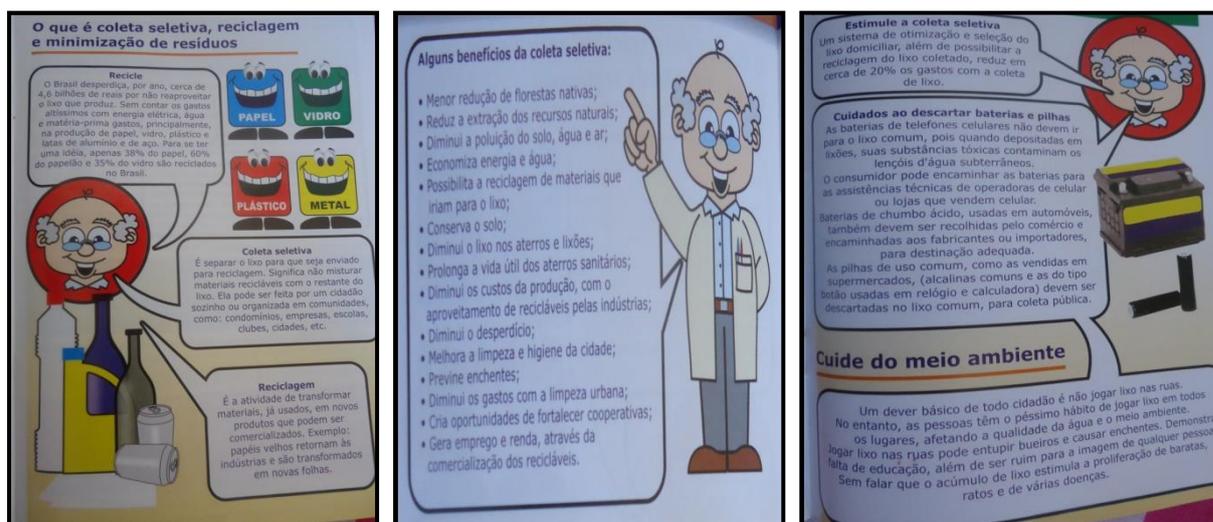
“O lixo afeta a qualidade dos residentes locais, e muito!!! Primeiro porque existe um lixão a céu aberto aqui né, não tem nenhum aterro sanitário, então esse lixo vai a 3 km daqui de Porto de Galinhas, né! Todo o chorume é desaguado no Rio Canoas, no Rio Água Fria e vai pra Muro Alto, chegando a Porto de Galinhas! Isso tá nos jornais, na internet que o lixão polui a praia de Porto de Galinhas, isso não é nenhuma novidade (...)” (Entrevistado B15 – Sociedade Civil).

O lixão a céu aberto não é uma realidade encontrada apenas em Porto de Galinhas, quase 60% do lixo coletado na região nordeste é inadequadamente disposto em locais a céu aberto e/ou em cursos d’água, a maioria com presença de catadores, conforme dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012). Esta inadequada disposição final do lixo, dentre outros impactos, favorece a produção e a liberação para a atmosfera de gases de efeito estufa, especialmente metano (CH₄), resultado da decomposição anaeróbica da matéria orgânica.

Para minimizar os impactos gerados, faz-se necessário ter **programas que busquem a redução da quantidade de lixo gerada**, quer seja por parte do Município ou pelas empresas ali instaladas, assim como **iniciativas que incentivem a coleta seletiva e/ou reciclagem de resíduos sólidos**. Ribeiro et al. (2010, p. 2) afirmam que “é de extrema necessidade a reavaliação da maneira que tem se administrado o tratamento e destino do lixo, investindo

maciçamente em alternativas como a reciclagem”. Estas práticas, infelizmente, não são observadas em Porto de Galinhas, por isso estes indicadores são tidos como insustentáveis.

Nenhum dos entrevistados citou algum programa existente. Foram mencionadas ações pontuais como entrega de panfletos e cartilhas (Imagem 11) nas escolas e, eventualmente, aos turistas contendo definições do que é coleta seletiva, reciclagem e minimização de resíduos, com o objetivo de incentivar a execução destas práticas, mas isto não pode ser considerado um programa efetivamente realizado junto aos atores sociais.



Imagens 11 (5): Panfletos sobre coleta seletiva, reciclagem de resíduos sólidos

Fonte: Coleta de dados, 2012

Uma prática que pode incentivar os moradores locais e turistas a executarem a coleta seletiva é à disposição de **coletores de lixo seletivo** capazes de armazenar o lixo de forma separada. Entretanto, não foi localizado nenhum destes coletores em Porto de Galinhas, por isso tal indicador é classificado como insustentável ($\mu=1$). Os seguintes trechos comentam sobre a falta de incentivo para realização da coleta seletiva:

“Algumas ações até acontece, chega um pessoal da prefeitura aqui ai fala assim: vamo guarda o óleo de comida, ai tem uma empresa pra vi coletar esse óleo, certo! A gente começa a coletar só que tem umas pessoas que começa a jogar no lixeiro mesmo, esse óleo vai pra onde? Vai pro lixão (...) Não há uma fiscalização pra que as coisas continuem funcionando, essas garrafas de plásticos mermo, a gente devia ta juntando pra fazer recicragem, mas acontece que a gente não sabe pra quem dá (...) Aqui em Porto de Galinhas é difícil demais pra coisas acontecer, nunca vi uma cidade tão pequenininha, mas a coisa não acontece” (Entrevistado A7 – Iniciativa privada).

“Aqui tem a RECICLE que é a associação de agentes de reciclagem, com 30 associados que buscam seu sustento a partir do lixo (...) Eles vão nas

pousadas, hotéis, comércio e vão recolhendo aquilo que as pessoas doam, separam... O único apoio recebido pela prefeitura é o pagamento do aluguel do espaço da associação (Entrevistado B15 – Sociedade Civil).

Ao invés de coletores de lixo seletivo, são encontrados no destino turístico lixeiros comuns (Imagem 12) e, como mencionado anteriormente, em quantidades insuficientes. Os entrevistados A10 e B13 relataram que em períodos de alta estação, como é grande o número de pessoas que circulam em Porto de Galinhas, os lixeiros não são suficientes para armazenar temporariamente o lixo gerado “os lixeiros ficam esbarrocados, caindo lixo” (Entrevistado A10 – Iniciativa Privada).



Imagem 12 (5): Coletor de resíduos sólidos em Porto de Galinhas
Fonte: Coleta de dados, 2012

Observa-se uma incoerência nas ações realizadas pelo poder público, visto que, ao mesmo tempo em que distribui panfleto nas escolas para incentivar a coleta seletiva (Imagem 11), não disponibiliza coletores seletivos de resíduos no destino turístico. Esta é uma ação que podia facilitar a vida dos agentes de reciclagem associados a RECICLE, como mencionado pelo entrevistado B15. A única associação de reciclagem existente no destino consegue reciclar uma quantidade de 3%, segundo a entrevista B15, sendo esta uma quantidade insignificante quando comparado à quantidade de lixo gerado. Nesse contexto, constata-se que a **quantidade de resíduos sólidos reciclados é insignificante**, por isso este tido como insustentável.

Diferentemente dos resultados dos demais indicadores, o indicador **manejo de resíduos perigosos** foi analisado como potencialmente sustentável, uma vez que a maioria dos entrevistados, sobretudo representantes da sociedade civil e do poder público, consideram que haja um adequado tratamento para os resíduos perigosos gerados em Porto de Galinhas. O

entrevistado C26 revela que este serviço é terceirizado a empresa SERQUIP - Tratamento de Resíduos, com coletas realizadas diariamente.

O resultado deste indicador corrobora com Camacho (2008) quando afirma que a melhor forma de tratamento para os resíduos sólidos de serviço de saúde é o seu gerenciamento adequado. Este gerenciamento tem por objetivo proporcionar aos resíduos gerados, um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos profissionais que ali trabalham, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente.

Diante dos resultados apresentados, percebe-se, portanto, que não há engajamento entre os atores em prol de minimizar a quantidade de resíduos sólidos gerados no destino turístico, nem tão pouco reciclar parte destes resíduos. Foram tomadas algumas ações, mas insignificantes, considerando os problemas ambientais que os resíduos podem trazer a uma dada localidade. Um dos problemas desencadeados a partir do acúmulo dos resíduos sólidos é a poluição, a qual será discutida a seguir.

5.2.1.3 Poluição

O termo poluição é definido na legislação brasileira (Lei 6.938/81, Art.3, III, pág. 1) “como a degradação da qualidade ambiental que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, segurança e o bem-estar da população, que criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, que afetem a biota, as condições estéticas ou sanitárias do ambiente(...)”. Segundo Silva (2011), a poluição pode ser causada pela liberação de diversos tipos poluentes, nos distintos meios que caracteriza os diferentes tipos de poluição como da água, do ar, visual, sonora, atmosférica, do solo, dentre outros.

Dentre os tipos de poluições existentes, este descritor tem por objetivo identificar se existe poluição visual, sonora e da água do mar em Porto de Galinhas. Estes tipos foram selecionados para análise por se entender que são poluições mais comuns decorrentes da atividade turística. É importante destacar que não foi feita nenhuma medição para identificar níveis de aceitação a partir das legislações existentes, todos os resultados apresentados tomaram como base a percepção dos entrevistados, assim como a vivência da pesquisadora *in loco* durante as coletas de dados.

De acordo com os dados coletados junto aos atores locais e das visitas ao *locus* de pesquisa, foi observado que há uma **quantidade excessiva de elementos ligados à**

comunicação visual, ou seja, considera-se que haja uma poluição visual em Porto de Galinhas. Tal fato pode ser verificado segundo os discursos abaixo descritos.

“(…) é muita informação concentrada num canto só, veja quantas placas são encontradas neste calçadão” (Entrevistado A11 – Sociedade Civil).

“Eu acho que tem muita poluição visual sim!! É um absurdo isso, muitas placas e anúncios no mesmo lugar, sem contar com as faixadas das lojas e restaurantes... Um querendo chamar mais atenção do que o outro” (Entrevistado B21 – Iniciativa Privada).

Diversas são as placas, anúncios e faixadas dos empreendimentos, cada um com tamanhos diferenciados e cores cada vez mais fortes dando a sensação de excesso de informações, além das galinhas/galos coloridos espalhados pelo calçadão central da Vila de Porto de Galinhas para decoração do local. Outro fato observado pelo entrevistado C30 são as velas das jangadas que recebem estampas das mais variadas possíveis, estes são alguns dos fatores que contribuem para o aumento da poluição visual, como são observados nas imagens abaixo.



Imagem 13 (5): Faixadas dos empreendimentos turísticos
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.



Imagem 14 (5): Placas de divulgação de lojas
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.



Imagem 15 (5): Velas das jangadas com propagandas
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.



Imagem 16 (5): Galo do Calçadão
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Na Vila de Porto de Galinhas foi observada uma poluição visual resultante do excesso de ocupações irregulares ou comércio nas calçadas a desarmonia arquitetônica das construções do que favorece o aumento desta poluição.

No que se refere ao indicador **poluição sonora** os dados revelaram que há poluição sonora em Porto de Galinhas controlável. Com média de 3,3, a maioria dos entrevistados, sobretudo representantes da iniciativa privada e da sociedade civil, convergiram em suas opiniões, considerado como neutro, já o poder público considerou que não há poluição sonora no destino turístico, por isso este indicador é classificado como parcialmente insustentável.

Os representantes da sociedade civil e iniciativa privada consideraram que há um volume de sons que incomoda, principalmente no período de alta estação, quando o número de pessoas aumenta consideravelmente. Tal fato pode ser confirmado com o depoimento transcrito abaixo.

“(…) a poluição sonora aqui em Porto de Galinhas é irritante, basta você chegar no calçadão para ter vários restaurantes com música ao vivo alto, vários vendedores de passeios e mergulhos quase que gritam vendendo seu produto, isso incomoda não só a gente que mora aqui mas também os turistas” (Entrevistado B16 – Sociedade Civil).

Entretanto, o poder público considera que este é um problema controlado em Porto de Galinhas, haja vista a presença da guarda municipal que tenta controlar o volume dos sons de carros, nas casas particulares, e bares e restaurantes que dispõem de música ao vivo também tem os horários para finalizar suas atividades, de modo a não incomodar os moradores locais e turistas.

Outro fato observado pela pesquisadora no período da coleta de dados foi à excessiva quantidade de *buggys* que circulam no destino turístico, por isso há intensos ruídos por causa destes veículos, o que também contribui para o aumento da poluição sonora.

Por fim, o último indicador analisado deste descritor foi à **poluição das águas do mar**, cujo objetivo foi verificar se é comum encontrar resíduos sólidos no mar, devido principalmente à presença de barracas e comercialização de produtos por ambulantes a beira mar. Este indicador obteve uma média de 2,84, ou seja, apresenta uma tendência para a neutralidade de respostas dos respondentes.

Dentre os entrevistados, o poder público foi quem concordou parcialmente ($\mu= 3,88$) que a quantidade de resíduos sólidos no mar é baixa e não chega a poluir a praia. O entrevistado C23 declarou que isto acontece porque a prefeitura apresenta um trabalho junto

aos barraqueiros e aos ambulantes para a destinação correta dos resíduos sólidos gerados pelos consumidores, estes dispõem de saquinhos de lixo adequado para tal descarte.

Já a iniciativa privada e sociedade civil discordaram com a opinião do poder público, por entender que, embora não tenha resíduos visivelmente, mas como o destino dos resíduos é um lixão a céu aberto, estes retornam para o mar. Com médias, respectivamente, de 1,75 e 2,9, este indicador é tido como parcialmente insustentável. Estes resultados podem ser constatados conforme as falas abaixo descritas.

“(...) embora não tenha lixo na praia visivelmente, você pode ir lá agora que não tem, mas o destino do lixo é um lixão próximo daqui, este lixo acaba vindo para a praia, né não?!” (Entrevistado B15 – Sociedade Civil).

“Aqui os ambulantes tem muito cuidado mermo com o lixo, mas se o carro passa, junta tudo e vai pro lixão, eu acho que esse lixo com certeza volta pro mar, se é tudo perto (...)” (Entrevistado A9 – Iniciativa Privada).

“A gente tem uns saquinhos pra colocar lixo aqui, eu mermo tenho muito cuidado, mas como depois vai pro lixão, eu acho que volta pra o mar, com certeza!” (Entrevistado A2 – Iniciativa privada).

Assim sendo, percebeu-se que todas as tipologias de poluição analisadas denotaram problemas para o destino turístico. Para minimização/solução da poluição visual, sugere-se a necessidade de definir os tamanhos padrões de placas, as cores a serem utilizadas, determinar cores padrões para todas as velas das jangadas, dentre outras ações que podem contribuir para harmonizar o ambiente da Vila de Porto de Galinhas. Já as poluições sonora e da água foram observadas com maior incidência em períodos de alta estação, quando o número de pessoas aumenta consideravelmente. Para a poluição das águas, recomendam-se as medidas apontadas no descritor “Geração e Manejo dos Resíduos Sólidos”. Além do aumento destas poluições, outro fator alterado na alta estação é o consumo de energia, sendo este o próximo descritor a ser analisado.

5.2.1.4 Consumo de Energia

A energia é uma das variáveis preocupantes no tocante aos problemas ambientais, visto que o modelo energético mais utilizado é o hidroelétrico, o qual causa muitos impactos ao meio ambiente. Assim sendo, os pesquisadores cada vez mais estudam a possibilidade de introdução de tecnologias inovadoras que busquem a utilização de energias de fontes renováveis como o vento e o sol (COLIN, 2004).

Este descritor tem por objetivo identificar o consumo de energia em Porto de Galinhas. Os indicadores que fazem parte desta análise são: energia consumida por turistas, programas de redução do consumo de energia e empreendimentos turísticos que utilizem fontes de energias renováveis.

O indicador **energia consumida por turistas num período** obteve uma média de 3,26 e foi classificado como parcialmente insustentável, ou seja, os entrevistados são neutros quanto ao consumo de energia por turistas, no período de alta estação, afetar o seu dia-a-dia. Alguns dos entrevistados revelaram que alguns anos atrás, aproximadamente cinco anos, havia muitos problemas, como a falta de energia por um período considerável, mas atualmente este problema tem sido resolvido pela Companhia Energética de Pernambuco (CELPE). Para aqueles entrevistados que consideraram que o consumo de energia por turistas afeta o consumo local afirmaram que as quedas de energia ainda são constantes, mas que solucionadas rapidamente pela CELPE. Outros consideram a energia em Porto de Galinhas de preço mais alto, verifica-se isso na seguinte fala:

“A energia não chega a faltar, mas é muito cara a energia aqui em Porto de Galinhas, parece que a energia mais cara do mundo é aqui Porto de Galinha, pra você ver a taxa mínima daqui ta a R\$ 11 e um quebradozinho, mesmo que você não use, mas paga...” (Entrevistado A7 – Iniciativa privada).

Sabendo que a fonte de energia mais utilizada no Brasil é a hidroelétrica (ANEEL, 2002), gerada a partir da água, e sendo este último recurso um patrimônio natural esgotável (LEANDRO, 2004) e indispensável à vida, faz-se necessário a elaboração e execução de programas que busquem a redução do consumo de energia. A partir dos dados coletados, percebeu-se que não há nenhum **programa de redução do consumo de energia** executado junto aos atores sociais em Porto de Galinhas, por isso este indicador é tido como insustentável ($\mu=1,29$).

Os programas existentes são desenvolvidos pela CELPE como o projeto energia verde, nova geladeira, aquecimento solar, dentre outros. Além destes projetos a companhia desenvolveu campanha intitulada como “Mais Ação, mais Energia: Ação de Verão CELPE” para orientar e esclarecer as dúvidas dos turistas que visitam Porto de Galinhas. Os envolvidos na campanha estavam mobilizados para intensificar o atendimento com qualidade e eficiência, garantindo a continuidade do fornecimento de energia elétrica, segundo dados disponibilizados no *website* da companhia. No entanto, nenhum dos entrevistados citou nenhuma destas ações, visto que muitos nem tem o conhecimento de tal existência.

Os entrevistados A8 e A11 citaram algumas ações desenvolvidas nos estabelecimentos turísticos, como por exemplo, colocar avisos nos cômodos dos seus estabelecimentos alertando os turistas e/ou visitantes para economizarem energia, não deixando as luzes acesas e ar condicionado ligados quando saírem, porém algo pontual e que não consegue contribuir para a redução do consumo de energia no destino turístico.

Outra iniciativa citada pelo entrevistado A8 foi a utilização de fontes renováveis de energia por alguns hotéis, como o Best Western Plus Vivá, Aconchego de Porto, Village, Marlin Azul, Dourado do Mar, dentre outros, por isso o indicador **empreendimentos turísticos que utilizem energia renovável** foi tido como parcialmente sustentável. A partir de dados disponibilizados nos *websites* dos hotéis, estes foram construídos com base em princípios de sustentabilidade de modo que recebem iluminação solar e ventilação natural, o aquecimento da água é por meio da energia solar e alguns utilizam painéis solares. Apesar destas iniciativas, Bastos (2011, p. 109) afirma que há “(...) um foco muito limitado dos hotéis quanto às questões envolvendo o meio ambiente” apesar dos gestores estarem engajados em aumentar o envolvimento dos hotéis com o tema.

A partir dos dados analisados percebe-se que, apesar do aumento significativo do consumo de energia em períodos de alta estação, não são frequentes os problemas decorrentes disto, assim como não é realizado nenhum programa que busque a minimização significativa do consumo, mesmo que algumas ações tenham sido realizadas.

Além dos descritores discutidos até então, outro descritor que compõe a dimensão ambiente é o tratamento de esgoto, este apontado por todos os entrevistados como um sério problema que o destino turístico enfrenta pela falta do seu tratamento.

5.2.1.5 Tratamento de Esgoto

Dentre os princípios básicos previstos na Constituição Federal é dado como direito do cidadão à moradia adequada, com acesso à educação, transporte, saúde, lazer e saneamento básico. Embora seja um direito do cidadão e dever do Estado (PODIESI, 2011), nem todos os brasileiros apresentam saneamento básico adequado.

Tido como um dos maiores problemas socioambientais do País (IBGE, 2012), a falta de saneamento básico também é um problema observado em Porto de Galinhas. Desse modo, este descritor tem por objetivo analisar o que tem sido feito para solucionar tal problema a

partir dos seguintes indicadores: Processos de tratamento de esgotos e Quantidade de esgoto tratado.

Não foi possível observar nenhum **processo de tratamento de esgoto** no destino turístico, ou seja, não se tem uma **quantidade de esgoto tratado**, por isso estes indicadores foram tidos como insustentáveis, ambos com média 1,04. Este resultado diverge com a principal norma que regulamenta o saneamento, a Lei 11.445/2007, a qual estabelece as diretrizes nacionais que garantem o saneamento básico para todos com a garantia do atendimento essencial à saúde pública.

Todos os entrevistados apontaram o esgoto como um dos sérios problemas em Porto de Galinhas, como observado nos trechos a seguir:

“(…) aqui a falta de tratamento de esgoto é um dos principais problemas, aqui o que se faz é jogar no rio, a prefeitura trata o esgoto dessa forma, entendeu?” (Entrevistado B15 – Sociedade Civil).

“(…) o esgoto aqui é a céu aberto (…), você deve ter visto em algumas ruas, há esgotos nos arredores das calçadas (Imagens 17). Em alguns locais, como aqui no calçadão tem algumas fossas que são esvaziadas constantemente por carros da prefeitura, mas o destino que se dá a esse esgoto recolhido aí já não sei” (Entrevistado A5 – Iniciativa privada).

“Reconheço que este é um dos maiores e piores problemas aqui de Porto de Galinhas... A prefeitura vem fazendo algo no sentido de solucionar, já temos alguns projetos em andamento” (Entrevistado C28 – Poder Público).



Imagens 17 (5): Ruas em Porto de Galinhas com esgoto
Fonte: Coleta de dados, 2012

A falta de um sistema adequado de esgotamento sanitário não é uma realidade apenas de Porto de Galinhas, em Pernambuco pouco mais 50% dos domicílios urbanos apresentam

este sistema (IBGE, 2012). Há algum tempo moradores locais de Porto de Galinhas e empresários lutam para reivindicar junto à prefeitura municipal. Várias foram as reportagens publicadas sobre o assunto. O Jornal Folha de São Paulo publicou ano passado a reportagem “Paradisiaca Porto de Galinhas tem lixo e esgoto a céu aberto”, o Jornal do Comércio de Pernambuco com o anúncio “Porto de Galinhas e Serrambi apresentam desordem no início do verão”, assim como alguns blogs (blogecoassociados, recicláveis.com.br), todos relatam pontos em comum, a falta de infraestrutura que o destino turístico apresenta, sendo este um dos motivos que tem afastado os turistas.

Além de afastar turistas e visitantes, a falta de saneamento básico, como mencionado pelos entrevistados A2 e B18, propicia a proliferação de várias doenças como a disenteria, dengue, leptospirose, doenças na pele, esquistossomose, amebíase, dentre outras, além de aumentar a poluição das águas. Por isso, Oliveira, Viana e Braga (2010) consideram a falta de tratamento do esgoto como um dos impactos ambientais negativos mais relevantes do turismo na comunidade receptora, visto que, como o número de pessoas aumenta na localidade, conseqüentemente os problemas também aumentam. Embora tenham sido recorrentes as críticas dos moradores locais, turistas/visitantes e empresários, assim como ser alvo das notícias em jornais e blogs, nada tem sido feito concretamente para solucionar tais problemas. Além da proliferação de doenças, a falta de tratamento adequado do esgoto pode comprometer a qualidade do ar da localidade, o que pode contribuir para o indivíduo desenvolver outros tipos de doenças decorrentes da inspiração do ar poluído.

5.2.1.6 Melhoria da Qualidade do Ar

O intenso processo de urbanização e industrialização, o aumento da frota de veículos, associados a fatores meteorológicos como a temperatura do ar, pressão e umidade, têm contribuído para a concentração de poluentes em suspensão na atmosfera, (ALVES, 2009), causando várias doenças aos seres humanos pela inspiração do ar poluído. Sendo assim, é importante realizar o monitoramento da qualidade do ar para verificar se o nível de concentração do grupo de poluentes está em quantidades excessivas, o que pode afetar não apenas a saúde e o bem estar das pessoas, mas também ocasionar danos ao meio ambiente.

No Brasil, os padrões de qualidade do ar foram fixados pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), por meio da resolução Conama 03/90. Nesta resolução entende-se como poluente atmosférico qualquer forma de matéria ou energia com intensidade e em

quantidade, concentração, tempo ou características em desacordo com os níveis estabelecidos, e que tornem ou possam tornar o ar: impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde; inconveniente ao bem-estar público; danoso aos materiais, à fauna e flora, e prejudicial à segurança (RESOLUÇÃO CONAMA Nº 3, 1990).

Assim, o objetivo deste descritor é identificar se há iniciativas de melhoria da qualidade do ar em Porto de Galinhas. É importante ressaltar que não foi feita nenhuma medição para verificar o nível de concentração dos poluentes no destino turístico, os resultados foram analisados a partir da percepção dos entrevistados.

A partir dos resultados obtidos foi possível verificar que não **há programas ou instalações para melhoria da qualidade do ar**, nem tão pouco um programa que verifique a qualidade do ar considerando os padrões fixados pelo Conama a partir da resolução 03/90. Todos os entrevistados convergiram suas opiniões, tendo este indicador média 1 e classificado como insustentável.

Os entrevistados A10 e B22 consideram que em períodos de alta estação há um aumento da poluição do ar em decorrência da maior circulação de meios de transporte como carros, ônibus, buggys, etc, além do esgoto que é a céu aberto. O entrevistado B20 corrobora quando diz: “aqui tem esgotos a céu aberto em muitas ruas, isso pode contaminar o ar que respiramos”.

Embora os entrevistados tenham considerado que exista uma poluição do ar em Porto de Galinhas, notou-se que nada tem sido feito para controlar ou minimizar tal poluição, apesar de saber que a inspiração de ar poluído pode desencadear problemas de saúde aos seres humanos. Uma forma de diminuir tais efeitos é a preservação das áreas verdes na localidade, visto que estas, além da função ecológica, podem contribuir para resolver grande parte dos problemas ambientais das cidades como calor, poluição e baixa umidade do ar ao absorver ruídos, atenuar o calor do sol e melhorar a qualidade do ar.

5.2.1.7 Áreas Naturais Preservadas

As áreas verdes constituem-se em importantes instrumentos para a regulação do clima, manutenção da biodiversidade, além dos aspectos paisagísticos, de lazer e recreativos, assim como servem de parâmetro para avaliar a qualidade de vida nas cidades (SOUZA, 2010). A intensidade de radiação solar, a umidade do ar, a precipitação e a circulação do ar, são alguns dos fatores que podem ser afetados caso não haja vegetação na localidade (BOTREL, 2007).

Por isso, é necessário manter áreas verdes preservadas com o objetivo de obter uma qualidade de vida no ambiente que se vive.

Sabendo da importância que as áreas verdes apresentam para uma localidade, este descritor tem por objetivo identificar a existência e a manutenção de áreas naturais preservadas em Porto de Galinhas. A partir dos dados obtidos e as visitas *in loco* foi possível perceber que não há **áreas preservadas ou em processo de recuperação** no destino turístico, por isso este indicador foi classificado como insustentável.

A entrevista A10 aponta que muitas eram as áreas verdes preservadas em Porto de Galinhas, porém foram tomadas para a construção de grandes empreendimentos. O entrevistado ressaltou ainda que em Porto de Galinhas “o dinheiro fala mais alto que as leis existentes”, ou seja, caso uma área preservada fosse de interesse de algum empresário, dependendo do preço oferecido, a área é vendida, embora esta seja uma área importante para a manutenção do ecossistema. O entrevistado C23 discorda, conforme é visto no depoimento abaixo:

“Aqui em Porto de Galinhas é vasta as áreas verdes preservadas... Foi feito um intenso trabalho pela prefeitura para manter esses locais, principalmente próximo aos manguezais” (Entrevistado C23 – Poder Público).

Embora haja uma discordância de opiniões, este indicador obteve média geral de 2,09, ou seja, a maioria dos entrevistados discorda parcialmente que haja áreas preservadas ou em processo de recuperação no destino turístico. Vários foram os hotéis, *resorts*, chalés, pousadas, dentre outros empreendimentos turísticos construídos em Porto de Galinhas contribuindo para diminuir as áreas verdes. Apesar de esta constatação ter sido citada por alguns entrevistados, sobretudo representantes da sociedade civil, o entrevistado A8 afirmou que a construção dos empreendimentos é licenciada pelos órgãos ambientais locais e a construção destes é necessária para o desenvolvimento da atividade turística.

A construção desordenada dos empreendimentos além de minimizar as áreas verdes preservadas também pode inibir a beleza natural do destino turístico, assim como pode desencadear sérios problemas devido o avanço do mar. Por isso, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) em março de 2002 na resolução 303/2002 redefiniu as áreas de preservação permanentes (Artigo 3º) em território brasileiro e proibiu construções em faixa mínima de trezentos metros, medidos a partir da linha de preamar máxima, por considerar que são encontradas diferentes comunidades que recebem influência marinha e precisam ser preservadas.

A partir dos dados coletados e das visitas ao destino turístico, foi possível perceber que há vários empreendimentos (lojas, restaurantes, pousadas, etc) a menos de 300 metros do mar, por isso o indicador **construções civis próximos à praia** foi classificado como insustentável. As imagens abaixo corroboram com o resultado deste indicador.



Imagens 18 (5): Empreendimentos construídos na orla de Porto de Galinhas
Fonte: Coleta de dados, 2012

Observa-se, portanto, que alguns estabelecimentos são construídos a beira mar, sem respeitar a norma estabelecida pelo Conama. Esta é uma realidade não só de Porto de Galinhas, mas por todo o Brasil casas e hotéis são construídos ilegalmente em áreas de proteção ambiental.

Por não respeitarem as normas estabelecidas pelo Conama, estes empreendimentos dificilmente receberiam uma certificação ambiental ou turística do Programa de Certificação Turismo Sustentável, embora este programa apresente outros princípios a serem analisados. Estas certificações são uma das diversas ferramentas utilizadas para designar as empresas que realizam uma gestão mais responsável em seus negócios.

5.2.1.8 Certificação Ambiental e/ou Turística

Para certificação ambiental dos empreendimentos turísticos há um Programa de Certificação Turismo Sustentável (PCTS) de abrangência nacional, liderada pelo Instituto de Hospitalidade (IH), em parceria com o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS).

Segundo o guia elaborado pelo Instituto de Hospitalidade, o PCTS visa aprimorar a qualidade e a competitividade das empresas ligadas ao turismo e estimular seu melhor desempenho nas diversas áreas (econômica, ambiental, cultural e social), contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável do país.

Para que os empreendimentos turísticos recebam o certificado do Conselho, estes devem estabelecer e manter um sistema de gestão atendendo aos seguintes princípios definidos pelo CBTS: Respeitar a legislação vigente; Garantir os direitos das populações locais; Conservar o ambiente natural e sua biodiversidade; Considerar o patrimônio cultural e os valores locais; Estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos; Garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes e, por fim, Estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis.

Em Porto de Galinhas não foi possível identificar **empresas ligadas a atividade turística que tivessem certificação ambiental e/ou turística**, por isso este indicador é tido como insustentável ($\mu=1,46$). O entrevistado A8 afirmou que alguns hotéis têm buscado alinhar-se aos critérios estabelecidos para o alcance da certificação, mas até o momento nenhum apresenta certificação.

A partir das visitas em *lócus* foi observado um “selo de compromisso ambiental”, como é chamado pelo entrevistado B15, em alguns empreendimentos que doam materiais para a associação dos agentes de reciclagem. Embora seja uma ação importante, esta não pode ser considerada como uma prática que faz jus a uma certificação ambiental, se analisada a partir dos princípios estabelecidos pelo CBTS.

O alcance de uma certificação por parte dos empreendimentos, assim como a solução de muitos dos problemas apontados e discutidos nos descritores anteriores, requer a execução de iniciativas de educação ambiental e cultural junto aos moradores locais, empresários e turistas, conforme é discutido no descritor abaixo.

5.2.1.9 Iniciativas de educação ambiental e cultural

A Educação Ambiental (EA) é um ramo da educação cujo objetivo é a disseminação do conhecimento sobre o meio ambiente, a fim de ajudar à sua preservação e utilização sustentável dos seus recursos (RIGONAT, 2002). No Brasil a educação ambiental, tornou-se lei em 27 de Abril de 1999 através da Lei N° 9.795, a qual tem como um dos seus princípios a “concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o

meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade” (LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE MEIO AMBIENTE, 2009, pág. 212). Já a educação cultural está relacionada com a disseminação e valorização da cultura local, quer seja pelos moradores locais, empresários, poder público e turistas.

Este descritor apresenta apenas um indicador, qual seja: **programas orientados para a educação ambiental e/ou cultural**, cujo objetivo é identificar se há incentivo para a execução de programas, quer seja por parte das empresas, poder público ou sociedade civil, direcionados a educação ambiental e cultural. A partir dos resultados e das visitas em *locus* foi observado que não há um programa específico sobre educação ambiental/cultural, o que existe são ações pontuais, algumas citadas anteriormente, como à entrega de cartilhas e panfletos sobre a temática meio ambiente, e outras ações como observadas nos trechos abaixo:

“Alguns hotéis realizam atividades no destino turístico com o objetivo de sensibilizar as pessoas sobre a preservação ambiental. É comum algumas ações como distribuir saquinhos de lixo na praia, entrega de panfletos aos turistas...” (Entrevistado A8 – Iniciativa privada).

“Eu enquanto morador daqui me preocupo com as questões ambientais de Porto de Galinhas, por isso organizo oficinas sobre meio ambiente envolvendo a comunidade local pra ver se o povo toma mais consciência” (Entrevistado B14 – Sociedade Civil).

“Não tem nenhum programa específico sobre educação ambiental, mas a prefeitura sempre busca trabalhar essa temática em paralelo com outros projetos aqui em Porto de Galinhas. A Blitz ambiental é um exemplo importante disso, onde os turistas e visitantes podem assistir vídeos, receber informações, tirar dúvidas...” (Entrevistado C23 – Poder público).

Muitos dos entrevistados corroboram com o entrevistado C23, quando este cita a Blitz Ambiental como um projeto importante no tocante à questão ambiental. O projeto apresenta uma equipe de coordenadores de áreas e monitores que ficam, tanto no estande do projeto (Imagem 19) em Porto de Galinhas (Praça Do Relógio), com exibição de vídeos, entrega de panfletos (Imagem 20) contendo informações importantes sobre o projeto, como outros ficam espalhados nos arrecifes com o objetivo de conscientizar os turistas e visitantes na preservação do ecossistema, orientar e fiscalizar as visitas às piscinas naturais.



Imagem 19 (5): Estande da Blitz Ambiental na Praça do Relógio em Porto de Galinhas
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012



Imagens 20 (5): Panfletos entregues aos turistas/visitantes com Ecodicas
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Considera-se importante a execução do projeto Blitz Ambiental, no entanto insuficiente, por entender que o destino turístico apresenta outros problemas também de ordem ambiental, os quais deveriam ser minimizados a partir de programas efetivamente realizados juntos aos atores sociais locais e turistas sobre educação ambiental, uma vez que esta, de acordo com Rodrigues e Costa (2004), apresenta-se como um elemento indispensável para a transformação da consciência ambiental e pode levar à mudança de valores e comportamentos.

Quanto à cultura, não há programas efetivos voltados para disseminação e valorização da cultura local. O que existe são algumas festividades culturais típicas como o São João, festas religiosas, dentre outros, como citados pelos entrevistados (A9, C25). O entrevistado

B16 citou a Festa Literária Internacional de Porto de Galinhas (FLIPORTO) como um evento cultural importante que era realizado no destino turístico, mas que, “infelizmente não ocorre mais aqui, Porto de Galinhas foi trocado por Olinda”. Segundo o entrevistado C25 a mudança de local se deu pela intenção de facilitar o acesso do público para mais pessoas participarem do evento.

Assim sendo, observa-se que a realização de tais festividades não pode ser considerada como programa de educação cultural. O entrevistado B14 lamenta este fato quando afirma que: “aqui deveria ter muitos eventos culturais, explorando a cultura nordestina, sobretudo de Pernambuco, para os turistas do mundo inteiro ver que aqui também tem cultura”.

Com o objetivo de executar projetos sobre educação ambiental e cultural no destino turístico, assim como minimizar os impactos que o turismo pode ocasionar para Porto de Galinhas, faz-se necessário que o destino turístico elabore uma Agenda 21 local ou um Plano de Desenvolvimento Sustentável a partir da participação dos atores sociais, por considerar que estes são os maiores conhecedores da realidade local e serão os mesmos que irão pôr em prática as ações elaboradas.

5.2.1.10 Implementação da Agenda 21 ou de um Plano de Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 21 é o principal documento resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, a Rio-92, conferência esta organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas). Este documento contém um programa de ações com 40 capítulos constituindo-se na mais ousada e abrangente tentativa de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento (SILVA, 2008), pautados nos princípios da sustentabilidade.

Este descritor apresenta como objetivo identificar se há **uma Agenda 21 local ou Plano de desenvolvimento sustentável e tais ações são postas em prática**, sendo este o único indicador a ser analisado neste descritor. A maioria dos entrevistados não tem o conhecimento da existência de tal documento nas secretarias competentes de Porto de Galinhas, por isso este indicador é tido com insustentável. O entrevistado B14 afirmou que: “pode até existir este documento formal na prefeitura, mas não é do conhecimento de todos nem o que tá lá escrito é colocado em prática”.

Em contrapartida, o entrevistado C23 afirma que a secretaria do Meio Ambiente apresenta uma Agenda 21 local, com ações a serem desenvolvidas até 2013, preocupando-se principalmente com a sustentabilidade do destino turístico. Corroborando, o entrevistado A10 também revelou que tem o conhecimento da existência deste documento na prefeitura, mas confirma a informação dada pelo entrevistado B14 quando este afirma que: “embora haja um documento formal, as ações não são postas em prática, muitas não saem do papel”.

Embora a Agenda 21 seja um documento contendo ações a serem desenvolvidas em escala planetária, percebe-se que em Porto de Galinhas muitas destas não saem do papel, e, caso sejam postas em prática, não é do conhecimento dos atores sociais. Este fato deve ser repensado objetivando a implantação efetiva das praticas definidas na Agenda 21, uma vez que esta busca “reunir e articular propostas para iniciar a transição dos modelos de desenvolvimento convencionais para modelos de sociedades sustentáveis” (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008, p. 72) e apresenta recomendações para os diferentes níveis de atuação (BARBIERI, 2007).

Para tanto, é necessário a participação efetiva dos diversos atores sociais do destino turístico (empresas, poder público, empresas privadas) para a construção da Agenda 21 local e a mobilização destes atores, cada um cumprindo seu papel enquanto ator pertencente deste contexto. Por parte do poder público considera-se importante, como uma das suas medidas, dispor de instituições públicas no destino turístico que sejam específicas para tratar das questões socioambientais, sendo este o tema a ser tratado no descritor que segue.

5.2.1.11 Capacidade administrativa de gestão ambiental

Considerando os indicadores analisados, é perceptível que muitos destes poderiam ser avaliados mais positivamente caso houvesse engajamento entre as estruturas organizacionais específicas de gestão ambiental e instituições existentes, de modo a influenciar nos processos decisórios sobre as questões ambientais de Porto de Galinhas, visto que estes órgãos são os responsáveis por elaborar e executar programas e projetos que possam minimizar os impactos socioambientais que o turismo pode proporcionar a uma dada localidade.

Para o indicador **existência de instituições e entidades atuantes nos processos decisórios sobre questões ambientais**, este obteve uma média de 2,33, ou seja, os entrevistados discordam parcialmente de tal indicador. Estes reconhecem que há instituições que tratam especificamente sobre meio ambiente a exemplo da Ecoassociados, Associação

dos Agentes de Reciclagem – RECICLE, Projeto Hippocampus, Associação dos Moradores de Porto de Galinhas, dentre outros. No entanto, não consideram estas como entidades atuantes nos processos decisórios sobre as questões ambientais do destino turístico, nem tão pouco chegam a influenciar nas decisões tomadas pela gestão pública. Uma das explicações para tal constatação é a falta de engajamento entre as próprias instituições e destas com o poder público, visto que cada uma realiza suas atividades isoladamente, sem haver trocas de informações, cooperação e ajuda mútua.

Assim sendo, percebe-se que há **estruturas organizacionais e administrativas específicas em meio ambiente** no destino turístico, tanto por parte do poder público como da sociedade civil. Este indicador apresenta média geral de 3,22 e foi classificado como parcialmente insustentável. As instituições que compõem a gestão administrativa atuantes em Porto de Galinhas no tocante as questões ambientais estão indicadas na Figura 09.

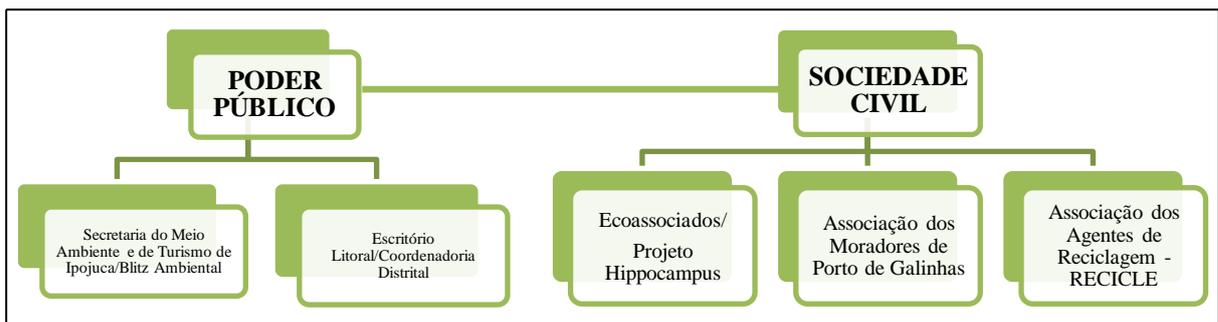


Figura 09 (5): Instituições atuantes em Porto de Galinhas no tocante as questões ambientais
Fonte: Pesquisa de campo, 2012

O poder público apresenta secretarias específicas e entidades localizadas no próprio destino turístico para tratar sobre as questões ambientais. As secretarias da prefeitura de Ipojuca são as tomadoras de decisões de longo prazo e as entidades locais responsáveis por executar tais decisões e fiscalizar como a atividade turística esta sendo desenvolvida. Já as associações, representadas pela sociedade civil, são organizações não governamentais que buscam desenvolver projetos no destino turístico, cada um com finalidades diferentes, mas com objetivo comum que é garantir a sustentabilidade do próprio destino.

Dessa forma, atenta-se para a necessidade destas instituições engajarem-se objetivando alcançar maiores resultados em seus trabalhos, assim como, estas com o poder público e com as empresas para apoiar e contribuir para que seja possível uma atividade menos degradante ao meio ambiente, a partir da gestão ambiental integrada.

Com base nos resultados encontrados para a dimensão ambiental, dos 29 indicadores analisados, 22 foram classificados como insustentáveis, seis como parcialmente insustentáveis e apenas um como potencialmente sustentável. O conjunto de informações produzidas por estes indicadores auxilia a compreensão do processo de degradação ambiental, sendo a maioria destes ocasionados pelo turismo desenvolvido em Porto de Galinhas. A falta de infraestrutura básica, como o tratamento do esgoto e o manejo inadequado dos resíduos sólidos, foram um dos indicadores mencionados pelos entrevistados como sendo dos mais preocupantes e que precisam de soluções urgentes.

Para tanto, faz-se necessário estabelecer ações efetivas que possam minimizar tais efeitos de modo a garantir aos moradores locais condições básicas adequadas para que estes possam viver com qualidade de vida e que turistas que visitem Porto de Galinhas retornem ao destino turístico, assim como indiquem para outras pessoas.

Embora a maioria dos indicadores tenha sido analisada negativamente, se reconhece que algumas ações são desenvolvidas com a finalidade de minimizar os problemas ambientais apontados, mas estas são tidas como pontuais e de curto prazo, além de não envolverem efetivamente todos os atores sociais locais. Além da dimensão ambiental, outras dimensões compõem o SISDTur. A dimensão cultural será analisada seguir.

5.2.2 Dimensão Cultural

A dimensão cultural tem por objetivo identificar as iniciativas e empenho dos atores sociais locais na valorização da cultura local. O desenvolvimento do turismo deve pautar pela preservação da identidade cultural da localidade, buscando enaltecer seu patrimônio cultural a partir do envolvimento da população e turistas em atividades artísticas, intelectuais e culturais locais.

Os descritores referentes a esta dimensão são os seguintes: Produtos típicos culturais locais; Preservação de patrimônios culturais e Valorização da cultura tradicional local, os quais seus resultados são analisados a seguir. Cada um destes descritores apresentam seus indicadores correspondentes, um total 05, os quais são apresentados no Quadro 16.

DIMENSÃO CULTURAL											
DESCRIPTOR	INDICADOR	Iniciativa Privada			Sociedade Civil			Poder Público			Resultado Final*
		Média	CV ³	Moda	Média	CV ³	Moda	Média	CV ³	Moda	
Produtos típicos culturais locais	Produtos típicos locais ofertados (artesanato, produtos alimentícios, souvenirs).	3,67	0,29	4	3,77	0,28	4	4,5	0,12	5	Sustentável
Preservação de patrimônios culturais	Bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos existentes preservados.	2,25	0,51	2	1,4	0,69	1	2,63	0,57	2	Insustentável
Valorização da cultura tradicional local	Eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas realizadas.	2,58	0,39	2	1,9	0,63	1	4,13	0,23	2	Parcialmente Insustentável
	Organismos, instituições, entidades de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional local	2	0,43	1	1,4	0,69	1	2,63	0,40	2	Insustentável
	Iniciativas de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional	1,83	0,46	1	1,2	0,53	1	2,25	0,46	2	Insustentável

Quadro 16 (5): Resultados dos indicadores da dimensão cultural do SISDTur

Fonte: Coleta de dados, 2012

³ Coeficiente de Variação

*Critérios de análise final do indicador: Se o indicador apresentou insustentável pelos três grupos pesquisados este foi considerado insustentável; Se o indicador apresentou insustentável por um grupo e sustentável pelos outros dois este foi considerado como potencialmente sustentável; Se o indicador apresentou insustentável por dois grupos o indicador foi considerado parcialmente insustentável. Se o indicador apresentou sustentável pelos três grupos o indicador foi considerado sustentável.

Com base nos valores encontrados e expostos no Quadro 15, nas visitas *in loco* e as entrevistadas realizadas, segue a análise de cada um dos indicadores que compõe cada descritor e, em seguida, a análise geral desta dimensão.

5.2.2.1 Produtos Típicos Culturais Locais

A atividade turística em uma dada localidade deve valorizar e oferecer aos turistas e visitantes seus produtos típicos culturais como uma forma de divulgação e preservação da cultura local. Dessa forma, este descritor tem por objetivo identificar se há produtos típicos locais ofertados aos turistas que visitam Porto de Galinhas.

A partir das entrevistas e das visitas durante a coleta de dados, foi possível perceber a **existência de produtos típicos locais ofertados**, tais como artesanatos, produtos alimentícios, dentre outros, de modo que contribuem para o aquecimento da economia local. Todos os entrevistados convergiram em suas respostas, concordando parcialmente com tal indicador, este com média de 3,98 e qualificado como sustentável.

No que se refere ao artesanato, há vários produtos ofertados nas lojas, dos mais variados possíveis, não se tem definido um produto típico local, mas o símbolo que define o destino turístico é a galinha, ou seja, o produto que apresente uma galinha, já é considerado como um produto típico local, o que pode ser visualizado nas falas dos entrevistados descritas e nas imagens abaixo.

“(...) o produto de artesanato de Porto de Galinhas são as galinhas, os turistas sempre levam algum tipo de produto, as galinhas estão em tudo... Foi daqui, tem que ter galinha (risos)!” (Entrevistado A1 – Iniciativa Privada).

“O artesanato aqui gira em torno das galinhas, qualquer produto que tenha galinha, já é considerado como um produto daqui, o povo pensa em tudo, você pode ver, tem muitos produtos aí nas lojas, não tem um certo daqui, mas teve galinha já é daqui” (Entrevistado B19 – Sociedade Civil).

“O artesanato de Porto de Galinhas é bastante aquecido, teve galinha o produto, se vende muito (...)” (Entrevistado C30 – Poder Público).



Imagens 21 (5): Produtos de artesanatos ofertados
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Segundo os entrevistados A6 e A9, é uma prática comum os turistas comprarem *souvenirs* que tenha galinha para presentarem seus parentes. Embora sejam consideráveis os tipos e números de produtos que apresentem a galinha, outros produtos também ofertados, embora em quantidade bem inferiores, enaltecem a cultura de Pernambuco como o frevo, xaxado, lampião e Maria bonita, dentre outros ícones da cultura nordestina.

De acordo com os mesmos entrevistados a maioria dos produtos comercializados não são fabricados no próprio destino turístico, a maioria destes vem de Caruaru, Município localizado no Agreste de Pernambuco, que ao lado de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, é a maior produtora de confecções do Nordeste. A entrevista A1 revelou que estes produtos não são fabricados em Porto de Galinhas por falta de incentivos, principalmente por parte do poder público, tanto no sentido de oferecer cursos de capacitação, como também incentivos financeiros para que os artesãos locais produzam seu próprio produto.

No que se refere a gastronomia, Porto de Galinhas apresenta uma culinária típica do Nordeste. Existe uma variedade de restaurantes com opções culinárias diversas, como carnes e massas, peixes, comida chinesa e japonesa, tapiocas, caldinhos, crepes, dentre outros. O entrevistado B16 afirma que “em Porto de Galinhas, há uma variedade de restaurantes, tem pra tudo quanto é gosto, e também apresentam muitos pratos típicos da culinária nordestina”.

Além de o destino turístico ofertar produtos típicos, é necessária também a preservação dos patrimônios históricos existentes e incentivar que turistas visitem estes locais, embora o foco do turismo desenvolvido em Porto de Galinhas não seja o histórico cultural, e

sim praieiro⁴, mas os bens patrimoniais e históricos fazem parte da cultura local e devem ser valorizados.

5.2.2.2 Preservação de Patrimônios Culturais

Com o objetivo de manter a identidade cultural de uma localidade, os patrimônios culturais locais devem ser preservados. Este descritor apresenta como indicador identificar a se existe **bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos preservados em Porto de Galinhas**. Os entrevistados discordam parcialmente que haja a preservação dos patrimônios culturais, com média de 2,09, este indicador é considerado como insustentável.

O entrevistado B20 revelou que Porto de Galinhas apresenta bens patrimoniais históricos que não são preservados, e não são explorados na atividade turística, bens que fazem parte da história de Porto de Galinhas, mas que não fazem parte do roteiro turístico do destino. O entrevistado apontou alguns destes locais, como descrito abaixo.

“(...) tu tem aqui uma lagoa que devia ser revitalizada para um passeio a remo, onde tem um pôr do sol lindo, que no finalzinho da tarde é o único lugar que você ver a lua e o sol no mesmo horário, no dia de lua cheia (...), o mirante lá do oiteiro também não é explorado como ponto turístico, de visitação, onde você tem a melhor vista do Município, você ver todo o litoral, do Porto de Suape até a ilha de santo Aleixo... E nada disso é explorado e preservado aqui” (Entrevistado B20 – Sociedade Civil).

Além dos pontos turísticos citados na entrevista B20, nas proximidades de Porto de Galinhas há diversos engenhos. Dentre estes, destaca-se o Engenho Gaipió, de 1863, onde viviam os senhores de engenho da época. Outro atrativo conhecido na região é o baobá gigante, esta árvore é famosa pela grossura de seu tronco e tem mais de 400 anos de existência.

Embora o foco do turismo de Porto de Galinhas seja nas piscinas naturais, classificado como a tipologia do turismo praieiro, os bens patrimoniais históricos devem ser valorizados e ser considerados como pontos turísticos a serem visitados pelos turistas. Para isso, requer que o poder público inicialmente invista para revitalização destes locais e apregoe como mais um roteiro turístico que o destino pode oferecer aos turistas. Esta é uma ação que além de preservar os bens patrimoniais e históricos existentes, valoriza e enaltece a cultura tradicional local.

⁴Turismo praieiro é uma tipologia de turismo que tem como atrativo principal o sol e a praia (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2005).

5.2.2.3 Valorização da Cultura Tradicional Local

A valorização da cultura local deve ser uma ação executada por todos os atores sociais locais, de modo que haja o equilíbrio entre o desenvolvimento da atividade turística e o respeito às tradições e cultura local, isto é, que as atividades tradicionais e costumes da comunidade não deixem de ser realizadas devido à intensificação do turismo na localidade. Assim, este descritor tem por objetivo identificar o empenho e as iniciativas de valorização, resgate e promoção das manifestações de cultura típica local.

Uma forma de resgatar e promover a cultura local é a **realização de eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas** no destino turístico. A partir das entrevistas e visitas durante a coleta de dados, foi possível observar que são realizados alguns eventos em Porto de Galinhas, como o carnaval, período que há um aumento significativo de turistas, as festividades religiosas que acontecem em maio, festa de Nossa Senhora do Desterro, e o tradicional São João, ocorrido entre os dias 15 e 30 de junho.

Neste último evento a pesquisadora estava no período da coleta de dados da pesquisa e, assim, pôde observar como tal festividade é organizada. Porto de Galinhas transformou-se em um verdadeiro arraial (Imagens 22, 23, 24) e homenageou o centenário do Rei do Baião, Luiz Gonzaga.



Imagem 22 (5): Calçadão central no clima do São João
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012



Imagem 23 (5): Representação de Luiz Gonzaga
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012



Imagem 24 (5): Festividade cultural realizada em Porto de Galinhas homenageou Luiz Gonzaga
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Durante os dias de festa, todas as noites havia apresentações de grupos de dança, quadrilhas e sanfoneiros, vários telões foram montados em pontos estratégicos do calçadão da vila passando imagens de Luiz Gonzaga em comemoração a festa tradicional do nordeste, o São João. O entrevistado C25 afirmou que esta iniciativa é uma forma de descentralizar os polos juninos do Município e oferecer o São João de praia mais famoso do Brasil e, dessa forma, reverter o que seria considerada uma “baixa estação de turismo” num grande atrativo para a economia local.

Os representantes do poder público concordaram parcialmente (4,13) que há festividades no destino turístico com objetivo de promover a cultura local. Em contrapartida, a sociedade civil e as empresas avaliam a cultura em Porto de Galinhas muito incipiente e consideram ser preciso realizar mais eventos no destino para o resgate da cultura nordestina (frevo, samba, xaxado, maracatu, xote, etc). Assim sendo, este o indicador foi classificado como parcialmente insustentável, com média de 2,87.

Como valorização da cultura local, é importante, não apenas a realização de festividades no destino turístico, mas também a criação de **organismos, instituições e/ou entidades de resgate e promoção da cultura tradicional local** com **iniciativas** que contribuam para **resgatar, promover e/ou manter esta cultura local**. Analisando os dados coletados, verificou-se que Porto de Galinhas não apresenta instituições específicas de promoção e/ou resgate da cultura local. Ambos os indicadores foram considerados como insustentáveis, visto que os atores sociais convergiram em suas respostas (discordo parcialmente), com médias de 2,01 e 1,76, respectivamente.

O entrevistado B14 considera ser necessário que o poder público incentive a criação de entidades, por entender que apenas dessa forma haja verdadeiramente o fortalecimento dos grupos de culturas que existem e possam incentivar que outros grupos sejam formados, de modo a resgatar e valorizar a cultura local. O mesmo entrevistado revelou que várias foram às

tentativas de formar grupos de dança com moradores locais, mas por falta de apoio, tanto dos empreendimentos turísticos como do poder público, “estes grupos não foram pra frente”.

Os entrevistados B15 e B20 corroboram com a entrevista 14 quando afirmam que “a cultura em Porto de Galinhas é esquecida, parece que aqui só tem a praia (...)”, e evidenciam a necessidade da criação de grupos de dança, teatro, música, dentre outras atividades, que tanto podem contribuir para o resgate da cultura como atrair os jovens da comunidade local.

Embora tenha sido identificada a realização de alguns eventos da cultura local como as festas religiosas, o São João e o carnaval, e que a região apresente vários patrimônios e aspectos históricos culturais, não foi possível perceber a exploração destes na atividade turística em Porto de Galinhas. A partir da análise do *website* institucional do destino não foram encontrados apelos relacionados à exploração destes aspectos culturais. Os atrativos naturais se sobressaem de maneira que o turista é levado ao destino pelas paisagens, passeios de *buggys* e jangadas as piscinas naturais, mergulhos, dentre outras atividades, sem ao menos saber qual a cultura que é predominante na região.

Dos cinco indicadores analisados três foram tidos como insustentáveis, um parcialmente insustentável e um como sustentável. Diante desse contexto, torna-se imprescindível o direcionamento de mais investimentos por parte do Município e apoio dos empreendimentos turísticos, visando à execução de atividades culturais, como forma de valorizar, resgatar e manter a cultura local. Os pontos culturais atualmente não explorados pela atividade turística de Porto de Galinhas podem tornar-se atrativos turísticos de modo a atrair turistas para o destino não apenas no verão, mas também nas demais estações do ano, além de possibilitarem o aumento da permanência média destes, esta sendo uma forma de equilibrar e aquecer a economia local.

5.2.3 Dimensão Social

A dimensão social permite traçar um conjunto de informações importantes com o objetivo de verificar como se dá a inserção dos residentes locais na atividade turística de Porto de Galinhas e a satisfação dos mesmos quanto ao desenvolvimento do turismo na localidade. Tratam-se de informações que servirão como orientação para a formulação e implementação de políticas sociais que propiciem melhor qualidade de vida para a comunidade local.

Os descritores contemplados na dimensão são: Inserção de residentes locais (origem local) no setor turístico; Nível de empregabilidade em turismo e Satisfação dos residentes locais, cujo resultado dos seus respectivos indicadores são mostrados no Quadro 17.

DIMENSÃO SOCIAL											
DESCRITOR	INDICADOR	Iniciativa Privada			Sociedade Civil			Poder Público			Resultado Final*
		Média	CV ⁵	Moda	Média	CV	Moda	Média	CV	Moda	
Inserção de residentes locais (origem local) no setor turístico	Residentes locais empregados nos estabelecimentos do destino turístico	4,33	0,20	5	4,2	0,15	4	4,63	0,11	5	Sustentável
	Proprietários e empresários turísticos de origem local	2,08	0,69	1	1,8	0,73	1	1,5	0,50	1	Insustentável
	Residentes locais com capacitação em turismo.	2,63	0,45	2	2	0,47	3	3,25	0,46	4	Insustentável
	Iniciativas de capacitação e treinamento profissional aos funcionários residentes locais num período.	2,67	0,56	3	2	0,47	2	4,13	0,16	4	Parcialmente Insustentável
Nível de empregabilidade em turismo	Empregos fixos e temporários de turismo	3,83	0,21	4	3	0,50	2	3,88	0,16	4	Potencialmente Sustentável
Satisfação dos residentes locais	A proporção entre turistas e residentes em alta e baixa temporada não são consideráveis.	1,5	0,53	1	1	0	1	1,4	0,50	1	Insustentável
	Nível de satisfação/aceitação dos residentes locais em relação ao turismo	2,87	0,46	2	1,4	0,50	1	4,38	0,24	3	Parcialmente Insustentável
	Programas de projetos sociais envolvendo residentes locais e articulados com o desenvolvimento turístico	1,5	0,53	1	1,4	0,50	1	2,63	0,45	3	Insustentável

Quadro 17 (5): Resultados dos indicadores da dimensão Social do SISDTur
 Fonte: Coleta de dados, 2012

⁵ Coeficiente de Variação

*Critérios de análise final do indicador: Se o indicador apresentou insustentável pelos três grupos pesquisados este foi considerado insustentável; Se o indicador apresentou insustentável por um grupo e sustentável pelos outros dois este foi considerado como potencialmente sustentável; Se o indicador apresentou insustentável por dois grupos o indicador foi considerado parcialmente insustentável. Se o indicador apresentou sustentável pelos três grupos o indicador foi considerado sustentável.

5.2.3.1 Inserção de residentes locais no setor turístico

Considerando a atividade turística como a principal atividade desenvolvida e capaz de gerar emprego para a localidade, faz-se necessário a inserção dos residentes locais no setor do turismo para a execução e ocupar os diversos cargos, desde nível estratégico (gerentes, administradores, gestores, etc), como no operacional (garçons, copeiras, cozinheiros, vendedores, etc).

Nesse contexto, este descritor tem por objetivo identificar o grau de inserção de residentes locais no setor turístico e as iniciativas de capacitação turística em Porto de Galinhas e contempla os seguintes indicadores: Residentes locais empregados nos estabelecimentos do destino turístico; Proprietários e empresários turísticos de origem local; Iniciativas de capacitação e treinamento profissional aos funcionários residentes locais num período; Residentes locais com capacitação em turismo.

A partir dos dados coletados e das visitas ao lócus da pesquisa foi possível perceber que há uma quantidade significativa de **residentes locais empregados nos estabelecimentos do destino turístico**. Com média de 4,39, este indicador é classificado como sustentável, visto que todos os entrevistados convergiram em suas opiniões concordando parcialmente com tal indicador, como relatado por algumas falas transcritas abaixo.

“O turismo aqui em Porto de Galinhas emprega muita gente daqui, é uma importante fonte de renda para os moradores (...) Quem não é empregado de algum lugar, monta seu negocinho...” (Entrevistado B21 – Sociedade Civil).

“Aqui só não trabalha quem não quer, porque é muito emprego que tem, é somente agente ir atrás que acha. Muitos morador daqui é empregado de algum lugar que faz parte do turismo. (Entrevistado A9 – Iniciativa privada).

Como considerado pelos entrevistados, é elevado o número de residentes locais empregados nos estabelecimentos turísticos. Constatou-se que estes principalmente desempenham funções no nível operacional, ou seja, são pessoas que trabalham como copeiras, faxineiras, garçons, cozinheiros (as), auxiliares de serviços gerais, dentre outras atividades. Os níveis mais elevados como gerentes, administradores, supervisores, dentre outras funções, em geral não são exercidas por pessoas de Porto de Galinhas, em sua maioria são de Recife. Além dos empregados destes níveis, os **proprietários e empresários turísticos também não são de origem local**, alguns são das regiões Sul e Sudeste e outros são de fora do Brasil.

Dentre os empreendimentos turísticos, foi constatado que principalmente os proprietários da rede hoteleira, tem sua origem fora do Brasil, como verificado nos depoimentos abaixo.

“A rede hoteleira é formada principalmente por investidores de fora do Brasil, alguns de Portugal, Argentina (...). São investidores que veem Porto de Galinhas como lugar promissor para investir!! (Entrevistado A8 – Iniciativa privada).

“A maioria dos grandes empresários daqui de Porto de Galinhas são de fora, muitos são os estrangeiros que investem em negócios aqui e ficam só gerenciando de longe...” (Entrevistado B15 – Sociedade Civil).

Um perfil de empresários encontrados em Porto de Galinhas é aposentado, estes também não são de origem local, mas que passam a residir no destino turístico como mencionado pelos entrevistados B20 e C27. Segundo dados da entrevistada B20 “(...) é comum encontrar donos de empreendimentos aposentados que veem Porto de Galinhas como lugar importante para investir e sossegado para viver o resto da vida”, assim como muitas pessoas de Municípios circunvizinhos que migraram para Porto de Galinhas com o objetivo de trabalhar no turismo e acabam permanecendo no próprio destino, desenvolvendo atividades principalmente dos níveis operacionais citadas acima.

Uma das razões que pode explicar a constatação anterior (maioria dos residentes locais trabalham no nível operacional dos empreendimentos turísticos) é a falta de **residentes locais com capacitação em turismo** (indicador insustentável). Por isso é importante que poder público e as próprias empresas desenvolvam **iniciativas de capacitação e treinamento profissional aos residentes locais** com o objetivo de capacitá-los para trabalhar no turismo, não apenas no nível operacional, mas tático e estratégico, visto que esta é a principal atividade desenvolvida na localidade.

A maioria dos entrevistados, sobretudo representantes da sociedade civil e iniciativa privada, consideram que não há efetivas iniciativas de capacitação para os residentes locais, embora haja algumas ações desenvolvidas pela prefeitura em parceria com SENAI e SENAC, mas que não são divulgados para que os moradores locais participem e não acontecem periodicamente. Já o poder público afirmou que eventualmente oferece cursos de capacitação, ainda que a maioria destes sejam direcionados para qualificar as pessoas que já trabalham no turismo, por isso este indicador é tido como parcialmente insustentável. O entrevistado C29 afirmou que “as associações ligadas à atividade turística de Porto de Galinhas sofreram uma

reorganização, no qual uma das ações desenvolvidas foi oferecer cursos para aperfeiçoar os trabalhos desenvolvidos pelos associados”.

Além dos cursos profissionalizantes, outra forma que capacitaria os moradores locais de Porto de Galinhas para trabalhar no turismo seria uma formação superior na área. Uma das entidades de ensino superior e técnico mais próximo é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), campus de Ipojuca, mas este não apresenta nenhum curso direcionado a turismo. Algumas instituições que apresentam o curso superior em turismo localizam-se em Recife, mas a distância é uma dificuldade para os moradores locais.

Embora seja do conhecimento da maioria dos entrevistados que a não inserção dos residentes locais no setor turístico seja pela falta de capacitação, os programas de treinamento e desenvolvimento do pessoal são incipientes e não acontecem periodicamente, assim como não há, nas proximidades, instituições de ensino superior e/ou tecnólogo que ofereçam os cursos, apesar do turismo ser a principal fonte de emprego e renda de Porto de Galinhas.

5.2.3.2 Nível de Empregabilidade em Turismo

O turismo é capaz de gerar uma quantidade significativa de empregos para uma dada localidade, visto que envolve vários subsetores da economia (hospedagens, alimentação, transporte, agências de viagens, etc), ao mesmo tempo em que é uma atividade sazonal, isto é, apresenta uma concentração dos fluxos turísticos em certos períodos do ano, assim como épocas de pouca procura que pode resultar uma ineficiência na atividade turística de um local ou região (SCHEUER; BAHL, 2011).

Dessa forma, é comum que a atividade turística gere tanto empregos fixos como sazonais. Nesse sentido, este descritor tem por objetivo identificar a evolução de empregos no setor turístico em Porto de Galinhas e apresenta como único indicador analisar a proporção de **empregos fixos e temporários do destino turístico**.

Os dados coletados revelaram que a proporção de empregos fixos é maior que a de empregos temporários, o qual este indicador resultou uma média de 3,57 e foi classificado como potencialmente sustentável, visto que o poder público e iniciativas privadas concordaram parcialmente com tal indicador e os membros da sociedade civil mantiveram-se neutros.

De acordo com o entrevistado A4 o turismo em Porto de Galinhas “nunca cai totalmente, sempre tem algum turista por aqui (...)”, embora seja considerável a queda de faturamento entre os meses de abril e agosto, mas como “o turismo é bom nos outros meses compensa essa queda”. O entrevistado C23 corrobora com o trecho da entrevistada descrita acima quando afirma que:

“(...) aqui em Porto de Galinhas tem muito mais emprego fixo do que temporário, sabe porque isso acontece? Porque aqui sempre tem turista pra gastar dinheiro e outra coisa, como aqui é bom os outros meses dá pra ir levando nos meses de baixa temporada (...) obviamente que dá uma diminuída grande, mas dá pra sobreviver!!!” (Entrevistado C23 – Poder público).

Deste modo, verifica-se que o nível de empregabilidade no turismo em Porto de Galinhas é positivo por apresentar maior a proporção de empregos fixos do que temporários, embora sejam contratadas pessoas para trabalhar exclusivamente no período de alta estação, mas esta proporção é inferior, como citado pelo entrevistado B16. Este fato pode proporcionar maior segurança para o trabalhador e o alcance da sua maior satisfação com o trabalho.

5.2.3.3 Satisfação dos residentes locais

O turismo é uma atividade que gera tanto impactos positivos quanto negativos para uma dada localidade nas diferentes dimensões (ambiental, social, econômica, cultural, etc) e em distintas proporções e isto pode gerar satisfação e/ou insatisfação dos residentes locais. Nesse sentido, esse descritor apresenta três indicadores, estes com o objetivo avaliar o grau de satisfação dos residentes locais com o turismo e os programas sociais envolvendo residentes locais articulados com o turismo.

Para o indicador **proporção entre turistas e residentes em alta e baixa temporada são consideráveis**, pôde-se verificar que este se encontra insustentável, uma vez que todos os entrevistados discordaram totalmente ($\mu=1,3$) com tal indicador. Este cenário pode ser constatado conforme as falas abaixo descritas.

“Em períodos de alta estação Porto de Galinhas vira um inferno, é muita gente pra pouco espaço...” (Entrevistado A4 – Iniciativa privada).

“Aqui é gente demais, você imagina aqui com 20 vezes ou mais de pessoas em tempo de alta? Pois é, assim que fica Porto... É muita gente nos supermercados, nas ruas, muitos carros, restaurantes a rotina da gente que mora aqui muda totalmente. Você não tem ideia do que é esse calçadão nos

meses de dezembro a fevereiro?!? (...)” (Entrevistado B13 – Sociedade Civil).

“(...) é tanta gente aqui, o caos é tão grande que morando aqui prefiro não sair de casa no tempo de alta estação, porque se você sair é só stress, pra tudo se tem filas e de muitas pessoas”. (Entrevistado C26 – Poder público).

Dessa forma, é perceptível que o aumento significativo de turistas no período de alta estação, sobretudo entre os meses de dezembro a fevereiro, afeta o dia-a-dia dos moradores locais, gerando impactos diretos e indiretos, tanto aos residentes locais como a sustentabilidade do próprio destino turístico. Ressalta-se, portanto, que estes impactos são mais evidentes porque Porto de Galinhas não apresenta uma infraestrutura adequada como discutido anteriormente na dimensão ambiental.

A falta de infraestrutura aliada à ausência de um plano integrado de longo prazo para o desenvolvimento da atividade turística em Porto de Galinhas são fatores que contribuem para minimização do **nível de satisfação/aceitação dos residentes locais em relação ao turismo**. Com média de 2,88, apenas o poder público considerou que os residentes locais são satisfeitos com a atividade turística, por isso este indicador foi classificado como parcialmente insustentável.

Dentre os entrevistados, a sociedade civil foi a que se mostrou mais insatisfeita, não com a atividade turística em si, visto que esta é a principal atividade desenvolvida na localidade, mas com a falta de investimentos e planejamento, principalmente por parte do poder público, para o desenvolvimento de uma atividade mais promissora e menos impactante para os moradores da Vila de Porto de Galinhas. Tal fato pode ser verificado segundo os discursos abaixo descritos.

“É triste ver a situação caótica que Porto de Galinhas está, um lugar tão belo, com potencial turístico tão grande (...), mas esquecido pelo poder público... Me entristeço muito em ver esta situação, eu que vivi e me criei aqui, vi como tudo vem acontecendo... é lamentável!” (Entrevistado A10 – Iniciativa Privada).

“Eu como nativo daqui me emociono ao falar de como tá isso aqui, Porto de Galinhas é linda demais, o que falta é o governo investir direito (...) Mas aqui é muita politicagem, o prefeito só quer saber de Suape, isso aqui tá esquecido, entregue as baratas. Você veio aqui a uns 10 anos atrás? Só você vendo como era aqui, hoje tá do jeito que você pode ver”. (Entrevistado B20 – Sociedade civil).

“O turismo não é coisa ruim pra aqui não, ao contrário, é a atividade que movimenta Porto de Galinhas, o que falta aqui mermo é investimento, um planejamento da atividade (...)” (Entrevistado C30 – Poder público).

Uma das formas que pode contribuir para minimizar tais situações apresentadas pelos entrevistados A10 e B20 é a elaboração e execução de **programas e projetos sociais envolvendo residentes locais** com o objetivo de **articulá-los com o desenvolvimento turístico**, ou seja, considerar como ator social fundamental para o planejamento da atividade turística desenvolvida em Porto de Galinhas os moradores locais, visto que estes são tidos como os maiores conhecedores da realidade local e são os que sofrem diretamente os impactos resultantes desta atividade. Segundo os entrevistados, não há registros da existência de programas/projetos com tal finalidade, deste modo este indicador foi classificado como insustentável.

Dentre os oito indicadores analisados, obteve-se um total de quatro indicadores avaliados como insustentáveis, em sua maioria relacionados a insatisfação dos residentes locais quanto à atividade turística de Porto de Galinhas. Dos demais indicadores, dois foram classificados como parcialmente sustentáveis, um como parcialmente sustentáveis e o outro como sustentável. Estes últimos avaliados positivamente são indicadores que se referem à inserção e empregabilidade dos residentes locais no turismo, visto que este é responsável por geração de emprego e renda para o destino turístico.

5.2.4 Dimensão Econômica

O Turismo é uma atividade que gera emprego e renda para a localidade que a desenvolve por envolver diversos setores que estão direta ou indiretamente ligados à atividade turística. Segundo dados do relatório elaborado pelo Conselho Mundial de Viagem e Turismo – Turismo no Brasil / 2011 - 2014 – o turismo representou 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, em 2011, e gerou 2,8 milhões de empregos. As expectativas são as melhores para os próximos anos devido à realização dos eventos esportivos (Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas) com projeções de crescimento do PIB para 9,5% até 2021.

A dimensão econômica é, sem dúvida, o fator estimulante para o desenvolvimento do turismo em uma dada localidade. No entanto, não se pode sobressair das demais dimensões da sustentabilidade, é preciso equilibrar estas de modo a não desenvolver a atividade turística objetivando apenas a obtenção dos lucros.

Nesse sentido, esta dimensão visa analisar a contribuição do turismo em termos econômicos para Porto de Galinhas, cujos descritores são: Rentabilidade; Longevidade do estabelecimento turístico; Disponibilidade de funcionamento de estabelecimento turístico;

Gastos do turista; Sazonalidade turística e Novos estabelecimentos turísticos. O indicador Investimentos públicos em turismo foi alocado para a dimensão institucional por entender ser um indicador relacionado com tal dimensão.

DIMENSÃO ECONÔMICA											
DESCRIPTOR	INDICADOR	Iniciativa Privada			Sociedade Civil			Poder Público			Resultado Final*
		Média	CV ⁶	Moda	Média	CV	Moda	Média	CV	Moda	
Rentabilidade	Renda gerada pelo turismo.	5	0	5	5	0	5	5	0	5	Sustentável
Longevidade do estabelecimento turístico	Longevidade do estabelecimento turístico.	4,75	0,09	5	4,6	0,15	5	5	0	5	Sustentável
Sazonalidade turística	Iniciativas de minimização da sazonalidade turística	3,87	0,24	2	2,2	0,36	2	2,88	0,39	3	Parcialmente Insustentável
Disponibilidade de funcionamento de estabelecimento turístico	Funcionamento nos finais de semana e feriados dos estabelecimentos turísticos.	4,3	0,26	4	2,2	0,36	2	4,23	0,24	4	Potencialmente Sustentável
Novos estabelecimentos turísticos	Novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos num período.	2,83	0,49	3	3,1	0,35	4	3,13	0,36	4	Insustentável
Gastos do turista	Gasto médio diário de turistas.	4,08	0,22	5	2,83	0,49	4	3,75	0,24	4	Potencialmente Sustentável

Quadro 18 (5): Resultados dos indicadores da dimensão Econômica do SISDTur

Fonte: Coleta de dados, 2012

⁶ Coeficiente de Variação

*Critérios de análise final do indicador: Se o indicador apresentou insustentável pelos três grupos pesquisados este foi considerado insustentável; Se o indicador apresentou insustentável por um grupo e sustentável pelos outros dois este foi considerado como potencialmente sustentável; Se o indicador apresentou insustentável por dois grupos o indicador foi considerado parcialmente insustentável. Se o indicador apresentou sustentável pelos três grupos o indicador foi considerado sustentável.

5.2.4.1 Rentabilidade

Como já mencionado anteriormente, a geração de empregos e renda é fator importante resultante do turismo, no qual, na maioria das vezes, apresenta esta atividade como única fonte de rentabilidade para a comunidade local. Porto de Galinhas pertence a este contexto, visto que o turismo é a principal fonte de emprego para os moradores locais.

Próximo do destino encontra-se o Complexo Industrial Portuário (SUAPE) considerado como uma fonte importante de geração de emprego e renda para Ipojuca e o estado de Pernambuco. No entanto, **o turismo é a atividade que gera renda para a Vila de Porto de Galinhas**. Todos os entrevistados concordaram totalmente com tal indicador, obtendo uma média 5 e classificado como sustentável.

O entrevistado A8 visualiza o turismo como uma atividade muito importante não apenas para Porto de Galinhas, mas para Ipojuca e Pernambuco, sendo esta uma fonte geradora de emprego e renda para muitas pessoas, “pois muitas famílias sobrevivem apenas do turismo, pessoas que talvez não tivessem oportunidades de trabalhem em outros setores da economia”.

A entrevista B22 corrobora com o entrevistado A8 e assinala que o destino turístico apresenta muitas oportunidades de empregos para as diversas especialidades e funções, o que contribui para inserção de várias pessoas para trabalhar no turismo o que gera rentabilidade para a localidade. Desse modo, é notório, a partir das entrevistas e observações *in loco*, que a atividade turística desenvolvida em Porto de Galinhas contribui significativamente para a economia local. Outro descritor que compõe esta dimensão refere-se a longevidade dos estabelecimentos turísticos, o qual é analisado a seguir.

5.2.4.2 Longevidade dos Estabelecimentos Turísticos

A atividade turística deve ser planejada e orientada a partir de princípios e objetivos que contribuam para o alcance da longevidade dos seus estabelecimentos turísticos. Sabendo disso, esta dimensão busca analisar o tempo de permanência e atuação dos empreendimentos de Porto de Galinhas ligados ao turismo.

A partir das entrevistas foi possível verificar que os **estabelecimentos turísticos apresentam alta longevidade**, com média de 4,78 (concordância total), este indicador foi classificado como sustentável. Embora alguns empreendimentos tenham sido construídos há

pouco tempo, principalmente a rede hoteleira de Porto de Galinhas, há vários empreendimentos que funcionam há algum tempo e, por isso, apresentam alta longevidade. O entrevistado A11 afirmou que “os empreendimentos aqui de Porto de Galinhas dificilmente fecha suas portas, aqueles que decidem abrir negócio aqui, permanecem (...) minha pousada mermo tem 18 anos de funcionamento”. Tal fato é corroborado pelo entrevistado B19.

“Os hotéis, restaurantes, lojas (...) tem bastante tempo aqui, pode até trocar de dono, mas continua funcionando, embora que períodos de baixa estação aqui cai um pouco, sabe? Meu taxi mermo fica muito tempo parado, mas sempre tem alguém por aqui, sempre dá alguma coisa pra nós” (Entrevistado B19 – Sociedade civil).

Esta longevidade dos empreendimentos turísticos de Porto de Galinhas é possível a partir de estratégias que possam minimizar a sazonalidade da atividade turística, conforme é analisado no descritor que segue.

5.2.4.3 Sazonalidade Turística

A sazonalidade é uma característica pertinente ao setor turístico, considerada por Butler (1994) como um desequilíbrio temporal no fenômeno turístico, que pode ser expresso em termos de dimensões tais como: número de visitantes, despesas de visitantes, tráfego nas estradas e em outras formas de transporte, emprego e ingressos em atrações.

É importante ressaltar que o período de sazonalidade é diferente para os diversos destinos turísticos existentes, o que define é a natureza e a tipologia do turismo que a região desenvolve, por exemplo, a cidade de Salvador tem seu ponto de alta temporada turística entre os meses de dezembro a fevereiro (período carnavalesco), já a região sul do Brasil, as cidades como Gramado e Canela, apresentam seu período de alta no inverno, com aumento significativo no período natalino. Em Porto de Galinhas a alta estação coincide com Salvador por serem destinos turísticos pertencentes a tipologia turismo praieiro.

Embora esteja intimamente ligada à estação do ano com os atrativos que o destino turístico oferece, e isto define os períodos de sazonalidade turística, Scheuer e Bahl (2011) acreditam que o período de férias escolares (julho/janeiro) provoca minimização dos efeitos da sazonalidade nos diversos destinos turísticos, independentemente do tipo de turismo desenvolvido na localidade.

De acordo com Mota (2001) os principais efeitos da sazonalidade são: desemprego, queda do faturamento das empresas turísticas, que provoca o comprometimento da qualidade

do atendimento e que o baixo fluxo gera alteração nas promoções e nos preços dos produtos turísticos.

Para amenização de tais efeitos é importante que os diversos empreendimentos turísticos desenvolvam **iniciativas de minimização da sazonalidade turística**. Analisando os dados obtidos aliado as observações *in loco*, a maioria dos entrevistados assinalou que as empresas buscam desenvolver algumas estratégias de minimização, sendo este indicador classificado como parcialmente insustentável.

Para as associações dos ambulantes, bugueiros, jangadeiros e barraqueiros a estratégia utilizada é a alteração nos preços dos produtos e passeios turísticos. Já para os hotéis, pousadas e restaurantes uma prática muito comum está sendo o lançamento de promoções nos *websites* de compras coletivas, como o Peixe Urbano, Megaofferta, Booking.com, Pechincha, dentre outros, para incentivar a vinda dos turistas a Porto de Galinhas. As Imagens 25 abaixo apresentam promoções de diárias de hotéis de Porto de Galinhas.

MEGA OFFERTA DO DIA

R\$ 149,00 Diária (domingos) em Flat no Resort Ancorar Beira-Mar de Porto de Galinhas para até 8 pessoas. 83% OFF! Aproveite.

83% OFF

ANCORAR FLAT RESORT

R\$ 149,00

COMPRAR

VALOR REAL	DESCONTO	ECONOMIA
R\$ 500,00	83%	R\$ 751,00

TEMPO RESTANTE PARA A COMPRA

07	52	05
HORAS	MINUTOS	SEGUNDOS

14 PESSOAS JÁ COMPRARAM

MEGA OFFERTA DO DIA

Desfrute as belezas de Porto de Galinhas! 50% OFF em 3 dias (2 noites) em Chalé p/ 6 pessoas no Chalés Porto Family a 150 metros do Mar e 200m da Pracinha de Porto (da pra ir andando)! (de R\$ 700 por R\$ 349 em até 18x)

50% OFF

R\$ 349,00

ENCERRADA

VALOR REAL	DESCONTO	ECONOMIA
R\$ 700,00	50%	R\$ 351,00

TEMPO RESTANTE PARA A COMPRA

00	00	00
HORAS	MINUTOS	SEGUNDOS

Carta Esgotada!!!

Imagens 25 (5): Promoções de diárias de hotéis de Porto de Galinhas lançadas em *website* de compra coletiva
Fonte: www.megaofferta.com.br

Além disso, os proprietários dos estabelecimentos dispõem aqueles colaboradores que trabalham temporariamente para suprir a demanda da alta temporada, embora no destino turístico tenha uma proporção maior de empregos fixos, como analisado em outro indicador.

Alguns entrevistados (A1, B13, B18 e B20) citaram a necessidade de envolvimento do poder público em desenvolver estratégias para auxiliar na minimização dos impactos da sazonalidade turística, todos estes entrevistados afirmaram que nada tem sido feito neste sentido. O trecho abaixo descreve a insatisfação do morador local.

“No período de baixa estação aqui cada empresa que se vire, não é feito nem pensando nada com todo mundo pra ver solução (...), a prefeitura podia

muito bem apoiar a gente, no era? Podia fazer evento pra chamar turistas, isso seria uma boa, porque sempre tinha muita gente aqui” (Entrevistado B20 – Sociedade civil).

No período de coleta de dados que se deu entre os meses abril e junho, este considerado baixa estação, foi possível perceber que, apesar da sazonalidade, a atividade turística de Porto de Galinhas apresentou um fluxo de turistas, embora em proporções bem menores que nos meses de alta, mas esta permanência do turista contribui para amenizar os efeitos da sazonalidade.

Compreende-se que o poder público deve planejar a focar o desenvolvimento do turismo em Porto de Galinhas buscando esforços para reduzir as flutuações de temporada tanto quanto possível, de modo que, quando não tiver turistas viajando em busca de sol e mar, o destino turístico tenha outra estratégia para atrair demanda, por exemplo, a promoção de eventos e festividades que explorem a cultura local, exploração do turismo de eventos⁷ e/ou negócios, pela proximidade que o destino apresenta com o Complexo Industrial (Suape), promover circuitos gastronômicos valorizando a comida típica, criação dos roteiros de visitação aos engenhos do Município, dentre outras iniciativas. Ressalta-se que algumas atividades são realizadas, como mencionado na dimensão cultural anteriormente, mas são eventos não divulgados e não são planejados para atrair turistas, mas para festejos da comunidade local.

5.2.4.4 Disponibilidade de funcionamento dos Estabelecimentos Turísticos

Os diversos estabelecimentos turísticos (hotéis, pousadas, restaurantes, *resorts*, bares, lojas de artesanatos, dentre outras) devem ser em quantidades suficientes e estarem disponíveis sempre que o turistas/visitantes desejarem com o objetivo de atender sua demanda da melhor forma possível.

Em Porto de Galinhas foi observado, a partir das visitas *in loco*, que há um **funcionamento periódico dos estabelecimentos turísticos** durante todos os dias da semana, alguns não abrem suas portas nas segundas-feiras, este dia é dedicado à reposição do estoque

⁷Turismo de eventos é uma tipologia de turismo em que o destino turístico passa a organizar e/ou sediar a realização de eventos, dos mais variados possíveis, podendo ser acadêmicos, de negócios, etc. Esta é uma forma do destino promover a sua imagem, de se apresentar ao mundo e de gerar lucros para a cidade ou região anfitriã, contribuindo para minimização dos impactos da sazonalidade turística ((WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2005).

e limpeza geral dos estabelecimentos, conforme mencionado pelo entrevistado B16, “até porque o movimento é fraco neste dia”, principalmente em baixa estação.

Analisando os dados obtidos, o indicador obteve uma média de 3,58 e foi classificado como potencialmente sustentável. Iniciativas privadas e poder público convergiram em seu posicionamento, os quais concordaram parcialmente com tal indicador. A sociedade civil discordou parcialmente com o indicador por considerar que, apesar de funcionarem periodicamente, a quantidade de empreendimentos turísticos não é suficiente para atender a demanda, sobretudo na alta estação. O entrevistado B22 descreve alguns problemas vivenciados.

“No período de alta estação mesmo, é pouca padaria, supermercado, restaurantes, pousadas, hotéis (...) porque é gente demais aqui, daí os que tem não consegue atender todo mundo. Ano passado mesmo familiares meus quiseram vir passar férias aqui mas não tinha vaga nos hotéis que eu liguei, quer dizer, não consegue atender a demanda, tá entendendo?” (Entrevistado B22 – Sociedade civil).

Um fato observado pelo entrevistado A7 é que em Porto de Galinhas não apresenta uma variedade significativa de empreendimentos turísticos, principalmente aqueles relacionados à alimentação (restaurantes, bares, lanchonetes, sorveterias, etc), o que pode impulsionar um aumento nos preços dos produtos. Assim sendo, torna-se necessário o desenvolvimento de novos empreendimentos turísticos de modo tanto satisfazer os moradores locais e turistas, como acirrar a competitividade entre essas empresas.

5.2.4.5 Novos Estabelecimentos Turísticos

Este descritor tem por objetivo analisar a evolução dos estabelecimentos e empreendimentos turísticos em Porto de Galinhas. Apesar de considerados pela sociedade civil que são em quantidades insuficientes para atender à demanda, não foi possível identificar, a construção ou planos de **novos estabelecimentos/empreendimentos turísticos num período**. Todos os entrevistados convergiram e mantiveram-se neutros, por isso este indicador foi classificado como insustentável.

Os entrevistados não tiveram a informação que algum empreendimento seja construído em Porto de Galinhas, exceto o entrevistado A8 que assegurou que algumas ações estão sendo desenvolvidas, inclusive obras já estão em andamento, para expansão da rede hoteleira do destino turístico. A posteriori serão detalhadas estas informações, visto que a dimensão

turística apresenta um indicador sobre as ofertas dos meios de hospedagens na Vila de Porto de Galinhas.

A construção de novos estabelecimentos turísticos em Porto de Galinhas deveria ser uma ação incentivada pelo poder público, a partir de incentivos fiscais e minimização dos impostos, uma vez que os empreendimentos são capazes de gerar mais emprego e renda para o destino turístico, além se torna possível o atendimento da demanda de moradores locais e turistas/visitantes, mesmo em período de alta estação. Destaca-se a necessidade de novos estabelecimentos principalmente de alimentação como restaurantes, bares, churrascarias, dentre outros.

5.2.4.6 Gastos dos Turistas

Várias são as estratégias utilizadas pelos empreendimentos turísticos para estimular os turistas a gastarem durante suas viagens. São gastos em diferentes categorias como alimentação, hospedagens, transportes, passeios turísticos, compra de artesanato local, dentre outros, que geram renda, por isso o turismo é tido como uma atividade importante para a economia local.

Assim, este descritor tem por objetivo identificar os gastos dos turistas nos estabelecimentos de Porto de Galinhas. Representantes da iniciativa privada e do poder público concordaram parcialmente que os turistas tem um **gasto médio diário** considerável nos empreendimentos, já a sociedade civil aproximou da neutralidade, por isso este indicador é classificado como potencialmente sustentável.

Em relação aos gastos diários dos turistas, tem-se que estes gastaram uma média individual diário de R\$ 152,00 e seu principal motivo de ir ao destino é o passeio (92,53%), segundo pesquisa da Secretaria de Turismo de Pernambuco realizada em 2010 sobre o perfil do turismo em Ipojuca (SETUR, 2010). Este valor deixado pelos turistas no destino estimula os empreendedores locais a ofertar ainda mais produtos e serviços que satisfaçam estes turistas para que eles retornem e indiquem as outras pessoas.

Alguns entrevistados (A6, A9, B14, B19) citaram que as vendas nos empreendimentos localizados no centro (calçadão) da Vila de Porto de Galinhas sofreram um declínio nos últimos anos, visto que é cada vez mais comum que os grandes hotéis e *resorts* ali instalados, além de uma infraestrutura que encanta os turistas, estes oferecem não apenas a hospedagem, mas também lojas de artesanato, restaurante, promoção de festas, entre outros, tudo dentro do

próprio hotel. Tudo isso são fatores que “prendem” os turistas nestes locais e impossibilitam seu gasto em outros empreendimentos que não seja onde se hospeda. No entanto, de modo geral, os empreendedores são satisfeitos com a renda gerada pelo turismo de Porto de Galinhas.

Dentre as dimensões até então analisadas, a dimensão econômica apresentou mais indicadores sustentáveis que as demais, uma vez que dos seis indicadores analisados, dois foram classificados como sustentáveis, dois como potencialmente sustentáveis, e os dois últimos, um parcialmente sustentável e apenas um como insustentável. Estes resultados revelam que a economia do destino turístico é visivelmente movida pela atividade turística, ou seja, o turismo é essencial para a economia local.

Para o fortalecimento desta economia é necessário que haja incentivos para novos estabelecimentos turísticos serem implantados no destino e que os atores sociais possam unir forças para implementar diretrizes e ações que amenizem os efeitos da sazonalidade turística, através da exploração de atividades que sejam potenciais para o destino turístico como uma forma de fomentar ainda mais a economia de Porto de Galinhas.

Para tanto, é necessário que, além de exploração de atividades potenciais, a Vila de Porto de Galinhas apresente uma infraestrutura turística adequada, de modo a satisfazer, da melhor forma possível, os turistas. Estes aspectos serão apresentados e discutidos no descritor que segue abaixo.

5.2.5 Dimensão Turística

Para o desenvolvimento do destino turístico e que este seja competitivo diante dos demais, é necessário uma infraestrutura turística adequada, que satisfaça os turistas e, ao mesmo tempo, aos moradores locais, respeitando os aspectos ambientais e culturais da localidade. Assim sendo, a dimensão turística tem por objetivo analisar a infraestrutura turística que Porto de Galinhas apresenta.

Esta é uma das dimensões que compõe o SISDTur, sendo um diferencial dos demais sistemas de indicadores de sustentabilidade para o turismo, por considerar a dimensão turística como importante para o alcance do turismo sustentável. É formado pelos seguintes descritores: Capacidade total de alojamento; Capacidade de restauração; Capacidade dos meios de transportes; Recursos turísticos existentes e potenciais; Capacidade de ofertas de serviços turísticos receptivos; Investimentos em turismo; Sazonalidade turística;

Acessibilidade; Registro e controle de visitação; Visitas orientadas com programas de interpretação ambiental e cultural; Quantidade de turistas; Intensidade de uso/capacidade de carga; Segurança; Satisfação e assiduidade (repetição do turista); Perfil e avaliação dos turistas; Instalações e facilidades turísticas e Zoneamento paisagístico e normas de edificações turísticas, os quais seus resultados são dispostos no Quando 19.

DIMENSÃO TURÍSTICA												
DESCRIPTOR	INDICADOR	Iniciativa Privada			Sociedade Civil			Poder Público			Resultado Final*	
		Média	CV ⁸	Moda	Média	CV	Moda	Média	CV	Moda		
Capacidade total de alojamento, restauração, meios de transportes e ofertas de serviços turísticos receptivos	Oferta de meios de hospedagem.	2,67	0,62	1	3,93	0,22	4	2,33	0,52	2	Parcialmente Insustentável	
	Oferta de estabelecimentos de alimentação.	4,4	0,16	5	2,89	0,53	3	4	0,33	4	Potencialmente Sustentável	
	Oferta de serviços de transportes.	1,75	0,55	1	1,6	0,60	1	2,13	0,42	4	Insustentável	
	Oferta de agências e serviços de turismo receptivo.	3,08	0,54	4	2,7	0,43	3	2,63	0,38	2	Insustentável	
Serviços específicos para os turistas	Serviços específicos para os turistas, como banheiro público e centro de informações turísticas, suficientes para atender aos turistas mesmo em alta estação.	1,42	0,56	1	1	0	1	2	0,76	2	Insustentável	
Segurança	Incidentes e acidentes envolvendo turistas/ visitantes e moradores locais num período.	2,67	0,62	1	1,6	0,53	1	2,5	0,48	1	Insustentável	
	Existência e quantidade de salva-vidas na praia suficientes para evitar incidentes mesmo em período de alta estação.	2,13	0,52	2	2,89	0,37	2	3,8	0,23	3	Parcialmente Insustentável	
Acessibilidade	Facilidades para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção e/ou outras necessidades especiais.	1,83	0,56	1	1,1	0,29	1	1,75	0,59	1	Insustentável	
Recursos turísticos existentes e potenciais	Recursos turísticos existentes em Porto de Galinhas que atraem cada vez mais os turistas.	3,08	0,47	4	4,56	0,13	4	4,75	0,14	4	Potencialmente Sustentável	

⁸ Coeficiente de Variação

*Critérios de análise final do indicador: Se o indicador apresentou insustentável pelos três grupos pesquisados este foi considerado insustentável; Se o indicador apresentou insustentável por um grupo e sustentável pelos outros dois este foi considerado como potencialmente sustentável; Se o indicador apresentou insustentável por dois grupos o indicador foi considerado parcialmente insustentável. Se o indicador apresentou sustentável pelos três grupos o indicador foi considerado sustentável.

Satisfação e assiduidade (repetição do turista)	Grau de satisfação e assiduidade (quantidade de repetição) do turista nos estabelecimentos turísticos.	4,32	0,25	4	4,1	0,18	4	5	0	5	Sustentável
Intensidade de uso / capacidade de carga	Quantidade de turistas/ visitantes num local atrativo durante um período.	4,5	0,18	3	2,4	0,69	1	4,2	0,22	4	Potencialmente Sustentável
	Proporção entre número de guias e número de turistas durante a visitação aos atrativo e tamanho dos grupos de turistas	2,58	0,51	1	2,1	0,57	1	1,88	0,34	2	Insustentável
Quantidade de turistas	Quantidade de turistas numa temporada específica não afeta o dia-a-dia da comunidade local.	2,08	0,60	1	1,9	0,63	1	2,5	0,74	1	Insustentável
Visitas orientadas com programas de interpretação ambiental e cultural e registro e controle de visitação aos centros históricos, parques, museus, etc	Programas de visitação orientados quanto às questões ambiental e/ou cultural.	2,2	0,43	2	1,6	0,60	1	2,88	0,44	2	Insustentável
	Sistemas de registro e controle da visitação aos centros históricos, parques, museus, etc, locais estes que valorizem a cultura local.	1,58	0,50	1	1	0	1	1,63	0,65	1	Insustentável
Zoneamento paisagístico e normas de edificações turísticas	Regulamentações e normas para a ocupação e uso do solo em áreas turísticas são respeitadas.	1,75	0,69	1	1,3	0,52	1	2,75	0,47	3	Insustentável

Quadro 19 (5): Resultados dos indicadores da dimensão Turística do SISDTur
 Fonte: Coleta de dados, 2012

5.2.5.1 Capacidade total de Alojamentos, Alimentação, Meios de transportes e Ofertas de Serviços Turísticos Receptivos

Com o objetivo de satisfazer e atrair ainda mais turistas para visitar o destino turístico, este precisa apresentar uma satisfatória infraestrutura turística, principalmente no que se refere aos meios de hospedagens, alimentação, transporte e serviços receptivos oferecidos pelas agências de viagens. Sabendo disso, este descritor tem por objetivo identificar a capacidade de hospedagens, alimentação, meios de transporte e agências e serviços de turismo receptivo existentes em Porto de Galinhas.

O primeiro indicador analisado se refere a **oferta de meios de hospedagens** em Porto de Galinhas. No destino turístico a rede hoteleira é bastante diversificada e composta por várias categorias de hotéis, como simples, econômico, turístico, luxo e super luxo, segundo a classificação instituída pela EMBRATUR⁹.

Segundo o entrevistado A8, a rede hoteleira de Porto de Galinhas apresenta em média 13 mil leitos, uma quantidade maior que Recife que tem 12 mil. Essas quantidades de leitos, em ambos locais, apresentam expectativas de crescimento para o próximo ano, visto que Recife será uma das cidades sede da Copa do Mundo em 2014 e Porto de Galinhas, como destino turístico importante do Estado e localizado tão próximo, será o destino de muitos turistas. Já as pousadas totalizam um número de 152, mas o entrevistado A11 acredita ter mais visto que “há muitas pousadas e privês (condomínios) que não estão regularizados”.

É importante destacar que a Associação dos Hotéis de Porto de Galinhas (AHPG) apresenta importância significativa junto ao poder público para decidir os caminhos que norteiam o desenvolvimento do destino turístico. O entrevistado B14 ressalta que “Porto ainda tá do jeito que tá graças aos hoteleiros que tem grande poder de cobrar do poder público (...), e não deixam aqui afundar”.

Embora seja uma quantidade significativa de meios de hospedagens em Porto de Galinhas, representantes da iniciativa privada e do poder público consideram insuficientes para atender a demanda na alta estação, sendo este indicador classificado como parcialmente insustentável.

⁹ A EMBRATUR, por meio da publicação em 2010, instituiu o novo Sistema Oficial de Classificação dos Meios de Hospedagem, elaborada pela ABIH – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – com respaldo do setor hoteleiro. Mantém o sistema de classificação por estrelas adotado pela EMBRATUR, mas com inovação, a categoria Cinco Estrelas *Plus*. Os hotéis são classificados conforme o padrão de suas instalações, quanto aos níveis de conforto, serviços oferecidos e preços praticados, a partir de uma matriz de classificação. Os hotéis são classificados em: Simples (1 estrela), Econômico (2 estrelas), Turístico (3 estrelas), Superior (4 estrelas), Luxo (5 estrelas) e Super Luxo (5 estrelas).

Esta quantidade insuficiente é justificada pelos entrevistados, tanto pelo grande número de turistas que visitam Porto de Galinhas entre os meses de novembro a fevereiro, como pelas várias pousadas que são alugadas para algumas empresas instaladas em SUAPE para “servir de dormitório para a piãozada (...)” como menciona o entrevistado B18.

O entrevistado A9 afirmou que “um turista que chegue em uma pousada e se depare com um monte de pião, não vai achar isso bom e com certeza não volta mais (...). É notável que, além de diminuir os leitos oferecidos aos turistas, a presença das pessoas que trabalham em SUAPE pode possibilitar a descaracterização do turismo desenvolvido em Porto de Galinhas, além de desenvolver vários problemas de ordem social como a prostituição, o aumento das drogas, aumento do consumo de álcool, dentre outros aspectos.

Este cenário aponta que algumas medidas devem ser tomadas, principalmente por parte do poder público, objetivando manter Porto de Galinhas como um dos destinos turísticos mais importantes do estado de Pernambuco, cujo foco é explorar o que a região tem de mais belo e que encanta os turistas que visitam.

No que se refere ao indicador **ofertas de estabelecimentos de alimentação**, observa-se que este foi tido como potencialmente sustentável. A iniciativa privada e o poder público concordaram parcialmente que Porto de Galinhas apresenta uma quantidade de estabelecimentos de alimentação que consegue suprir a demanda.

Concentrados principalmente no calçadão central da Vila de Porto de Galinhas, os empreendimentos de alimentação são dos mais variados possíveis, como restaurantes, bares, lanchonetes, pizzaria, *cyber* cafés, lojas de conveniências, docerias, dentre outros. Quanto à gastronomia, o carro chefe são os pratos feitos à base de frutos do mar, principalmente peixes, assim como carne de sol, bode e a galinha caipira, típicos da culinária nordestina. O entrevistado C27 afirmou que “aqui (Porto de Galinhas) tem pratos dos mais variados possíveis, tem pra tudo que é gosto”.

A partir das observações feitas *in loco* no período da coleta de dados, foi possível perceber que não há uma valorização da culinária nordestina, visto que são poucos os pratos oferecidos nos cardápios dos produtos regionais como macaxeira, tapioca, cuscuz, comida de milho, baião de dois, dobradinha, feijoada, bolo de milho, bolo de macaxeira, dentre outras comidas típicas que podiam ser oferecidos aos turistas como forma de enaltecer a culinária local e regional.

Além dos meios de hospedagens e alimentação, outro fator importante a ser analisado é a **oferta dos serviços de transportes** disponíveis, tanto de acesso a Porto de Galinhas, como no próprio destino turístico. A partir dos dados coletados, nenhum dos entrevistados

está satisfeito com as condições e meios de transportes disponíveis, com média de 1,83, este indicador é classificado como insustentável.

Segundo pesquisa realizada pela SETUR, cerca de 65,35% dos turistas/visitantes utilizam da intermodalidade para chegar ao destino, ou seja, utilizam mais de uma modal, em sua maioria o aéreo e o rodoviário, neste último utilizam principalmente o transporte coletivo (SETUR, 2010).

Chegar a Porto de Galinhas utilizando transporte coletivo só é possível por uma empresa de ônibus, a Cruzeiro. Esta apresenta vários horários que fazem a linha Recife – Porto de Galinhas, e vice-versa, e três categorias de ônibus, com tarifas diferenciadas a partir do conforto que o ônibus tenha.

Todas as visitas ao *loco* de pesquisa para coletar dados, a pesquisadora utilizou o transporte coletivo. Essa experiência tornou possível verificar que as condições dos ônibus disponíveis para os turistas que visitam Porto de Galinhas saindo do Recife não são das melhores possíveis, principalmente o que tem a tarifa mais barata. Além das péssimas condições, os ônibus não fazem o percurso direto (Recife/Porto de Galinhas), circulam pelo Município de Ipojuca e Nossa Senhora do Ó. Os depoimentos descritos abaixo relatam como são os meios de transportes ofertados.

“Meios de transporte aqui é uma piada, só tem uma empresa pra trazer e levar o povo pra Recife, sem falar que não tem horário certo, o povo passa horas esperando e ainda tem os ônibus que é horrível (...), o melhor é o mais caro, tem ar e tudo mais, mas o turistas que tiver na parada vai pegar qualquer um, num vai saber que tem outro melhor (...)” (Entrevistado A5 – Iniciativa privada).

Os entrevistados C30 e B19 corroboram com o trecho descrito acima e complementam afirmando que:

“(...) ainda tem mais uma coisa, os ônibus vai parando em toda esquina, onde tiver gente ele para, sem falar que entra em Ipojuca, deixando o povo e em Nossa Senhora do Ó, uma viagem que fazia em 1 hora e meia se fosse direto vai pra 3 horas (...) Isso pro turista é um absurdo, um entre e sai, um para para” (Entrevistado C30 – Poder público).

“Uma coisa que quase ninguém observa é a chegada e saída dos ônibus em Recife, o ponto inicial é no cais Santa Rita, pior lugar que o turista podia chegar em Recife, pra você ver uma coisa simples dessa ninguém observa, tantos lugar bonito do Recife, chega logo nesse, e aqui também né diferente não viu?!? (Entrevistado B19 – Sociedade civil).

Sendo assim, sugere-se que outras linhas de ônibus (confortáveis e em ótimas condições) sejam colocadas exclusivamente para realizar o percurso direto, direcionado para turistas e moradores de Porto de Galinhas, o que poderia evitar as paradas durante a viagem, diminuindo o tempo do percurso. Além disso, definir outro ponto de início e final da viagem, alocando para lugares mais bonitos, limpos e agradáveis ao turista.

Diferentemente dos transportes coletivos utilizados no traslado Recife/Porto de Galinhas, segundo os entrevistados, o principal transporte utilizado para circulação no próprio destino turístico são os táxis. Estes se apresentam em quantidades suficientes para atender a demanda, e tem vários pontos dos taxistas espalhados pelo centro da Vila, o que facilita o turista encontrá-lo facilmente. Além destes, outro meio de transporte utilizado são os *buggys* para os passeios turísticos e os moto taxistas, este último utilizado em menor proporção que os demais.

A utilização dos meios de transportes citados é mais comum para aqueles turistas que não utilizam **agências e serviços de turismo receptivo**, uma vez que estas são responsáveis pelos deslocamentos dos turistas, utilizando uma frota própria para esta atividade. De acordo com os dados coletados, os entrevistados mantiveram-se neutros quanto a capacidade de oferta de serviços receptivos de turismo, obtendo este indicador uma média de 2,8, foi tido como insustentável.

Porto de Galinhas não apresenta nenhuma agência turística no próprio destino, a maioria delas é do Recife, mas também outras espalhadas em todo o Brasil e ainda algumas internacionais. O entrevistado A8 afirmou que a maioria dos hotéis apresenta parcerias com estas agências para venda dos pacotes turísticos, alguns representantes destas vem ao destino turístico conhecer os hotéis, participam dos passeios turísticos, provam da gastronomia, como uma forma de “ver de perto como tudo funciona” para não vender aos turistas algo que não conheça.

Além da infraestrutura básica como hospedagem, alimentação, meios de transporte e agências de turismo receptivo, há alguns serviços bem específicos desejados pelos turistas que devem fazer parte da infraestrutura turística, uma vez que são tão importantes quanto os mencionados acima. Estes aspectos serão analisados no descritor que segue.

5.2.5.2 Serviços específicos para os turistas

Este descritor apresenta um único indicador, cujo objetivo é verificar se Porto de Galinhas apresenta alguns **serviços específicos para os turistas como banheiro público e centro de informações** em qualidade e quantidade suficientes para atender aos turistas mesmo em alta estação.

Este descritor foi elaborado pela pesquisadora, como uma contribuição ao SISDTur, por entender ser necessário que o destino turístico apresente alguns serviços específicos como banheiros em boas condições para atender o turistas, assim como centros de informações que possam informar sobre os pontos turísticos do destino (distribuição de panfletos e exibição de vídeos), opções de hospedagens, alimentação, lazer, dentre outras informações, com o objetivo de nortear os turistas no destino turístico.

A partir dos dados coletados e do convívio durante o período de coleta de dados foi perceptível que tais serviços não são oferecidos aos turistas de forma satisfatória e esta percepção foi comprovada nos resultados, visto que este indicador obteve uma média de 1,47, classificado assim como insustentável.

No que se refere a banheiro público, há apenas dois no destino turístico, estes ficam próximos ao calçadão central (Imagem 26), e segundo o entrevistado B17 estão em péssimas condições e não conseguem atender à demanda de turistas no período de alta estação.



Imagem 26 (5): Banheiro público localizado na praça do relógio no centro de Porto de Galinhas
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Outro serviço prestado aos turistas analisado foi o centro de informações, que é, também, localizado no centro da Vila de Porto de Galinhas. Os principais problemas apontados são: indefinição ou não cumprimento de horários de funcionamento por parte dos funcionários, visto que é comum os turistas o encontrarem fechado, como mencionado pelos

entrevistados A2 e B22, o centro não apresentar funcionários com fluência em outros idiomas, o que impossibilita a conversação com turistas de outros países, além de uma estrutura física comprometida.

A entrevista C30 revelou que repassa constantemente para o poder público (Escritório Litoral e Secretaria de Turismo) todos os principais problemas deste órgão público (infraestrutura, falta de qualificação dos funcionários, único computador disponível quebrado, dentre outros), mas que nada tem sido feito objetivando solucionar tais problemas.

Percebe-se, portanto, que alguns investimentos precisam ser feitos pelo poder público para melhorar a infraestrutura turística de Porto de Galinhas objetivando oferecer serviços de qualidade aos turistas. A segurança também é um fator importante e deve ser levado em consideração no planejamento da atividade turística do destino.

5.2.5.3 Segurança

Este descritor tem por objetivo identificar se existe uma estrutura de segurança (policiais, bombeiros, salva-vidas, guardas municipais) capaz de assegurar que turistas/visitantes e comunidade local citam-se seguros em Porto de Galinhas. O primeiro indicador tem por finalidade analisar se há **incidentes e acidentes envolvendo turistas/visitantes e moradores locais num período**. Os dados obtidos revelaram que a segurança não é suficiente para evitar acidentes/incidentes entre os atores, com média de 2,25, este indicador mostrou-se insustentável.

A maioria dos entrevistados afirmou que a quantidade de policiais militares existentes no destacamento de Porto de Galinhas não é suficiente a ponto de considerar o destino turístico seguro. Estes reconhecem que a prefeitura tem investido na guarda municipal para o alcance de tal objetivo, mas estes, segundo o entrevistado B13, “estão mais pra fiscalizar e prender a mercadoria de ambulantes, do que dá segurança” aos moradores e turistas. O entrevistado B20 revelou que:

“Aqui tem segurança não, o turistas quiser caminhar na beira da praia a noite não pode, porque além de ser escuro, não tem um policial, um guarda pra dá a segurança, daí vem os malas e rouba mesmo (...) Semana passada mermo eu fui caminhar com a mulher umas 6 e meia e fui roubado por dois homis, tava tão escuro que deu nem pra ver quem era... quer dizer, você não pode sair de casa, e olhe que aqui tem quadriciclos pra os policiais fazer a ronda na beira da praia, mas nunca vi isso aqui, mas eu sei que tem. (...) os turistas passar por isso mermo, nunca mais vota aqui né?” (Entrevistado B20 – Sociedade civil).

O entrevistado A2 concorda com o entrevistado B20 sobre a insegurança de Porto de Galinhas e complementa afirmando que os problemas desta ordem foram aumentando progressivamente ao longo dos anos e este aumento está atrelado à chegada dos “piões de SUAPE” para morarem no destino turístico. Segundo o mesmo entrevistado, muitos problemas sociais aumentaram, inclusive a falta de segurança, “antes aqui era muito tranquilo, hoje não se andar por alguns lugares tarde da noite (...)”.

Embora os relatos acima descritos apontem a falta de segurança que Porto de Galinhas apresenta, o entrevistado C24 assegura que a prefeitura de Ipojuca tem investido em segurança pública, “mas é aquém das necessidades”. O mesmo admite que o sistema é falho, com efetivo reduzido e não consegue fazer o patrulhamento em todo o destino turístico. Este afirmou ainda que a secretaria segurança cidadã apresenta um “planejamento estratégico para Porto a ser implantado até 2016”.

Além da segurança nas ruas, faz-se necessário também uma **quantidade de salva-vidas na praia suficientes para evitar acidentes, mesmo em período de alta estação**. Este indicador foi incluído pela pesquisadora por considerar importante a presença de profissionais especializados para evitar o afogamento e assim preservar a vida, uma vez que a tipologia de turismo analisada é a praia (sol e mar) e o estado de Pernambuco, segundo dados de uma pesquisa realizada pela Organização Não Governamental (ONG) Criança Segura, é o 16º estado brasileiro onde morrem mais crianças afogadas.

Dentre os atores entrevistados, os representantes do poder público concordam parcialmente que existe uma quantidade suficiente de guarda-vidas no destino turístico, em contrapartida, os entrevistados das iniciativas privadas e da sociedade civil mantiveram-se entre a discordância parcial e a neutralidade, com médias respectivamente de 2,23 e 2,89. Assim sendo, este indicador é classificado como parcialmente insustentável.

O entrevistado A10 assegura que há bombeiros espalhados pela orla de Porto de Galinhas para evitar acidentes, principalmente nos locais que é comum ter mais afogamentos. Este afirma que se deve evitar tomar banho em uma praia desconhecida, pois, sem estar familiarizada com a área, a pessoa fica mais suscetível a acidentes. Caso “a vontade de cair no mar seja mais forte que o medo do desconhecido, é recomendável pedir orientações aos guarda-vidas presentes ou ao pessoal local”.

Durante as visitas a Porto de Galinhas para coleta dos dados, foi possível observar que os locais que são perigosos para os turistas tomarem banho de mar, devido principalmente a correnteza, são sinalizados por placas (Imagem 27) e estes devem respeitar tal norma como forma de evitar acidentes.



Imagem 27 (5): Placa de sinalização de perigo para os banhistas na praia de Porto de Galinhas
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Os resultados apontam a necessidade de maiores investimentos na segurança de Porto de Galinhas, com treinamentos adequados para a guarda municipal, buscar junto ao governo do Estado mais efetivo para o destino turístico, para que seja possível fazer rondas por toda a orla marítima e pelo destino turístico a todo momento, assim como salva-vidas espalhados por toda orla, ao invés de somente estarem concentrados onde há maiores índices de afogamentos, estas sendo, por sua vez, ações que podem garantir maior segurança tanto para os turistas/visitantes como para os moradores locais.

5.2.5.4 Acessibilidade

O livre acesso para todos, independentemente se exista alguma deficiência, é um direito consagrado pela Constituição Federal por entender uma condição essencial para o pleno exercício dos direitos de cidadania, além de ter atendimentos prioritários em departamentos públicos e privados.

No Brasil o Decreto de Lei nº163/2006 afirma que o Estado deve garantir e assegurar o livre acesso das pessoas com necessidades especiais, ou seja, pessoas que se confrontam com barreiras resultantes de fatores permanentes ou temporários, de deficiências de ordem intelectual, emocional, sensorial, física ou comunicacional. Do conjunto das pessoas com necessidades especiais fazem parte pessoas com mobilidade condicionada, incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, com dificuldades sensoriais, e ainda

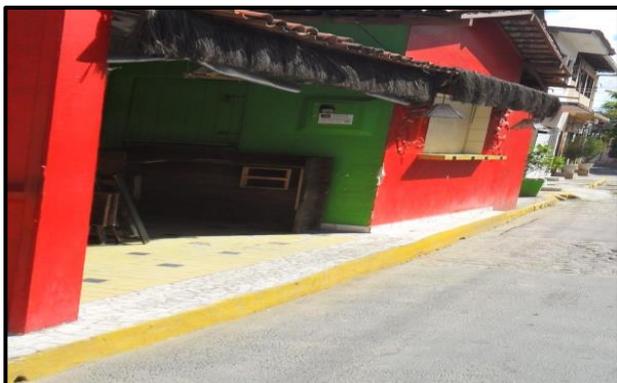
aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como as grávidas, as crianças e os idosos.

Sabendo disso, Porto de Galinhas deve apresentar **facilidades para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção e/ou outras necessidades especiais**. Entretanto, a partir dos dados obtidos neste indicador ($\mu=1,56$, insustentável) e as observações *in loco* foi possível perceber que o destino turístico apresenta poucas condições favoráveis para mobilidade de pessoas com necessidades especiais.

Ao chegar a Porto de Galinhas um cadeirante ou pessoa com dificuldades sensoriais (cega) já se depara com o primeiro obstáculo, as calçadas são tomadas por barracas de comercialização (Imagens 28) e empreendimentos construídos deixando pouco mais de um metro de calçada (Imagens 29) para circulação de pedestres, sendo estes obrigados a circular pelas ruas, lugar este de movimentação de automóveis. Além de não apresentar nenhuma calçada com guia para direcionar as pessoas com deficiência visual.



Imagens 28 (5): Calçadas do centro de Porto de Galinhas tomadas por barracas de comercialização
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012



Imagens 29 (5): Construções de empreendimentos ocupando as calçadas de circulação dos pedestres
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Porto de Galinhas já conta com uma associação direcionada para pessoas com alguma deficiência. A associação, Rodas da Liberdade, tem atuação no destino turístico desde 1995 e, segundo o entrevistado C21, tem por objetivo ajudar as pessoas, concedendo cadeiras de rodas e diversos tipos de materiais ortopédicos, além de promover eventos ligados à cultura, esporte e arte visando à integração de todos à sociedade.

O entrevistado afirmou ainda que busca melhorias junto ao poder público para a acessibilidade dos cadeirantes em todo o destino turístico, pois “o grande problema aqui são as calçadas, tudo ocupadas, não tem como agente passar”, mas “infelizmente as coisas aqui caminham a passos lentos (...)”. No entanto, este admite que algumas melhorias já foram desenvolvidas, quando este afirma que: “já temos uma jangada adaptada, já fiz mergulho com pessoas preparadas para lidar com cadeirante, como eu”, dentre outros aspectos.

Um dos locais encontrados pela pesquisadora no destino turístico com acessibilidade adequada foi a igreja católica, que fica localizada no calçadão central do destino turístico, como observado na Imagem 30 abaixo.



Imagem 30 (5): Um dos locais encontrados pela pesquisadora com acessibilidade adequada (Igreja Católica)
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Assim, é possível verificar que Porto de Galinhas apresenta alguns problemas no tocante a inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência para participar da atividade turística desenvolvida no destino. Assim sendo, carece que, tanto poder público como as empresas privadas, invistam para a melhoria em acessibilidade e desenvolver atrativos

turísticos adaptados, de modo a tornar possível que estes desfrutem dos recursos turísticos existentes, ao passo que, promove a integração de todos.

5.2.5.5 Recursos turísticos existentes e potenciais

Os recursos turísticos existentes em um destino são os principais atrativos que atraem turistas para esta localidade. A depender da tipologia de turismo desenvolvido, há recursos turísticos diferenciados.

No caso de Porto de Galinhas (turismo praieiro), os **recursos turísticos existentes capazes de atrair cada vez mais os turistas** são, sem dúvida, as piscinas naturais, um lugar belo e que encanta quem visita. As piscinas naturais estão sendo um dos únicos recursos turísticos explorados em Porto de Galinhas, ou seja, não apresenta uma diversificação de recursos, por isso os entrevistados ligados as iniciativas privadas se posicionaram como neutros, obtendo uma média de 3,08.

Já os representantes da sociedade civil e poder público consideram que o destino turístico apresenta piscinas naturais incomparáveis, uma beleza natural surpreendente, capaz de atrair turistas do mundo inteiro e que certificou pela 10^a vez consecutiva como a praia mais bela do Brasil. Desse modo, este indicador é classificado como potencialmente sustentável. As Imagens 31 apresentam o principal recurso turístico apontado pelos entrevistados.



Imagens 31 (5): Piscinas naturais de Porto de Galinhas
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Os relatos descritos abaixo remetem a opinião dos entrevistados quanto os recursos turísticos de Porto de Galinhas.

“Porto é linda demais, tem uma beleza natural, uma praia linda que chama o turista pra cá. Quem vem não se arrepende e indica pra outra pessoa, porque aqui é belo, embora os problemas com lixo, esgoto...” (Entrevistado C26 – Poder público).

“Isso aqui é lindo demais, quem vem se encanta e volta de novo, além de indicar pra outras pessoas, familiares (...), no é não? O turismo daqui não cai por causa dessa beleza natural, porque muito problema tem aqui, mas o povo se encanta com o mar, as piscina naturais (...)” (Entrevistado B20 – Sociedade civil).

Embora os entrevistados considerem Porto de Galinhas com uma beleza natural única, admitem que alguns problemas de infraestrutura, conforme discutidos anteriormente, acabam comprometendo a beleza do destino, mas que, mesmo assim, é significativa a satisfação dos turistas. Segundo dados disponibilizados pela SETUR (2010), 98,4% dos turistas que visitam Ipojuca avaliam os atrativos naturais entre ótimo e bom, sendo incluído não apenas Porto de Galinhas, mas o litoral sul de Pernambuco, por isso é alta a assiduidade dos mesmos para visitar esses destinos turísticos.

5.2.5.6 Satisfação e Assiduidade dos Turistas

A satisfação dos turistas quando visitam um destino turístico é alcançada, segundo Oliveira (2010), a partir de cinco fatores, quais sejam: acessos, incluindo condições das estradas em um raio de 100 Km e sinalização; custos, incluindo pedágios e combustível, passagens, estadias, alimentação e lazer; os atrativos naturais; atrativos artificiais, incluindo bares e restaurantes, shoppings, cinemas, monumentos históricos, artísticos e religiosos; e, por fim, a infraestrutura, incluindo hospedagem, acesso a informações, comunicação, ruas e avenidas, saneamento e segurança.

Assim sendo, percebe-se ser necessário o atendimento de vários aspectos para o alcance da satisfação dos turistas. Em Porto de Galinhas foi possível perceber, segundo percepção dos entrevistados, que é alto o **grau de satisfação e assiduidade (quantidade de repetição) do turista nos estabelecimentos turísticos**, obtendo este indicador uma média de 4,47 e classificação sustentável.

Todos os entrevistados convergiram em suas opiniões, no sentido de reconhecer os problemas, principalmente de infraestrutura, que Porto de Galinhas apresenta, mas por seus atrativos naturais, bons hotéis, a hospitalidade do destino, dentre outros aspectos, os turistas saem satisfeitos, retornam sempre que possível e recomendam a familiares e amigos.

Alguns estudos corroboram os resultados encontrados para tal indicador. Souto (2010) averiguou como resultado do seu trabalho uma média geral de 6,0 numa escala de 1 – 7 no tocante a satisfação dos turistas. Outra pesquisa realizada pela SETUR (2010) constatou que 95,07% dos turistas que visitaram Ipojuca avaliam de forma geral como ótimo e bom, assim como 88,33% dos entrevistados pretendem voltar ao destino. Uma pesquisa feita pelo Instituto Maurício de Nassau (2009) verificou que 81,3% dos turistas entrevistados tem a pretensão de retornar a Porto de Galinhas.

As pesquisas realizadas revelaram ainda que 51,7% dos turistas pesquisados vieram ao destino por influências de amigos que já visitaram (INSTITUTO MAURÍCIO DE NASSAU, 2009). Corroborando, o estudo da Secretaria de turismo (2010) afirmou que 51,53% também foram por incentivo de amigos ou parentes e que a impressão em relação à visita anterior foi melhor em 52,51% dos entrevistados.

Verifica-se, portanto, que é alto o grau de satisfação dos turistas que visitam Porto de Galinhas, além de recomendar a viagem a seus parentes e amigos. É importante destacar que não foi feita nenhuma pesquisa junto aos turistas do destino turístico, os resultados aqui apresentados são segundo a percepção dos entrevistados e estudos realizados por outros autores e instituições sobre tal temática.

Embora tenham sido encontrados resultados positivos no tocante ao retorno dos turistas e indicações para outras pessoas visitarem Porto de Galinhas, reconhece-se a necessidade de controlar a quantidade de pessoas que visitem o destinos turístico, para não ultrapassar a capacidade de carga do mesmo.

5.2.5.7 Intensidade de uso / Capacidade de Carga

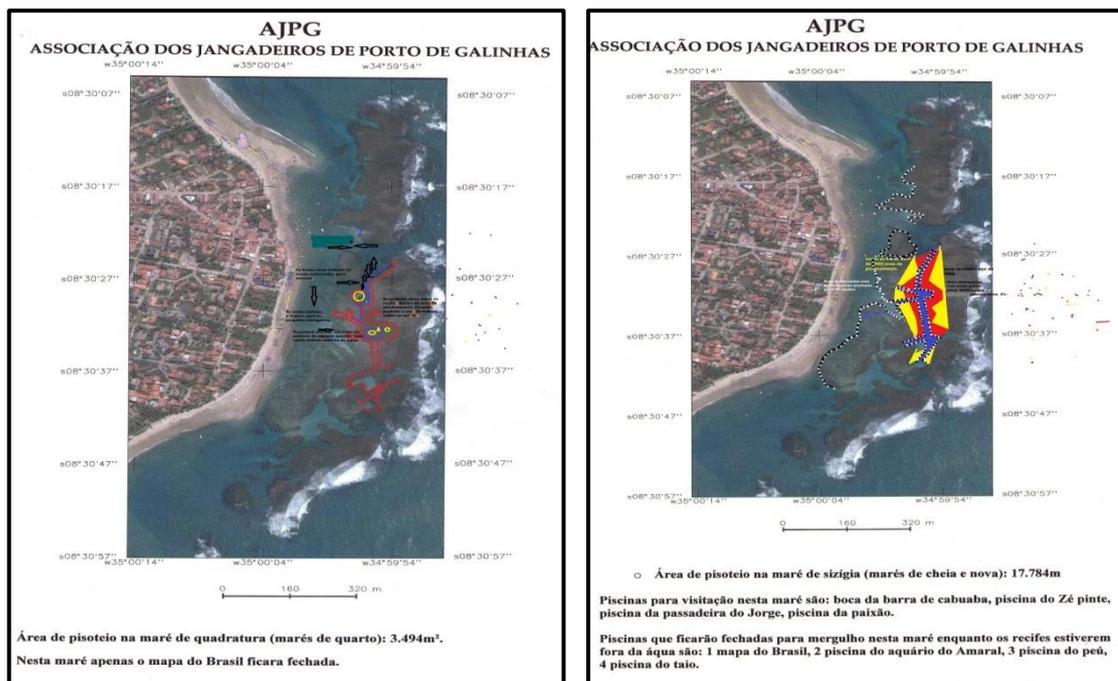
Atrair turistas para visitação aos destinos turísticos   uma prática comum, mas   preciso não explorar a intensidade de uso, sendo necessário, portanto, estudos sobre capacidade de carga tur stica¹⁰. Segundo Rocha (2011), este estudo compreende um instrumento para a identifica o da situa o do ambiente, baseando-se no número máximo de visitantes que uma área pode suportar, ou seja, determina o nível de satura o dos destinos turísticos, antes que ocorram altera es nos meios físico e social.

¹⁰Capacidade de carga turística corresponde ao número máximo de pessoas que podem visitar determinado local turístico sem afetar o meio físico, econômico ou sociocultural e sem reduzir de forma inaceitável a qualidade da experiência dos visitantes (MACIEL, PAOLUCCI, RUSCHMANN, 2008).

Nesse contexto, este descritor tem por objetivo identificar a capacidade e intensidade de uso dos espaços de visitação, a partir da análise dos seguintes indicadores: quantidade de turistas/ visitantes num local atrativo durante um período e a proporção entre número de guias e número de turistas durante a visitação aos atrativo e tamanho dos grupos de turistas. É importante destacar que não foi feito nenhum estudo para determinar a capacidade de carga do destino. Os resultados apresentados abaixo se restringem às análises dos dados obtidos.

O principal atrativo de Porto de Galinhas são as piscinas naturais, e as visitas a esta causam impactos a este ambiente natural. Por isso, como revelado pelo entrevistado A10, alguns projetos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Secretaria do Meio Ambiente de Ipojuca, Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) e outros órgãos tentaram impedir totalmente as visitas aos arrecifes, justificando os impactos que o ser humano podia trazer para este ambiente, mas isto resultaria em outros impactos a comunidade local.

Dessa forma, foi feito um estudo, com o apoio de técnicos e estudiosos da área, para reorganização e controle destas visitas. Este estudo resultou em um mapeamento de toda área dos arrecifes (Imagens 32), subdividindo as piscinas naturais que, por designação dos associados, foram nomeadas pelos nomes dos jangadeiros antigos que já haviam falecido. A partir disso, as visitas acontecem alternativamente nas piscinas, e esta definição é feita a partir dos tipos de marés do dia.



Imagens 32 (5): Mapeamento das piscinas naturais de Porto de Galinhas
Fonte: Associação dos Jangadeiros, 2012

A partir deste momento, houve uma reorganização da atividade dos jangadeiros, não sendo mais permitida a venda de nenhum produto nas piscinas naturais, e houve a criação de um órgão municipal, Blitz Ambiental, designada especificamente para preservação dos arrecifes. A própria associação sofreu alterações, que segundo informações do entrevistado A10, não permitiu ninguém participe da atividade que não seja cadastrado na associação e o posto de trabalho é passado de pai para filho. Além da coordenação intraorganizacional, a associação organizou o dia a dia de trabalho dos jangadeiros, no qual a vez destes é orientada pela ordem da fila, ou seja, o jangadeiro que fez o primeiro passeio do dia, ao voltar vai para o final da fila e assim sucessivamente.

As visitas são controladas e acompanhadas diariamente por fiscais que fazem parte da blitz ambiental. A sociedade civil considera que estas visitas deviam ser minimizadas, visto que as vidas contidas nos arrecifes a cada dia morrem ainda mais devido a exploração da atividade turística. Deste modo, o indicador **quantidade de turistas/ visitantes num local atrativo durante um período** é qualificado como potencialmente sustentável e obteve média de 3,7.

As visitas às piscinas naturais são de curta duração, em média de 40 minutos, e acontecem durante a maré baixa, cada jangada leva até seis pessoas, mas não tem um máximo de vezes por dia que o jangadeiro faça o traslado, esta quantidade é definida pelas condições naturais da praia, só é permitido com a maré baixa, como também pelo número de turistas que desejem realizar o passeio.

Ressalta-se que todas as deliberações citadas acima foram estabelecidas com base em acordo entre os órgãos ambientais, Prefeitura de Ipojuca e Associação dos Jangadeiros, por meio do Termo de Compromisso 05/2009 do Ministério Público de Pernambuco, 2ª promotoria de Justiça cível de Ipojuca.

No que se refere ao indicador **proporção entre número de guias e número de turistas durante a visita aos atrativos e tamanho dos grupos de turistas**, os resultados revelaram que em Porto de Galinhas, na maioria dos casos, os guias de turismo são as próprias pessoas que fazem o negócio, por exemplo, no passeio de *buggy*, o guia é o próprio bugueiro, o mesmo acontece com os passeios de jangadas, o guia é o jangadeiro, estes são, em sua maioria, nativos e, por isso, são bem informados sobre o destino turístico.

Por não apresentar guias de turismo específicos em Porto de Galinhas, os entrevistados assinalaram com certa discordância tal prática, com média 2,19, este indicador foi tido como insustentável. A maioria dos entrevistados consideram ser necessário a presença destes guias capacitados para melhorar a forma como os turistas são abordados ao chegar a Porto de

Galinhas, uma vez que é comum “os turistas ter até medo, porque é tanta gente em cima dele oferecendo os diversos serviços possíveis... Cada um querendo vender o seu” (Entrevistado C30 – Poder público).

Guias de turismo capacitados além de melhorar no tocante a recepção dos turistas, é uma forma de manter uma organização, minimizar as explorações de preços abusivos e diferenciados. Para tanto, o entrevistado C25 afirma ser necessário à capacitação de pessoas, preferencialmente nativas, para trabalhar como guias turísticos, com objetivo de melhor atender os turistas que visitem Porto de Galinhas.

5.2.5.8 Quantidade de turistas

Para qualquer que seja o destino turístico, turistas são sempre bem vindos, visto que são estes atores que fazem movimentar a atividade turística. No entanto, à luz do desenvolvimento sustentável, a quantidade de turistas é considerada aceitável quando não ultrapassa a capacidade de carga turística.

De acordo com os dados coletados, foi perceptível que a **quantidade de turistas numa temporada específica afeta o dia a dia da comunidade local**, considerando o aumento da geração dos resíduos sólidos, consumo de água, energia, poluição sonora, dentre outros aspectos como discutidos na dimensão ambiental.

Neste indicador os resultados dos entrevistados convergiram, obtendo este uma média de 2,16 e classificado como insustentável. O entrevistado A2 revelou que Porto de Galinhas no período de alta estação “vira um verdadeiro inferno”. Assim sendo, sugere-se que o poder público e a iniciativa privada elaborem estratégias para minimização dos impactos que podem resultar para os atores locais oriundo do aumento significativo de pessoas no período de alta estação.

Sabendo que é alto o número de turistas que visitam Porto de Galinhas, e isso pode acarretar impactos tanto para a comunidade local, como para o meio ambiente, é importante que as visitas sejam orientadas com programas de interpretação ambiental e haja o controle destas visitas.

5.2.5.9 Visitas orientadas com Programas de interpretação Ambiental e Cultural e Registro e Controle de visitação aos Centros Históricos, Parques e Museus

Como já mencionado, as piscinas naturais são o cartão postal de Porto de Galinhas, sendo estas um dos fatores responsáveis por mover o turismo da localidade. Como um ambiente natural, é preciso o controle de visitação e orientação dos visitantes para minimização dos impactos desta atividade.

Para o indicador **programa de visitação orientado quanto às questões ambiental e/ou cultural**, os dados coletados revelaram que há apenas um programa direcionado a orientar os visitantes no tocante as questões ambientais para as visitas as piscinas naturais, trabalho este realizado pela Blitz Ambiental. Como único programa existente, os entrevistados consideraram como insuficiente e que não é capaz de orientar efetivamente os turistas, são passado vídeos em *stands*, mas esta não é uma prática obrigatória antes do início do passeio, sendo, portanto, um programa ineficiente como é considerado pelo entrevistado B15. Sendo assim, com média de 2,23, este indicador é tido como insustentável.

Para o entendimento de como a Blitz Ambiental desenvolve seu programa de orientação aos turistas, segue a descrição de como acontecem às visitas dos turistas as piscinas naturais, segundo informações do entrevistado C27.

“Inicialmente o visitante compra um bilhete aos jangadeiros, custando em média R\$ 15,00 e depois recebe uma pulseira de identificação (Imagem 33), depois disso quem quiser saber informações tem um vídeo passando no nosso stand, quem não já segue para as jangadas e inicia o passeio. Ao chegar nos arrecifes (cerca de 10 minutos) os jangadeiros orientam os visitantes para obedecer aos cordões de isolamento (Imagem 34) da área que pode visitar (...) e lá tem fiscais nossos, fardados para orientar os turistas e fiscalizar. Esta foi uma forma encontrada para diminuir os impactos nos arrecifes...” (Entrevistado C27 – Poder público).

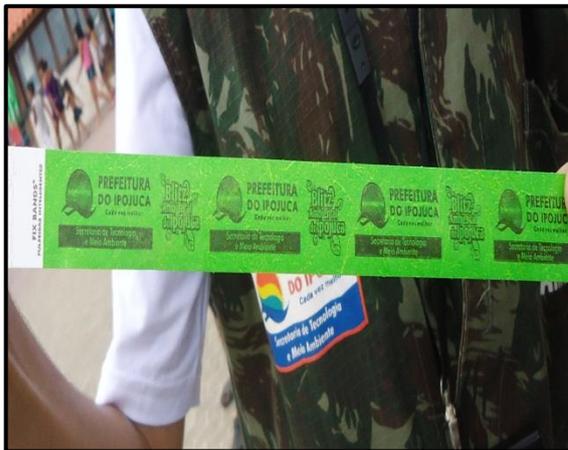


Imagem 33 (5): Pulseira de identificação
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012



Imagem 34 (5): Cordões de isolamento nos arrecifes
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Durante a visita da pesquisadora as piscinas naturais, foi possível perceber que os visitantes buscam obedecer aos cordões de isolamento e há fiscais da Blitz Ambiental, tanto orientando as pessoas no início do passeio, ainda na areia da praia, quanto durante as visitas nas piscinas naturais, como uma forma de manter o controle. As visitas são de curta duração, em média de 20 minutos, e acontecem durante a maré baixa.

No que se refere ao indicador **sistemas de registro e controle da visitação aos centros históricos, parques, museus, etc, locais estes que valorizem a cultura local**, não foi possível identificar nenhuma informação sobre este indicador, visto que não há exploração dos recursos turísticos voltados à cultura local, como centros históricos, igrejas, museus, dentre outros, por isso este indicador é classificado como insustentável.

Como já mencionado anteriormente, o município de Ipojuca apresenta alguns acervos históricos que podem fazer parte da atividade turística, entretanto não são explorados. Assim sendo, recomenda-se enquadrar como sugestões de passeios turísticos de Porto de Galinhas, como forma de explorar e valorizar a cultura local, assim como criar e gerar mais emprego e renda para a localidade.

5.2.5.10 Zoneamento paisagístico e normas de edificações turísticas

O descritor zoneamento paisagístico e normas de edificações turísticas, último analisado na dimensão turística, tem por objetivo identificar a existência de normas e regulamentações sobre a ocupação do solo e de construções edificações turísticas.

O estado de Pernambuco aprovou o decreto de lei nº 21.972/1999 sobre o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZEEC) do litoral sul de Pernambuco, este sendo um instrumento de gestão ambiental que tem por objetivo o disciplinamento do uso e ocupação do solo, o manejo racional dos recursos ambientais, indicando as atividades a serem estimuladas, toleradas e proibidas, em cada Zona, bem como a garantia da preservação dos ecossistemas frágeis, indicando atividades econômicas compatíveis com o desenvolvimento ambientalmente sustentado (DECRETO DE LEI Nº 21.972/1999, artigo 3º, inc IX).

Segundo informações do entrevistado C23, este decreto de lei foi um dos documentos que serviu de base para a prefeitura de Ipojuca elaborar o Plano Diretor do Município (Lei nº 1490/2008). Dentre outros aspectos que este plano diretor trata, seu artigo 28, inciso I refere-se às preocupações em “zonar o território com a regulação do uso e ocupação do solo”.

Embora haja **regulamentações e normas para a ocupação e uso do solo** para Ipojuca, do qual Porto de Galinhas faz parte, percebeu-se, a partir dos dados coletados, que não há respeito com as normas e regulamentações sobre a ocupação e uso do solo existentes no destino turístico. Este achado é corroborado pelos resultados encontrados no descritor “Áreas naturais preservadas” e se observado as imagens 18 e 29, visto que são construções de empreendimentos feitas irregularmente, que podem minimizar as áreas de proteção ambiental e comprometer a acessibilidade as pessoas. Este indicador apresentou uma média de 1,93, e foi classificado como insustentável.

Estes resultados apontam para a necessidade de maior fiscalização por parte da Secretaria de Planejamento da prefeitura e/ou do Escritório Litoral, para que as normas estabelecidas de ocupação do solo sejam cumpridas.

Os dados obtidos na dimensão turística revelaram uma insustentabilidade da maioria dos seus indicadores, visto que, dos 16 indicadores que compõe tal dimensão, 10 foram classificados como insustentáveis e dois como parcialmente insustentáveis, estes principalmente no que se refere à infraestrutura turística necessária para atender bem os turistas como transporte, segurança, acessibilidade, agências de viagens, guias turísticos, centro de informações turísticas, hospedagens, dentre outros aspectos.

Dos indicadores que contribuíram mais positivamente para a sustentabilidade, três foram tidos como potencialmente sustentáveis e um como sustentável. Este resultado positivo se deu principalmente porque Porto de Galinhas apresenta recursos turísticos que atraem cada vez mais os turistas, e, apesar da falta de uma infraestrutura adequada, o grau de satisfação destes é alto, assim como seu retorno e indicação para outras pessoas.

Considerando que a maioria dos indicadores tenham sido avaliado negativamente para a sustentabilidade, é importante que empresas privadas e poder público elaborem estratégias e invistam para melhoria da infraestrutura de Porto de Galinhas, como forma de minimizar os impactos que esta atividade possa resultar para a localidade, e que turistas/visitantes encontrem uma estrutura turística adequada. A seguir é explanada a dimensão institucional, sendo esta a última dimensão contemplada no SISDTur.

5.2.6 Dimensão Institucional

A dimensão institucional tem por finalidade verificar se há articulação entre os diversos atores sociais em prol do alcance do turismo sustentável em Porto de Galinhas. Seus

descritores são: Capacitação e apoio técnico em turismo; Envolvimento de administradores e empreendedores com o setor turístico; Promoção e comercialização de produtos turísticos; Participação Social no processo de desenvolvimento turístico; Comunicação social de decisões e resultados do setor turístico; Planejamento do Turismo no município; Conscientização do turismo sustentável; Articulação e integração do planejamento turístico a outros setores municipais; Planejamento do turismo regional; Organização social do desenvolvimento turístico; Capacidade de monitoramento do turismo sustentável, Capacidade de gestão turística municipal.

Esta dimensão agregou outro descritor “Investimentos em turismo” que congregam dois indicadores que estavam incluídos na dimensão econômica e turística, respectivamente. Isto foi feito por considerar que estes indicadores devam ser tratados no contexto de discussão da dimensão institucional. Os resultados de todos os indicadores são apresentados no Quadro 20 abaixo.

DIMENSÃO INSTITUCIONAL											
DESCRITOR	INDICADOR	Iniciativa Privada			Sociedade Civil			Poder Público			Resultado Final*
		Média	CV ¹¹	Moda	Média	CV	Moda	Média	CV	Moda	
Envolvimento de administradores e empreendedores com o setor turístico	Participação dos empreendedores e/ou gestores administrativos no turismo local.	2,17	0,46	3	2,2	0,47	1	3,8	0,15	4	Parcialmente insustentável
Participação Social no processo de desenvolvimento turístico	Participação social no processo de desenvolvimento turístico.	2,17	0,47	1	1	0	1	2,38	0,55	1	Insustentável
Organização social do desenvolvimento turístico	Organismos sociais, associações e entidades de classe de turismo (guias, hotéis, restaurantes, agências) atuantes nos processos decisórios de desenvolvimento turístico.	1,92	0,41	2	1,8	0,51	2	2,88	0,34	2	Insustentável
Comunicação social de decisões e resultados do turismo	Mecanismos de comunicação dos resultados de decisões sobre o desenvolvimento turístico.	1,5	0,45	1	1,4	0,69	1	2,38	0,55	1	Insustentável
Capacidade de Gestão turística e Planejamento do Turismo no destino turístico	Estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo.	3,92	0,15	1	1,7	0,40	2	4,38	0,12	2	Potencialmente Sustentável
	Plano Municipal de Turismo.	1,33	0,67	1	1,2	0,35	1	2,25	0,66	1	Insustentável
Articulação e integração do planejamento turístico Municipal e Planejamento do turismo regional	Integração do planejamento territorial e dos planos de gestão ambiental com o desenvolvimento turístico.	1,67	0,39	2	1,1	0,29	1	2,13	0,46	2	Insustentável
	Integração entre a planificação do desenvolvimento turístico com o processo de planejamento de turismo no Estado de Pernambuco.	3,62	0,25	4	2,3	0,41	2	3,83	0,14	4	Potencialmente Sustentável
Conscientização do turismo sustentável	Programas de educação e conscientização sobre turismo sustentável.	1,58	0,33	2	1,1	0,29	1	2,25	0,46	2	Insustentável
Estratégias de promoção e comercialização dos produtos turísticos.	Promoção e comercialização de produtos turísticos.	3,87	0,13	4	2,8	0,40	3	3,88	0,21	3	Potencialmente Sustentável

¹¹ Coeficiente de variação

*Critérios de análise final do indicador: Se o indicador apresentou insustentável pelos três grupos pesquisados este foi considerado insustentável; Se o indicador apresentou insustentável por um grupo e sustentável pelos outros dois este foi considerado como potencialmente sustentável; Se o indicador apresentou insustentável por dois grupos o indicador foi considerado parcialmente insustentável. Se o indicador apresentou sustentável pelos três grupos o indicador foi considerado sustentável.

Investimentos em Turismo	Investimentos públicos anuais em turismo	2,17	0,51	2	1,5	0,35	2	4,03	0,10	3	Parcialmente insustentável
	Linhas de crédito disponíveis específicas de turismo para investimentos.	2,08	0,51	3	2,2	0,52	2	2,63	0,28	2	Insustentável

Quadro 20 (5): Resultados dos indicadores da dimensão Institucional do SISDTur

Fonte: Coleta de dados, 2012

5.2.6.1 Envolvimento de Administradores e Empreendedores com o Setor Turístico

Para o desenvolvimento do turismo de forma equilibrada e equitativa, é fundamental a efetiva participação dos diversos atores sociais. Sendo assim, este descritor apresenta como objetivo identificar a participação e o envolvimento dos empreendedores e administradores no turismo em Porto de Galinhas.

Os dados coletados apontaram que não há uma efetiva **participação dos empreendedores e/ou gestores administrativos no turismo local**. A partir das visitas *in loco* foi perceptível que cada empreendedor desenvolve sua atividade isoladamente, ou seja, não há envolvimento entre as empresas e o poder público, como também entre as próprias empresas. Este fato pode contribuir para o insucesso destas organizações, por não haver cooperação, compartilhamento, troca de informações, ajuda mútua, dentre outros fatores, que certamente poderiam contribuir para maior competitividade empresarial, caso fosse uma prática recorrente entre as empresas do setor turístico da Vila de Porto de Galinhas.

Dos atores sociais pesquisados, apenas o poder público, média 3,8, concordaram parcialmente que há um envolvimento entre os empreendedores e gestores, mas sociedade civil e iniciativas privadas, médias de 2,2 e 2,17 respectivamente, discordam parcialmente, e por isso, este indicador foi classificado como parcialmente insustentável.

Destaca-se que, embora a iniciativa privada discorde parcialmente que haja o envolvimento entre empreendedores, muitos dos entrevistados (A1, A4, A10, B18, C30) apontaram que a Associação dos Hotéis de Porto de Galinhas tem participação e apresenta uma significativa influência no tocante ao desenvolvimento do turismo local, mas como é apenas uma associação, não é possível considerar que haja uma participação dos empreendedores locais com o poder público para o desenvolvimento do turismo local.

Desse modo, é preciso que estes atores sociais busquem o envolvimento e engajamento entre si com a finalidade de unir forças para o alcance da sustentabilidade e qualidade da atividade turística (LIMA, 2006). Destaca-se que os benefícios alcançados, graças a esta interação, são desfrutados por todos que fazem o turismo em Porto de Galinhas, sendo importante também a participação da sociedade civil no desenvolvimento da atividade turística, como é discutido no descritor a seguir.

5.2.6.2 Participação Social no processo de desenvolvimento turístico

O envolvimento da sociedade civil no processo de desenvolvimento turístico se faz importante por considerar que estes conhecem e vivenciam a realidade local, assim como, são os atores que sofrem diretamente com os impactos da atividade turística, como discutido no descritor “satisfação dos residentes locais”.

O único indicador deste descritor objetiva analisar a **participação social no processo de desenvolvimento turístico de Porto de Galinhas**. Os dados coletados junto aos membros da sociedade civil demonstraram que esta não apresenta nenhum envolvimento no processo de desenvolvimento da atividade turística, uma vez que a média deste indicador para a sociedade civil foi $\mu=1$, ou seja, houve uma discordância total que haja participação social. Com média 1,85, este indicador é classificado como insustentável.

Mesmo que a sociedade civil apresente algumas organizações não governamentais representativas (Ecoassociados, Associação dos Moradores de Porto de Galinhas, Associação dos Agentes de Reciclagem – RECICLE, Rodas da Liberdade, etc), estas não apresentam força nem poder de decisão no desenvolvimento turístico de Porto de Galinhas, conforme os trechos das entrevistas descritas abaixo.

”Na minha opinião a gente tem vez aqui não, tudo é decidido e a gente só depois que sabe... Ninguém vem pergunta nada não” (Entrevistado B19 – Sociedade civil).

“Tá pensando que a gente participa de reunião pra decidir alguma coisa aqui?? Menina aqui as coisas acontece que ninguém nem sabe, depois a gente só sabe pelos comentários do povo” (Entrevistado A9 – Iniciativa privada).

“Ninguém da comunidade sabe de nada não, só quem decide as coisas aqui é os grandão, pode ver que os hoteleiros sempre ajuda a decidi tudo (...), mas quem devia participar mermo era o povo, porque a gente é quem vive aqui todo dia, eu acho isso um absurdo, mas eu vou fazer o que?!? (Entrevistado B20 – Sociedade civil).

Assim sendo, sugere-se que o poder público “escute a voz” dos moradores locais, dê oportunidades destes proporem suas sugestões e opiniões sobre o desenvolvimento da atividade turística de Porto de Galinhas. Para tanto, sugere-se a criação de outras associações envolvendo os moradores locais e periodicamente fazer reunião com os representantes destas associações para saber de fato o que estes almejam e anseiam sobre o turismo local, etc. Dessa forma será possível que haja uma efetiva participação social no processo de desenvolvimento do turismo de Porto de Galinhas.

5.2.6.3 Organização social no desenvolvimento turístico

A organização social, na maioria das vezes, se dá a partir da formação de associações. A associação é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados, além de viabilizar maior participação e estreitar os laços entre a sociedade organizada e poder público (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2012).

Assim, a organização das associações se traduz como uma forma de se fortalecer enquanto categoria ou classe, quer seja entre empresas do mesmo ramo, quer seja entre membros da sociedade civil, etc. Sabendo disso, este descritor tem por finalidade identificar os **organismos sociais, associações e entidades de classe de turismo (guias, hotéis, restaurantes, agências) atuantes nos processos decisórios de desenvolvimento turístico** em Porto de Galinhas.

A formação de associações/organização social é um fator identificado em Porto de Galinhas, pois a maioria das empresas ligadas a atividade turística, se não todas, é organizada e registrada enquanto associação. O Quadro 13 apresenta todas estas associações, o número de associados e a natureza da atividade desenvolvida. Além da formação destas associações entre as empresas, o destino turístico ainda apresenta algumas associações entre membros que fazem parte da sociedade civil (Recicle, Rodas da Liberdade e a Associação dos Moradores Locais). No entanto, estas não apresentam atuação efetiva nos processos decisórios de desenvolvimento do turismo local, com média 2,2, este indicador é considerado como insustentável.

O entrevistado A7 aludiu que “vez por outra são chamados para reuniões no Escritório Litoral, mas pra resolver coisas simples como mudança de local das barracas (...)”, nada que possa ser comparado como participar de decisões sobre o “(...) turismo daqui”. Alguns entrevistados relataram que participam das decisões internas a associação, visto que são periodicamente realizadas reuniões entre os membros de cada associação para tomadas de decisões e deliberações sobre a associação.

O entrevistado C29 afirmou ser um dos responsáveis pela reorganização das associações, a partir do seu cadastramento formal e dos seus associados, mas admite que estas associações foram organizadas mais para coordenação da atividade, “quando a gente quiser falar com algum deles direciona logo para o presidente de cada associação, fica uma coisa mais organizada (...)”.

Entende-se não ser o bastante apenas incentivar a formação das associações, é preciso considerá-las no processo de tomada de decisão sobre o desenvolvimento do turismo para

obtenção de melhores condições econômicas, sociais, morais e civis a partir do trabalho coletivo.

5.2.6.4 Comunicação social de decisões e resultados do turismo

O descritor comunicação social de decisões e resultados busca identificar os mecanismos e periodicidade de divulgação dos resultados e decisões sobre o desenvolvimento turístico. Não basta apenas que os tomadores de decisão, poder público, possibilitem a participação das organizações sociais no processo de decisão, é preciso manter um fluxo de informações constante entre estes vários atores sociais.

Nesse contexto, é necessário analisar se há **mecanismos de comunicação dos resultados de decisões sobre o desenvolvimento turístico** de Porto de Galinhas. Os resultados apontam que, além de não haver uma atuação efetiva das organizações sociais nos processos decisórios de desenvolvimento do turismo local, não há comunicação das decisões tomadas, visto que este indicador obteve média de 2,2, e como houve uma convergência entre os resultados, este indicador é qualificado como insustentável. Os trechos transcritos abaixo relatam aspectos relacionados como acontece o fluxo de comunicação entre os atores sociais.

“A gente só sabe das coisas aqui por último, é ruim de ninguém falar nada pra gente. E quer que eu te diga uma coisa? Aqui quem decide as coisas é a prefeitura e os hoteleiros também ajuda, mas comunicação entre todo mundo tem não viu, isso eu posso te garantir, pode perguntar aí a outras pessoa (...)” (Entrevistado B17 – Sociedade civil).

“(...) chega até a ser absurdo, mas aqui me Porto de Galinhas ninguém nunca sabe de nada, quando as coisas acontece é que a gente vai saber. Agora dentro da associação tudo é combinado entre todos, tem isso de um só decidir não” (Entrevistado A5 – Iniciativa privada).

Considera-se ser necessário que o poder público reveja suas formas de direcionar e tomar decisões sobre o desenvolvimento do turismo em Porto de Galinhas, haja vista que os membros da sociedade civil e empresas são quem participa do dia a dia no destino turístico, quem tem o contato direto com os turistas, quem sofrerá o impacto diretamente se a atividade turística cair, dentre outros aspectos. Sugere-se que os presidentes de todas as associações sejam convocados para reuniões periodicamente e que suas opiniões e sugestões sejam consideradas no planejamento do turismo.

5.2.6.5 Capacidade de Gestão turística e Planejamento do Turismo no destino turístico

A capacidade de gestão turística refere-se às estruturas organizacionais e administrativas específicas para planejar o desenvolvimento do turismo na localidade. Sabendo disso, este descritor tem por objetivos identificar se há estruturas organizacionais específicas em turismo e como se dá o planejamento do turismo por estas instituições no destino turístico de Porto de Galinhas.

A partir do mapeamento elaborado pela pesquisadora e coleta dos dados junto aos entrevistados, verificou-se que existem **estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo**, tanto no próprio destino turístico (Escritório Litoral e a Subprefeitura), como no município de Ipojuca (Secretaria de Turismo) e estes órgãos são do conhecimento da maioria dos entrevistados, sobretudo membros da iniciativa privada e do poder público, visto que no momento das entrevistas, estes citaram tais entidades. Com média de 3,33, este indicador foi analisado como potencialmente sustentável.

A Secretaria do Turismo trata do planejamento de longo prazo, como promoção de eventos, participação em feiras, promoção de estratégias para comercialização dos produtos turísticos, etc. Já as entidades locais são mais operacionais, buscam solucionar problemas do dia a dia do destino turístico, como reorganização das associações, cadastramento e distribuição de crachás aos associados, ordenamento das barracas e vendas de produtos na orla, dentre outros aspectos.

No que se refere ao indicador **Plano Municipal de Turismo**, não é do conhecimento da maioria dos entrevistados a existência de tal documento, por isso este indicador é classificado como insustentável. O entrevistado B17 diz acreditar que "... a Secretaria do Turismo pode até ter, mas eu não conheço". O entrevistado C25 afirmou que tal documento existe na Secretaria do Turismo. Este afirma ainda que "...é um plano de desenvolvimento do turismo para longo prazo e que a Prefeitura de Ipojuca busca implementar a cada dia".

O resultado deste último indicador corrobora com os achados dos descritores anteriores, uma vez que a Secretaria de Turismo apresenta um Plano Municipal de Turismo, mas este não é do conhecimento da maioria dos entrevistados, ou seja, não há participação social e envolvimento dos empreendedores no desenvolvimento do turismo local, nem tão pouco comunicação social de decisões e resultados do setor turístico, pois, caso houvesse, este plano já deveria ter sido apresentado para estes atores, visto que, os objetivos e diretrizes

contidos neste são do interesse destes diversos atores sociais de Porto de Galinhas.

5.2.6.6 Articulação e Integração do Planejamento Turístico Municipal e Planejamento do Turismo Regional

Para o planejamento e desenvolvimento do turismo em Porto de Galinhas é necessária a integração do planejamento territorial e dos planos de gestão ambiental com o desenvolvimento turístico, assim como uma integração da planificação do turismo municipal com o processo de planejamento turístico no Estado de Pernambuco.

Como analisado também em outros descritores, embora haja um Plano Diretor do Município (Lei nº 1490/2008), no qual contém no seu capítulo I os Princípios Gerais do Desenvolvimento Territorial do Ipojuca, assim como diretrizes sobre gestão ambiental, não foi possível perceber, a luz dos entrevistados e das visitas *in loco*, que haja uma **integração entre o planejamento territorial e dos planos de gestão ambiental com o desenvolvimento turístico de Porto de Galinhas**, sendo este indicador, com média 1,63, foi considerado como insustentável.

Alguns entrevistados (A3, A6, B21, C30) revelaram que muitas normas elaboradas localmente, e até diretrizes promulgadas por instâncias maiores, não são respeitadas pela maioria dos atores sociais, “muitas vez o poder público fecha os olhos pra muitas coisas aqui em Porto... Principalmente se envolver gente rica” (Entrevistado, A3).

Sugere-se, portanto, inicialmente uma publicação e divulgação dos planos gestores das diversas áreas que a prefeitura do Município contém para o conhecimento de todos, e, a *posteriori*, intensificar a fiscalização e punição para aqueles que desobedecerem as normas contidas em tais documentos.

No que se refere ao indicador **integração entre a planificação do desenvolvimento turístico com o processo de planejamento de turismo no Estado de Pernambuco**, foi perceptível que existe tal integração, por meio de parcerias com os vários órgãos estaduais ligados ao turismo, como a Secretaria de Turismo de Pernambuco (SETUR) e Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR). Além destas, o destino turístico apresenta uma articulação, embora incipiente, com o SEBRAE, SENAI e SENAC, esta voltada para a capacitação e profissionalização do pessoal, e ainda com as algumas universidades do estado de Pernambuco, principalmente UFPE e UFRPE.

Estas articulações são do conhecimento, principalmente, dos entrevistados membros

das iniciativas privadas e poder público, sendo este indicador classificado como potencialmente sustentável. Observa-se que a sociedade civil pouco tem o conhecimento das articulações e atividades do destino turístico, demonstrando, mais uma vez, que a participação social não é uma prática no tocante ao desenvolvimento do turismo em Porto de Galinhas.

A SETUR e a EMPETUR, além do apoio financeiro, juntamente com as universidades, dão um suporte significativo a partir das pesquisas realizadas no destino turístico, a exemplo do presente estudo. A EMPETUR realiza pesquisas anuais sobre o perfil dos turistas que vêm a Pernambuco, como também são efetuadas pesquisas sobre os principais destinos indutores do Estado. Segundo Marques (2012), Porto de Galinhas, devido à sua notoriedade, tem pesquisas específicas, realizadas todos os anos.

Estas informações são úteis para direcionar os investimentos na solução dos problemas apontados, o problema maior é que, na maioria das vezes, tais pesquisas são “engavetadas”, e não apresentam funcionalidade prática. Por isso, para o alcance do turismo sustentável percebe-se ser necessários, além do envolvimento e engajamento entre atores sociais e planejamento da atividade, a execução efetiva de ações e práticas que contribuam para o desenvolvimento local sustentável.

5.2.6.7 Conscientização do Turismo Sustentável

Considerando que a atividade turística pode impactar as diversas dimensões da sustentabilidade (ambiental, econômica, cultural, social, etc), de acordo com alguns autores (RUSCHMANN, 2010; PIRES, 2010, HANAI, 2009) planejar o turismo de forma sustentável é a maneira mais eficaz de evitar a ocorrência de danos irreversíveis aos meios turísticos, de minimizar os impactos que afetam os moradores das localidades e de otimizar os benefícios do desenvolvimento turístico, resultando em um turismo sustentável.

Nessa perspectiva, este descritor tem por objetivo identificar as iniciativas de educação e conscientização sobre turismo sustentável aplicadas à comunidade local. A partir da coleta de dados e das visitas *in loco* percebeu-se que não há efetivamente execução de **programas de educação e conscientização sobre turismo sustentável**, o que existe são ações pontuais, como apontadas e discutidas na dimensão ambiental, desenvolvidas junto aos atores sociais, entretanto nada é feito exclusivamente sobre turismo sustentável, sendo este indicador classificado como insustentável.

Inacreditavelmente, muitos dos atores sociais pesquisados não sabiam do que se trata

turismo sustentável, quando perguntando aos entrevistados o que entendiam por tal termo muitos não sabiam explicar, alguns deles descreveram da seguinte forma:

“(...) é não jogar lixo na praia, e trata bem os turistas...” (Entrevistado B18 – Sociedade civil).

“É alguma coisa relacionado a meio ambiente né? Assim é, é... Cuidar da praia, é não jogar lixo na rua... (Entrevistado A6 – Iniciativa privada).

“(...) é cuidar do turista, da água, não desperdiçar! Sim, cuidar do lixo também né?, fazer reciclagem (...)” (Entrevistado A11 – Poder público).

Logo, é preciso disseminar sobre este conceito entre os atores sociais, assim como elaborar ações e práticas claras e objetivas de modo que todos entendam seu conceito e possam contribuir, da melhor forma possível, para o alcance do turismo sustentável. É inadmissível que membros que estão à frente do poder público não conheçam tal conceito e sua aplicabilidade.

O desenvolvimento do turismo sustentável hoje é um desafio para todos os destinos turísticos, ao passo que, é uma necessidade, de modo a minimizar os impactos que esta atividade pode causar para a localidade. É crescente o número de turistas que estão interessados na qualidade ambiental dos lugares que visitam, o que condiciona sua decisão de visitá-los (MOLINA, 2001). Nesse sentido, o destino turístico que desenvolve o conceito de turismo sustentável pode servir também como estratégia para atrair mais turistas.

5.2.6.8 Estratégias de Promoção e Comercialização dos Produtos Turísticos

O turismo é uma atividade que, além de ser uma importante ferramenta para o crescimento/desenvolvimento local, é um segmento de mercado e, como tal, precisa promover **estratégias de promoção e comercialização dos produtos turísticos.**

Porto de Galinhas apresenta uma forte presença na mídia, várias são as propagandas sobre o destino turístico, divulgadas por meio de televisão, revistas, internet, dentre outros meios de comunicação. Este fato é do conhecimento da maioria dos entrevistados, sobretudo representantes da iniciativa privada e do poder público, sendo este indicador considerado como potencialmente sustentável. Os trechos descritos a seguir relatam as estratégias de promoção de Porto de Galinhas.

“Propaganda sobre Porto de Galinhas é o que não faltam, sempre tem alguém na mídia falando sobre aqui, na novela das nove mesmo, vez por

outra os ator sobre aqui, chega me sinto orgulhoso de morar aqui, (risos)” (Entrevistado A2 – Iniciativa privada).

“Há um investimento grande em divulgações sobre Porto de Galinhas, temos que mostrar ao mundo a beleza que temos aqui...” (Entrevistado C23 – Poder público).

“Tem divulgação até demais, as vezes até mais do que você ver aqui, né? Não que aqui não seja bom, mas tem muito problema que a prefeitura tenta esconder dos turistas (...), mais isso é bom que chama os turistas pra aqui, e quem vem não se arrepende, isso eu garanto!!” (Entrevistado B21 – Sociedade Civil).

O entrevistado A8 afirmou que a Associação dos Hotéis de Porto de Galinhas apresenta algumas estratégias para comercialização do produto turístico, quais sejam: participação em várias feiras nacionais e internacionais, capacitação dos agentes turísticos para melhor vender o destino a partir da experiência dos mesmos nos hotéis, da culinária, participação dos passeios turísticos, etc, divulgação por meio de revistas, jornais entre outros meios direcionados a área do turismo.

O entrevistado C25 garantiu que “Porto de Galinhas é bem divulgada para o mundo...”, através da participação da Secretaria de Turismo de Ipojuca em eventos e feiras nacionais e internacionais, divulgação na mídia, internet, dentre outros, e admitiu que a Associação dos Hoteleiros desempenha papel importante no tocante à divulgação do destino turístico. A Imagem 29 apresenta o *stand* da Prefeitura de Ipojuca para divulgação de Porto de Galinhas na 7ª Amostra Internacional de Turismo, ocorrida entre os dias 15 e 17 de junho de 2012 em Pernambuco. A pesquisadora participou da amostra e pôde observar como se dá a divulgação do destino turístico de Porto de Galinhas em eventos desta natureza.



Imagem 35 (5): *Stand* da Prefeitura de Ipojuca para divulgação de Porto de Galinhas em Amostra Internacional
Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Durante os dias da amostra, o turismólogo da Prefeitura de Ipojuca era quem estava à frente do *stand* para divulgação de Porto de Galinhas. Aos visitantes foram entregues alguns materiais (panfletos, cartilhas, adesivos) de divulgação, assim como um livro contendo informações e imagens sobre o turismo do Município, os principais pontos turísticos, culinária, cultura dentre outros dados. Esta se configura como uma estratégia importante de divulgação do destino turístico e deve ser uma prática constante objetivando levar o destino turístico para o conhecimento das pessoas.

5.2.6.9 Investimentos em Turismo

Para o alcance de uma infraestrutura turística adequada, faz-se necessário o investimento em turismo, quer seja por parte do poder público ou privado, assim como oferecer linhas de créditos aos empreendedores para investimentos na atividade turística.

A maioria dos entrevistados analisa que não há consideráveis **investimentos públicos anuais em turismo**, estes consideram como insuficientes. Somente os representantes do poder público concordam parcialmente ($\mu=4,03$) que houve efetivos investimentos públicos em turismo, por isso este indicador é classificado como parcialmente insustentável e apresenta uma média de 2,57.

A partir da coleta de dados, percebeu-se que muitos são os investimentos necessários para o alcance de uma infraestrutura turística adequada, desde investimentos de valor alto, como a implantação da rede de saneamento do esgoto e seu tratamento, construção de um aterro sanitário para destino final correto do lixo, etc, como de baixo valor, por exemplo, a disposição de coletores de lixo seletivo. É uma questão que requer planejamento e direcionamento esforços para implementá-lo.

Muitos dos entrevistados (A1, A9, A11, B13, B22, B23, C30) convergiram em suas opiniões em afirmar que depois de SUAPE, os investimentos públicos no turismo de Porto de Galinhas foram minimizados, “... a bola dos olhos da prefeitura de Ipojuca é SUAPE” (ENTREVISTADO A11).

Além de investimentos públicos no turismo, é necessário disponibilizar **linhas de crédito específicas de turismo para investimentos**, tornando possível que o pequeno empreendedor possa ter renda para abrir seu negócio e/ou continuar com suas atividades. A maioria dos entrevistados discorda parcialmente ($\mu=2,30$) da existência de linhas de créditos específicas para investimentos na atividade turística, por isso este indicador foi qualificado

como insustentável.

O entrevistado B15 afirma que as linhas de créditos disponíveis são de instituições financeiras como os bancos do Brasil, Itaú, Bradesco, e Banco do Nordeste, este último apresenta menores taxas de juros e tem planos direcionados especificamente para empreendedores.

Para atender a demanda de turistas esperados com a realização dos eventos esportivos no Brasil já no próximo ano (Copa das Confederações), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (2011) lançou um programa específico para o setor de turismo, o ProCopa, o qual disponibiliza linhas de créditos para os investimentos no turismo, com o objetivo de, por exemplo, financiar projetos de construção e reforma dos empreendimentos turísticos, como hotéis, pousadas, restaurantes, etc, para qualificação da mão de obra, dentre outros.

O entrevistado A10 atenta ser necessário a divulgação entre os atores sobre a possibilidade dos pequenos empreendedores fazerem empréstimos as diversas instituições financeiras existentes, pois as pessoas, na maioria das vezes, desconhecem e deixam de desenvolver seu próprio negócio ou de melhorar o negócio já existente por falta de dinheiro.

Esta poderia ser uma ação desenvolvida pelos órgãos públicos, promovendo, por exemplo, um evento sobre empreendedorismo e convidar as instituições financeiras a se fazerem presentes para esclarecer de como todo o processo acontece, esta sendo uma oportunidade das pessoas conhecerem as linhas de créditos disponíveis.

Com base nos resultados encontrados e discutidos anteriormente, percebe-se, mais uma vez, que a maioria dos indicadores contribuiu negativamente para a sustentabilidade da atividade turística de Porto de Galinhas. Dos 12 indicadores analisados, sete foram classificados como insustentáveis, estes relacionados principalmente a participação, comunicação e organização social nos processos decisórios do turismo, dois (02) foram qualificados como parcialmente insustentáveis, estes se referem ao envolvimento dos empreendedores no setor turístico e investimentos públicos em turismo. Por fim, os três últimos foram tidos como potencialmente sustentáveis, sendo os indicadores relacionados à existência de estruturas específicas em turismo, assim como promoção e comercialização dos produtos turísticos.

Analisados os indicadores do SISDTur, é possível verificar o nível de sustentabilidade da atividade turística desenvolvida em Porto de Galinhas, o qual será apresentado a seguir.

5.3 Nível de Sustentabilidade das Atividades Turísticas desenvolvidas em Porto de Galinhas

A partir das análises dos indicadores, à luz da metodologia de Hanai (2009), foi possível verificar que o turismo desenvolvido em Porto de Galinhas apresenta vários problemas em todas as dimensões analisadas, uma vez que a maioria dos indicadores foi classificada como insustentável, isto é, contribuem negativamente para a sustentabilidade da atividade turística. O Quadro 21 apresenta uma sinopse dos resultados encontrados por cada dimensão.

SINOPSE DOS RESULTADOS – APLICAÇÃO DO SISTur (2009) EM PORTO DE GALINHAS					
DIMENSÕES					TOTAIS
AMBIENTAL*	22 Indicadores	06 Indicadores	01 Indicador	-----	29 Indicadores
CULTURAL	03 Indicadores	01 Indicadores	-----	01 Indicador	05 Indicadores
SOCIAL	04 Indicadores	02 Indicadores	01 Indicador	01 Indicador	08 Indicadores
ECONÔMICA	01 Indicador	01 Indicador	02 Indicadores	02 Indicadores	06 Indicadores
TURÍSTICA	10 Indicadores	02 Indicadores	03 Indicadores	01 Indicador	16 Indicadores
INSTITUCIONAL	07 Indicadores	02 Indicadores	03 Indicadores	-----	12 Indicadores
TOTAIS	47 Indicadores	14 Indicadores	10 Indicadores	05 Indicadores	76 Indicadores

LEGENDA	
	Indicadores Insustentáveis/*Crítico
	Indicadores Parcialmente Insustentáveis
	Indicadores Potencialmente Sustentáveis
	Indicadores Sustentáveis

Quadro 21 (5): Sinopse dos resultados – Aplicação do SISDTur em Porto de Galinhas
Fonte: Coleta de dados, 2012

Analisando os resultados das dimensões apresentadas no Quando 21, observa-se que apenas a dimensão econômica apresenta-se contribuindo mais positivamente a sustentabilidade da atividade turística, dos 06 indicadores analisados, 4 indicadores foram classificados como potenciais sustentáveis e sustentáveis. Este resultado denota que o turismo desenvolvido em Porto de Galinhas contribui para a economia local, a partir da geração de emprego e renda para o destino turístico.

Em contrapartida, as demais dimensões apresentaram a maioria dos seus indicadores como insustentáveis. De forma expressiva, a dimensão ambiental apresentou aproximadamente 76% (22 do total de 29) dos seus indicadores como insustentáveis, por isso a dimensão foi destacada como estado crítico. Compreendendo que o turismo é uma atividade impactante em todas as dimensões, destaca-se a dimensão ambiental como aquela que

necessita mais urgentemente de investimentos e melhorias, principalmente no tocante a saneamento básico. Os entrevistados foram enfáticos nos problemas vivenciados no destino turístico, destacando a falta de tratamento e destino do esgoto e dos resíduos sólidos.

Outra dimensão que merece destaque é a turística, uma vez que 62,5% (10 do total de 16) dos indicadores também foram classificados como insustentáveis. A falta de infraestrutura turística básica é um fator destacado nesta dimensão. Ressalta-se que, apesar da falta de estrutura, o destino turístico apresenta, segundo pesquisas, altos índices de satisfação por parte dos turistas, além da assiduidade dos mesmos e indicação do destino para amigos e familiares. Isso acontece devido às belezas naturais de Porto de Galinhas.

Contrapondo-se a Ruschmann (2010), a atividade turística de Porto de Galinhas não apresenta um equilíbrio e equidade entre as dimensões da sustentabilidade, visto que a maioria das suas dimensões apresenta-se negativamente a sustentabilidade e apenas a econômica apresentou indicadores potenciais sustentáveis e sustentáveis.

Nesse contexto, considerando que apenas 05 (6,6%) indicadores foram classificados como sustentáveis e tomando como referência a adaptação de classificação e representação de Martins e Cândido (2008) em níveis de sustentabilidade para a atividade turística (Quadro 12), a Figura 10 apresenta o nível de sustentabilidade das atividades turísticas desenvolvidas em Porto de Galinhas.

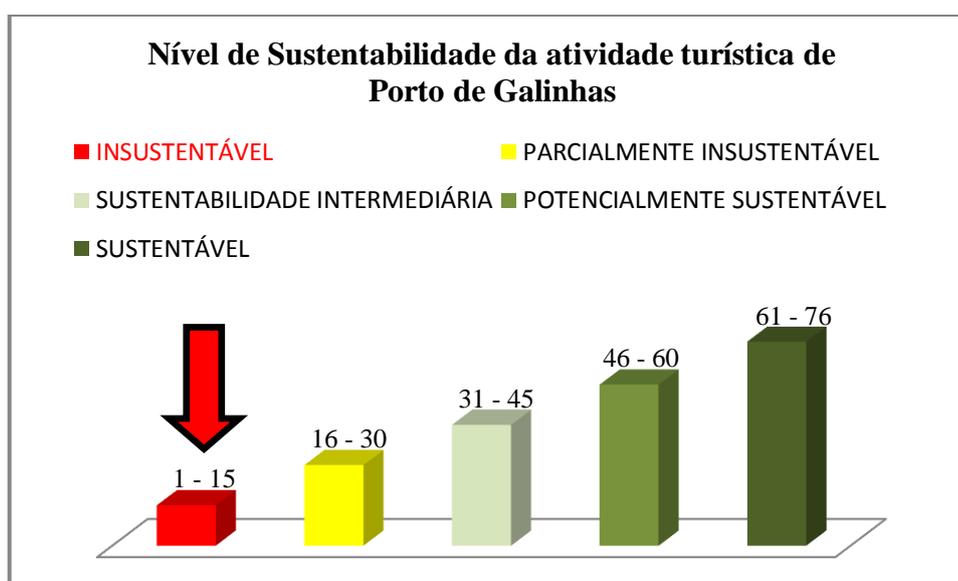


Figura 10 (5): Nível de Sustentabilidade das atividades turísticas desenvolvidas em Porto de Galinhas
 Fonte: Coleta de dados, 2012

Compreende-se, portanto, que a sustentabilidade da atividade turística de Porto de

Galinhas está comprometida, apresentando uma insustentabilidade significativa, visto que, analisados 76 indicadores nas diversas dimensões que compõem o SISDTur, apenas cinco foram classificados como sustentáveis. Verifica-se que nenhum indicador foi classificado como sustentável nas dimensões ambiental e institucional.

Ressalta-se que o conjunto de informações aqui produzidas foi resultado da aplicação do SISDTur proposto por Hannai (2009) a partir de uma abordagem participativa, ou seja, a coleta de dados foi feita junto aos diversos atores sociais que direta, ou indiretamente, estão envolvidos com a atividade turística de Porto de Galinhas. Estes achados oferecem informações para compreender quais os aspectos que comprometem a atividade turística do destino. A partir disso, foram feitas algumas proposições e ações para o desenvolvimento da atividade turística, dos quais foram descritas no capítulo 5. O Quadro 22 apresenta uma sinopse destas ações propostas.

DIMENSÃO	DESCRIPTOR	AÇÕES PROPOSTAS
AMBIENTAL	Geração e Manejo dos Resíduos Sólidos	Elaboração de programas que busquem a redução da quantidade de lixo gerada.
		Desenvolver projetos realizados junto aos atores sociais que incentivem a coleta seletiva e/ou reciclagem de resíduos sólidos.
		Disponibilizar coletores de lixo seletivo na Vila de Porto de Galinhas. Construir aterro sanitário.
	Poluição	Definir os tamanhos padrões de placas, as cores a serem utilizadas, determinar cores padrões para todas as velas das jangadas, dentre outras ações que podem contribuir para harmonizar o ambiente da Vila de Porto de Galinhas.
CULTURAL	Preservação de patrimônios culturais	Revitalizar os locais culturais de Porto de Galinhas e incluí-los como mais um roteiro turístico que o destino pode oferecer aos turistas.
	Valorização da Cultura tradicional local	Desenvolver e/ou incentivar as festividades culturais populares tradicionais para promoção e resgate da cultura local.
SOCIAL	Inserção de residentes locais no setor turístico	As empresas e o Poder Público devem desenvolver programas de capacitação da mão de obra local para inserção destes para trabalharem no turismo. A sugestão dada é buscar parcerias com o SEBRAE, SENAI e SENAC.
ECONÔMICA	Sazonalidade turística	O poder público e as empresas devem promover eventos e festividades que explorem a cultura local, exploração do turismo de eventos, dentre outras ações para atração dos turistas durante todo o ano.
	Novos estabelecimentos turísticos	O poder público, a partir de incentivos fiscais e minimização dos impostos, deve incentivar a construção de novos empreendimentos, sobretudo de alimentação como restaurantes, bares, churrascarias, dentre outros.
TURÍSTICA	Capacidade total de alojamento, restauração, meios de transportes e ofertas de serviços turísticos receptivos.	A empresa de ônibus Cruzeiro deve dispor de outras linhas de ônibus (confortáveis e em ótimas condições) exclusivas para realizar o percurso direto, direcionado para turistas e moradores de Porto de Galinhas. Além disso, definir outro ponto de início e final da viagem, alocando para lugares mais bonitos, limpos e agradáveis ao turista. Outra sugestão é buscar outra empresa para fazer a linha Recife – Porto de Galinhas e retorno, disponibilizando outras opções para os turistas que utilizarem as linhas de ônibus coletivo.
	Serviços específicos para os turistas	Construir banheiros em vários pontos do calçadão central de Porto de Galinhas. Reestruturar o centro de informações turísticas, estabelecendo horários fixos para funcionamento, funcionária (o) fluente nas línguas estrangeiras, dentre outras ações que atendam satisfatoriamente os turistas.
	Acessibilidade	Tanto poder público como as empresas privadas devem investir para a melhoria em acessibilidade e desenvolver atrativos turísticos adaptados, de modo a tornar possível que estes desfrutem dos recursos turísticos existentes, ao passo que, promove a integração de todos.
INSTITUCIONAL	Organização social do desenvolvimento turístico	Sugere-se que os presidentes de todas as associações sejam convocados para reuniões periodicamente e que suas opiniões e sugestões sejam consideradas no planejamento do turismo local.
	Participação social no processo de desenvolvimento turístico	Criação de outras associações envolvendo os moradores locais e periodicamente fazer reunião com os representantes destas associações para saber de fato o que estes almejam e anseiam sobre o turismo de Porto de Galinhas.
	Investimentos em turismo	Realizar um planejamento do turismo, a partir da participação dos atores sociais locais, e direcionar os recursos para aqueles projetos mais urgentes. Procurar investir todos os recursos direcionados para o turismo na melhor execução da atividade.

Quadro 22 (5): Sinopse das ações propostas a partir dos resultados encontrados

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Objetivando o alinhamento da atividade turística desenvolvida em Porto de Galinhas as dimensões da sustentabilidade, são sugeridas algumas ações (Quadro 22) a serem realizadas pelos atores sociais locais. Para a execução de algumas destas faz necessário altos investimentos, como por exemplo, a construção de um aterro sanitário. No entanto, outras ações, como disponibilizar coletores de lixo seletivo, não precisam de alto investimento, é necessário apenas um planejamento e gestão por parte dos órgãos competentes.

Para uma melhor compreensão dos resultados encontrados e do escopo da pesquisa, destaca-se a importância de integração dos conceitos abordados no referencial teórico deste trabalho com a base de dados primários coletados em Porto de Galinhas, como ilustra a Figura 11.

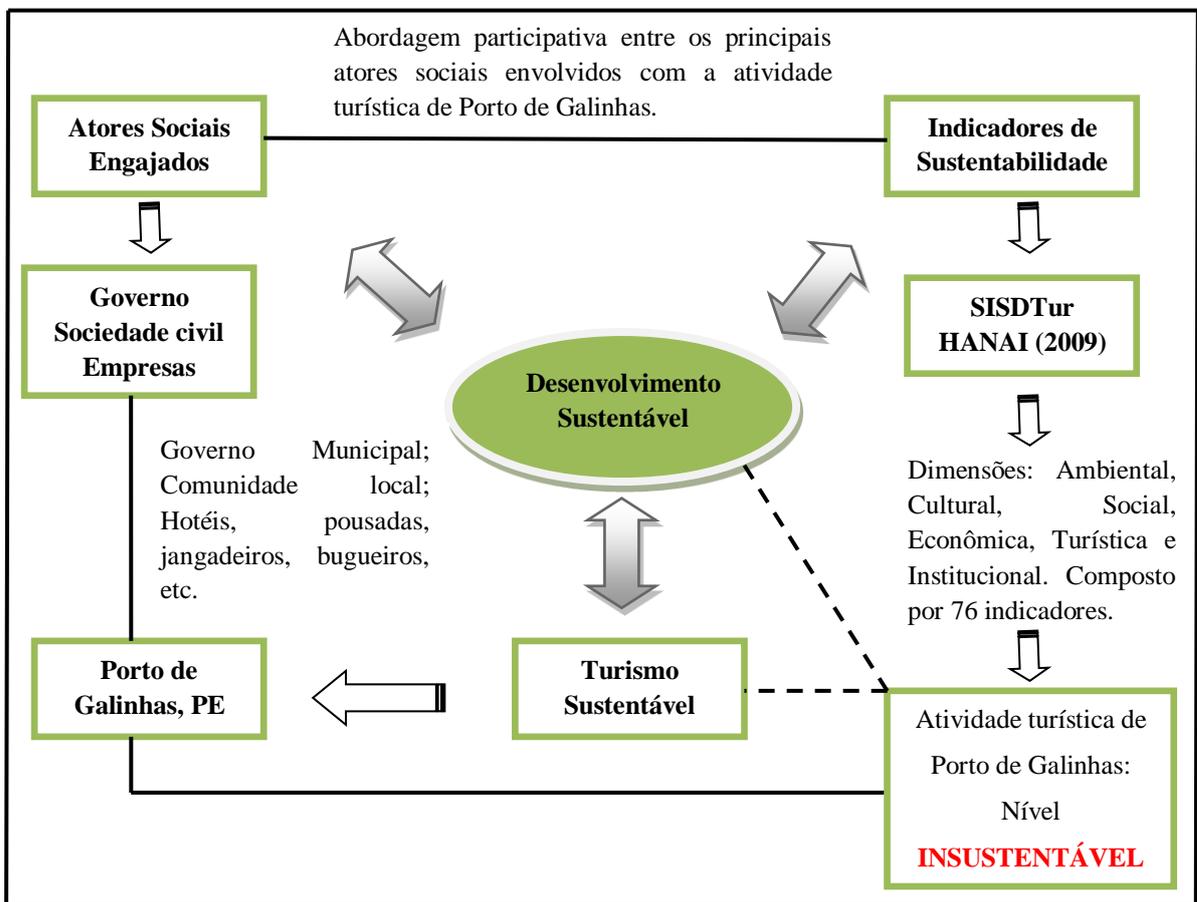


Figura 11 (5): Integração da base teórica com a base de dados primários
Fonte: Elaborado pela autora (2012)

Analisando a Figura 11, observa-se que o alcance do desenvolvimento sustentável, tido como uma construção de um novo estilo de desenvolvimento que busca a conservação ambiental, o crescimento econômico e a equidade social (BUARQUE, 2004), está atrelado a alguns fatores importantes os quais apresentam relações entre si.

Um achado importante que se encontra em contradição ao que apregoam Souza e Ferreira (2011) é a falta de engajamento entre os diversos atores sociais vinculados a atividade turística de Porto de Galinhas.

Embora o governo tenha como um dos seus papéis implantar uma infraestrutura física básica adequada para o desenvolvimento do turismo (LIMA, 2006), em Porto de Galinhas a infraestrutura turística apresenta alguns problemas, a saber: esgoto a céu aberto, destino final dos resíduos sólidos é um lixão, ineficiência de alguns serviços específicos aos turistas como banheiro público e centros de informações, ofertas de serviços de transportes, a falta de coletores de lixo seletivo, dentre outros aspectos.

Diante de todas estas considerações, percebe-se que o turismo, caracterizado como uma atividade que pode impactar direta ou indiretamente o meio ambiente (SWARBROOKE, 2000), não é planejada atentando aos princípios da sustentabilidade, o que justifica o nível de insustentabilidade encontrado na atividade turística desenvolvida em Porto de Galinhas. Compreende-se, portanto, que as atividades desenvolvidas no destino turístico não estão contribuindo para o alcance do turismo sustentável e, por conseguinte para um desenvolvimento local que seja economicamente viável, social justa e ambientalmente sustentável.

6 Conclusões, Limitações e Recomendações

Neste último capítulo serão abordadas as conclusões da pesquisa, suas principais limitações e recomendações para futuros trabalhos.

6.1 Conclusões

O turismo é uma atividade que está em grande expansão, sobretudo no Brasil, haja vista que o país irá sediar os eventos esportivos mundiais dos mais importantes. Considerado como impactante em diversas dimensões (ambiental, cultural, social, econômica, dentre outras), o turismo deve ser planejado a partir dos princípios de sustentabilidade, além de inserir a participação dos diversos atores sociais para planejamento da atividade, de modo a contribuir para o alcance do desenvolvimento local sustentável. Para tanto, destaca-se os indicadores de sustentabilidade como ferramentas a serem utilizadas para operacionalização deste conceito.

Embasado em tais considerações, o objetivo desta pesquisa foi o de analisar o nível de sustentabilidade das atividades turísticas desenvolvidas em Porto de Galinhas – PE, a partir da aplicação de uma abordagem participativa entre os principais atores sociais envolvidos com tais atividades.

Para atendê-lo, foi selecionado como metodologia o Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo (SISDTur) por ser uma das metodologias mais completas e ter utilizado uma abordagem participativa para a sua construção. Como sistematização do presente estudo foram elaborados quatro objetivos específicos, quais sejam: Mapear e identificar a rede de atores sociais envolvidos com a atividade turística do destino de Porto de Galinhas; Aprimorar o Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo - SISDTur a partir das peculiaridades do lócus da pesquisa; Estabelecer um conjunto de critérios de análise para os indicadores de cada uma das dimensões que compõem o SISDTur; e, por fim, Propor ações para o desenvolvimento da atividade turística com foco no alinhamento às dimensões da sustentabilidade.

O mapeamento da rede de atores sociais que, direta ou indiretamente, estão envolvidos na atividade turística de Porto de Galinhas se deu para identificação destes atores para participação na pesquisa, visto que se utilizou uma abordagem participativa na aplicação do SISDTur.

Deste modo, ao se identificar a rede de atores sociais, verificou-se que as relações entre a maioria destes são inexistentes, ou quando apresentam são incipientes, de modo que não há um engajamento entre estes atores para discussões e definição de metas e objetivos para o planejamento da atividade turística.

Constatou-se que o poder público é representado pela Secretaria de Turismo de Pernambuco e EMPERTUR, além das várias secretarias (Turismo, Segurança Cidadã, Meio Ambiente, Saúde, etc) da Prefeitura de Ipojuca e apresentam entidades locais (Escritório Litoral e Coordenadoria Distrital) que planejam e buscam solucionar os problemas do próprio destino. Segundo a maioria dos entrevistados, a Associação dos Hoteleiros mantém participação nas tomadas de decisões junto ao poder público, as demais apenas recebem as informações e decisões tomadas.

Ressalta-se que, mesmo não havendo um engajamento entre poder público, empresas e sociedade civil, o associativismo é um método de cooperação presente entre as organizações ligadas ao turismo de Porto de Galinhas. A maioria das instituições é organizada em associações (bugueiros, barraqueiros, ambulantes, jangadeiros, hoteleiros, dentre outros) e baseiam-se na ação conjunta e no trabalho coletivo. Estas apresentam uma estrutura hierárquica bem definida e se reúnem periodicamente para as tomadas de decisões. A sociedade civil também apresenta algumas ONGs que desenvolvem papéis importantes no destino turístico. Observou-se que, embora organizadas em associações, estas entidades trabalham isoladamente, de modo que não há uma efetiva participação e um trabalho em conjunto do *trade* turístico no processo de desenvolvimento do turismo local.

Para identificação do nível de sustentabilidade da atividade turística de Porto de Galinhas, foram necessárias algumas adaptações a metodologia SISDTur, a partir da inclusão de alguns indicadores, visto que este modelo foi proposto partindo da perspectiva do turismo rural, isto é, apresenta um caráter diferente da tipologia sol e mar. Os novos indicadores foram elaborados a partir da contextualização das atividades turísticas desenvolvidas em Porto de Galinhas, assim como a elaboração dos critérios de análises destes novos indicadores e daqueles que Lacerda (2011) não utilizou em seu trabalho. Todas estas adaptações foram fundamentais para adequar a metodologia às características do *locus* de pesquisa, de modo a responder ao problema de pesquisa proposto.

Deste modo foi possível entender, a partir da aplicação do SISDTur, como Porto de Galinhas desenvolve suas atividades turísticas compreendendo seus aspectos ambientais, culturais, sociais, econômicos, turísticos e institucionais.

Observando os resultados das dimensões, nota-se que expressivamente estas apresentam desfavorável a sustentabilidade, visto que das seis dimensões analisadas, apenas a dimensão econômica apresentou a maioria dos indicadores satisfatórios.

A dimensão ambiental foi aquela que apresentou o maior número de indicadores classificados como insustentáveis, principalmente aqueles relacionados ao consumo e qualidade da água, geração e manejo dos resíduos sólidos, tratamento de esgoto, a inexistência de áreas naturais preservadas, dentre outros fatores. Foi constatado que Porto de Galinhas não apresenta uma agenda 21 local com ações e práticas objetivas e claras para compreensão de todos.

Assim sendo, sugere-se que o poder público elabore um plano de desenvolvimento sustentável com objetivos e metas a serem alcançados a partir da participação efetiva de todos. Como uma ação mais urgente, aponta-se a realização do tratamento de esgoto, assim como direcionar o destino correto do lixo a partir da construção de um aterro sanitário no Município, incentivar a coleta seletiva a partir da disposição dos coletores de lixo seletivo, apoiar para o fortalecimento da associação dos catadores de lixo, realizar e incentivar a educação ambiental junto à comunidade local e turista, dentre outras sugestões destacadas nas discussões de cada indicador.

Constatou-se também que a dimensão turística apresenta grande parte dos seus indicadores analisados como insustentáveis. Tais resultados assim se apresentam pela falta de uma infraestrutura turística adequada como a falta de agências de turismo receptivo locais, banheiros públicos de qualidade, centro de informações pouco eficiente, ineficiência do sistema de transporte, principalmente o traslado Recife – Porto de Galinhas, e vice e versa, etc. Apesar destes problemas listados, é comum que turistas saiam de Porto de Galinhas satisfeitos com o passeio, além de indicar o mesmo a outras pessoas, haja vista as belezas naturais incomparáveis que o destino apresenta. Mesmo assim, destaca-se para a necessidade de poder público e empresas atentar para tais problemas apontados, a fim de buscar soluções.

As dimensões cultural, social e institucional apresentam o mesmo comportamento das demais, tendo a maioria dos seus indicadores como insustentáveis. A falta de um planejamento de turismo pautados nos princípios de sustentabilidade, com sua elaboração a partir de discussões, ouvindo os anseios dos moradores locais e as expectativas dos empreendedores e empresários, explicam grande parte dos resultados encontrados. Deste modo, sugere-se o engajamento dos diversos atores sociais ligados à atividade turística para buscar soluções mais efetivas, a fim de reverter tais resultados. É certo que grandes investimentos serão necessários para desenvolver alguns trabalhos como a construção de rede

de tratamento de esgoto e aterro sanitário, por exemplo, mas algumas ações precisam ser tomadas sem a necessidade de muitos investimentos, é preciso apenas planejamento e participação efetiva de todos.

Como reflexo do modelo desenvolvimentista capitalista, a única dimensão que seus indicadores foram analisados mais positivamente foi a econômica. Constatou-se que o turismo contribui para a economia local a partir da geração de emprego e renda para a localidade. Embora o turismo seja uma atividade sazonal, são tomadas algumas iniciativas para conter a sazonalidade, por isso a maioria dos empregos é fixa e não temporária.

Pode-se verificar, portanto, que o entrave maior quando o foco do turismo se concentra na dimensão econômica é que acarreta danos no destino turístico contribuindo para o declínio da atividade turística, por isso o nível de sustentabilidade de Porto de Galinhas foi classificado como insustentável. Apenas cinco indicadores foram analisados como sustentáveis do total de 76 analisados, nenhum destes avaliados positivamente para a sustentabilidade foi encontrado na dimensão ambiental.

Assim, esta pesquisa é um instrumento importante e apresenta contribuições teóricas científicas, visto que dispõe de informações fundamentais para os tomadores de decisões e atores sociais interessados em obter uma “fotografia real” de como a atividade turística de Porto de Galinhas se encontra. Apresenta-se neste estudo um diagnóstico, sugestões e proposições para os problemas encontrados a partir das reflexões da pesquisadora e participação efetiva dos representantes do *trade* turístico de Porto de Galinhas. Objetivando a ação prática de tais proposições, será feita a socialização dos resultados encontrados junto aos participantes da pesquisa, de modo a contribuir efetivamente para reestruturação da atividade.

Nesse contexto, espera-se que poder público, comunidade local e empresas possam unir forças para estruturar um plano de desenvolvimento turístico que seja menos degradante ao meio ambiente, economicamente viável e mais justo, considerando a complexa relação existente entre equilíbrio e equidade entre as dimensões da sustentabilidade. A partir disso, é possível o alcance do turismo sustentável de Porto de Galinhas para que este destino turístico continue a ser um dos principais do Estado de Pernambuco e uma das praias mais belas do Brasil.

6.2 Limitações e Recomendações

Durante a realização desta pesquisa surgiram algumas limitações, destacadas a seguir, mas nenhuma destas impediu o alcance do objetivo proposto.

A utilização da técnica bola de neve para indicação de novos participantes da pesquisa. As indicações eram feitas para pessoas do próprio convívio e conseqüentemente estas pessoas podem pensar de formas semelhantes e analisar o fenômeno sob o mesmo ponto de vista.

Outra limitação relaciona-se a coleta de dados secundários. Alguns documentos não foram disponibilizados por alguns órgãos municipais e alguns não estavam publicamente disponíveis.

Outro fator limitante foi à inacessibilidade da pesquisadora a alguns gestores do Município de Ipojuca que mantinham relação com o desenvolvimento do turismo de Porto de Galinhas, haja vista que a maioria destes não se encontrava no destino turístico no período de coleta de dados. Além disso, alguns entrevistados não autorizaram a gravação das entrevistas, o que dificultou as análises destes dados, uma vez que a pesquisadora não foi acompanhada de nenhum pesquisador para auxiliar nas anotações dos principais pontos. Embora estas limitações tenham sido apontadas, considera-se que a pesquisa obteve o alcance dos objetivos e conseguiu responder ao problema de pesquisa proposto.

Assim, a partir da realização deste estudo são apontadas algumas recomendações para pesquisas futuras.

- ✓ Ampliar a metodologia a partir da inclusão de outros indicadores de sustentabilidade do turismo que não são contemplados no SISDTur;
- ✓ Aplicação desta metodologia em outros destinos turísticos para realização de estudos comparativos;
- ✓ Inclusão dos turistas no escopo da pesquisa, uma vez que estes também são atores sociais importantes no tocante ao alcance do turismo sustentável;
- ✓ Aprofundamento de estudos em cada uma das dimensões da sustentabilidade isoladamente consideradas no SISDTur, como forma de melhor compreendê-las.

REFERÊNCIAS

AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Atlas, 2001.

AÇÕES COPA 2014. Disponível em: <<http://www.copa2014.turismo.gov.br/copa/acoes>>. Acesso: Setembro, 2012.

AGENDA 21 (Capítulo 40). Disponível em: <<http://www.ecolnews.com.br/agenda21/agenda21-40.htm>> Acesso: Outubro, 2011.

ALBUQUERQUE, E. M. de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, Dissertação de Mestrado, 2009. 99p.

ALMEIDA, P. A Gestão da Animação Turística como Sustentação do Aumento das Taxas de Ocupação. **Revista Turismo & Desenvolvimento**. Vol.1, 2, 2004, p.23–30.

ALVES, A. E. L. **Monitoramento da Qualidade das Águas de Chuvas conforme Atuação dos Sistemas Sinóticos na Cidade de Natal/RN**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natal, 2009. 132p.

AMAZONAS, M. C.; NOBRE, M. (orgs.). **Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

ANDRANDE, B. B.; VAN BELLEN, H. M.; Turismo e Sustentabilidade no Município de Florianópolis: Uma Avaliação a Partir do Método da Pegada Ecológica. In: **Anais do XXX Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro: EnANPAD, Setembro 2006.

ANEEL (2002). **Atlas de Energia Elétrica do Brasil**. Brasília: Aneel.

ARAÚJO, D. F. O.; SONIA-SILVA, G. Avaliação do turismo sustentável na praia de porto de galinhas, Pernambuco (Brasil). In: **Anais do XII Congresso Latino-Americano de Ciências do Mar - XII COLACMAR**. Florianópolis, 2007.

BALDIN, N., MUNHOZ, E. M. B. Educação Ambiental Comunitária: Uma Experiência com a Técnica de Pesquisa *Snowball* (Bola De Neve). **Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental**, Rio Grande, v.27, p.46-60, 2011.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARONI, M. Ambiguidades e Deficiências do Conceito de Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Administração de Empresas, RAE**. São Paulo, n. 32, v. 2, abr - jun 1992, p. 14-24.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do Turismo**. 13ª Edição. Campinas/SP. Editora: Papirus, 2003.

_____. O Gran-tour revisitado. In CORIOLANO, L. N. M. T. (org), **Turismo com ética**, Fortaleza: FUNECE, 2ª edição, 1998.

_____. **Planejamento e organização do turismo**. 7ª ed. Campinas: Papirus, 2002.

BARROS, M. V. de; ARAÚJO, L. M. de. Participação Sociopolítica na Gestão do Turismo: Desafio para o Brasil Contemporâneo. In: **Anais do X Colóquio Internacional sobre Poder Local**, Salvador, 2006.

BARTHOLO R. S. Jr. Utilização de indicadores de sustentabilidade na análise de destinos turísticos. **Relatório Técnico Científico - CNPQ**. Laboratório de tecnologia e desenvolvimento social. UFRJ, Rio de Janeiro, jan. 2009.

BASTOS, B. E. N. **Desempenho social empresarial e o gerenciamento de impressões de uma reputação socialmente responsável: um estudo em hotéis do litoral pernambucano**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração, Recife, 2009, 131 p.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção de um *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M.; W.GASKELL, G. (orgs). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual Prático**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BECK, C. G. **Consumo Ambientalmente Consciente: os meus, os seus e os nossos interesses**. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa, 2010. 223 p.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 10ª ed. Atual. São Paulo: SENAC São Paulo, 2007.

BNDES APRESENTA LINHAS DE CRÉDITO PARA O SETOR DE TURISMO, 2011. Disponível em: < <http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2011-06-15/bndes-apresenta-linhas-de-credito-para-setor-de-turismo>>. Acesso: Agosto, 2012.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BOSSSEL, H. **Indicators for sustainable development: theory, method, applications: a report to the Balatom Group**. Winnipeg: IISD, 1999.

BOTREL, K. O Direito Urbanístico. In: MUKAI, T. (Org.). **Temas atuais de direito urbanístico e municipal**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2002. 278 p. (Coleção Turismo).

BRANDÃO, P. de M. **Análise da Rede Política do Turismo Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Turismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, 2010, 217 p.

BROWN, Lester R. **Eco-economia: construindo uma economia para a terra**. Salvador: UMA, 2003.

BRUNDTLAND - REPORT. **World Comission on Environment and Development: our common future**. Oxford and New York, 1987.

BRUNVOLL, F.; HASS, J.; HOIE, H. Overview of sustainable development indicators used by national and international agencies. **OECD Statistics Working Papers**, n. 2, p. 3–90, april 2002.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 180 p.

BURSZTYN, I. **Políticas Públicas de Turismo visando à inclusão social**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de produção), Universidade Federal do Rio De Janeiro, 2005, 117p.

BUTLER, R. Issues in applying carrying capacity concepts: examples from United Kigdom. In: COCCOSSIS, H. MEXA, A. **Planning and management for tourism growth is becoming essential in the context of sustainable development**. 1. ed. 2004, cap. 7 p. 135-150.

CABRERA, G. **Subsídios à formulação da política nacional de turismo**. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2002.

CAMACHO, C. L. **Gestão ambiental na saúde pública: um estudo sobre a percepção ambiental de gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde, dos servidores do Hospital**. Dissertação de Mestrado, UFRN, Natal, RN, 2008,102 pág.

CAMPANHA MAIS AÇÃO, MAIS ENERGIA: AÇÃO DE VERÃO CELPE. Disponível em: <
<http://www.celpe.com.br/SALA%20DE%20IMPrensa/RELEASES/39097%3B41460%3B1401%3B882%3B4000.asp?hd1=1&c=137&mes=10&ano=2012>>. Acesso: Julho, 2012.

CÂNDIDO, G. A. **A Aplicação das dimensões do desenvolvimento sustentável e os níveis da competitividade sistêmica**: Um estudo comparativo entre regiões produtoras de calçados no Brasil. 2004. Tese (Concurso Professor Titular) - Departamento de Administração e Contabilidade do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, 2004, 210 p.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Desenvolvimento rural sustentável: algumas considerações sobre o discurso oficial do governo federal. **Geografia, Associação de Geografia Teórica (AGETEO)**, Rio Claro, v.29, n.2, p.265-280, mai/ago. 2004.

CARTA DA TERRA: Valores e princípios para um futuro sustentável. Disponível em: <
<http://www.cartadaterra.com.br/pdf/CartadaTerra.pdf>>. Acesso: Dezembro, 2011.

CARVALHO, R. C. **Turismo nos Lençóis Maranhenses: Estudo das representações sociais de atores sociais sobre a situação anual e futura do turismo nos Municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão, MA.** Tese (Doutorado do Centro de Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, Brasília, 2007, 311 p.

CHOI, H. C.; SIRAKAYA, E. Measuring Residents' Attitude toward Sustainable Tourism: Development of Sustainable Tourism Attitude Scale. **Journal Of Travel Research**, p. 380-394. Maio 2006. 190

CHUVAS PROVOCAM PARALISAÇÃO DE SISTEMAS DA COMPESA NA MATA NORTE. Disponível em: < <http://www.portodegalinhaturismo.com/?p=6174>>. Acesso: Outubro, 2012.

COHEN, E. A phenomenology of tourist types, **Sociology**, 1979, p. 179-201.

COLIN, S. **Pos-modernismo: repensando a arquitetura.** Rio de Janeiro: UAPÊ, 2004.

COMPANHIA ELÉTRICA DE PERNAMBUCO. Disponível em: < <http://www.celpe.com.br/>>. Acesso: Agosto, 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **O turismo e a economia no Brasil / Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.** – Rio de Janeiro: CNC, 2010. 48 p.

CONGRESSO MUNDIAL DA ÁGUA. Disponível em: < <http://www.worldwatercongress.com/pt/index.php>>. Acesso: Julho, 2012.

COOPER, C. et al. **Turismo Princípios e Práticas.** 3ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2007.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta 3ª edição Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

CRUZ, R. de C. **Políticas de turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2001.

CUNHA, S. K.; CUNHA, J. C. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida de impacto do Turismo no desenvolvimento local. **Revista de Administração Contemporânea**, 9(2), p. 110-124, 2005.

DAROS, L. **A práxis docente e a pedagogia planetária emergente. Dissertação de Mestrado, Curitiba, 2008.** Disponível em < http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_arquivos/2/TDE-2008-11-01T113352Z-961/Publico/Lauro%20Daros%20.pdf> Acesso em Outubro, 2011.

DELAI, I.; TAKAHASHI, S. Elementos fundamentais para escolha dos sistemas de mensuração do desenvolvimento sustentável. In: **Anais do XII Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais.** São Paulo: SIMPOI, Agosto 2009.

DROULERS, M.; MILANI, C. R. S. **Desenvolvimento local e turismo em Tarrafal - Cabo Verde.** Paris: UNESCO, 2002.

EGRI, C. P.; PINFIELD, L. T. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In: CLEGG, S. T.; NORD, W. R.; HARDY, C. (org.). *Handbook de Estudos Organizacionais*. Tradução de: **Handbook of Organizational Studies**, v. 1, cap. 14. São Paulo: Atlas, 2007.

ELAVAI, A. R. et al. **Sistema de indicadores de sustentabilidade do turismo da Macaronésia. Serviço Regional de Estatística dos Açores**, 2006. Disponível em: < <http://estatistica.azores.gov.pt/upl/%7B8df7d71c-9e0e-496d-a4e5-b73cf2aab561%7D.pdf> >. Acesso em: dezembro, 2011.

EMBRATUR. **Pesquisa do Impacto Econômico dos Eventos Internacionais Realizados no Brasil 2007/2008**. Disponível em: < http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/Eventos/Download_eventos/Relatxrio_Final_-_Estudo_do_Impacto_Econmico_de_Eventos_Internacionais_realizados_no_Brasil.pdf >. Acesso: Outubro, 2012.

EMBRATUR. Classificação dos hotéis brasileiros (2010). Disponível em: < <http://www.minhaproximaviagem.com.br/?p=93> >. Acesso: Julho, 2012.

ESGOTO A CÉU ABERTO AFASTA TURISTAS DE PORTO DE GALINHAS. Disponível em: < <http://www.reciclaveis.com.br/noticias/00904/0090428esgoto.htm> >. Acesso Julho, 2012.

FALCÃO, M. C. **A sustentabilidade do Destino Turístico de Fernando de Noronha: Uma Análise a partir da Abordagem do Ciclo de Vida de Áreas Turísticas e das Dimensões da Sustentabilidade**. Dissertação – Pernambuco, 2010. (Mestrado em Administração) Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, PROPAD, 2010, 201 p.

FALTA D'ÁGUA EM PORTO DE GALINHAS AFASTA TURISTAS - NE/TV. Disponível em: < http://pe360graus.globo.com/noticias/cidades/agua/2011/07/19/NWS,536331,4,69,NOTICIA_S,766-FALTA-AGUA-PORTO-GALINHAS-AFASTA-TURISTAS.aspx >. Acesso: Julho, 2012.

FERNANDES, D. R. Uma contribuição sobre a construção de indicadores e sua importância para a gestão empresarial. **Revista da FAE**, Curitiba, v.7, n.1, jan./jun. 2004.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Bookman/Artmed: Porto Alegre, 2009.

FOLADORI, G. **Sustentabilidad Alternativa**. Uruguai: Colección *Cabichui*, 2005.

FRANCO, M. A. R. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.

FRANKLIN A.; CRANG, M. The trouble with tourism and travel theory? **Tourists studies**, v.1, p. 5-22, 2001.

FULLANA, P.; AYUSO, S. **Turismo sostenible**. Rubes Editorial: Barcelona, 2002.

GALLOPIN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators: a system approach. **Environmental Modeling & Assessment Berlin**, V. 1, no. 3, p. 101-117, set 2003.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. de. Análise de entrevistas não estruturada: da formalização à pragmática da linguagem. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. da.; (org). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos..** São Paulo: Saraiva, 2006.

GOELDNER, C. R; RITCHIE, J. R. B; MCINTOSH, R. W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 478 p.

GOMES, B. M. A. **Políticas Públicas e as Transações em Regiões Turísticas**. São Paulo: All Print, 2008.

_____; SANTOS, A. C. Influências das políticas públicas de Turismo nas transações entre os agentes: uma análise sob a ótica da ECT. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 1, n. 2, p. 72-100, dez. 2007.

GUIA DE INTERPRETAÇÃO DA NORMA: MEIOS DE HOSPEDAGEM – REQUISITOS PARA A SUSTENTABILIDADE. (Instituto de Hospitalidade). Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/ABB784AFF2F5E21F832575E0006CFF6E/\\$File/NT00041A42.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/ABB784AFF2F5E21F832575E0006CFF6E/$File/NT00041A42.pdf)>. Acesso: Outubro, 2012.

GUIMARÃES, R. P.; FEICHAS, S. A. Q. Desafios na Construção de Indicadores de Sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**. Vol. XII, n. 2, p. 307-323, jul. – dez., 2009.

HALL, M. C. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HANAI, F. Y.; ESPÍNDOLA, E. L. G. Programa de Sensibilização Sustentável do Turismo: uma proposta para envolvimento e participação de comunidades locais. **Revista Turismo em Análise**. Vol. 22, n. 1, p. 4 – 24, abril 2011.

_____. **Sistema de indicadores de sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais, Brasil**. Tese – São Paulo, 2009. (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2009.

HARDI, P., ZDAN, T. J. **The Dashboard of Sustainability**. draft paper, Winnipeg: IISD, 2000.

HARDY, A.; BEETON, R.J.S.; PEARSON, L. Sustainable tourism: an overview of the concept and its position in relation to conceptualizations of tourism. **Journal of sustainable tourism**, Clevedon, v.10, n.6, p.475-496, 2002.

HASTENREITER FILHO, H. N. Acertos e Desacertos dos Principais Programas de Redes de Cooperação Interempresariais brasileiros. In: TEIXEIRA, F.(org.); **Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais**. Salvador, BA: Ed. Casa da Qualidade, 2005, cap.5.

HESPANHOL, I. A new paradigm for urban water management and how industry is coping with it. In: Jimenez, B. & Asano, T. (Eds). Water reuse: an international survey of current practice, issues and needs. IWA Publishing, London. **Scientifi and Technical Report**. N° 20, 2008, p. 467-482.

HOLANDA, L. A.; VIEIRA, M. M. F. Sobre a falácia da relação direta entre turismo e desenvolvimento local. In: CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. (Orgs). **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: EDUFEPE; 2003. p. 275-287.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: < ftp://geofp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/indicadores_desenvolvimento_sustentavel/2012/ids2012.pdf>. Acesso: Julho, 2012.

INSTITUTO ETHOS: **Responsabilidade social** (2008). Disponível em: < <http://www3.ethos.org.br/>> Acesso em: Novembro, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE), **Campus de Ipojuca**. Disponível em: < <http://ipojuca.ifpe.edu.br/>>. Acesso: Agosto, 2012.

INSTITUTO MAURÍCIO DE NASSAU. **Pesquisa realizada sobre satisfação do turista em Porto de Galinhas, 2009**. Disponível em: < <http://www.institutomauriciodenassau.com.br/blog/wp-content/uploads/2009/02/pesquisa-turismo-pg.pdf>>. Acesso: Agosto, 2012.

JORNAL DO COMMERCIO. **Porto de Galinhas e Serrambi apresentam desordem no início do verão**. Disponível em: < <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2012/01/08/-porto-de-galinhas-e-serrambi-apresentam-desordem-no-inicio-do-verao-27985.php>>. Acesso: Julho, 2012.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Paradisiaca Porto de Galinhas tem lixo e esgoto a céu aberto**. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1801201124.htm>>. Acesso: Julho, 2012.

KING, N. The qualitative research interview. In: **Qualitative methods in organizational research: a practical guide**. CASSEL, Catherine e SYMON, Gillian. (eds.) London: Sage, 1994.

KLEIN VIELHAUER, S. Framework model to assess leisure and tourism sustainability. **Journal of Cleaner Production**, v.4, n.17, p.447-454, Mar. 2009.

KON, A. **Atividades Terciárias: Induzidas ou Indutoras do Desenvolvimento Econômico?** Texto para discussão. Núcleo de Pesquisas EITT- Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC/SP, 2000.

KOTLER, P. et al. **Marketing Público: como atrair investimentos, empresas e turismo para cidades, regiões, estados e países.** São Paulo: Makron Books, 1994.

LACERDA, C. S. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para Atividade Turística: uma proposta metodológica participativa aplicada no município de Conde, Estado da Paraíba, Brasil.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais - Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, 2011. 89 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 7ª Edição. São Paulo, Atlas, 2010.

LEANDRO, M. D. **Água, patrimônio natural esgotável** (2004). Disponível em: <http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/LD309_artigo.pdf>. Acesso: Julho, 2012.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 7ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE MEIO AMBIENTE, 2009. Disponível em: <http://www.pm.al.gov.br/intra/downloads/bc_meio_ambiente/meio_06.pdf>. Acesso: Agosto, 2012.

LEITE, Y. V. P.; SALAZAR, V. S. O Cluster de Porto de Galinhas. **HSM Management Update**, nº 35, 2006.

LEMOS, L. **Turismo, Que Negócio é Esse? Uma análise da Economia do Turismo.** 5ª Ed. Campinas: Papirus, 2004.

LEONETI, A. B.; PRADO, E. L. do.; OLIVEIRA, S. V. W. B. de. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. **Revista Administração Pública** vol.45 nº 2, Rio de Janeiro Mar./Apr. 2011.

LESSA, A. K. M. da. C. **A responsabilidade social empresarial e a qualidade percebida do serviço: um estudo sobre o gerenciamento de impressões em empresas hoteleiras de Pernambuco.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração, Recife, 2009, 196 p.

LIMA, M. C. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica.** São Paulo: Saraiva, 2004.

LIMA, P. C. S. **Desenvolvimento Local e Turismo no Pólo de Porto de Galinhas – PE.** Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF; 2006, p. 108.

MACIEL, N. A. L.; PAOLUCCI, L.; RUSCHMANN, D. V. M. Capacidade de carga no planejamento turístico: estudo de caso da Praia Brava – Itajaí frente à implantação do Complexo Turístico Habitacional Canto da Brava. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.** v. 2, n. 2, p. 41-63, jul. 2008.

MAGALHAES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios.** São Paulo: ROCA, 2002.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** Tradução Laura Bocco. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MAMBERTI, M. S.; BRAGA, R. Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local. In: **Anais do X Colóquio Internacional sobre Poder Local**, Salvador, 2006.

MARQUES, R. Q. **Riscos percebidos e estratégias de redução de riscos no consumo de alimentos comercializados por ambulantes de praia: uma análise em Porto de Galinhas – PE.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração, Recife, 2012, 154 p.

MARTÍNEZ, A. J. J.; HIRABAYASHI, Y. De la teoría a la práctica em la sustentabilidad y La participación comunitaria: na propuesta metodológica. In: NIEVES, S.G. **Desarrollo turístico y sustentabilidad.** Zapopan, Jalisco: Universidad de Guadalajara, 2003. p. 37-56.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. **Índice de desenvolvimento sustentável para municípios (IDSM): metodologia de cálculo e análise do IDSM e a classificação dos níveis de sustentabilidade para espaços geográficos.** João Pessoa: Sebrae, 2008.

MATSUMURA, E.M.; MIERZWA, J.C. **Water conservation and reuse in poultry processing plant - A case study.** Resources Conservation & Recycling, 2008.

MATTOS, P. L. C. L. de. Análise de entrevistas não estruturada: da formalização à pragmática da linguagem. In: **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos.** GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. da.; (org). São Paulo: Saraiva, 2006. p. 347-373.

MEADOWS, D. **Indicators and information systems for sustainable development: a report to the Balaton Group.** Hartland: The Sustainability Institute, 1998. 78 p.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: Historical and conceptual review. **Eviron Impact Asses Rev.** v. 18, p. 493-520, 1998.

MEDRI, W. **Análise Exploratória de Dados. Curso de Especialização “Lato Sensu” em Estatística.** Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011, 83p.

MENDONÇA, J. R. C.; VIANA, M. F. T.; Entrevista com Foto-Elicitação (EFE): o uso de métodos visuais para o estudo do ambiente físico nas organizações. In: **Anais do II EnEPQ** (Encontro em Pesquisa e Ensino em Administração e Contabilidade), Recife, 2007. 196

MERRIAM, S. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estudos da competitividade do turismo brasileiro: turismo e a dimensão ambiental**, 2007. Disponível em: < http://www.econeit.org/wp-content/uploads/2012/03/TURISMO_E_A_DIMENS%C3%83O_AMBIENTAL.pdf>. Acesso em: Dezembro, 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Dados e Fatos: estudos, pesquisas e dados sobre o setor do Turismo no Brasil**. Disponível em:< http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/receita_cambial/>. Acesso: Outubro, 2011.

MINISTERIO ESPAÑOL DE MEDIO AMBIENTE (2002). **Estrategia española de Desarrollo Sostenible**. Documento de consulta. Disponível em: <http://www.gencat.net/mediamb/a21_n/a21cat/pdf/estrategia_espanyola.pdf>. Acesso: Dezembro, 2011.

MOLINA, S. **O Pós-Turismo**. Tradução Roberto Sperling, São Paulo: Aleph, 2003.

_____. **Turismo e Ecologia**. Bauru/SP. Editora Edusc, 2001.

MONFORT M., V. M. **Competitividad y factores críticos de éxito en la "hotelería de litoral": experiencia de los destinos turísticos Benidorm y Peñíscola**. Tesis Doctoral - Universidad de Valência - Espanha: Biblioteca Virtual Miguel Cervantes, FITUR /IFEMA. 2000.

MORATELLI, R. F.; WOHKLE, M. **O Turismo e o terceiro setor - ética e responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável**. Santa Catarina, 2003.

MOSTRA INTERNACIONAL DE TURISMO (MIT) em Pernambuco. Disponível em: <http://www.mit-pe.com.br/>>. Acesso: Ago., 2012.

MOTA, K. C. N. **Marketing Turístico: promovendo uma atividade sazonal**. São Paulo: Atlas, 2001.

MUCELIN, C. A.; BELLINI, M. Garbage and perceptible environmental impacts in urban ecosystem. **Sociedade e Natureza**. (Online), vol.20, nº1, 2008.

NASCIMENTO, L. F. Gestão Socioambiental Estratégica: a percepção de executivos de pequenas e médias empresas americanas. In: **Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós - Graduação e Pesquisa em Administração**, 2005.

_____.; LEMOS, A. D. da C.; MELLO, M. C. A de. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008. 229 p.

NISHIOKA, J. **Instrumento para análise da Sustentabilidade Organizacional: O caso da Construção Civil**. Tese (Doutorado). Centro Tecnológico Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal Fluminense, 2008.

NOGUEIRA, M. A. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, p. 185-202, jun. 2003.

OCDE (ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT). **organization for economic cooperation and development: core set of indicators for environmental performance reviews; a synthesis report by the group on the state of the environment**. Paris: OCDE, 2002.

OLIVEIRA, B. Fatores Determinantes da Satisfação do Turista: um Estudo na Cidade do Guarujá. In: **Anais do VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. Universidade Anhembi Morumbi – UAM/, São Paulo/SP, Setembro, 2010.

OLIVEIRA, J. A P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, v.40, n.2, p. 273-88, mar./abr. 2006.

OLIVEIRA, L. R. de; VIANA, L. J. T.; BRAGA, A. L. da C. Conflitos e fragilidades de uma atividade turística não planejada: um olhar direcionado às praias de Porto de Galinhas e Itamaracá/PE. **Patrimônio: Lazer & Turismo**, v.7, n. 10, abr.-mai.-jun./2010, p.01-19.

OLIVEIRA, M. M, de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Barômetro Mundial do Turismo**, Vol. 8 Número 1. OMT, 2010.

_____. **Introducción al turismo**. Madri, 2008.

_____. **The Tourism Satellite Account (TSA), Understanding Tourism and Designing Strategies**. Contributions of the WTO Departement of Statistics and Economic Measurement of Tourism, WTO Conference co-organized with Argentina, Brazil and Paraguay, 2005.

_____. **Tourism Vision 2020** (2009). Disponível em: <
<http://www.unwto.org/facts/eng/vision.htm>>, acesso em: Novembro, 2011.

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL (Ecoassociados). **Esgoto a céu aberto em Porto de Galinhas**. Disponível em: <
<http://blogecoassociados.blogspot.com.br/2010/11/esgoto-ceu-aberto.html>>. Acesso: Agosto, 2012.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos: guía práctica**. Madrid: OMT, 2005.

PEDROZO, E. A.; SEVERO, L. S. Desenvolvimento sustentável: o Sistema Integrado Agronegocial (SIAN) como caminho de análise. In: **Anais do XIV Congresso da Sober**, Londrina, PR, Julho, 2007.

PIRES, P. dos S. Turismo e meio ambiente: relação de interdependência. In: PHILLIPI JR, A.& RUSCHMANN, D. V. de M (Editores). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri – SP: Manole, 2010.

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA. LEI N.º 1490/2008. Disponível em: < <http://gwmroot.gt.com.br/obj/79/2037.PDF>>. Acesso: Agosto, 2012.

PLANO ESTRATÉGICO DE TURISMO DE PERNAMBUCO: Pernambuco para o mundo (2008). Disponível em: < <http://setur.pernambuco.googlepages.com/PlanoEstrategicodeTurismodePE.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2012.

PLANO NACIONAL DO TURISMO (PNT) 2007/2010. Disponível em: < http://www.braztoa.com.br/site/projetos/arquivos/Destinos_Indutores_Projeto.pdf>. Acesso: Janeiro, 2012.

PLANO NACIONAL DO TURISMO (PNT) 2011/2014. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf>. Acesso: Janeiro, 2012.

PODIESE, L. **Saneamento básico: direito do cidadão, dever do Estado**. Disponível em: < <http://al-sp.jusbrasil.com.br/noticias/2743157/saneamento-basico-direito-do-cidadao-dever-do-estado>>. Acesso: Setembro, 2012.

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, LEI N.º 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Disponível em: < <http://nr7.sat.sites.uol.com.br/lei6938.htm>> Acesso: Agosto, 2012.

POON, A. **Tourism, technology and competitive strategies**. Wallingford: CAB International. 1993.

PORTAL OFICIAL DE PORTO DE GALINHAS. Disponível em: < <http://www.visitportodegalinhas.com/>>. Acesso em: Novembro, 2011.

PREFEITURA do IPOJUCA. Portal do cidadão. Disponível em: < <http://www.ipojuca.pe.gov.br/>>. Acesso: Outubro, 2011.

PROJETO AQUECIMENTO SOLAR - CELPE. Disponível em: < <http://www.celpe.com.br/EFICIENCIA%20ENERGETICA/Projetos%20Aquecimento%20Solar/41003%3B60587%3B3705%3B0%3B0.asp?id=&o=>>>. Acesso: Julho, 2012.

PROJETO ENERGIA VERDE - CELPE. Disponível em: < <http://www.celpe.com.br/energiaverde/projeto.asp>>. Acesso: Julho, 2012.

PROJETO NOVA GELADEIRA - CELPE. Disponível em: < <http://www.celpe.com.br/novageladeiracelpe/#>>. Acesso: Julho, 2012.

RANAURO, M. L. Sustentabilidade numa perspectiva endógena: contribuição das “comunidades” no plano simbólico do desenvolvimento sustentável. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, n. 14., p. 21-28, dez. 2004.

REED, J.S.; FRASER, E.D.G.; DOUGILL, A. J. An adaptative learning process for developing and applying sustainability indicators with local communities. **Ecological Economics**, Elsevier, Amsterdam, v.59, p.406-418, oct. 2006.

_____.; _____.; MORSE, S.; DOUGILL, A. J. Integrating methods for developing sustainability indicators to facilitate learning and action. **Ecology and Society**, v.10, n.1, 2005.

REGIME DA ACESSIBILIDADE AOS EDIFÍCIOS E ESTABELECIMENTOS QUE RECEBEM PÚBLICO, VIA PÚBLICA E EDIFÍCIOS HABITACIONAIS. Decreto de Lei nº163/2006. Disponível em: < http://www.inr.pt/bibliopac/diplomas/dl_163_2006.htm>. Acesso: Agosto, 2012.

REJOWSKI, M.; SOLHA, K. T. Turismo em um Cenário de Mudanças. In: Rejowski, Mirian. (org) **Turismo no Percurso do Tempo**. São Paulo: Aleph, p. 75-122, 2002.

RELATÓRIO SEBRAE 2010. Disponível em: < http://www.sebrae.com.br/setor/textil-e-confeccoes/o-setor/mercado/Brasil_Sustentavel_Copa_do_Mundo_2014.pdf>. Acesso: Novembro, 2011.

RESOLUÇÃO CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002. Disponível em: < <http://www.areaseg.com/conama/2002/303-2002.pdf>>. Acesso: Agosto, 2012.

RIBEIRO, F. S.; CARMO, J.; MARQUES, R. M. B. S.; FERREIRA JR. H. **Os possíveis impactos ambientais causados pelo aumento do lixo rural.** Relatório para a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP. Instituto de Energia e Eletrotécnica da Universidade de São Paulo - IEE-USP, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** São Paulo: Atlas, 2008.

RIGONAT, M. C. Hacia una educación ambiental anclada en el local. **Revista Gestão em Ação**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 127-144, jul./dez. 2002.

ROCHA, J. M. da. Desenvolvimento e Sustentabilidade do Turismo: Preceitos da teoria da capacidade de carga turística. **Revista do Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul.** Vol. 3/nº3, jul/dez, 2011.

RODRIGUES, M. G. S; COSTA, R. S. O. A integração da educação formal e não-formal: participação e cidadania. In; **Anais** do Congresso Acadêmico Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ebape FGV, 2004.

RUSCHEINSKY, A. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental** , v 10, jan a jun, 2003.

RUSCHMANN, D. V. de M (Editores). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo.** Barueri – SP: Manole, (Coleção Ambiental, v. 9), 2010.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Tradução de José Lins Albuquerque Filho. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2007.

SANEAMENTO BÁSICO. LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/111445.htm>. Acesso: Agosto, 2012.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento.** 6 ed. Revisada. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, J. A. dos. **Análise das relações entre o índice de desenvolvimento sustentável do município de João Pessoa e o nível de competitividade do setor de Desenvolvimento de Software da cidade de João Pessoa – PB.** Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais), Centro de Tecnologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande: UFCG, 2009. 185 p.

SCHEUER, L.; BAH, M. Sazonalidade do turismo no município de Guaratuba, Paraná, Brasil. **RA E GA**, Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR, 23 (2011), p. 289-316.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Associação e estratégia de fortalecimento,** 2012. Disponível em: < <http://www.sebrae.com.br/momento/quero-melhorar-minha-empresa/entenda-os-caminhos/associativismo/>>. Acesso: Agosto, 2012.

SETUR/PE – **SECRETARIA DE TURISMO DE PERNAMBUCO.** Destinação PE. Disponível em: < <http://www2.setur.pe.gov.br/web/setur/home> >. Acesso em: Novembro, 2011.

SETUR-PE E CPRH ENTREGAM PLANOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Disponível em: < <http://www.pe.gov.br/blog/2011/12/19/setur-pe-e-cprh-entregam-planos-de-gestao-de-residuos-solidos/>>. Acesso: Julho, 2012.

SILVA. C. A. N. da. A poluição visual causada pelos quiosques na faixa de areia da praia da Enseada- Guarujá. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Faculdade Don Domênico.** 4ª Edição – Janeiro de 2011.

SILVA. E. de L. AGENDA 21 GLOBAL: um estudo acadêmico sobre a importância das Ciências Contábeis para o desenvolvimento sustentável. **Movendo Ideias**, Belém, v. 10, n. 21, p.127-142, jun. 2008.

SINOPSE DA PESQUISA DO PERFIL DO TURISMO RECEPTIVO DOS PRINCIPAIS DESTINOS INDUTORES DE PERNAMBUCO, 2010. Pesquisa realizada pela Secretaria de turismo de Pernambuco (SETUR) em parceria com a EMBRATUR.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – SNIS. Disponível em: < <http://www.snis.gov.br/>>. Acesso: Agosto, 2012.

SMITH, S. L. J. A dimensão do turismo global: velhos debates, novos consensos e desafios contínuos. In: LEW, Alan A.; HALL, C. M.; WILLIAMS, A. M. **Compêndio do Turismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004. Cap. 2, p. 45-55.

SOUTO, C. de M. R. **A Imagem do Estado de Pernambuco Percebida pelos Turistas de Negócio e Lazer após Visitarem o Balneário de Porto de Galinhas**, 2010. Disponível em: <
<http://www.ead.fea.usp.br/semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/408.pdf>> Acesso : Agosto, 2012.

SOUZA; M. J. de P.; FERREIRA, E. Planos Nacionais de Turismo, Desenvolvimento Local e Sustentabilidade. In: **Anais do XXXV Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro: EnANPAD, Setembro 2011.

SOUZA, R. R. **Áreas Verdes e Urbanismo**. Universidade Federal de Lavras, 2010. Disponível em: <
[http://www.prgp.ufla.br/ppg/fitotecnia/adm/upload/file/%C3%81REAS+VERDES+E+URBANISMO\[1\]%20\[Modo%20de%20Compatibilidade\].pdf](http://www.prgp.ufla.br/ppg/fitotecnia/adm/upload/file/%C3%81REAS+VERDES+E+URBANISMO[1]%20[Modo%20de%20Compatibilidade].pdf)>. Acesso: Agosto, 2012.

SPANGENBERG, J.H.; BONNIOT, O. **Sustainability indicators: a compass on the road towards sustainability**. Wuppertal: Wuppertal Institute, 1998.

STAKE. R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000. p. 435-454.

STEWART, D. W.; KAMINS, M. A. **Secondary research: Information sources and methods**. 4. ed. Londres: SAGE, 1993.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental**. 2ª ed. v. 1. São Paulo: Aleph, 2000.

_____.; HORNER, S. **O comportamento do consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores**. Caxias do Sul – RS. Editora Educs, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ª edição, 19 reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

TWINING-WARD, L.; BUTLER, R. “Implementing STD on a Small Island: Development and Use of Sustainable Tourism Development Indicators in Samoa”, **Journal of Sustainable Tourism**, 10(5), pp. 363-387, 2002.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. 235 p.

_____. **Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise comparativa**. 2ª ed. São Paulo: FGV, 2006. 253 p.

VASCONCELOS, A. C. F. de. **Índice de desenvolvimento sustentável municipal participativo: uma aplicação no município de Cabaceiras-PB**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. 158 p.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. **Indicadores Socioambientais**. Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 23, p. 39-52, 2010.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIRGINIO, D. F. FERNANDES, L. V. Responsabilidade socioambiental na hotelaria: um estudo na via costeira de Natal, RN. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2., p.220-233, ago. 2011.

WCED – **World Comission on Environment and Development. Report Our commom future**. Genebra, 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em: Jan. 2012.

WEBSITE DE COMPRAS COLETITAS. Disponível em: <www.megaoferta.com.br>. Acesso em: Agosto, 2012.

WORLD TOURISM ORGANIZATION – WTO. **Making Tourism More Sustainable**. A Guide for Policy maker. 2005. Disponível em:<<http://www.tourism4nature.org/results/backdocs/Criteria%20for%20Sustainable%20Tourism.pdf>> Acesso em: Novembro, 2011.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO COSTEIRO (ZEEC) DO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO. Decreto Nº 21.972 de 29 de Dezembro de 1999. Disponível em: <http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=6d74a284-fe6f-4fa7-81fa-40af879040e6&groupId=19941>. Acesso: Setembro, 2012.

ZUCARATO, A. G.; SAN SOLO, D. G.; Uso de indicadores na pesquisa em turismo. In: **Anais do IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**. Caxias do Sul: SeminTUR, Julho, 2006.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

OBJETIVO: Fazer o mapeamento dos atores sociais que estão ligados, direta ou indiretamente a atividade turística de Porto de Galinhas, PE.

1. Qual o número de residentes fixos em Porto de Galinhas atualmente?
2. Quais as empresas de serviços que trabalham para atender a demanda turística de Porto?
3. Quais as associações existentes em Porto de Galinhas?
4. Quem está à frente de cada associação citada no item anterior?
5. Quantos membros estão vinculados a cada associação?
6. Como a vice prefeitura trabalha junto as associações citadas no item 3?
7. Quais os órgãos públicos atuantes ligados à atividade turística? Como está sendo o desenvolvimento das atividades destas entidades?
8. Como o poder público atua para o fortalecimento da atividade turística em Porto?
9. Em sua opinião, há articulação dos diversos atores sociais em prol de objetivos comuns?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS DIVERSOS ATORES SOCIAIS

OBJETIVO: Entender como está sendo desenvolvida a atividade turística em Porto de Galinhas, compreendendo aspectos ambientais, econômicos, sociais, culturais e institucionais.

OBSERVAÇÕES GERAIS

- A confidencialidade sobre os respondentes será mantida em todo o trabalho, só será divulgado nomes caso o pesquisado autorize tal divulgação;
- O questionário está dividido em 2 seções: caracterização do perfil do pesquisado e aspectos relacionados a cada dimensão da sustentabilidade que apresenta relação com a atividade turística desenvolvida em Porto de Galinhas, quais sejam: Dimensão Ambiental, Cultural, Social, Econômica, Turística e Político Institucional;
- Escolha apenas uma única resposta para cada item.
- Cada dimensão apresenta vários indicadores, estes são apresentados como afirmativas que devem ser ponderadas por níveis, quais sejam:

NÍVEL	PONDERAÇÃO	DESCRIÇÃO
1	DISCORDO TOTALMENTE	Você não apresenta NENHUMA concordância com o que foi afirmado.
2	DISCORDO PARCIALMENTE	Você apresenta ALGUMA discordância com o que foi afirmado.
3	NEUTRO	Você não discorda, mas TAMBÉM não concorda com tal afirmação.
4	CONCORDO PARCIALMENTE	Você apresenta ALGUMA concordância com o que foi afirmado.
5	CONCORDO TOTALMENTE	Você concorda COMPLETAMENTE com o que foi afirmado.

QUESTIONÁRIO

PERFIL SOCIAL	
Nome:	
Gênero: () Feminino () Masculino	
Ano de Nascimento:	
Grau de escolaridade: () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior () Pós-graduação (MBA, Mestrado, Doutorado)	
Faixa de renda individual bruta/mensal: () até R\$ 545 () Entre R\$ 545, 01 e R\$ 1.635, 00 () Entre R\$ 1.635, 01 e R\$ 5.450,00 () Entre R\$ 5.450,01 e R\$ 10.900,00 () Mais de R\$ 10.900, 01	
Extrato Social: Governo () Sociedade Civil () Empresa ()	
Email:	
Fone:	Data:

1. Discordo Totalmente 2. Discordo parcialmente 3. Nem Concordo/Nem Discordo (Neutro) 4. Concordo parcialmente 5. Concordo Totalmente

DIMENSÃO AMBIENTAL					
INDICADORES	1	2	3	4	5
A quantidade de água consumida por turistas num período não afeta o consumo local.					
Existe algum programa de redução do consumo, desperdício e reuso de água na Empresa e/ou destino turístico.					
Existem políticas, planos ou programas específicos no destino turístico para a redução do consumo de água.					
A Quantidade de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água é considerável.					
Há algum monitoramento para verificar a qualidade da água.					
Os resíduos sólidos gerados por turistas num período não afeta a qualidade de vida dos residentes.					
A quantidade de coletores de lixo é capaz de armazenar o lixo gerado num período.					
A destinação final dos resíduos sólidos são aterros sanitários.					
Existe algum programa de redução da quantidade de resíduos sólidos na Empresa e/ou no destino turístico.					
Há alguma tipo de iniciativa que incentive a coleta seletiva de resíduos sólidos e/ou a reciclagem.					
A quantidade de coletores de lixo seletivo é capaz de armazenar o lixo gerado num período.					
Os resíduos sólidos reciclados é considerável no destino turístico a					

ponto de contribuir para a diminuição dos resíduos.					
Há programas de manejo de resíduos perigosos no destino turístico.					
A quantidade de elementos ligados à comunicação visual não chega a afetar, ou seja, considera que não haja poluição visual em Porto de Galinhas.					
O volume de sons não supera os níveis considerados normais para os seres humanos, ou seja, você considera que não haja poluição sonora em Porto em qualquer que seja a época.					
A quantidade de resíduos sólidos no mar é baixa e não chega a poluir a praia.					
A energia consumida por turistas num período não afeta a distribuição da energia do destino turístico.					
Há programas de redução do consumo de energia.					
Há empreendimentos turísticos que utilizem energia renovável.					
No Município há processos de tratamento de esgotos.					
A quantidade de esgotos tratados é relevante se considerar o tamanho do destino turístico.					
Há programas ou instalações para melhoria da qualidade do ar.					
Há áreas preservadas ou em processo de recuperação no destino turístico.					
Não há construções civis próximos à praia de modo que não impede a visão da beleza natural de Porto de Galinhas.					
As empresas ligadas a atividades turísticas têm certificação ambiental e/ou turística.					
O Município incentiva a execução de programas que sejam orientados para a educação ambiental e/ou cultural.					
O Município apresenta uma Agenda 21 local e Plano de desenvolvimento sustentável e põe em prática tais ações.					
Há organismos, instituições e entidades atuantes nos processos decisórios sobre questões ambientais no Município.					
Existem estruturas organizacionais e administrativas específicas em meio ambiente no Município.					
DIMENSÃO CULTURAL					
Há produtos típicos locais ofertados (artesanato, produtos alimentícios, souvenirs) de modo que contribui para o aquecimento da economia local.					
Existem bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos bem conservados no Município.					
Há realização frequente de eventos e festividades de manifestações culturais típicas.					
Há organismos, instituições, entidades de resgate municipais que buscam a promoção e manutenção da cultura tradicional local.					
Há iniciativas de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional local.					
DIMENSÃO SOCIAL					
Há considerável quantidade de residentes locais empregados nos estabelecimentos do destino turístico.					
A maioria dos proprietários e empresários turísticos de Porto de Galinhas são de origem local					
Há funcionários que sejam residentes locais com capacitação em turismo.					
Existe iniciativas de capacitação e treinamento profissional, quer seja pelas empresas ou Município, para os residentes locais num período.					
A proporção de empregos fixos é maior que a proporção de empregos temporários relacionado ao turismo.					
A proporção entre turistas e residentes em alta e baixa temporada não são consideráveis.					
Os residentes são satisfeitos com a atividade turística no Município.					

Existem programas e/ou projetos sociais que envolvam os residentes locais com o objetivo de engajá-los no desenvolvimento turístico.					
DIMENSÃO ECONÔMICA					
A atividade turística gera renda para o destino turístico.					
Os estabelecimentos turísticos existem a um bom tempo, ou seja, apresentam alta longevidade.					
Existem iniciativas de minimização da sazonalidade turística, de modo que mesmo em baixa estação, os estabelecimentos turísticos não apresentam perdas significativas.					
Os estabelecimentos turísticos funcionam periodicamente e são suficientes para atender a demanda.					
Existem iniciativas que favorecem o surgimento de novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos.					
Os turistas gastam diariamente uma quantidade considerável nos estabelecimentos turísticos locais.					
DIMENSÃO TURÍSTICA					
As ofertas de meios de hospedagem são suficientes para atender a demanda, mesmo na alta estação.					
É suficiente a oferta de estabelecimentos de alimentação para atender a demanda, quer seja em baixa ou alta temporada.					
Existe uma oferta de serviços de transportes suficientes para atender a demanda.					
Existe uma oferta de agências e serviços de turismo receptivo que consegue atender a demanda.					
Serviços específicos para os turistas, como banheiro público e centro de informações turísticas, suficientes para atender aos turistas mesmo em alta estação.					
A segurança é suficiente para evitar incidentes e acidentes envolvendo turistas/ visitantes num período.					
Existência e quantidade de salva-vidas na praia suficientes para evitar incidentes mesmo em período de alta estação.					
Há facilidades para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção e/ou outras necessidades especiais, considerando todo o destino turístico.					
A uma quantidade significativa de recursos turísticos em Porto de Galinhas que atraem cada vez mais os turistas.					
É alto o grau de satisfação e assiduidade (quantidade de repetição) do turista nos estabelecimentos turísticos.					
Há um controle na quantidade de turistas para a visita de um local atrativo durante um período.					
Existem quantidades proporcionais entre o número de guias e número de turistas durante a visita aos atrativos turísticos.					
A quantidade de turistas numa temporada específica não afeta o dia-a-dia da comunidade local.					
Há programas no Município que seja direcionado a orientar os visitantes quanto as questões ambiental e/ou cultural.					
Existe um sistema de registro e controle da visita aos centros históricos, parques, museus, etc, locais estes que valorizem a cultura local.					
Existem regulamentações e normas para a ocupação e uso do solo em áreas turísticas no Município.					
DIMENSÃO INSTITUCIONAL					
Há uma significativa participação dos empreendedores e/ou gestores administrativos no turismo local.					
Há uma participação social efetiva no processo de desenvolvimento turístico, sendo esta uma ação incentivada pelo poder público.					
Há uma efetiva participação de organismos sociais, associações e entidades de classe de turismo (guias, hotéis, restaurantes, agências)					

nos processos decisórios de desenvolvimento turístico.					
É incentivada que haja mecanismos de comunicação dos resultados de decisões sobre o desenvolvimento turístico, de modo a incentivar a maior participação dos atores sociais.					
No destino turístico há estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo.					
Existe um Plano Municipal de Turismo e este é posto em prática.					
Há uma integração do planejamento territorial e dos planos de gestão ambiental com o desenvolvimento turístico.					
Existe uma integração entre a planificação do desenvolvimento turístico em Porto de Galinhas com o processo de planejamento de turismo no Estado de Pernambuco, sendo esses dois planos interligados.					
Há programas de educação específicos sobre turismo sustentável, como uma forma de alcançar maior conscientização por parte dos atores sociais.					
Existem estratégias de promoção e comercialização dos produtos turísticos					
Investimentos públicos anuais em turismo					
Linhas de crédito disponíveis específicas de turismo para investimentos.					

Quadro 23: Instrumento de coleta de dados
Fonte: Adaptado Lacerda (2011)

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

DIMENSÃO AMBIENTAL

1. A água representa um problema para o destino? Se sim, o que tem sido feito para solucionar tais problemas?
2. Há alguma iniciativa (eventos, palestras, cursos, etc) quer seja por parte do poder público ou empresas que visem promover a consciência ambiental? Cite exemplos.
3. Você considera que a população de maneira geral preocupa-se com as questões sobre o meio ambiente?
4. O destino turístico apresenta algum risco ambiental?
5. O crescimento da atividade turística em Porto considera os aspectos ambientais? Você considera importante que o planejamento turístico leve em consideração tais aspectos?
6. Você sabe o que é turismo sustentável? Fale sobre.

DIMENSÃO CULTURAL

1. Há algum atrativo cultural em Porto? Se sim, tem-se ações que busquem a manutenção de tal atrativo?
2. Algumas atividades culturais, costumes ou festividades deixaram de ser realizadas por causa do crescimento turístico no destino? Se sim, algo tem sido feito para que esta tradição volte a fazer parte da cultura local?
3. Como os atrativos culturais locais são incentivados para que continuem a fazer parte da cultura local?
4. Empresas, governo público e/ou sociedade civil tem apoiado a promoção da cultura local?
5. A cultura local é uma das atratividades do destino turístico?

DIMENSÃO SOCIAL

1. Há uma articulação dos atores locais em prol do desenvolvimento do destino turístico?
2. Considera que houve o aumento de alguns problemas de ordem social (violência, drogas, prostituição, etc) por causa do turismo em Porto?
3. Como você avalia as condições básicas como saúde, educação, transporte e moradia no destino?
4. Você considera que há um planejamento de desenvolvimento da atividade turística em Porto?
5. Todos os atores sociais são engajados em busca de objetivos comuns?

6. Há algum incentivo por parte dos empresários e/ou poder público para engajar os atores locais para trabalhar na atividade turística? Como isso acontece?
7. A atividade turística do destino foi motivo para haver a migração de moradores de outras localidades para Porto? Você considera isso como positivo?

DIMENSÃO ECONÔMICA

1. Há algum tipo de incentivos (cursos, palestras, eventos) para o desenvolvimento e/ou permanência da micro e pequena empresa do setor turístico em Porto?
2. Há linhas de créditos exclusivos para tal desenvolvimento?
3. Você acha que os investimentos públicos são consideráveis para que se tenha uma infraestrutura que atenda aos turistas?
4. O planejamento turístico de Porto de Galinhas apresenta como fator principal o econômico? Você considera isso correto?
5. Como é tratada a sazonalidade pelos empresários?
6. O turismo é a atividade “carro cheque” (essencial) para o desenvolvimento de Porto?

DIMENSÃO TURÍSTICA

1. Em alta temporada o turista “atrapalha” o dia a dia da comunidade local?
2. Porto de Galinhas apresenta atrativos de modo que os turistas voltem a visitar o destino? O poder público, empresas e comunidade local trabalham de forma conjunta para que isso aconteça?
3. Você considera que o poder público e empresas incentivam a promoção da questão ambiental como base para orientar os turistas? Como isso acontece?
4. Os centros de informações para os turistas funcionam e são suficientes para atender aos turistas em período de alta estação?
5. A segurança é suficiente para deixar tranquilo tanto turistas como comunidade local no período de alta estação? Como isso acontece?
6. O que podia ser feito para atrair ainda mais turistas para o destino?
7. Você considera que a atividade venha apresentando decadência nos últimos anos? Porque isso tem acontecido? Algo tem sido feito para reverter tal situação?
8. Há algum controle de entrada de turistas em alta estação no destino? Como isso é feito?

DIMENSÃO INSTITUCIONAL

1. Há uma participação efetiva dos diversos atores sociais para o desenvolvimento do turismo? De que forma isso acontece?

2. Você considera que exista uma transparência e fluxo de informações constantes nas decisões tomadas por parte do poder público sobre o destino turístico?
3. Há um engajamento social entre poder público, empresa e comunidade local com objetivos comuns?
4. As decisões são tomadas a partir de interesses próprios e políticos?
5. De que forma o poder público contribui para o desenvolvimento sustentável da atividade turística em Porto?
6. O planejamento do turismo é pautado no equilíbrio entre o fator econômico, social e ambiental?